



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A cidade de, e para todos: o lugar(-)comum transformador e em transformação

Carolina Ferreira See

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadora:

Arq.^a Patrícia Maria Pontes Serra Mendes Barbas, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

A cidade de, e para todos: o lugar(-)comum
transformador e em transformação

Carolina Ferreira See

A cidade de, e para todos: o lugar(-)comum
transformador e em transformação

Carolina Ferreira See



TECNOLOGIAS
E ARQUITETURA

Departamento de Arquitectura e Urbanismo

A cidade de, e para todos: o lugar(-)comum transformador e em transformação

Carolina Ferreira See

Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientadora:

Arq.^a Patrícia Maria Pontes Serra Mendes Barbas, Professora Auxiliar Convidada
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020

1.ª edição de
**ARQUITECTURAS DA CIDADE:
O QUE TE FAZ FELIZ?**
de Atelier O que te faz feliz na Cidade.

**A CIDADE DE, E PARA TODOS:
O LUGAR-~~COMUM~~ TRANSFORMADOR
E EM TRANSFORMAÇÃO**
Carolina See

Novembro de 2020

Campo Ourique, Tv. Cabo 10

ATELIER
PATRICIA BARBAS

ARQUITECTURAS DA CIDADÃO:

O QUE TE FAZ FELIZ?

**A cidade de, e para todos:
o lugar(-)comum transformador
e em transformação**

Obrigada pelo estímulo, entusiasmo e vontade com que acompanharam este trabalho, professora Patrícia e professor Joaquim.

Obrigada, professora Alexandra e professor Bernardo, por de formas tão diferentes terem influenciado o meu percurso.

Obrigada pela disponibilidade e amabilidade no processo, Joana, Vítor e Mal.

Obrigada amigos, Alexandre, Catarina, Madalena, Sara, Sergiu e Stefani, por termos partilhado estes anos tão, mas tão bons!

E obrigada por caminharem comigo indefinidamente, Mãe, Rui, João, Ana, Inês e Rodrigues.

“Has it hurt before?” I asked.

“Not really”, my cousin said glumly. “It wasn’t totally painless, of course; sometimes it hurt a little. But nothing terrible.”

“Maybe this time it’ll be the same. Your mum said they’re not going to do anything much different from usual.”

“But if they do the same as always, how’s that going to help?”

- Haruki Murakami, Blind Willow, Sleeping Woman

RESUMO

Enquanto espaço construído e habitado, as cidades suportam e simbolizam a vida em comum, que em simultâneo as constrói.

Ameaçadas pelo poder económico e político, urge nas cidades a necessidade e vontade de perpetuar o direito às mesmas. Nas cidades, cada vez mais desiguais e polarizadas, onde o maior, mas não melhor, acesso à informação, resulta numa maior consciência do direito à cidade, irrompem mecanismos que reivindicam a perpetuação do mesmo.

Através das quatro acções indispensáveis ao ser humano, comunicar, habitar, produzir sociedade e produzir sustento, pretende-se reflectir sobre a cidade de, e para todos, onde o comum representa a vontade de permanecer na mesma.

Palavras-chave: Lugar-Comum, Lugar Comum, Cidade, Habitar, Produzir, Direito à cidade.

ABSTRACT

As a built and inhabited space, the cities support and symbolize life in common, which simultaneously builds them.

Threatened by economic and political power, the need and will to perpetuate the right to cities is urgent. In the cities, more and more unequal and polarized, where the greater, but not better, access to information, results in a greater awareness of this right, erupts mechanisms that claim the perpetuation of the right to the city.

Through the four indispensable actions to the human being, to communicate, to inhabit, to produce society and to produce sustenance, it is intended to reflect about the city by, and for all, where the common represents the will to remain in the city.

Keywords: Commonplace, Place in common, City, Living, Producing, Right to the city.

Os *Commonplace Books* (*Commonplaces*) são uma forma de compilar conhecimentos, geralmente através da escrita de informação em livros. Têm sido mantidos desde a antiguidade, e foram mantidos particularmente durante a Renascença e no século XIX. Tais livros são essencialmente de recortes cheios de elementos de todo o tipo: receitas, citações, cartas, poemas, tabelas de pesos e medidas, provérbios, orações, fórmulas legais. Os *Commonplaces* são utilizados por leitores, escritores, estudantes e estudiosos como uma ajuda para recordar conceitos ou factos úteis. Cada um é único para os interesses particulares do seu criador, mas quase sempre incluem passagens encontradas noutros textos, por vezes acompanhadas pelas respostas do compilador.

Common, noun: happening often; existing in large numbers or in many places; [usually before noun] shared by or belonging to two or more people or by the people in a group; [only before noun] ordinary; not unusual or special; (...)

Comum, adjectivo de dois géneros: Do uso ou domínio de todos os de um lugar ou de uma coletividade. = comunitário, público; Que acontece ou se encontra com frequência ou com facilidade. = geral, habitual ≠ raro; Que tem características que se encontram em muitos exemplares. = normal, ordinário, vulgar ≠ anormal, inabitual, incomum, invulgar; Que não é de luxo; Que não tem grande importância ou valor; (...)

Commonplace Book, in https://en.wikipedia.org/wiki/Commonplace_book [consultado em 29-03-2020].

"Common" e "Commons", in Dicionário Oxford, <https://oxfordlearnersdictionaries.com> [consultado em 29-03-2020].

"Comum" e "Baldio", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org> [consultado em 29-03-2020].

Commons, noun: [countable] an area of open land in a town or village that anyone may use; [singular] (US English) a large room where students can eat in a school, college, etc.

Baldio, adjectivo: Que não está cultivado. = inculto, maninho; substantivo masculino, terreno por cultivar. = terréu, terreno que, pertencendo a uma comunidade local, é usado colectivamente.

A CIDADE DE, E PARA TODOS: O LUGAR-COMUM TRANSFORMADOR E EM TRANSFORMAÇÃO

III O NOSSO FUTURO (EM) COMUM

1 PREMISSA O LUGAR-COMUM

11 [TRANS] FORMAÇÃO O LUGAR COMUM TRANSFORMADOR E EM TRANSFORMAÇÃO

15 PROPRIEDADE

21 HABITAR 45 PRODUZIR SOCIEDADE 57 PRODUZIR SUSTENTO

75 PERMANÊNCIA A CIDADE DE, E PARA TODOS

95 O LUGAR COMUM TRANSFORMADOR E EM TRANSFORMAÇÃO O ALTO DE SANTO AMARO

179 ÍNDICE DE IMAGENS

183 BIBLIOGRAFIA

187 ANEXOS

FRANK



1. Frank Sullivan: Perito em Lugares-Comuns, Almanaque, Fevereiro 1961, Pág. 14 e 15

PERITO EM LUGARES-COMUNS

SULLIVAN

O perito em Lugares-Comuns presta declarações acerca do amor

PERGUNTA — Sr. Arbuthnot: está disposto a prestar declarações, como perito na utilização do lugar-comum, acerca da sua aplicação a tópicos como o amor, o sexo, o casamento, etc.?

P. — Muito bem. Ora então, Sr. Arbuthnot, o que é o amor?

R. — O amor é cego.

P. — Bom. E o que faz?

R. — Faz a Terra andar à roda.

P. — Por quem é que se apaixona um homem?

R. — Pela única mulher.

P. — Por quem é que se apaixona uma mulher?

R. — Pelo único homem.

P. — Quando é que se apaixonam?

R. — À primeira vista.

P. — Como?

R. — Loucamente.

P. — E então diz-se que foram...?

R. — Que foram alvejados pelas setas de Cúpido.

P. — Ele diz-lhe alguma coisa?

R. — Sim: diz-lhe palavrinhas doces ao ouvido.

P. — Quem é que se entenece quando vê um parzinho de namorados?

R. — Toda a gente se entenece quando vê um parzinho de namorados.

P. — Queira descrever a única mulher.

R. — A única mulher tem olhos como estrelas. Os dentes são autênticas pérolas. Os seus lábios, rubis. A face é de damasco. E as formas, esculturais.

P. — Não se esqueceu de nada?

R. — Olhos, dentes, lábios, face, formas — não senhor, creio que não falta nada.

P. — Ah não? E então o cabelo?

R. — Ah, pois, o cabelo! Que estupidez a minha. O cabelo dela é de ouro.

P. — Muito bem, Sr. Arbuthnot. Descreva agora o único homem.

R. — O único homem é um Viking louro. Um rapaz às direitas. Honesto, leal, trabalhador. Amigo do seu amigo. Muito respeitador. Nada abusador. Tem boas intenções para com a futura mãe dos seus filhos, por isso pode encará-la.

P. — Pode encará-la como?

R. — De frente.

P. — Os únicos homens são sempre Vikings louros?

R. — Nem sempre. Alguns são morenos, simpáticos, já vividos. São extremamente atraentes. O seu olhar é mordaz. Mas não são nenhuns canalhas; seriam incapazes de brincar com os sentimentos da única mulher. Este tipo de único homem tem muito bom fundo. Conta-lhe todo o seu passado. A única mulher compreende-o e perdoa-lhe.

P. — E casa com ele?

R. — E casa com ele.

P. — Para quê?

R. — Para o reformar.

P. — E reforma-o.

R. — Raramente.

P. — Raramente, ou quê?

R. — Raramente, ou nunca.

P. — Bom. Agora, Sr. Arbuthnot, quando o único homem se apaixona, loucamente, pela única mulher, que faz ele?

R. — Parece-lhe que caminha nas nuvens.

P. — Sim, sim, bem sei, mas que faz ele? quero eu dizer, que lhe pergunta ele?

R. — Pergunta-lhe se quer ser sua mulher.

P. — E como é que ficam?

R. — Noivos.

P. — O que é que se segue?

R. — O casamento.

P. — O que é o casamento?

R. — O casamento é uma lotaria.

P. — Mas então o enlace não é ditoso?

R. — É. Mas nunca se sabe.

O NOSSO FUTURO (EM) COMUM

Em 1987 foi publicado pelas Nações Unidas o Relatório Brundtland – O Nosso Futuro Comum –, que explicita a necessidade de repensar a forma como vivemos, expondo a crise – que, segundo Gro Harlem Brundtland, não é uma crise ambiental, uma crise de desenvolvimento ou uma crise energética, é toda uma só – que afecta e afectará um futuro comum. O relatório foi elaborado como “uma agenda global para a mudança”, com o intuito de assegurar os interesses de toda a população mundial, e também das suas gerações futuras.

“Sem a ideia de que entrámos num Novo Regime Climático, não conseguimos compreender a explosão de desigualdade, e o espectro da desregulação (...). Para resistir a esta perda de orientação comum, devemos descer à terra; devemos aterrar algures. Portanto, teremos de aprender como obter a nossa orientação, a orientar-nos. E para isso, precisamos de algo como um mapa de posições impostas pela nova paisagem, dentro da qual não afecta só a vida pública, mas também os seus princípios que estão a ser redefinidos.”¹. As cidades, segundo estudos das Nações Unidas, serão a casa de 68% da população mundial em 2050, tornando imperativo questionar: “como iremos viver juntos?”, tema da Bienal de Veneza deste ano, adiada pela pandemia de COVID-19.

Como forma de partilha, o comum não se extinguiu. Transformou-se e ampliou os significados que continha.

Jean-François Millet, retrata na pintura *As Respiradoras*, o sentido precedente do comum proveniente dos campos. Não romantizando os estratos mais baixos da sociedade

¹ “Without the idea that we have entered into a New Climatic Regime, we cannot understand the explosion of inequalities, the scope of deregulation (...). To resist this loss of a common orientation, we shall have to come down to earth; we shall have to land somewhere. So, we shall have to learn how to get our bearing, how to orient ourselves. And to do this we need something like a map of the positions imposed by the new landscape within which not only the affects of public life but also its stakes are being redefined.”, Latour, Bruno – A hypothesis as political fiction: the explosion of inequalities and the denial of climate change are one and the same phenomenon, **Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime**, Cambridge: Polity Press, 2018. ISBN 978-1509530564. Pág. 2.

FROM ONE EARTH TO ONE WORLD

An Overview by the World Commission on Environment and Development

1. In the middle of the 20th century, we saw our planet from space for the first time. Historians may eventually find that this vision had a greater impact on thought than did the Copernican revolution of the 16th century, which upset the human self-image by revealing that the Earth is not the centre of the universe. From space, we see a small and fragile ball dominated not by human activity and edifice but by a pattern of clouds, oceans, greenery, and soils. Humanity's inability to fit its activities into that pattern is changing planetary systems, fundamentally. Many such changes are accompanied by life-threatening hazards. This new reality, from which there is no escape, must be recognized - and managed.

2. Fortunately, this new reality coincides with more positive developments new to this century. We can move information and goods faster around the globe than ever before; we can produce more food and more goods with less investment of resources; our technology and science gives us at least the potential to look deeper into and better understand natural systems. From space, we can see and study the Earth as an organism whose health depends on the health of all its parts. We have the power to reconcile human affairs with natural laws and to thrive in the process. In this our cultural and spiritual heritages can reinforce our economic interests and survival imperatives.

3. This Commission believes that people can build a future that is more prosperous, more just, and more secure. Our report, Our Common Future, is not a prediction of ever increasing environmental decay, poverty, and hardship in an ever more polluted world among ever decreasing resources. We see instead the possibility for a new era of economic growth, one that must be based on policies that sustain and expand the environmental resource base. And we believe such growth to be absolutely essential to relieve the great poverty that is deepening in much of the developing world.

4. But the Commission's hope for the future is conditional on decisive political action now to begin managing environmental resources to ensure both sustainable human progress and human survival. We are not forecasting a future; we are serving a notice - an urgent notice based on the latest and best scientific evidence - that the time has come to take the decisions needed to secure the resources to sustain this and coming generations. We do not offer a detailed blueprint for action, but instead a pathway by which the peoples of the world may enlarge their spheres of cooperation.

/...

² “Life was certainly lived in the shadow of war, famine, disease and, for the peasantry, ruthless exploitation - but the harshness and rigour of this common life, whether chanting the hours or working the land with the seasons, was also working with the grain of life in a way that brought about the spiritualisation of the commonplace.”, Reed, Francis – **On Common Ground**. Londres: Word Press London, 1991. ISBN 1870736273. Pág. 10

da época, Millet representa a realidade, “a vida [que] era certamente vivida à sombra da guerra, da fome, da doença e, para os camponeses, exploração impiedosa – a dureza e o rigor desta vida comum, quer cantando as horas ou trabalhando a terra com as estações, também trabalhava com o grão da vida de uma forma que trazia a espiritualização do lugar-comum.”². Hoje, questionamos outras formas do comum: existir em comum, quando a desigualdade é alarmante.

Uma língua, um livro, uma mesa. Uma sala, uma casa, um edifício. Um jardim, uma cidade, um país. Um mundo. O comum como a possibilidade de construir lugares onde todos existem. A dualidade e o equilíbrio entre o indivíduo e o colectivo em simultâneo.

A arquitectura como parte da cidade, e “entendendo a [mesma] como ‘modelação de espaços praticáveis interiores ou exteriores’, ela não pode, (...) ser considerada um ‘luxo’ desde que, através do trabalho de grupo e do diálogo com as Ciências Humanas, se situe numa relação dialéctica com a realidade social.”³. Entender a arquitectura como prática autónoma, mas de interesse público, moldada pelos diferentes momentos da história, não sendo o presente momento excepção, sendo importante compreender, de que forma os instrumentos de fazer cidade organizam e influem como nos posicionamos na mesma, que se, e nos transforma continuamente. Propõe-se que o lugar(-) comum seja o mote para a compreensão dos diferentes mecanismos que possibilitam a cidade de, e para todos. A presente dissertação está organizada em quatro capítulos principais que se relacionam com quatro acções essenciais a todos: comunicar, habitar, produzir sociedade e produzir sustento.

O primeiro capítulo, a **Premissa: O lugar-comum**, como princípio enunciator da ambiguidade linguística enquanto lugar-comum na comunicação, e lugar comum enquanto espaço físico.

A **(Trans)Formação: O lugar comum transformador e em transformação**, o segundo capítulo, deriva da cidade para desdobrar os quatro sub-capítulos que sucedem como instrumentos essenciais ao desenvolvimento da cidade: a **Propriedade** como matriz, o **Habitar**, sendo a cooperativa La Borda em Barcelona o caso de estudo, o **Produzir Sociedade**, tendo como caso de estudo o Temporada Cowork Café no Porto, e o **Produzir Sustento**, servindo como caso de estudo o jardim Prinzessinnengarten em Berlim.

O terceiro capítulo, a **Permanência: A cidade de, e para todos**, pretende inferir através dos três casos de estudo, formas do comum se inscrever contínua, social e tipologicamente na cidade, que é de, e para todos.

O **lugar comum transformador e em transformação: Alto de Santo Amaro**, o quarto e último capítulo, é o projecto de um lugar comum desenvolvido verticalmente no Alto de Santo Amaro, em Lisboa, onde a vida de bairro tem ainda bastante presença, pretendendo dar-lhe continuidade.

³ Vieira de Almeida, Pedro – **Da utilidade social da arquitetura**, *Análise Social*, nº6, Abril 1964. ISSN 0003-2573. Pág. 237.



La Biennale di Venezia

Arte
Architettura
Cinema
Danza
Musica
Teatro
Archivio Storico

How will we live together?

**Statement by Hashim Sarkis
Curator of the 17th International Architecture Exhibition**

We need a new spatial contract. In the context of widening political divides and growing economic inequalities, we call on architects to imagine spaces in which we can generously live together:

- together as human beings who, despite our increasing individuality, yearn to connect with one another and with other species across digital and real space
- together as new households looking for more diverse and dignified spaces for inhabitation
- together as emerging communities that demand equity, inclusion and spatial identity
- together across political borders to imagine new geographies of association
- and together as a planet facing crises that require global action for us to continue living at all.

The architects invited to participate in the Biennale Architettura 2020 are encouraged to engage other professions and constituencies—artists, builders, and craftspeople, but also politicians, journalists, social scientists, and everyday citizens. In effect, the Biennale Architettura 2020 asserts the overlooked role of the architect as both cordial convener and custodian of the spatial contract

In parallel, the Biennale Architettura 2020 also maintains that it is in its material, spatial, and cultural specificity that architecture inspires the ways we live together. In that respect, we ask the participants to highlight those aspects of the main theme that are uniquely architectural.

The curators of the national pavilions are called upon to address one or more of the sub-themes of the Biennale. The need for more inclusive social housing and equipment or for more connective urban and territorial tissue remains as pressing in emerging economies as in advanced ones.

The year 2020 has often been referred to as a milestone on the path to a better future. Many nations and cities have devised a “Vision 2020.” The year is upon us. We look to the collective architectural imagination to meet this momentous occasion with creativity and courage.

Hashim Sarkis





PREMISSA:

O LUGAR-COMUM

¹ Lugares selectos do lugar-comum, Fevereiro de 1961, Almanaque, Hemeroteca Digital, Lisboa. ISSN 0871-7702. Pág. 50.

Na literatura “(...) que se pre-se, o lugar-comum é inimigo público declarado. Sabe a queijo da serra fabricado com batata. Ou a uísque saloio (três partes de água mais um pouco de aguardente velha).”¹, uma banalidade, um lugar-comum.

Lugar, *topos*, *ta topika*, “assuntos relativos a lugares-comuns”, do qual derivou Topica, em que Aristóteles apresenta a arte da dialéctica, no qual estabelece argumentos que derivam de preposições comuns, o quinto título das seis obras que compõem o Organon, a lógica como instrumento da filosofia.

Em Retórica, tratado da arte da persuasão que se distingue da dialéctica por ter em conta a quem se dirige o discurso, Aristóteles distingue dois lugares, o *topoi koinoi*, o lugar-comum, do *topoi idioi*, o lugar especial. Paolo Virno caracteriza o lugar-comum através das “(...) formas lógicas e linguísticas de valor geral, (...) a estrutura óssea de cada um dos nossos discursos, aquilo que permite e ordena todo o enunciado particular. Estes ‘lugares’ são comuns porque ninguém - nem o orador requintado nem o bêbado que murmura

Keith Haring desenvolveu nas suas obras um “abecedário pictórico” através de sinais e símbolos pessoais, que, pela sua universalidade Haring tornava comum a todas as línguas, a todas as pessoas e a todos os tempos. Como forma de tornar a sua arte pública, acessível a todos e testar o seu abecedário pictórico, as estações de metro foram instrumentalizadas como laboratório, actuando sobre a forma de graffiti.

1. Keith Haring a desenhar a giz na estação do metro, anos 80.

2. Haring, Keith, Retrospect, 1989, Pintura, Serigrafia a cores, 116 x 208 cm.



palavras sem sentido, nem o empresário, nem o político - pode deixá-los de lado.”², distinguindo-se do lugar especial por ser dominado somente por alguns em contextos particulares, complexificando as relações entre os diferentes contextos.

Ao contrário da leitura habitual da banalidade que é um lugar-comum, este estabelece relações entre os “muitos”. É a ferramenta que viabiliza exteriorizar o intelecto, tornando-o um bem público, possibilitando que “(...) os homens se edu[quem] em comunhão, mediatizados pelo mundo (...)”³. Numa relação simbiótica, os lugares(-)comuns linguísticos e físicos constroem-se mutuamente, dado que “o lugar é sempre um efeito do discurso. Não existe um discurso puro e separado dos espaços, ainda menos dos lugares. Os mesmos podem incluir objetos físicos, podem incluir arquitetura, mas são considerados como uma espécie de extensão discursiva (...)”⁴. Enquanto ferramenta, a multitudine – inclusiva, composta pelos “muitos”, e irreduzível à singularidade – parte de um discurso colectivo, mas também da arquitectura e da cidade pré-existente para materializar lugares comuns.

Por lugar comum entenda-se espaços onde os recursos esgotáveis – o ar, a terra, os minerais, a água, as sementes –, e inesgotáveis, produzidos através das práticas sociais – a língua, o conhecimento, os símbolos, os rituais e as práticas –, são comuns. Pertencem a um colectivo cuja escala é variável.

Provavelmente hoje, “(...) é impossível formular uma definição genérica de bens comuns ou definir um conjunto de condições que cubra todo o comum existente e emergente.”⁵, que teve origem nos *commons*, os bens esgotáveis e inesgotáveis de grande importância na sociedade pré-capitalista. Destes derivaram o *commoning* – cunhado pelo historiador Peter Linebaugh em *The Magna Carta Manifesto*, lançado em 2008 –, palavra que não diferencia a actividade, do bem comum enquanto recurso, uma vez que a actividade em si mesma é um bem comum. A tradução para a língua portuguesa seria comungar ou “bem comungar”, que apesar de não se referir apenas a uma acção religiosa é assim conotado. *Commoning* ao contrário do adjectivo ou do

² “(...) formas lógicas y lingüísticas de valor general, como si dijéramos la estructura ósea de cada uno de nuestros discursos, aquello que permite y ordena toda enunciación particular. Esos ‘lugares’ son comunes porque nadie —ni el orador refinado ni el borracho que murmura palabras sin sentido, ni el comerciante ni el político— puede dejarlos de lado.”, Virno, Paolo – **Gramática de la multitud, Para un análisis de las formas de vida contemporáneas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003. ISBN 84-932982-6. Pág. 35

³ Freire, Paulo – Capítulo I, **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Ecumenismo e Humanismo. Pág. 63.

⁴ “Place is always an effect of discourse. There is no sort of pure and separate discourse of spaces still less of places. They may involve physical objects, they may involve architecture but they are considered as a kind of discursive extension.”, **The Poetics of Cliché: Topos; Place and Commonplace** - Part 2, [registo vídeo], Mark Cousins, History and Theory, AA, Lecture date: 2011-11-18, (58 min).

⁵ “(...) impossible to formulate one generic definition of commons or to define one set of features that covers all the different kinds of existing and emergent commons.”. Hojer Bruun, Maja – *Communities and the commons*. Capítulo 7, Open access and community ownership of the urban commons. Borch, Christian; Kornberger, Martin. **Urban Commons, Rethinking the City**. GlassHouse, 2015, Oxford. ISBN: 978-1-315-78059-7. Pág. 154.



substantivo “*common(s)*”, expressa a vontade de tornar comum e de estabelecer relações, tornando inerente a participação num colectivo.

A primeira forma organizada de *commons* foram as *common lands*, baldios, campos geridos por uma comunidade local ou por um só proprietário, destinado ao uso comum de camponeses com menos posses, no qual podiam recollectar e/ou pastar o gado. Organização que se alterou primeiramente com os *enclosures*, processo de reparcelamento de campos que anteriormente eram posse de um só proprietário, iniciados no século XVI em Inglaterra e no País de Gales, e num segundo momento com a revolução industrial que possibilitou a conversão e rentabilização dos campos.

Tema que acabou por ser desenvolvido por diversos autores, no entanto, apenas The Tragedy of the Commons de Garrett Hardin – baseado em Two lectures on the checks to population (Duas palestras sobre os controlos à população) de William Forster Lloyd, escrito em 1833, o primeiro registo que conotava o crescimento demográfico repentino negativamente, por não haver produção de alimentos que acompanhasse o aumento – publicado na revista Science em Dezembro de 1968, causou impacto e reacendeu o debate dos bens-comuns.

Através da comparação da utilização excessiva dos campos comuns por parte dos *commoners*, Hardin explicita que o egoísmo individual comprometerá a existência de um futuro próspero na Terra, da mesma forma que comprometeu a existência dos bens-comuns. O artigo, cujo foco era o rápido crescimento populacional, foi interpretado de diversas formas. O geógrafo David Harvey em The Future of the Commons, afirma que a falha do artigo de Hardin é a escala, dado que as diferentes escalas de acção não permitem transpor sempre as mesmas soluções, tornando a sua metáfora numa falácia.

The Tragedy of the Commons serviu o contínuo debate entre o público e o privado, legitimou decisões políticas no âmbito da propriedade e no âmbito da ecologia, e tornou controverso o motivo dos *enclosures*, originando respostas que tomaram forma de “anti-tragédia”, sendo exemplo disso: The Tragedy of the Commons Revisited, escrito por Beryl Crowe em 1969, No Tragedy on the Commons de Susan Cox, publicado em 1985, e The Comedy of Commons: Commerce, and Inherently Public Property de Carol Rose publicado em 1986.

Considerando que desenvolver métodos que assegurem a sustentabilidade dos recursos comuns é crucial no *commoning*, “(...) o que existiu de facto, não foi uma ‘tragédia dos bens comuns’, mas sim um triunfo: que duran-

The gleaners and I, é o colectar de diferentes formas de recollectar. Através de um formato documental e quase novelístico, Agnès Varda, dá boleia a quem quer conhecer o interior de França através de formas alternativas de consumo geradas pela necessidade, que já se estendem à vida urbana, o *dumpster diving*, como forma de combater o desperdício alimentar, gerado pela produção e venda massificadas.

3. Millet, Jean-François, As Respiçadoras, 1857, Pintura a óleo sobre tela, 83,8 x 111,8 cm
4. Frame de Les glaneurs et la glaneuse [Registo vídeo], Direcção e escrito por Agnès Varda, 2000, cor, 82 minutos.

5. Organização e divisão do solo em Basi-léia, 1850, 1920, 1940. Fig. 138, Rossi, Aldo, Capítulo quatro – Evolução dos Fatos Urbanos, A arquitectura da cidade, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001. ISBN 85-336-1401-2. Pág. 235



te centenas de anos – e talvez milhares, embora não existam registos escritos que comprovem a era mais longa – o campo foi gerido com sucesso por comunidades. O sistema falhou em sobreviver à revolução industrial.”⁶, uma vez que a industrialização rentabilizou os campos.

A transição de escalas da comunidade aldeã para a sociedade industrial até ao presente, a sociedade hipertexto, originou, segundo François Ascher, diversificação, multiplicação e especialização dos laços entre indivíduos⁷. Da mesma forma que “a realidade social, objetiva, (que) não existe por acaso, mas como produto da acção dos homens, também não se transforma por acaso.”⁸, transforma de também de forma contínua os bens comuns, facto que os fez readquirir relevância no novo milénio.

Entre 2007 e 2012 foram discriminados três tipos de bens comuns: *knowledge commons* por Hess e Ostrom, em 2007, *cultural commons* por Hardt e Negri, em 2009, e *urban commons* por Harvey, em 2012. Após a Bienal de Veneza de 2012, *Common Ground*, a cidade e os bens-comuns ganharam especial relevância, sendo o Ciclo de Conferências de Arquitetura no CCB deste ano denominado *Campo Comum*, com a curadoria dos arquitectos Diana Menino e Felipe de Ferrari. Em 2014, Linebaugh define dez princípios⁹ do *commoning* transversais a qualquer tempo:

- I. A comunhão é primordial para a vida humana.
- II. A comunhão começa na família.
- III. A comunhão é histórica.
- IV. A comunhão sempre teve um significado espiritual. Expresso, servindo de exemplo, na partilha de uma refeição ou de uma bebida.
- V. O comum é antitético ao capital.
- VI. Os valores comuns devem ser ensinados e renovados de forma constante.
- VII. A comunhão tem sido sempre local. Depende dos hábitos, da memória e da transmissão oral para a sua manutenção.
- VIII. O comum é invisível até se perder.
- IX. O comum é diferente de público.
- X. O comum é exclusivo no sentido em que requer participação.

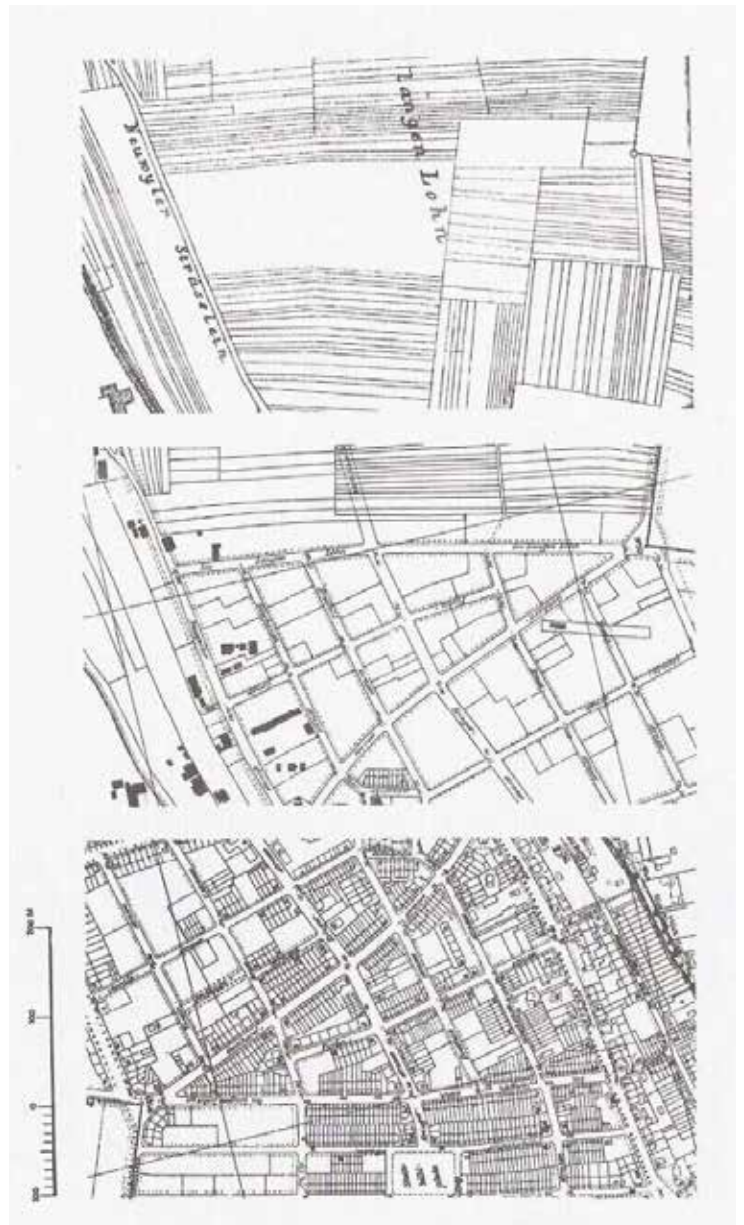
Os princípios enunciados por Linebaugh, possibilitam aplicar a qualquer tipo de bem comum, no entanto, uma vez “(...) a multitude deve descobrir o comum que a permite comunicar e agir em conjunto (...), não é tanto descoberto como é produzido.”¹⁰, não devendo ser ensinado, mas sim construído em

⁶ “(...) what existed in fact was not a “tragedy of the commons” but rather a triumph: that for hundreds of years—and perhaps thousands, although written records do not exist to prove the longer era—land was managed successfully by communities. That the system failed to survive the industrial.”. Cox, Susan J. Buck – **No Tragedy on the Commons**. Environmental Ethics, Volume 7, Issue 1, Spring 1985, ISSN 2153-7895. Pág. 60

⁷ François, Ascher – O aparecimento da sociedade hipertexto, **Novos Princípios do Urbanismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. ISBN 978-972-24-1670-2. Pág. 43-49

⁸ Freire, Paulo – Capítulo I, **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970. Pág. 39

⁹ Linebaugh, Peter – Some Principles of the Commons, **Stop, thief! The Commons, Enclosures and Resistance**, Oakland: PM Press, 2014. ISBN 978-1-60486-747-3. Pág. 13-15



RKB PRESENTS THE RUSTY MUFFLER ORACLE

BEFORE THE MODERN ERA, HUMANS EARNED THEIR LIVELIHOODS FROM THE "COMMONS."



...NO INDIVIDUAL OWNED THE COMMONS. BUT, ALL WERE FREE TO TAKE WHAT THEY NEEDED..



...THE OCEANS, LAKES, RIVERS AND STREAMS WERE FULL OF FISH, FREE FOR THE TAKING...



...THE FORESTS WERE A SELF-REPLENISHING STOREHOUSE OF FOOD, BUILDING MATERIALS AND CRAFT SUPPLIES...



...THE GRASSLANDS AND PASTURES SUPPORTED HERDS OF RUMINANTS THAT PROVIDED MILK, FIBER, HIDES AND MEAT...



...AS LONG AS HUMANS RESISTED THE URGE TO TAKE MORE THAN THEY NEEDED, THE COMMONS PROVIDED EVERYTHING FOR HUMAN SUBSISTENCE BEFORE THE INDUSTRIAL ERA.



Avidor
AND
Bewick
1/21/03

...IMAGINE THERE ARE FOUR SHEPHERDS WHO EACH OWN FOUR SHEEP THEY GRAZE TOGETHER ON A COMMONS THAT PROVIDES ENOUGH GRASS FOR SIXTEEN SHEEP...



...AS LONG AS EACH OF THE SHEPHERDS LIMIT THEIR FLOCKS TO FOUR SHEEP, THE COMMONS WILL SUSTAIN THEM INDEFINATELY...



...THE "SMART" SHEPHERD FIGURES HE CAN ADD A SHEEP TO HIS FLOCKS AND GET A POSITIVE BENEFIT OF +1...



...WHILE THE NEGATIVE EFFECT OF OVERGRAZING, A FRACTION OF -1 IS SHARED BY ALL FOUR OF THE SHEPHERDS...



...EACH SHEPHERD MUST ADD ANOTHER SHEEP... THEN ANOTHER, UNTIL THERE'S NO GRASS LEFT ON THE COMMONS...



...IN FISHERIES, FORESTS AND FARMLAND WE SEE HOW THE LOGIC OF SELF-INTEREST ALWAYS LEADS HUMANS INTO A CYCLE OF BOOM & BUST...



...AIR AND WATER ARE ALSO A COMMONS. INSTEAD OF TAKING STUFF OUT, HUMANS ARE PUTTING STUFF IN ... A TRAGEDY OF THE COMMONS IN REVERSE!



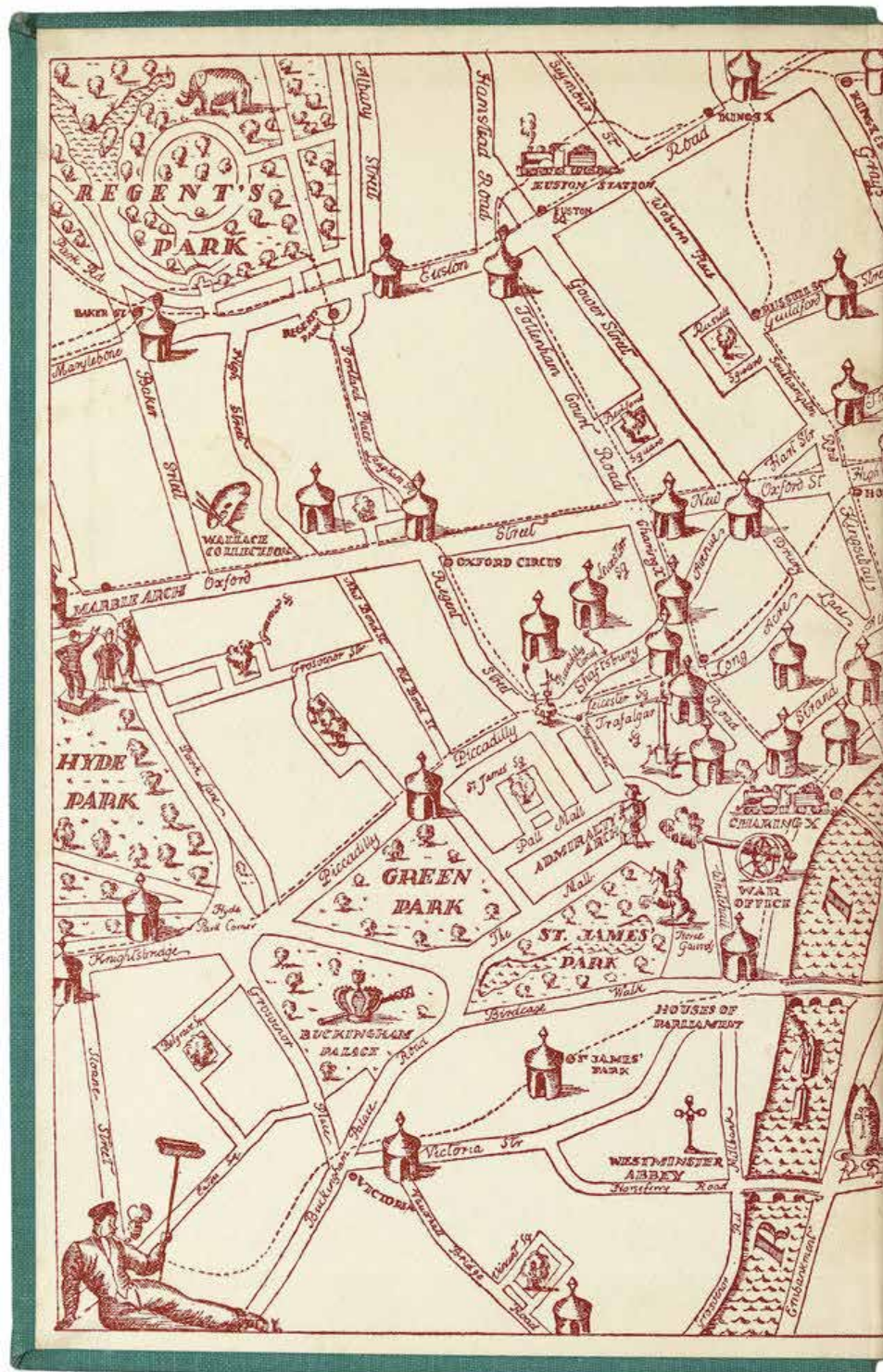
¹⁰ "The common we share, in fact, is not so much discovered as it is produced.", Hardt, Michael; Negri, Antonio – Preface: Life in common. **Multitude, War and Democracy in the age of Empire**, New York: The Penguin Press, 2004. ISBN 1-59420-024-6. Pág. 15.



Thomas Burke, sob o pseudônimo de Paul Pry publicou *For Your Convenience* em 1937. A partir do diálogo de dois indivíduos, o autor elabora um guia de locais de encontro para homens homossexuais, enumerando museus, caves, ruas, termas, cemitérios, igrejas, casas-de-banho públicas, entre tantos outros. Ainda que estes locais fossem temporários e/ou transitórios, Pry utiliza o seu conhecimento para reuni-los num mapa, tornando num lugar comum, por tornar cognoscível algo que condenável juridicamente, e assim permaneceu até 1967 em Inglaterra. "Ao contrário de um comum institucional, como uma pastagem, floresta ou pesca comum, o comum urbano nem sempre está lá para ser explorado. Deve ser reproduzido constantemente." in Borch, Christian, Kornberger, Martin. *Urban Commons, Rethinking the City*. GlassHouse, 2015, Oxford. 186 p. ISBN: 978-1-315-78059-7. Pág. 51.

7. Pry, Paul. Capa e Mapa do livro *For Your Convenience* elaborado por Philip Gough, London: Routledge, 1937.

comunhão. E também, apesar de ser anti-ético ao capital, explora os recursos produzidos pelo mesmo, tal como as plataformas digitais, e os meios de deslocação, consumo e produção que derivam destas. "A produção capitalista contemporânea, ao responder às suas próprias necessidades, está a abrir a possibilidade e a criar as bases para uma ordem social e económica fundamentada no comum."¹¹, do mesmo modo que as *commonlands* eram cedidas por um proprietário.

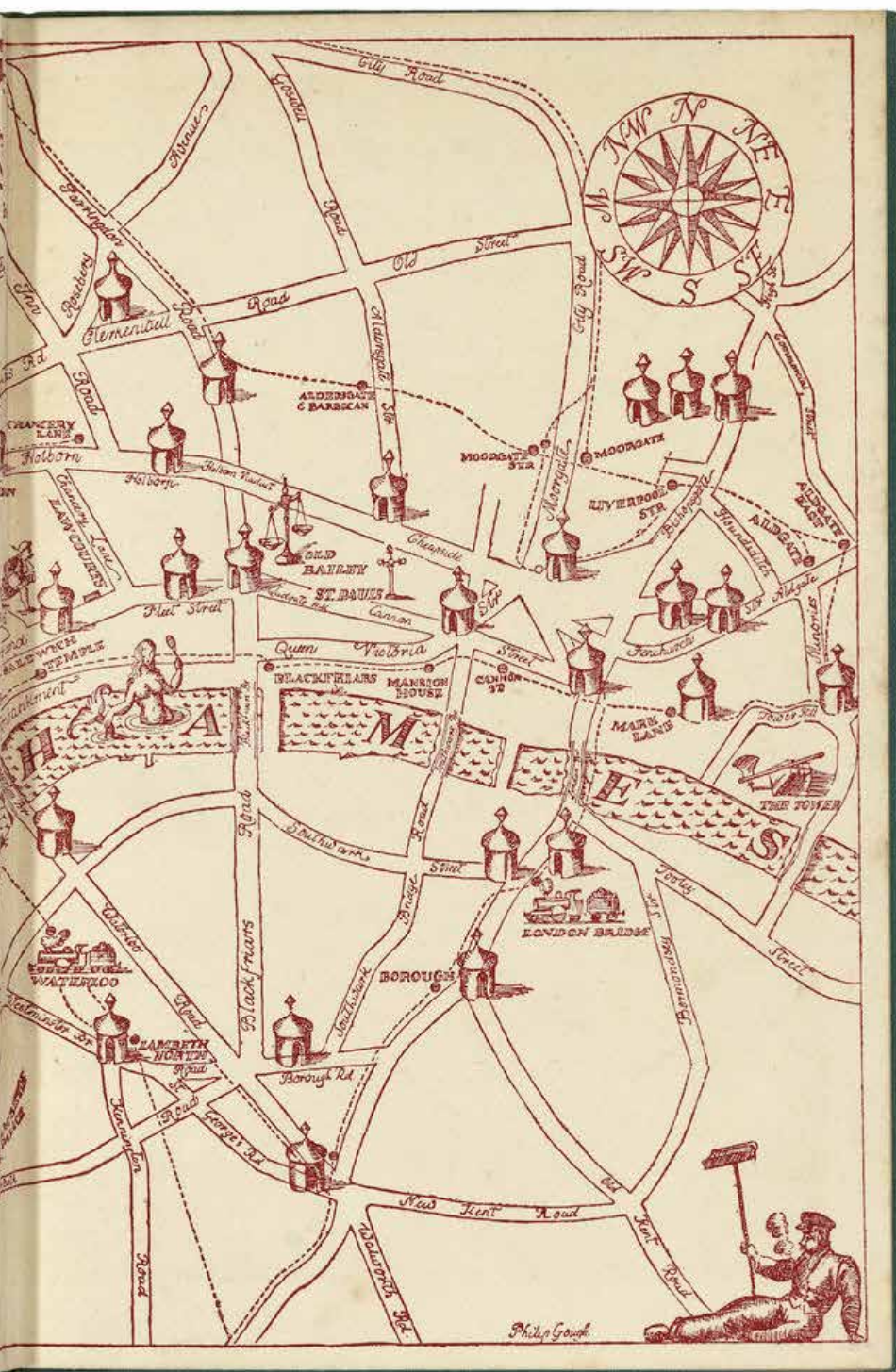


É necessário que o compromisso de ambos seja regulado e regulamentado, para que o equilíbrio torne possível habitar nas cidades que “(...) são o supremo estágio a que chegou a humanidade: no que representam de convívio harmónico das diferenças entre os homens; na qualidade de democracia que existe na palavra urbanidade; no que representam de pôr em comum: no progresso inerente à divisão do trabalho que as cidades propõem, na ultrapassagem do esforço perfeitamente desequilibrado que, até há pouco tempo (...), conseguir ‘sobreviver’ significava para a maioria da população (...). (...) a cidade representa a vontade humana de solidariedade, de viver em conjunto: o contrário do individualismo; a cidade não como o território da anulação das diferenças, mas como harmonização das diferenças.”¹² Ler a cidade e a metrópole como “(...) uma fábrica para a produção dos bens comuns.”¹³, como lugar comum que é, permite reinventar e reconsiderar formas de habitar em conjunto.

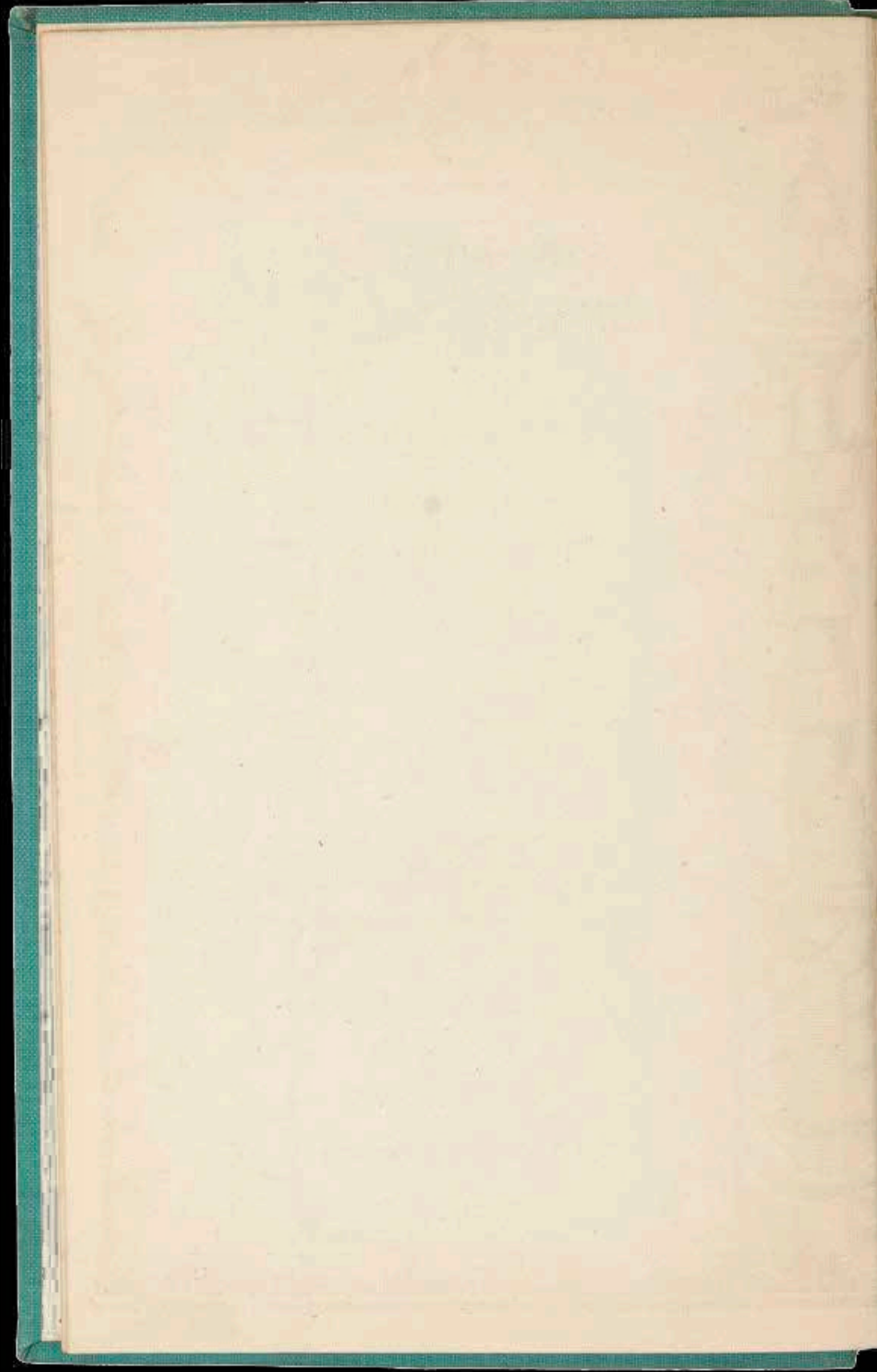
¹¹ “contemporary capitalist production by addressing its own needs is opening up the possibility of and creating the bases for a social and economic order grounded in the common.”. Hardt, Michael; Negri, Antonio – Preface, **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03511-9. Pág. X

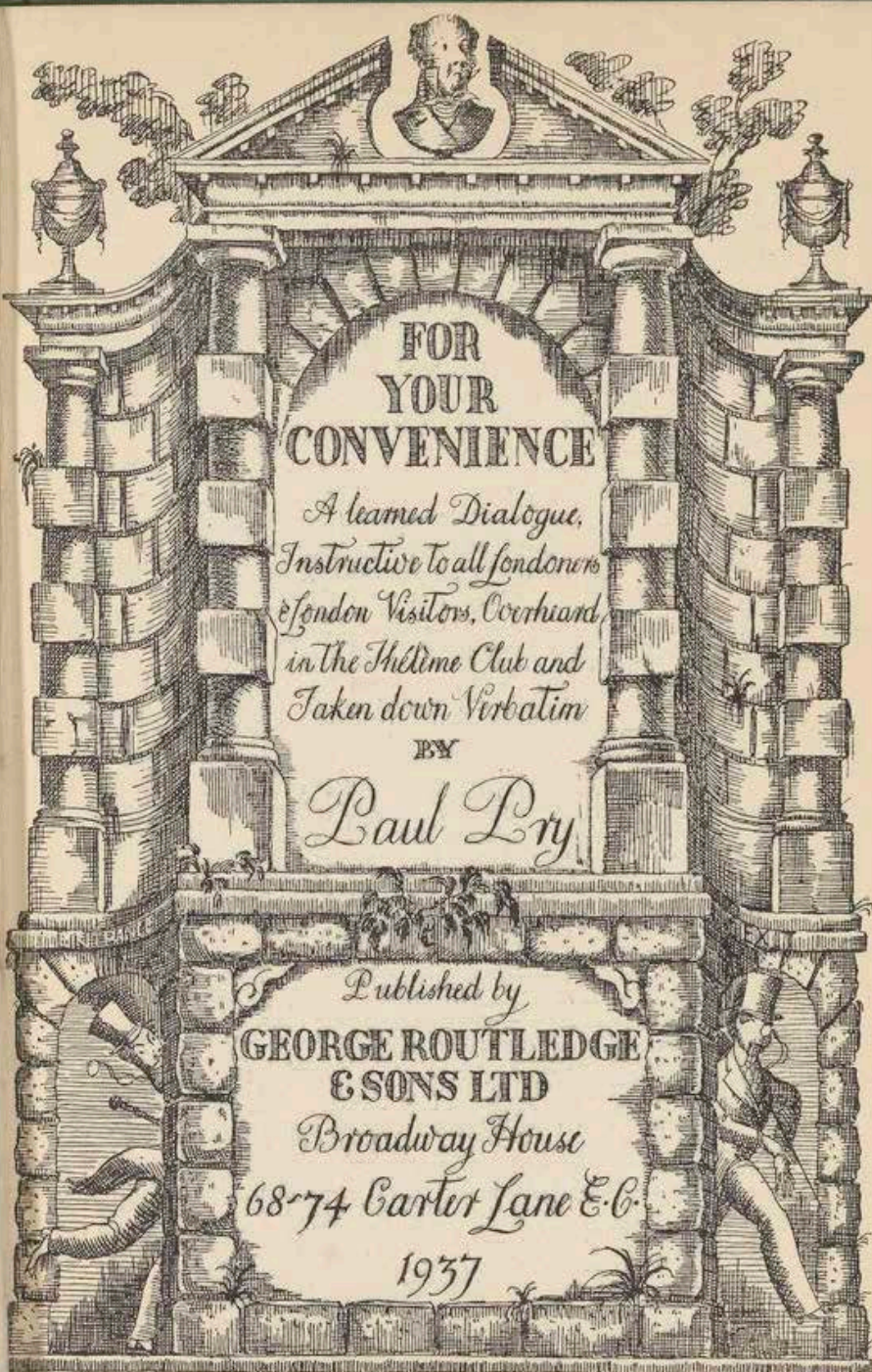
¹² Dias, Manuel Graça – **Mobilidade, densificação e transformação**, 1999, Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX, Caleidoscópio, Lisboa, Outubro de 2010. ISBN 9789896580650. Pág. 990.

¹³ “The metropolis is a factory for the production of the common.”. Hardt, Michael; Negri, Antonio – **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009. ISBN 978-0-674-03511-9. Pág. 250.



8. Pry, Paul. Introdução do livro For Your Convenience, 1937.





FOR
YOUR
CONVENIENCE

*A learned Dialogue,
Instructive to all Londoners
& London Visitors, Overheard
in the Meltime Club and
Taken down Verbatim*

BY

Paul Dry

Published by

GEORGE ROUTLEDGE
& SONS LTD

Broadway House

68-74 Carter Lane E.C.

1937

Philip Gough

[(TRANS)FORMACAO:

O LUGAR COMUM TRANSFORMADOR E EM TRANSFORMACAO

A cidade transforma-se e é transformadora. A ausência de espaços comuns resulta em vidas privatizadas, tornando o espaço de debate reduzido. Como lugar comum – que não se opõe à economia e política preponderante, apresentando-se como alternativa emancipada –, a cidade é, e contém em si lugares comuns.

Os recursos disponíveis eram usados pelas populações para construir e para se construírem, “(...) tinham acesso à floresta para recolher madeira, que era crucial para cozinhar, para aquecer, para uma variedade de coisas. Tinham também acesso a pastagens comuns para pastar o seu próprio gado. Vedar significou impedir que as pessoas tivessem acesso aos recursos comuns. Isto contribuiu para a pobreza em massa entre os *commoners*, para a migração em massa e para a criminalização em massa, especialmente dos migrantes. Estes processos são hoje praticamente os mesmos em todo o mundo.”¹, à semelhança do século XVI e XVIII. Vedar, privatizar, excluir e delimitar excessivamente, contribuem para o aumento da desigualdade.

O crescimento exponencial das cidades tornou-as em “(...) lugares de produção: fluxos de compreensão e conhecimento são acumulados e formam um bem-comum.”². A cidade como recurso e produto da multitude representa, ainda que muito distante da utopia, um território de conciliação, onde nem todos dispõem inicialmente das mesmas oportunidades de construir espaços a diferentes dimensões e planos sociais, mas possibilita esse atravessamento, horizontalizando os campos económico, familiar, local e religioso, negociando e gerindo individual e colectivamente conflitos e interesses.

Apesar do comum ser profundamente condicionado pelos aspectos legais, económicos e políticos, é também influído pelos espaços em que se (re)produz e pelas relações que por ele são produzidas. O espaço não como produto que pode ser usado, comprado ou vendido, mas como “(...) uma forma activa de relações sociais, um aspecto constituinte das [mesmas] e um conjunto de relações ele mesmo, (...) importa porque não é um contentor inerte de vida social, mas uma parte integral das suas manifestações e dos seus eventos. O espaço dá forma aos encontros porque é um sistema estruturado de relações.”³.

Distinto dos espaços públicos ou privados, os espaços comuns “(...) destabiliza[m] a ordem urbana dominante.”⁴ e especulativa, mas não são uma forma diferente de propriedade. São uma forma de estar com, e no espaço, com o outro, e com o colectivo, condição que propicia que se converta num nicho social, tornando necessário pensar estes espaços em todas as dimensões.

¹ “(...) had access to the forest to collect wood, which was crucial for cooking, for heating, for a variety of things. They also had access to common grassland to graze their own livestock. The process of enclosure meant fencing off those areas to prevent people from having access to these common resources. This contributed to mass poverty among the commoners, to mass migration and mass criminalization, especially of the migrants. These processes are pretty much the same today all over the world.”, Massimo de Angelis – **On the Commons: A Public Interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides**. *An Architektur*. E-flux journal 17: June-August 2010.

² “(...) cities have become places of production: flows of understanding and knowledge accumulate there and form a common good.”, Negri, Antonio – **From the factory to the metropolis, Essays**. 6, *Metropolis and Multitude, Inquiry Notes on Precarity in Global Cities*, Part I – *Exodus from the Factory*. Cambridge: Polity Press, 2018. ISBN 9781509503469. Pág. 56.

³ “Space is an active form of social relations, a constituent aspect of social relations and a set of relations itself. Space matters because it is not an inert container of social life but an integral part of its manifestations and its events. Space gives form to encounters because it is a structured system of relations.”, Stavrides, Stavros – **Conclusion, Commonsense: The city as commons**, Londres: Zed Books, 2016. ISBN 978-1-78360-329-9. Pág. 260

⁴ “(...) common space destabilizes the dominant urban order.”, *Ibidem*. Pág. 263

Enquanto espaço que alberga e suporta a vida, é crucial que haja na cidade, o “(...) direito ao trabalho, à instrução, à educação, à saúde, à habitação, aos lazeres, à vida. Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais, etc.).”⁵, que depende proporcionalmente da propriedade do solo, da regulação do mercado imobiliário, da força de trabalho e da produção de alimentos, para que se possa conceber um horizonte comum.

⁵ Lefebvre, Henri – **Direito à Cidade**, São Paulo: Centauro Editoras, 2001. ISBN 978-85-88208-97-1. Pág. 139



Domestic Integrities, projecto itinerante nos Estados Unidos, do artista americano formado em arquitectura, Fritz Haeg, explora como os recursos locais são usados e explorados em cada parte do país. Iniciado em 2012, o artista divide o projecto em duas partes: “Domestic Integrities Fields” e “Domestic Integrities Gardens”.

O Domestic Integrities Fields utiliza o tapete como palco das interações que testam, através de performances, apresentações e interações, formas de habitar na cidade. Através de tecidos doados em cada local para manufaturar círculos de tapete, o mesmo aumenta a sua dimensão de cidade para cidade. Os residentes locais são convidados a trazer para o tapete alimentos “(...) dispostos / montados / assados / construídos / enlatados / confeccionados / compostos / cozidos / criados / secos / feitos / em conserva / fiados / guisados / tecidos / etc., a partir de material colhido, forrageado, recolhido, extraído ou encontrado no seu ambiente. Estas podem ser tão simples como uma taça cuidadosamente composta de fruta madura colhida, um arranjo de flores e ervas frescas, uma infusão, ou mesmo uma pilha de pedras - ou tão complexas como uma combinação de vegetais em conserva, uma fruta em conserva, um pão caseiro cozido no fogo, um estilo de mesa pessoal, um tecido tingido à mão, um papel feito de polpa de plantas colhidas, um remédio medicinal inventado, forrageado da rua, ou um sabonete estranho artesanal inventado na casa de banho.”*

*Retirado e traduzido do site do artista. Disponível em: <http://www.fritzhaeg.com/domestic-integrities/main.html>

1. Haeg, Fritz. MoMa, Nova Iorque. Domestic Integrities part A01: New York City. Editado pela autora.

UTOPIAE INSVLAE FIGVRA



PROPRIEDADE

15



1. Curtis, Layla, Aplicação Trespass, 2015
2. Curtis, Layla, Gravações para a aplicação Trespass, 2015

A artista britânica, Layla Curtis, a propósito da venda de Freeman's Wood em 2012, nos subúrbios de Lancaster, Inglaterra, desenvolveu a aplicação Trespass. Num país onde as *common lands* têm uma forte tradição, quando o local de 11 hectares foi vedado, surgiram reivindicações por parte da população que o usava como recurso, recreio e lazer. Os sinais foram mutilados e as vedações sabotadas. A aplicação de Curtis, permite que ao percorrer em junto à vedação colocada, se ouça os áudios gravados com a comunidade, que reflectem o impacto daquele sítio nas suas vidas, e o que esperam para o futuro daquele espaço que recebeu licença para construir. Como forma de convidar a trespassar, ouve-se apenas parte dos áudios estando do lado de fora. Para se ouvir a totalidade dos áudios, tem que se transpor a vedação.

As cidades transformaram-se de forma profunda com o processo de globalização, alterando as suas perspectivas de desenvolvimento. A propriedade enquanto meio de fazer cidade é um poder autoritário que “(...) tem efeitos soberanos à escala social.”¹. Regula os valores de mercado e consequentemente quem a eles tem acesso. A terra, segundo Francis Reed, transformou-se: de meio de sustento, passou a recurso do qual pode ser extraída e usada energia para controlar o resto da vida, isto é, a terra enquanto propriedade gerou capital.

Em diferentes locais, em diferentes momentos e por diferentes motivos, o processo dos *enclosures* despoletou consequências importantes no desenvolvimento que até hoje persistem. A propriedade tendo a função de delimitar e parcelar, permitiu o desenvolvimento acelerado das cidades através do investimento privado, originando processos de especulação, gentrificação e monopolização, que decorrem de “(...) esta[r]mos a viver numa era de concentração urbana. Se todos querem deslocar-se para os centros, os recursos tornam-se preciosos e precisam de ser alocados cuidadosamente.”².

É por isso relevante, salientar a importância das entidades reguladoras às diferentes escalas, considerando que o acesso à propriedade regula outros aspectos das cidades – sendo as CLT³ uma alternativa às formas mais comuns de aceder à propriedade –, tais como a habitação e a produção. Uma vez que a propriedade material serviu “(...) como referência clássica para noções de posse e exclusão, para formas imateriais. (...) tornar os bens imateriais conformes aos velhos sistemas de exclusão e escassez que foram criados para os bens materiais é um esforço cada vez mais difícil e, em última análise, condenado ao fracasso (...)”⁴, reduzindo os princípios de cooperação, abertos pelo funcionamento em rede, à obsolescência e o capital intelectual privatizado.

O comum como “(...) princípio filosófico que torna possível conceber um futuro para além do neoliberalismo (...)”⁵, tem, inevitavelmente, que questionar “‘quem possui a terra?’ [é] de crucial relevância para todas as sociedades e a sua coexistência. Os que têm acesso à terra controlam a produção do espaço e a ordem social.”⁶. Apesar da propriedade – ferramenta essencial para a produção do espaço – possibilitar o rápido desenvolvimento das cidades, acentuou, sem regulação, desigualdades sociais já existentes das cidades feudais, e agora, da metrópole.

¹ “(...) has sovereign effects on a social scale.”, Negri, Antonio – **Assembly**. How to open property to the common. Oxford: Oxford University Press, 2017, ISBN 9780190677985, pág. 87

² “(...) we are living in an era of urban concentration. If everybody wants to squeeze into central locations, resources become precious and they need to be allocated carefully.”. Brandhuber, Arno; Schumacher, Patrick – Land of the Free Forces. **The Property Issue – Ground Control and the commons**. Arch+. Berlim, 2018. ISSN 0587-3452. Pág. 99

³ O modelo CLT (Community Land Trust) distingue-se dos restantes, diferenciando o lote do edificado, uma vez que o lote continua na posse da CLT. O modelo foi apresentado pela primeira vez em 1969 por Robert Swann, como uma forma de moderar o desenvolvimento especulativo em terras agrícolas nos Estados Unidos. Nos anos 80 passou a ser implementado em contexto urbano.

⁴ “(...) as the classic reference for notions of possession and exclusion, toward immaterial forms. (...) Making immaterial property conform to the old systems of exclusion and scarcity that were created for material property is an increasingly difficult endeavor and, ultimately, bound to fail (...)”. Negri, Antonio – **Assembly**. How to open property to the common. Oxford: Oxford University Press, 2017, ISBN 9780190677985, pág. 90

⁵ “(...) the common is the philosophical principle that makes it possible to conceive of a future beyond neoliberalism (...)”. Dardot, Pierre; Laval, Christian – **Common. On Revolution in the 21st Century**, Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2019. ISBN 978-1-4742-3861-8, Pág. 125

⁶ “The question ‘Who owns the land?’ is of crucial importance for all societies and their coexistence. Those with access to land control the production of space, and the social order.”, Brandhuber, Arno; Olaf, Grawert; Ngo, Anh-Linh – Editorial. **The Property Issue – Ground Control and the commons**. Arch+. Berlim, 2018. ISSN 0587-3452. Pág. 2



3. Perry, Grayson, Very Large Very Expensive Abstract Painting, 2020, Tapeçaria, 292 x 688 cm









HABITAR

Cooperativa La Borda, Barcelona



¹ “ (...) romper con la dictadura del mercado inmobiliario.”, Cucarella, Montse L. – **Vivir en La Borda**, Vida Ciudadana, El Quinze, Público, 7/03/2019. ISSN 2605-1168. Pág. 12.

³⁷ “Everywhere the number of people seeking housing is greater than the number of self-contained apartments available, which means that the housing shortage not only persists but is actually increasing (...)”, Teige, Karel – Foreword, **The Minimum Dwelling**, Massachusetts: MIT, 2002. ISBN: 9780262201360. pág. 2

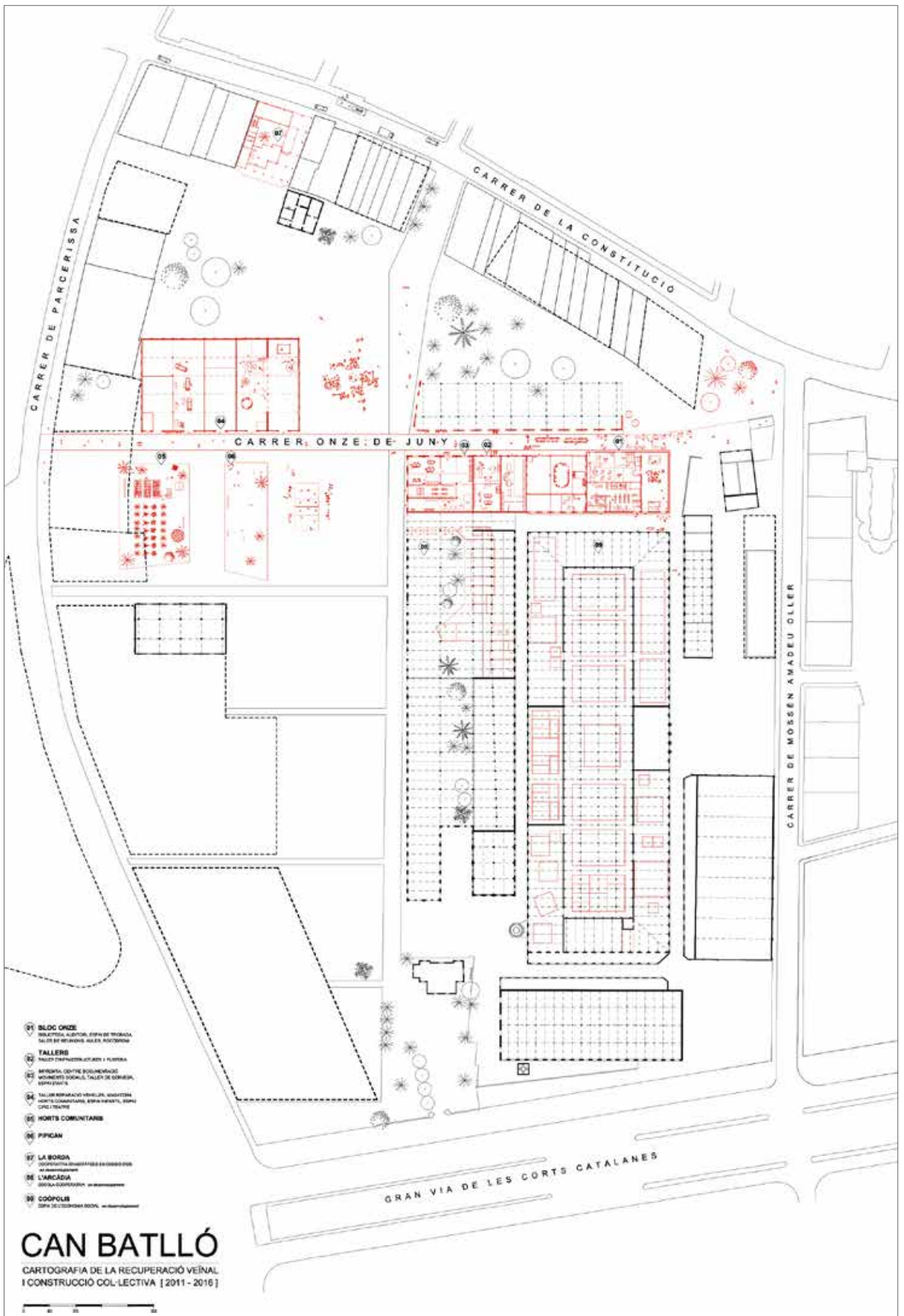
Impulsionado pelo aumento do desemprego, pelas reduções salariais e opções de financiamento disponíveis para aceder à propriedade imobiliária, consequentes da crise financeira mundial de 2008, fez emergir na área industrial de nove hectares de Can Batlló em La Bordeta, Barcelona, um movimento cooperativo organizado por cidadãos, cujo direito à cidade era limitado.

Inserida nos projectos de Can Batlló, com a Cooperativa Coòpolis e a escola auto-gerida Arcàdia, La Borda é resultado da cooperação de um grupo de cidadãos e arquitectos, apoiados do município da Catalunha. Modelo pioneiro de co-habitação acessível na Catalunha, La Borda foi manufacturada em solo municipal, entre Fevereiro de 2017 e Outubro de 2018, sob a forma de cessão de uso durante 75 anos. O objectivo era “ (...) romper com a ditadura do mercado imobiliário.”¹, dado que, “em todo o lado o número de pessoas que procuram alojamento é maior do que o número de apartamentos (...) disponíveis, o que significa que a falta de habitação [agora, acessível] não só persiste mas está de facto a aumentar (...).”².

A Plataforma Can Batlló nasceu da vontade de reivindicar o direito à cidade através da transformação de uma fábrica têxtil obsoleta, convertida num parque empresarial após a Guerra Civil de 1943. Em 1976 foi englobada n'O Plano Geral Metropolitano, cujo processo burocrático durou quarenta anos. A crise financeira de 2008 adiou a reestruturação urbana aprovada em 2006, que previa uma área residencial e espaços verdes, originando movimentos de ocupação por parte dos civis.

1. Can Batlló, La Bordeta. Foto do Centre d'Estudis de l'Hospitalet, 1987.

2. Planta geral de Can Batlló, com todos os espaços auto-geridos pela plataforma.



Em 2009, a par da criação da Plataforma de Afectados por la Hipoteca – uma organização espanhola com as suas raízes em Barcelona que toma medidas directas para lutar pelos direitos à habitação e dar um fim às expulsões, na qual, Ada Colau, a actual presidente do Município de Barcelona, foi um dos membros fundadores –, surgiu um movimento precursor de protesto popular, em que foi ultimado que se as obras no recinto não começassem até 11 de Junho de 2011, os cidadãos ocupá-lo-iam.

Como consequência dos protestos pacíficos iniciados em Madrid, em Maio do mesmo ano, organizados e idealizados pela plataforma civil e digital ¡Democracia Real Ya!, “a contagem regressiva é desenvolvida ‘em crescendo’ com a estratégia de fortalecer e legitimar o movimento, com o apoio de várias associações e movimentos sociais em La Bordeta, Sants e na cidade (Barcelona). Um processo intenso que culmina num contexto histórico e social específico: as ocupações das praças como resultado do movimento 15M.”³. Protestos que desafiavam os “(...) espaços públicos muitas vezes supostamente mundos comuns – representados explicitamente e assinalados por gloriosos edifícios públicos, praças, ou monumentos – através de actos de contestação e luta social, bem como por práticas que criam outros tipos de mundos comuns emergentes em, contra, e para além dos espaços públicos existentes.”⁴, espaços inclusivos, onde todos podem ter voz.

Em Junho de 2011, devido à pressão mediática, a Câmara Municipal cede um dos armazéns à plataforma do qual nasce o primeiro dos catorze espaços auto-geridos pelo Can Batlló⁵, o Bloco Onze. Os restantes espaços que foram construídos e apropriados a seu tempo são: a rua 11 de Junho, o auditório, a Biblioteca Popular Josep Pons, o Bloco 9, o Centro de Documentação dos movimentos sociais da La Ciutat Invisible, o espaço de reuniões e Bar, as hortas comunitárias, a carpintaria Can Batlló, o Nau 69, a parede de escalada Can Batlló, a oficina de infraestruturas - metalurgia, carpintaria, eletricidade, canalização e construção –, a oficina de cerveja artesanal, e a Oficina de Mobilidade – um espaço de auto-reparação de veículos –, estando também prevista uma cozinha comum.

³ “El compte enrere es desenvolupa “in crescendo” amb l’estratègia d’enfortir i legitimar el moviment, i amb el suport de múltiples associacions i moviments socials del La Bordeta, Sants i la ciutat. Un procés intens que culmina en un context històric i social concret: les ocupacions de les places arran del moviment del 15M.”, Can Batlló – **La Plataforma**, Barcelona, Consultado a 28/07/2020: <https://www.canbatllo.org/historia/plataforma/>

⁴ “(...) public spaces often purported to be common worlds—explicitly represented in and signified by glorious public buildings, squares, or monuments—are challenged through acts of contestation and social struggle as well as by practices that create other kinds of emergent common worlds in, against, and beyond existing public spaces.”, Stavrides, Stavros – **Toward an Architecture of Commoning**, ASAP/Journal, Volume 1, Nº 1, Janeiro 2016, ISSN 2381-4721. Pág. 77-78.

⁵ Can Batlló – **Espais**, Barcelona, Consultado a 28/07/2020: <https://www.canbatllo.org/mapa/>



3. Protestos pacíficos Can Batlló, 2011.

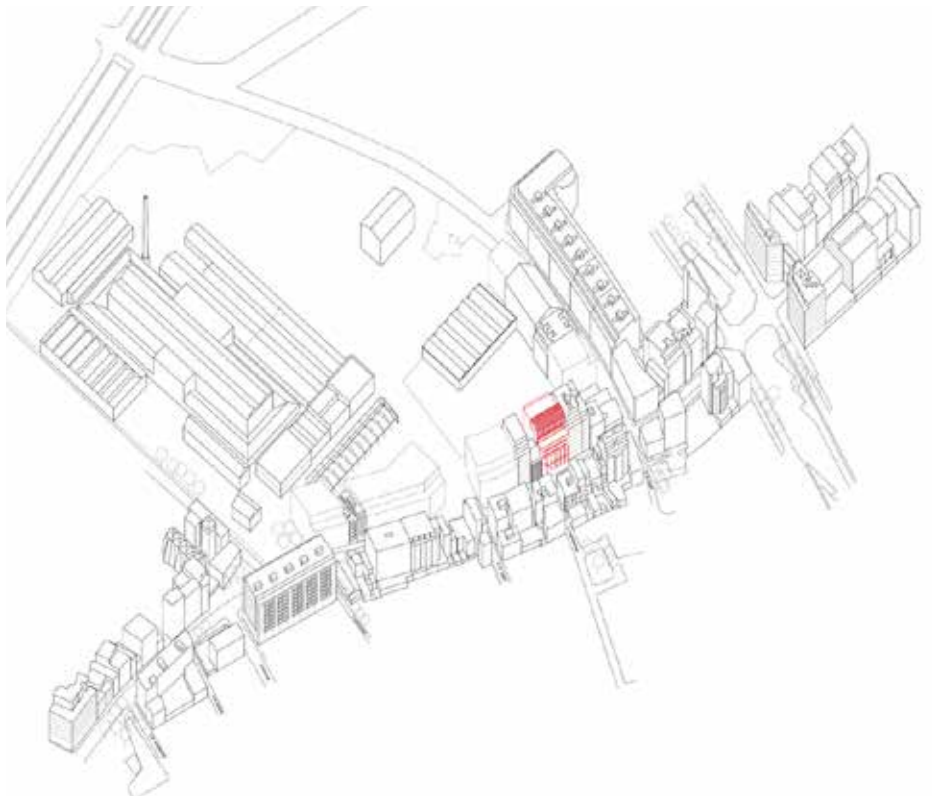
4. Axonometria do edifício La Borda relativamente ao seu entorno. Atelier Lacol.

5. Processo participativo no projecto do edifício cooperativo.

A Cooperativa foi constituída legalmente em 2014, no entanto o projecto de La Borda teve início em 2012 com a cooperativa de arquitectos Lacol, que de forma participada com os futuros residentes determinaram as condicionantes. Inicialmente a cooperativa seria construída numa das naves industriais do recinto fabril, de modo a promover a reutilização de edifícios existentes e minimizar recursos, como aconteceu noutras cidades, no entanto, o mesmo não dispunha das condições necessárias que se pretendia, surgindo a possibilidade de edificar em solo municipal.

As suas cooperativas de referência residiam na Dinamarca, Alemanha e Uruguai, onde o modelo de Cessão de Uso é uma forma de propriedade explorada frequentemente, sendo descrito pelos seus “(...) defensores acérrimos (...) como a mais transparente: paga-se enquanto se usa a casa e quando se sai da mesma, outra pessoa irá desfrutar dela. Uma forma de a ‘descomercializar’ e de a colocar ao serviço das pessoas.”⁷.

A habitação enquanto ferramenta de construir cidade e ferramenta social, é imprescindível à sobrevivência do ser humano. Factores que em La Borda fizeram optar por um modelo de propriedade pouco usual nos países do sul da Europa, a Cessão de Uso. Este modelo retira o valor da especulação resultante da privatização do solo, que, “(...) tem desempenhado um papel importante na crise fiscal e no desmantelamento das instituições do Estado Providência.”⁶, atribuindo o valor ao uso respectivo. Por oposição à compra da habitação, ao arrendamento, ao direito de superfície, e à propriedade partilhada ou temporária, na cessão de uso, a habitação não é um produto, não corroborando com a discrepância de valores entre rendimentos e renda.



⁷ “(...) defensores acérrimos (...) como la más transparente: pagas mientras usas la vivienda y cuando marches otro la disfrutará. Una manera de desmercantizarla y ponerla al servicio de las personas.”, Rodríguez Bosch, Marta – **“Cohousing”, Construir Comunidade**, La Vanguardia, 01/03/2020, Consultado a 28 de Julho de 2020: <https://www.lavanguardia.com/magazine/estilo/cohousing-construir-comunidad.html> . ISSN 2462-3415.

⁶ “has played a major role in the fiscal crisis and in the dismantling of the institutions of the welfare state.”, Negri, Antonio – **The Capital – Labour Relation in Cognitive Capitalism, From the factory to the metropolis, Essays**, Cambridge: Polity Press, 2018, pág. 109



O envolvimento com a comunidade (futuros residentes e vizinhos, pessoas interessadas no tema, etc), iniciou desde muito cedo, sendo possível contar com a mesma para o investimento inicial. Através de donativos, de pequenos eventos em que obtiveram receitas internas, emissão de títulos participativos por parte do banco cooperativo Coop57, crédito à habitação, crédito participativo, subsídios da Câmara Municipal de Barcelona, o Governo da Catalunha e o Governo Espanhol e pagamento da cota de entrada de cada habitação, foi possível angariar os 3 milhões de euros necessários, e pagar mensalmente, preços bastante inferiores ao valor de mercado e invariáveis ao longo do tempo.

Para aceder à cooperativa é necessário ser membro da mesma, tendo a adesão o custo de 200€, residir há pelo menos dois anos na cidade, não ter nenhum tipo de propriedade, não exceder os rendimentos anuais considerados máximos para solicitar uma habitação de protecção oficial (habitação promovida pela administração pública espanhola, equivalente à habitação social ou habitação a renda acessível em Portugal), e investir cerca de 18500 euros para aceder à unidade habitacional, quantia que é devolvida quando, e se, o habitante sair da habitação cooperativa.



6. Construção de La Borda.

7. Processo participativo no projecto do edifício cooperativo.

Ainda que o valor mensal seja acessível, Rosa Mestres moradora de 64 anos, reconhece que dispor do capital inicial não é tão fácil, fez com que parte das pessoas renunciassem o projecto o que "(...) significa que não há tanta diversidade entre os moradores como gostariam[os] que houvesse"⁸. Apesar desta condição, em Março de 2019, havia 67 candidaturas em lista de espera, mais que a capacidade total do edifício La Borda.

O valor mensal das habitações⁹ – que variam entre os 400 e os 600 euros, dependendo da dimensão da habitação – cobrem os 3900 euros de renda mensal que La Borda paga ao município, o investimento inicial, a manutenção do edifício, e acrescentando cinco euros para os moradores maiores de idade, que formaram um fundo colectivo para assegurar mensalidades "(...) no caso de alguém não o poder pagar porque perde o seu emprego, tem um acidente, separa-se da pessoa com quem partilha a habitação, ou a mesma faleça."¹⁰.

⁸ "Esto ha hecho que entre los usuarios no haya tanta diversidad como nos gustaría", Cucarella, Montse L. – **Vivir en La Borda**, Vida Ciudadana, El Quinze, Público, 07/03/2019 . ISSN 2605-1168. Pág. 12.

⁹ Sapiña, Edgar – **La Borda, un bloque de covivienda en suelo público que desafía a la especulación inmobiliaria en Barcelona**, El Diario, 2/03/2019. ISSN 2530-0199.

¹⁰ "(...) caso de que alguien no pueda pagarla por perder el empleo, tener un accidente, separarse de la persona con quien comparte la UEC o que esta fallezca.", Grenzner, Joana G – **Confinamiento en comunidad: navegar la incertidumbre desde la casa común**, Pikara Magazine, 20/05/2020. ISSN 2340-3667.





8. Fotografias do piso térreo. Passagem para o interior do recinto do Can Batlló, entrada para La Borda, e a loja L'Economat Social.

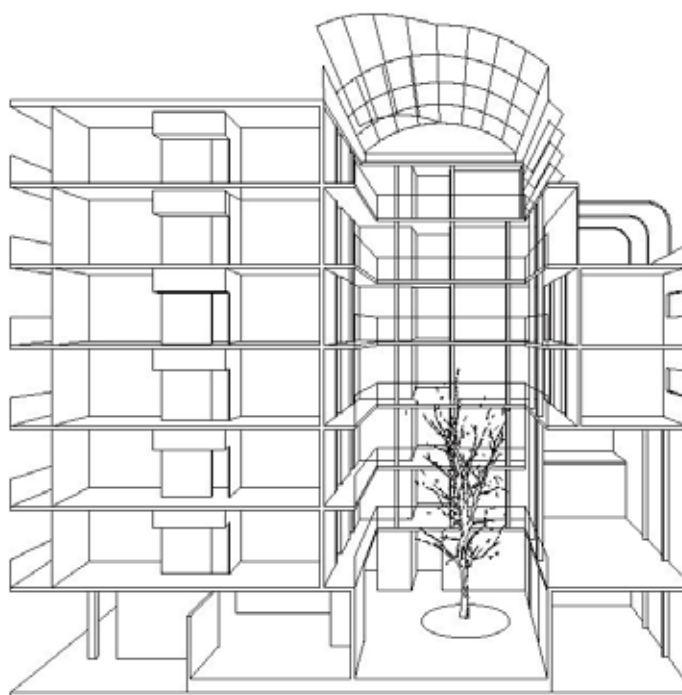
9. Corte perspectivado de La Borda.

¹¹ "(...) algunas tentativas tipológicas se consolidaban y otras, simplemente, desaparecían en el olvido. Muchos promotores intentaban buscar nuevos nichos de mercado ofreciendo soluciones arquitectónicas que dieran respuesta a las rápidas transformaciones sociales y las nuevas necesidades de la población (...)." Puigjaner, Anna – **Kitchenless City**, Catalunya: Universitat Politècnica de Catalunya. Departament de Projectes Arquitectònics, 2014. Pág. 18.



Como herdeira de "(...) algumas tentativas tipológicas [que] foram consolidadas e outras simplesmente desapareceram no esquecimento. (...) [e de] soluções arquitectónicas que dariam uma resposta às rápidas transformações sociais e às novas necessidades da população (...)." ¹¹, La Borda é composta por 28 habitações de diferentes dimensões e pelos espaços comuns – lavandaria, cozinha, sala de estar, sala multiusos, quarto de hóspedes, arrumos e estacionamento de bicicletas – que correspondem a 25% do espaço útil do edifício. Os mesmos propiciam explorar as relações afectivas que dependem do nível de interação e participação de cada indivíduo constantemente negociáveis, e económicas que o edifício proporciona, uma vez que parte das infraestruturas não se repete nas 28 habitações e as que podem advir das relações criadas (eletrodomésticos, refeições partilhadas, detergentes, etc.).

Construído entre dois edifícios já existentes, La Borda, é o edifício de madeira mais alto construído em Espanha, e o único que abre passagem para o interior da área industrial. O piso térreo é composto pelo espaço comercial, L'Economat Social – uma cooperativa cujo objetivo é fornecer produtos orgânicos de qualidade na área da alimentação – que compõe a frente de rua da Constituição, pela cozinha comum, pela sala de estar, e pelo estacionamento de bicicletas, sendo o pátio o mediador destes espaços com o exterior.





10. Terraço Comum no quinto piso.

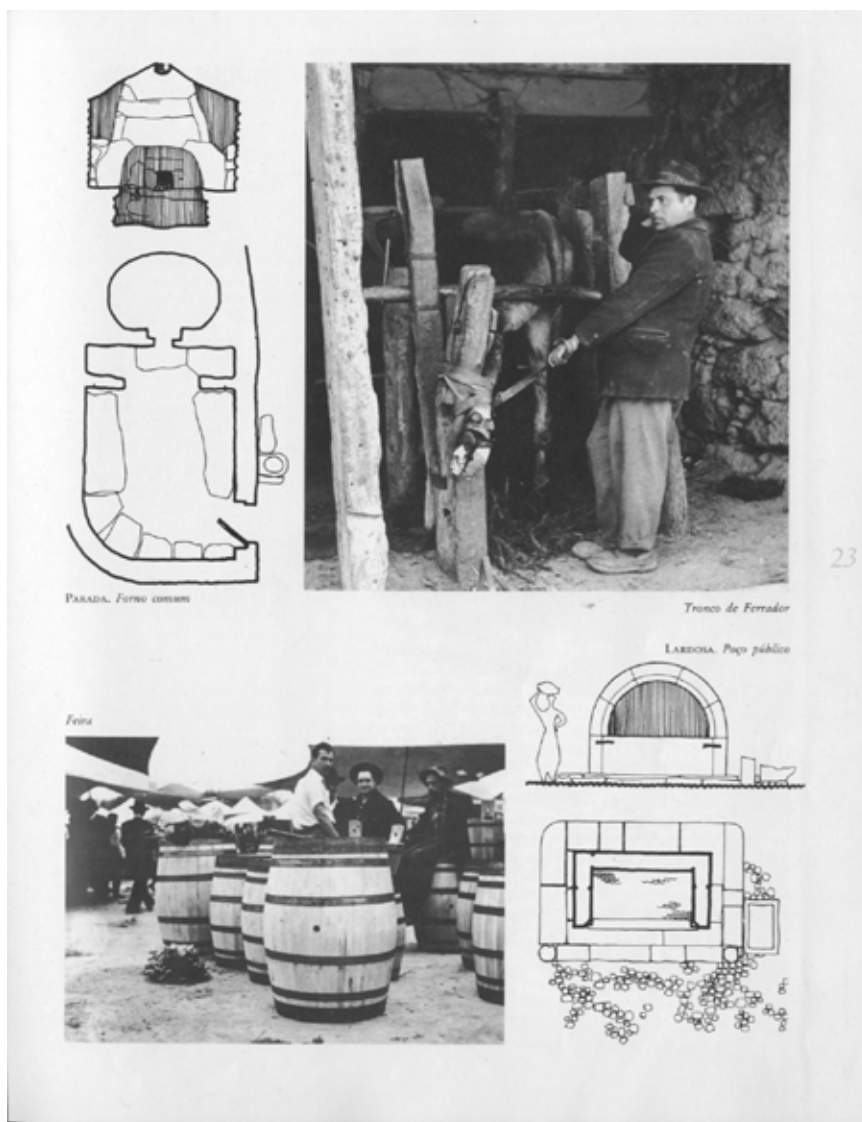
11. Sala Multiusos e lavanderia no primeiro piso.

¹² "The lack of kitchen produces a dependency on housing towards the urban system that goes beyond its limits and eliminates housework (...).", Ibidem. Pág. 338

¹³ "The extra seat at the table, the principle of hospitality, are inseparable from human community. The meal is at the heart of every religion. Our daily bread. Food was "rations" on the unhappy ship, on the happy one food was the sailor's commons.", Linebaugh, Peter – **Stop, thief! The Commons, Enclosures and Resistance**, Oakland: PM Press, 2014. ISBN 978-1-60486-747-3. Pág. 16.

No piso térreo encontram-se as funções mais urbanas que poderiam servir a cidade, e não apenas a cooperativa. "A falta de cozinha produz uma dependência da habitação em relação ao sistema urbano que ultrapassa os seus limites e elimina o trabalho doméstico (...)."¹², viabilizando mais flexibilidade, sociabilidade e economia.

Em La Borda, pela sua localização, a cozinha permite o acesso pelo exterior e ainda algum resguardo do trânsito pedestre. Uma cozinha no tecido urbano, bem como em contexto rural quando se tratava do forno comum, para além da poupança de recursos, propõe "o lugar extra à mesa, o princípio da hospitalidade, [que] é inseparável da comunidade humana. (...) A comida era 'ração' no navio infeliz, no navio feliz a comida era um bem comum dos marinheiros."¹³.



12. Forno do Povo em Castanheira de Chã.
Forno Comum da Parada e Poço Público da Lardosa.

13. Piso térreo de La Borda actual.



¹⁴ “(...) recuerda a las viejas corralas.” Jolonch, Cristina – **Patio de vecinos sin secretos**, El Vanguradia, 27/10/2019. ISSN 1133-4835. Consultado a 20/07/2020: <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20191027/471211592057/patio-de-vecinos-sin-secretos.html>

¹⁵ “(...) fomentar formas de convivencia más comunitarias que potencien la interrelación entre las personas habitantes a través de los espacios comunitarios, y establecer vínculos de cooperación en el ámbito del trabajo doméstico y los cuidados visibilizando las esferas privadas de la vida cotidiana.”, **ARQA – Cooperativa de vivienda La Borda**, Consultado a 04/09/2020: <https://arqa.com/arquitectura/cooperativa-de-vivienda-la-borda.html>

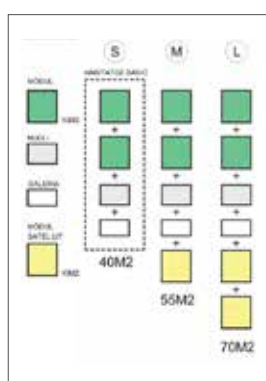
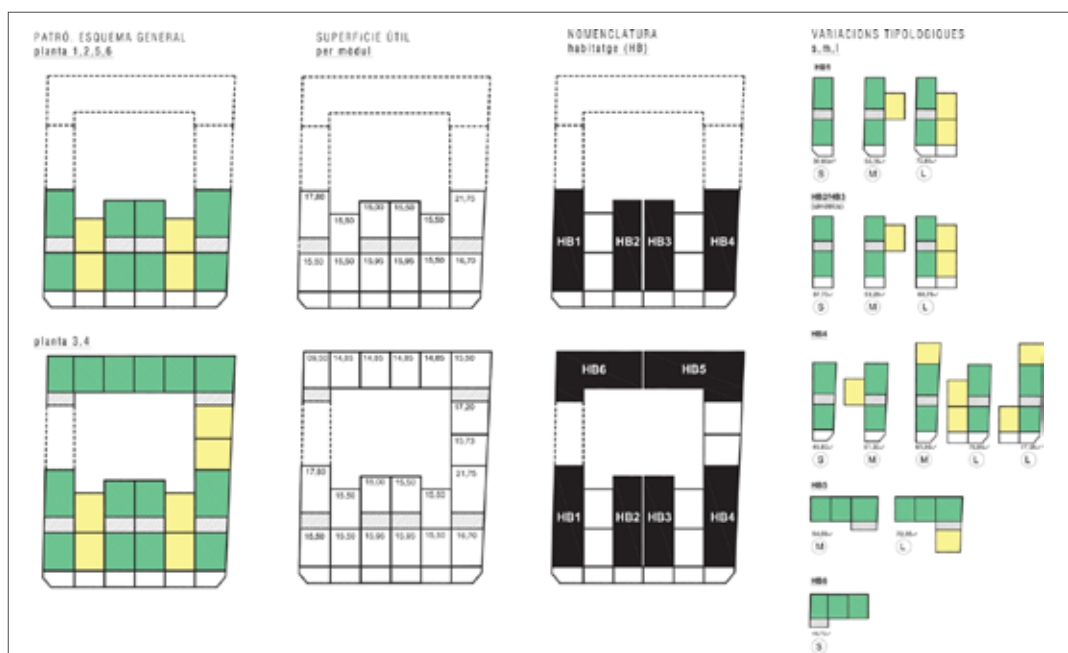
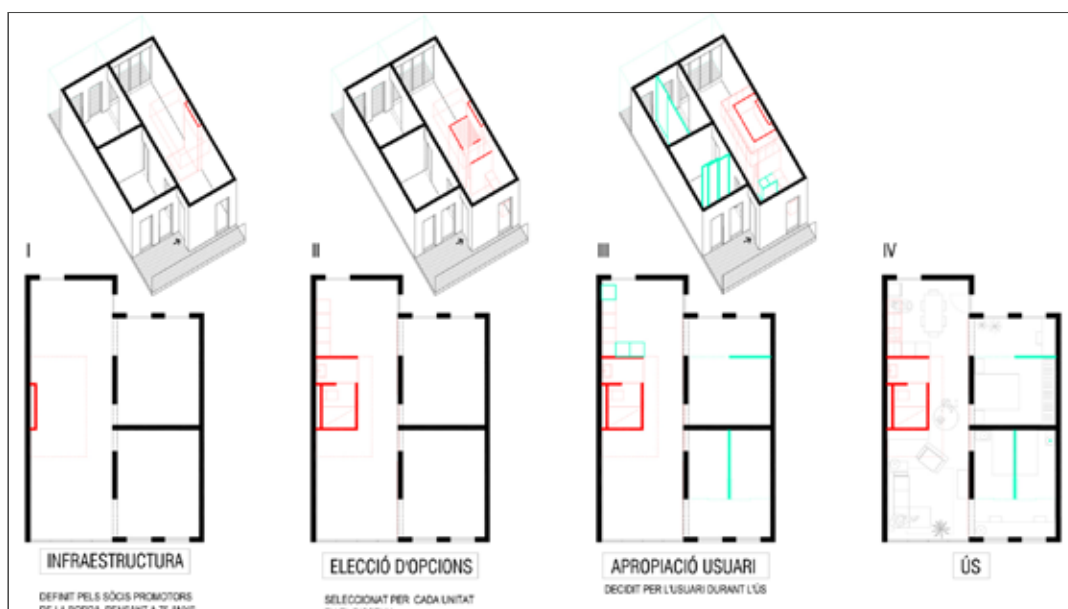
¹⁶ “The quantitative changes that for centuries have shaped the evolution of the bourgeois form of the dwelling—accompanied by the gradual specialization and differentiation of spaces and furniture, the gradual reform of its floor plan, and changes from the old patriarchal mansion to a modern dwelling—have reached a point where quantity becomes transformed into quality.”. Teige, Karel – **The Minimum Dwelling**, Foreword. Massachusetts: MIT, 2002. ISBN 9780262201360. Pág. 16.

Em torno do pátio, que conecta visual e verticalmente todos os pisos, desenvolve-se a circulação em galeria que “(...) recuerda as velhas *corralas*.”¹⁴. Dado que as tipologias de habitação se dispõem à volta do pátio, são transversais às fachadas Norte e Sul, otimizam a nível energético e prolongam a habitação para a “rua no céu”, ampliando a tipologia. Esta condição possibilita “(...) estabelecer laços de cooperação no domínio do trabalho doméstico e dos cuidados, tornando visíveis as esferas privadas da vida quotidiana.”¹⁵. Apenas no primeiro e quinto piso, mais íntimos, por oposição ao piso térreo, em que a Norte se situam a sala multiusos e o terraço comum, respectivamente, as galerias não propõem a mesma relação.

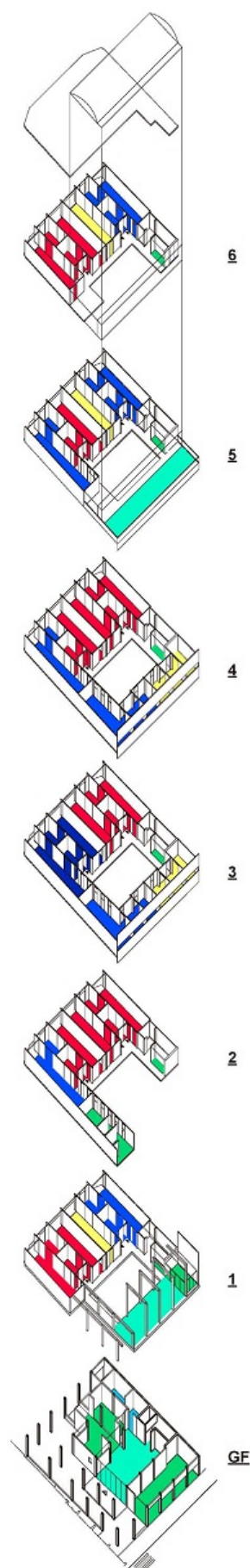
Contrariando “as mudanças quantitativas que durante séculos moldaram a evolução da forma burguesa da habitação — acompanhadas pela especialização e diferenciação gradual dos espaços e mobiliário, a reforma gradual da sua planta, e as mudanças da velha mansão patriarcal para uma habitação moderna — [que] atingiram um ponto em que a quantidade se transforma em qualidade.”¹⁶, as habitações partem da agregação do módulo base de 15m², permitindo que sejam flexíveis e ampliáveis, por não existir uma hierarquia entre os espaços.

As tipologias variam entre pequena (S), média (M) e grande (L), tendo cada uma em média, 40, 55 e 70 m² respectivamente. Nas mesmas, o espaço individual é reduzido para maximizar os espaços comuns, sendo o equilíbrio entre o espaço privado e o espaço público, crucial neste tipo de modelo de habitação. Cada habitação tem um núcleo húmido fixo com cerca de 10m², composto por casa-de-banho completa e uma pequena cozinha, que pelo seu posicionamento discrimina os módulos de 15m². É possível que alguns dos mesmos, sejam independentes através dos painéis deslizantes pré-fabricados que conformam os seus limites laterais, possibilitando o reparcelamento das tipologias ao longo dos anos.





14. Construção do módulo húmido em La Borda.
15. Estrutura fixa dos módulos e infraestrutura. Escolha do Módulo Húmido, foram desenvolvidos dois e a posição da cozinha é também variável. Apropriação pelo Usuário. Uso.
16. Composição dos diferentes tipos de módulos. Os diferentes tipos de planta de piso de La Borda.

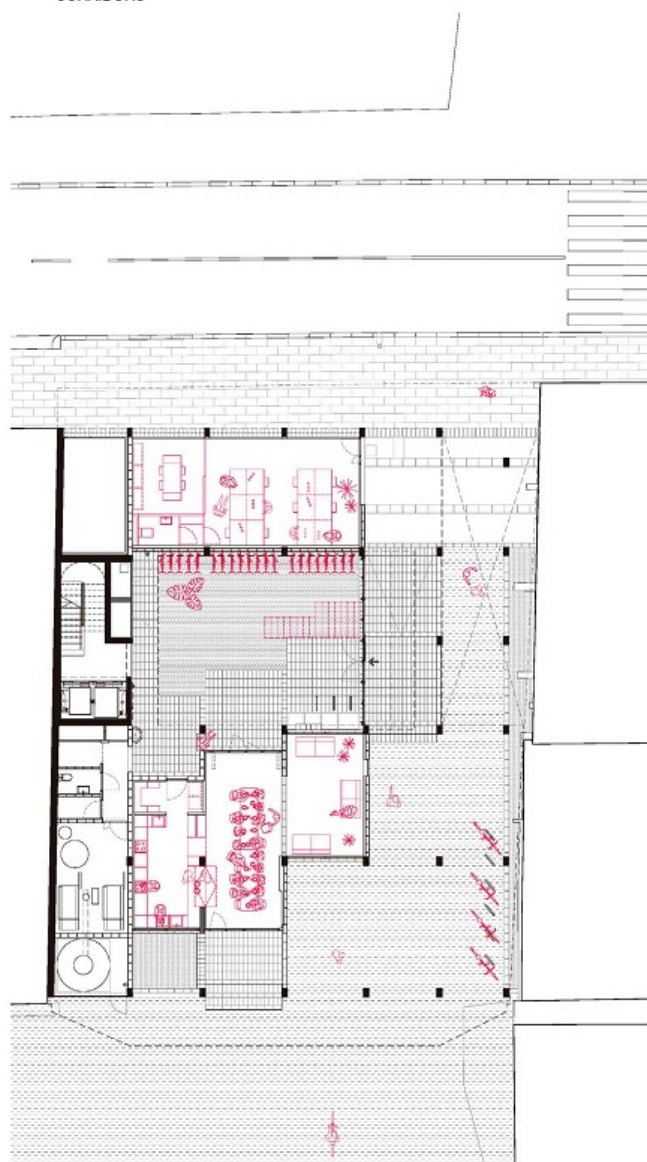
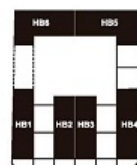
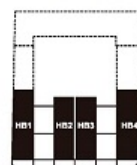


PROGRAM AXONOMETRY

- TYPOLOGY S (SMALL)
- TYPOLOGY M (MEDIUM)
- TYPOLOGY L+M (EXTRA LARGE)
- TYPOLOGY L (LARGE)
- TECHNICAL ROOM - INSTALLATIONS
- COMMON AREA / CONDITIONED
KITCHEN + DINNING ROOM
CO-WORKING / COMERCIAL LOCAL
LAUNDRY
GUEST-ROOM
HEALTH AND CARE ROOM
- COMMON AREA / NON-CONDITIONED
COURTYARD
MULTIPURPOSE SPACE
TERRACE
STORAGE
- CIRCULATIONS
PUBLIC CIRCULATION
CORRIDORS

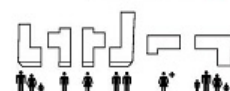
FLOORPLANS

- USERS APPROPRIATION
- INFRASTRUCTURE



GROUND FLOOR

PUBLIC ALLEY
ENTRANCE & INNERCOURTYARD
COMMERCIAL LOCAL
KITCHEN & DINNING ROOM
TECHNICAL ROOM
OUTER TERRACE



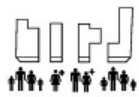
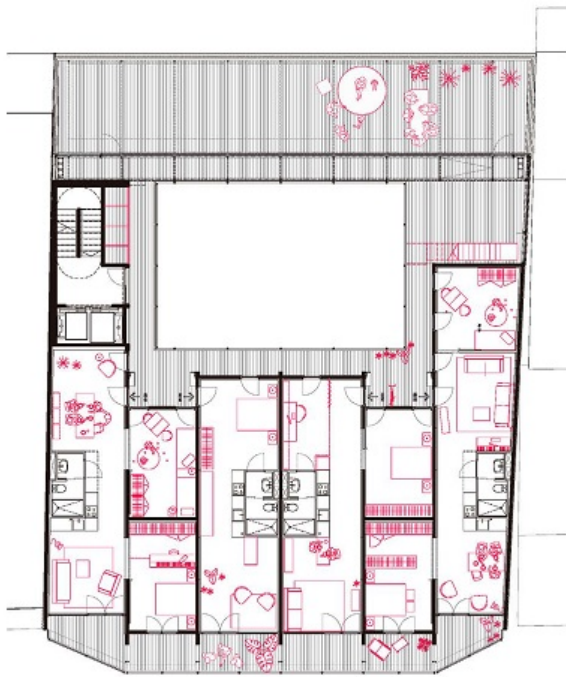
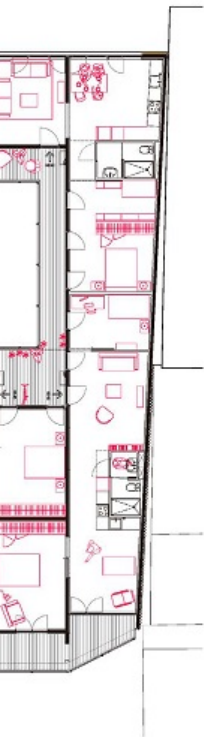
FOURTH FLOOR

1S, 3M, 2L
STORAGE



FIRST FLOOR

1S, 1M, 2L
MULTIPURPOSE SPACE
STORAGE
LAUNDRY



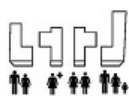
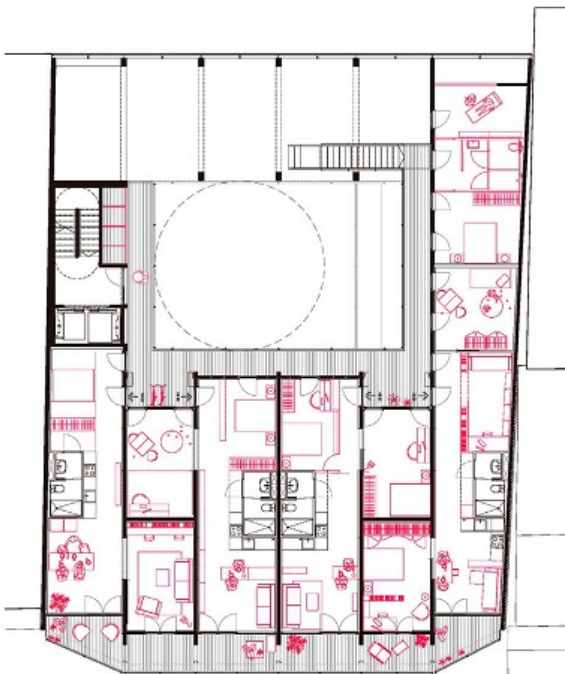
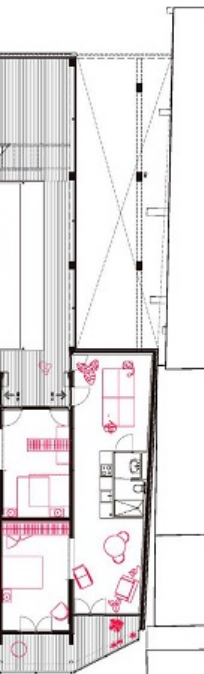
FIFTH FLOOR

1S, 1M, 2L
STORAGE
INNER AND OUTER TERRACE



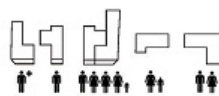
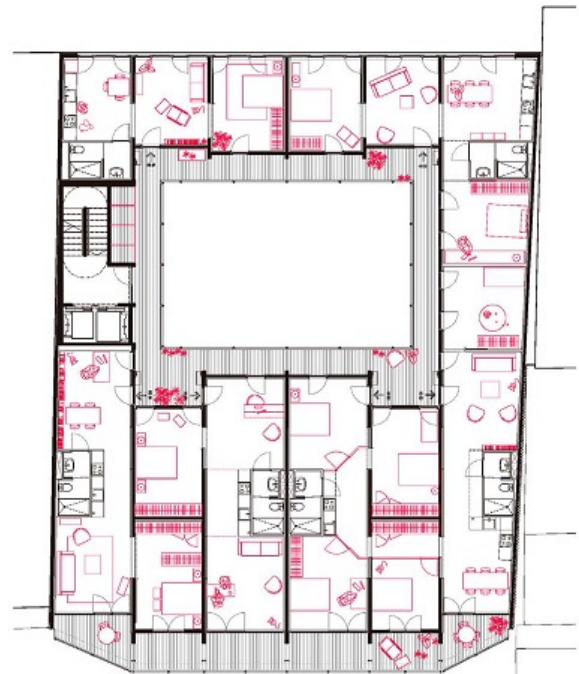
SIXTH FLOOR

1S, 1M, 1L
INNER TERRACE



SECOND FLOOR

3M, 2L
GUEST ROOM
HEALTH AND CARE ROOM
STORAGE



THIRD FLOOR

1S, 3M, 2L
STORAGE



¹⁷ “(...) have greatly sped up the construction process, with building components arriving on site and requiring only a few days, if not hours to assemble together. Such developments have reduced overall project costs by limiting the amount of on-site labor, while also increasing the economic feasibility of long spans and reduced material thicknesses.”, Vittorio Aureli, Pier, Ma, Leonard, Michelotto, Mariapaola, Tattara, Martino, Toivonen, Tuomas – **Promised Land: Housing from Commodification to Cooperation**, 12/12/2019. ISSN 2164-1625. Consultado a 06/04/2020 em: <https://www.e-flux.com/architecture/collectivity/304772/promised-land-housing-from-commodification-to-cooperation/> .

¹⁸ Kafka, George – **Sustainable building, sustainable living: La Borda, Barcelona by Lacol**, Architects' Journal, 23/06/2020. ISSN 0003-8466. Consultado a 03/08/2020: <https://www.architectsjournal.co.uk/buildings/sustainable-building-sustainable-living-la-borda-barcelona-by-lacol/10047380.article> .

¹⁹ “Adapting cooperative models of construction and ownership along the lines of platform capitalism may open up new fronts to contest the speculative nature of housing.”, Ibidem.

18. Construção do piso térreo de La Borda.

19. Construção dos pisos superiores de La Borda.

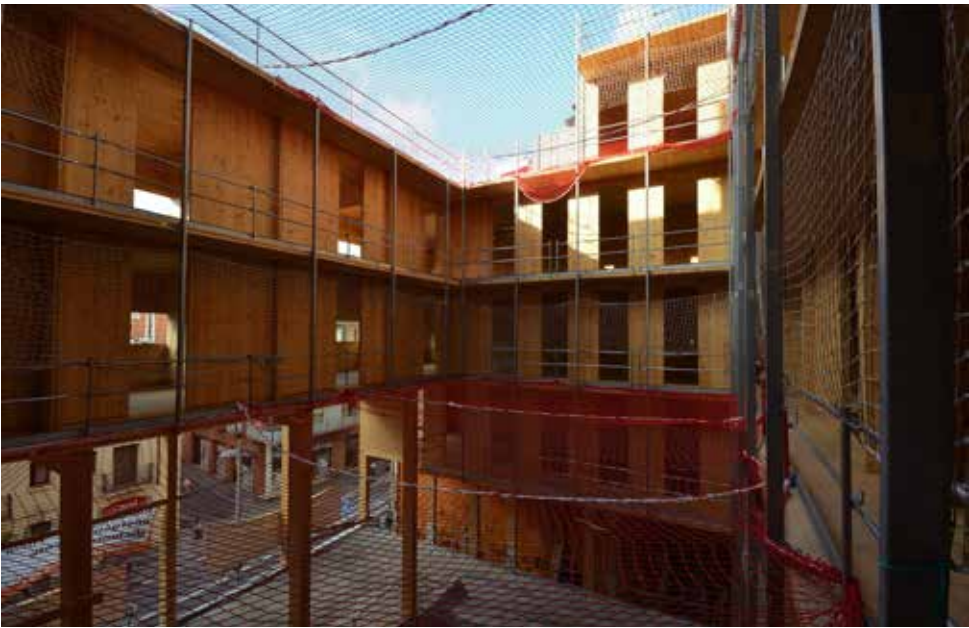
20. Estrutura dos módulos de habitação à vista de La Borda.

21. Módulos de La Borda prontos a serem apropriados.

Ainda que o valor inicial seja superior, a pré-fabricação “(...) acelerou muito o processo de construção, com componentes de construção a chegarem ao local e a exigirem apenas alguns dias, se não horas, para se agregarem. Tais desenvolvimentos reduziram os custos globais do projecto ao limitar a quantidade de mão-de-obra no local, ao mesmo tempo que aumentaram a viabilidade económica de grandes vãos e reduziram as espessuras dos materiais.”¹⁷. Por este motivo, em La Borda optou-se pela construção das paredes em painéis pré-fabricados de madeira laminada cruzada com 10 a 15cm de espessura, tendo ainda a vantagem de “(...) elimina[r] a necessidade de revestimento interno ou tectos suspensos, reduzindo ainda mais os resíduos de construção.”¹⁸. Assim apenas se utilizou estrutura de betão armado no piso térreo, que reduz o custo da manutenção no decorrer dos anos, tem melhor resposta face a incêndios e é mais resistente a eventuais vandalismos.

Por se repensar os modelos de construção tradicionais, a construção do edifício foi programada em diferentes fases e destinada a diferentes empreiteiros para não encarecer a construção e tornar o processo numa coordenação de trabalho e capital. Ao adaptar “(...) modelos cooperativos de construção e de propriedade, segundo as linhas do capitalismo de plataforma [pretende-se] abrir novas frentes para contestar a natureza especulativa da habitação.”¹⁹.

Os acabamentos das habitações ficaram a cargo dos futuros residentes, cuja presença na Oficina de Infraestruturas foi crucial para o poderem executar. “De uma perspectiva mais ampla, o projecto reflecte a necessidade urgente de readaptar a forma como a habitação está a ser produzida, a esquemas mais adequados e económicos para o habitante



20 “From a wider perspective, the project reflects the urgent needs to readapt the way housing is being produced to more suitable and economic layouts to the contemporary urban dweller.”, Brysh, Sara – **Paper for the International Conference European Network for Housing Research (ENHR): ‘More together, more apart: Migration, densification, segregation’: Designing And Building Housing Together: The Spanish Case Of La Borda**, 06/2020.

21 “Some residents are confident with the result of the collective effort in designing the right proportion of shared and private areas: To live with less in your individual space and to live with more at a collective level, for me it is an advantage. Also I think that, although we have small spaces, La Borda allows you a very good balance between the private and the collective. You are not forced one way or the other. You have both: you have your level of intimacy and you have your level of community.”, Ibidem.

22 “Una situación sin precedentes que revela como nunca nuestra ecodependencia e interdependencia y hasta qué punto nuestras acciones impactan en las personas de nuestra comunidad, a lo micro -nuestra casa común- y a lo macro -quienes habitamos el planeta (...).”, Grenzner, Joana G. – **Confinamiento en comunidad: navegar la incertidumbre desde la casa común**, Pikara Magazine, 20/05/2020. ISSN 2340-3667. Consultado a 21/09/2020: <https://www.pikaramagazine.com/2020/05/confinamiento-comunidad-navegar-la-incertidumbre-desde-la-casa-comun/>

23 “(...) hay una motivación personal, una expectativa social pero también un posicionamiento político.”, Rodríguez Bosch, Marta – **“Cohousing”, Construir Comunidade**, La Vanguardia, 01/03/2020. ISSN 2462-3415. Consultado a 28/07/2020: <https://www.lavanguardia.com/magazine/estilo/cohousing-construir-comunidad.html>

urbano contemporâneo.”²⁰, para que a cidade seja de, e para todos.

“Alguns residentes estão confiantes com o resultado do esforço colectivo na concepção da proporção certa de áreas partilhadas e privadas: viver com menos no (...) espaço individual e viver com mais a nível colectivo, para mim é uma vantagem. Também penso que, embora tenhamos espaços pequenos, La Borda permite um equilíbrio muito bom entre o privado e o colectivo. Não é forçado de uma forma ou de outra. Têm ambos: o vosso nível de intimidade e o vosso nível de comunidade.”²¹, variável consoante cada morador, e facilitado pelos mecanismos que possibilitam a negociação constante, sendo exemplo o projecto de acústica ou as três meios diferentes projectadas de chegar à habitação.

Era expectável que os moradores de La Borda lidassem com a crise ecológica e as suas consequências, mas não com uma pandemia. “Uma situação sem precedentes que revela como nunca antes a nossa ecodependência e interdependência e a medida em que as nossas acções têm impacto nas pessoas da nossa comunidade, na micro - nossa casa comum - e na macro - que habita o planeta (...).”²², tornando indubitável que “(...) há uma motivação pessoal, uma expectativa social mas também um posicionamento político.”²³ ao escolher esta forma de habitar.

22. Uma das moradoras na sua habitação a cozinhar.

23. Habitação M, vista da sala.

24. Habitação M, vista do quarto e cozinha.





3. O espaço comercial L'Economat Social.



4. Entrada de La Borda, vista de dentro.



6. Recursos partilhados na lavandaria.



8. Galeria de acesso às habitações orientadas a Norte.



9. Sala multiusos, onde se encontra a lavandaria comum.





1. Participação dos futuros habitantes nas decisões de projecto.



2. Início da construção.



3. Entrada para os espaços comuns do piso térreo.



8. Baloio no terraço comum.



Cozinha Comum no piso térreo.



9. Sistema mecânico de ventilação através da cobertura.



10. Cobertura.

1 1/2 HOUR LIMITED PARKING
ONLY FOR AMERICAN RAG CIE,
MAISON MIDI, WORLD DENIM,
BAR & CAFE MIDI
WITH VALIDATION

EXCEEDING THE
1 1/2 HOUR LIMIT AND / OR
PATRONAGE IN
ESTABLISHMENTS OTHER
THAN THOSE LISTED ABOVE,
WILL RESULT IN A
\$6.00 PARKING FEE

VIOLATION OF
THESE CONDITIONS
VOIDS VALIDATION,
THE \$6.00 PARKING FEE IS
APPLICABLE AND YOUR
VEHICLE WILL BE
SUBJECT TO TICKETING
TOWING OR BOTH

PARKING STRUCTURE
HOURS:
MON - SAT 10 AM - 9 PM
SUNDAY NOON - 7 PM

VIOLATORS WILL BE TOWED
AT OWNERS EXPENSE
323-876-6550
L.A.M.C. SEC 80.71.4

Forgive

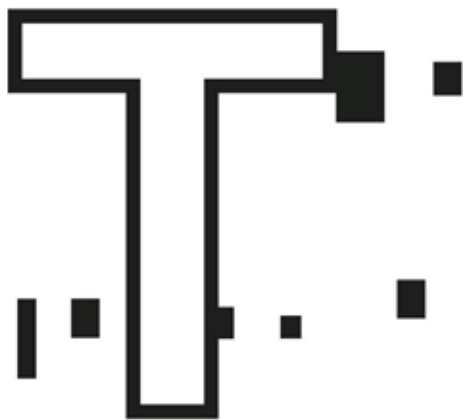
Our Rent



PRODUZIR SOCIEDADE

3

Temporada Café, Porto



¹ Conversa com o Vítor Miller.

² “The spread of coworking practices transformed ‘coworking’ into a buzzword with increasingly high expectations concerning the improvement of the socioeconomic conditions of workers in the knowledge economy.”. Gandini, Alessandro – **The rise of coworking spaces: A literature review**, ‘Saving’ the city: Collective lowbudget organizing and urban, practice. Ephemera: theory & politics in organization. Reino Unido. N° 15, Fevereiro, 2015. ISSN 1473-2866. Pág. 193.

³ Informação consultada em: https://www.ey.com/pt_pt/news/2020/08/caderno-de-notas-4-edicao

Inaugurado a 1 de Setembro de 2018, o Temporada Cowork Café propõe um modelo diferente de coworking. Vítor Miller, o fundador do Temporada, desistiu da sua carreira enquanto gestor e economista de grandes empresas em 2012, passando a procurar, ainda dentro da sua área, projectos desenvolvidos pela comunidade criativa.

Tendo em mente desenvolver um projecto auto-sustentável, uma plataforma “onde naturalmente os criativos se juntassem para trabalhar, para partilhar e para colaborar”¹, foi em 2016, no número 151 da Rua da Torrinha, no Porto, num lote estreito e comprido, comum da malha portuense, que surgiu a oportunidade de Vítor fundá-lo.

O espaço eleito, onde anteriormente foi a sede do Bloco de Esquerda, e até 2016 uma oficina/café de restauro de móveis, foi fruto de uma casualidade, originado pelo seu projecto ZiggyMap, conseguindo adquiri-lo por um preço abaixo do valor de mercado. Uma conferência sobre espaços cowork em 2017, pos-



1. Logótipo do Temporada Café Cowork.
2. Cowork Café.
3. Mercado de Natal.
4. Debate com Jovens Representantes dos Partidos Políticos.

sibilitou o contacto com a arquitecta Joana Carvalho, fundadora de um atelier de arquitectura e de um dos primeiros espaços cowork em Portugal, o Dina-mo10 em Viana do Castelo, acabando por ficar o seu atelier, Joana Carvalho Arquitectura, encarregue do projecto. A obra iniciou em Novembro de 2017, e terminou em Maio de 2018.

Ainda que “a disseminação das práticas de coworking [tenham] transformado o “coworking” numa palavra-chave com expectativas cada vez mais elevadas relativamente à melhoria das condições socioeconómicas dos trabalhadores na economia do conhecimento”², o Temporada funciona de modo distinto do D10 – que deixou de ser um espaço colaborativo, para ser uma plataforma colaborativa da comunidade criativa –, que demonstra como os espaços partilhados e colaborativos para trabalho, cujo conceito começou em 2005 em São Francisco, têm diferentes modos de operar e têm se alterado.

Motivada pela crise financeira global de 2008, que impactou fortemente a economia mundial – atingindo taxas de desemprego abismais no primeiro trimestre de 2013 em Portugal, e segundo a consultora EY ³, poderá atingir os mesmos valores até ao final deste ano devido à pandemia –, os espaços cowork disseminaram-se como um espaço alternativo ao espaço da casa, uma vez que houve uma forte aposta no *freelancing*, sendo visto como uma “(...) solução para a recessão e mudanças estruturais nos mercados de trabalho urbanos, [no entanto, agora,] estão também relacionadas com as actuais tentativas de renegociar os espaços comuns urbanos num processo de negociação de espaços, recursos e valores partilhados.”⁴, e não uma secretária em modo estanque.

O funcionamento distinto do Temporada deve-se à procura de um motor económico, uma vez que “a fonte de rendimento não poderia ser o aluguer da mesa. (...) é muito difícil lidar com uma secretária vazia. No cowork isso é um problema.”⁵. O modelo pioneiro em Portugal, que funciona à base do aluguer de mesa ao dia por se acreditar que “se o futuro do trabalho é remoto, então o futuro do espaço de trabalho é flexível.”⁶, não garante rendimentos estáveis, assim, o café ajuda a suprir a parte financeira que o cowork possa não cobrir.

O Temporada Cowork Café, ou o Temporada, ou o “T”, como é muitas vezes referido, é um espaço desenhado a pensar na flexibilidade e na mobilidade com capacidade máxima prevista para 20 pessoas em coworking simultâneo. O Temporada dispõe de duas modalidades – à hora, com o custo de

⁴ “(...) solution to the recession and structural changes in urban labour markets, they are also related to current attempts at renegotiating urban commons in a process of negotiating shared spaces, resources and values”, Merkel, Janet – **Coworking in the city, ‘Saving’ the city: Collective lowbudget organizing and urban, practice**. Ephemera: theory & politics in organization. Reino Unido. Nº 15, Fevereiro, 2015. ISSN 1473-2866. Pág. 124

⁵ Costa, Luís Octávio – **Temporada, um café para trabalhar**. Público. 12/09/2018, Consultado a 06/08/20 em: <https://www.publico.pt/2018/09/12/fugas/noticia/temporada-no-por-to-1843854> . ISSN 0872-1548.

⁶ Conversa com o Vítor Miller.



2€, que permite descontar o valor investido no café; ao dia, por 5€; e excepcionalmente, ao mês pelo valor de 55€ num contexto pós-confinamento – a funcionar cinco dias por semana das 9 às 19h. Abre também esporadicamente ao sábado para a realização de conversas, debates, conferências, divulgação de novos projectos, oficinas, feiras e mercados, concertos e exposições funcionando como propulsores do espaço, que é também de encontro, interface de lazer, cultura e oportunidade, onde se produz.

“O coworking não é (...) apenas trabalhar ‘sozinho’ ou ‘ao lado um do outro’ num espaço de escritório flexível e, na sua maioria, acessível. É também apoiado por um modelo cultural normativo que promove cinco valores: comunidade, colaboração, abertura, diversidade e sustentabilidade.”⁷, uma vez que apenas estar presente não é suficiente para possibilitar a “(...) animação social, envolvimento e participação na prática social distinta de trabalhar colaborativamente. [Por isso] os anfitriões são (...) convocados a criar diferentes modos de inscrição dentro dos espaços para facilitar encontros, interacção, colaboração e confiança mútua entre colegas de trabalho.”⁸.

Apesar dos espaços coworking promoverem proximidade, não significa que promovam interacção e como *community manager*, Vítor sente que “alguém tem que dar a cara, porque alguém tem que perceber o que vais lá fazer, alguém tem que perceber se tens algum problema, se estás bem ou mal-disposto, e tem que ajudar a corrigir, seja porque está muito eufórico, seja porque está muito triste. Alguém tem que equilibrar isso.”⁹.

⁷ “coworking is (...) not just about working ‘alone together’ or ‘alongside each other’ in a flexible and mostly affordable office space. It is also underpinned by a normative cultural model that promotes five values: community, collaboration, openness, diversity, and sustainability.” Merkel, Janet – **Coworking in the city, ‘Saving’ the city: Collective lowbudget organizing and urban, practice.** Ephemera: theory & politics in organization. Reino Unido. 1473-2866. N° 15, Fevereiro 2015. ISSN 1473-2866. Pág. 128

⁸ “(...) social animation, engagement and ‘enrolment’ into participating in the distinct social practice of working together collaboratively. Hosts are therefore called upon to create different modes of enrolment within the spaces to facilitate encounters, interaction, collaboration and mutual trust amongst the coworkers.”. Ibidem.

⁹ Conversa com o Vítor Miller.





5. Escritório Móvel, Hans Hollein, 1969.
Antes mesmo das telecomunicações permitirem a mobilidade do trabalho, Hans Hollein, projecta um escritório insuflável.
6. Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda com trabalho de dez ilustradores, com a curadoria de Mariana PTKS.
7. Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda com trabalho de André Gonçalves (na fotografia) e Vítor Malva.

Com um orçamento reduzido, era necessário que o projecto respondesse a todas as valências expectáveis de um cowork, e de um café, e prever diferentes usos e adaptações. Em 2017 foi organizada a Festa de demolição que deu início às obras, e envolveu a comunidade local no projecto que viria a nascer. A configuração da planta foi mantida, à excepção da orientação do núcleo húmido devido à re-orientação do espaço. O pavimento e as instalações sanitárias foram mantidos. No lote estreito e comprido, o desenho do mobiliário desenhou o percurso que delimitou os diferentes espaços.

O mobiliário é contraplacado de bétula de 3cm¹⁰ apoiado em perfis de aço, conferindo um carácter industrial que é reforçado pela forma como os pontos de luz e tomadas foram colocados. “O mobiliário foi proporcionalmente a linha mais cara. Foi barato, mas foi a peça mais cara. Só foi barato porque se conseguiu que em Viana do Castelo, com pessoas que estavam pré-dispostas a trabalhar com a arquitecta, se aproveitasse todos os materiais. Um trabalho verdadeiramente colaborativo, porque era muito importante (...) garantir a identidade do espaço”¹¹, e pensar também na sua adaptabilidade.

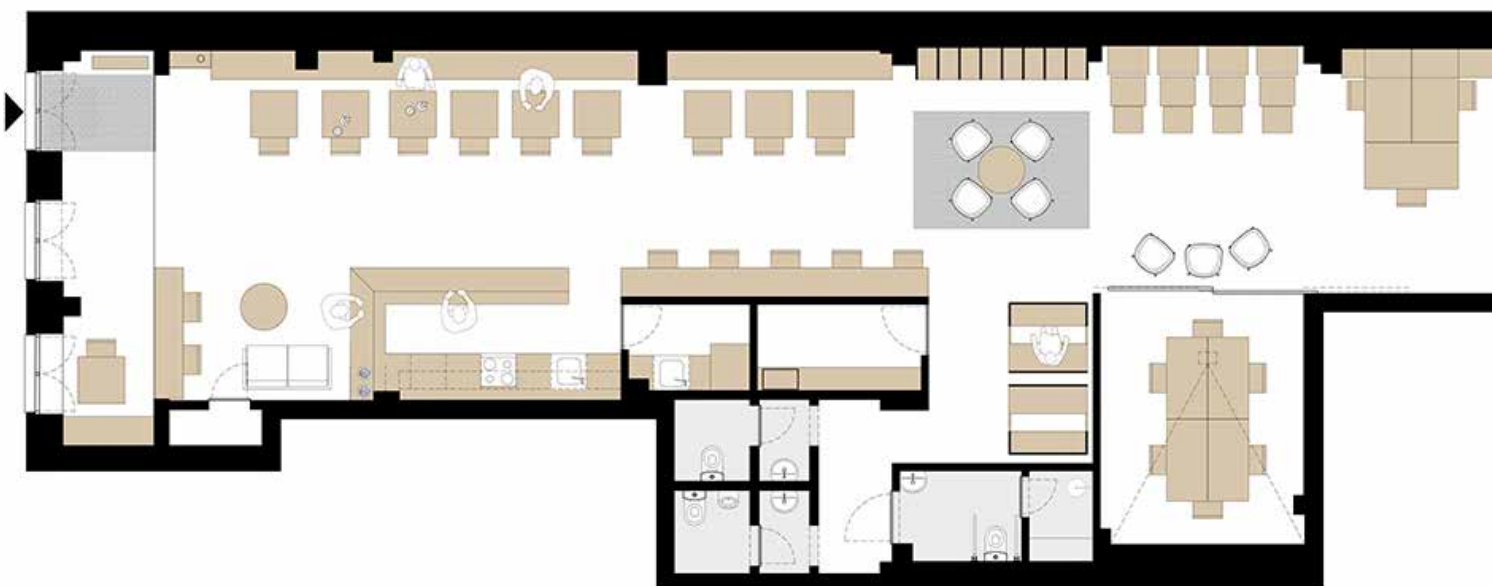
¹⁰ Conversa com a arquitecta Joana Carvalho.

¹¹ Conversa com o Vítor Miller.



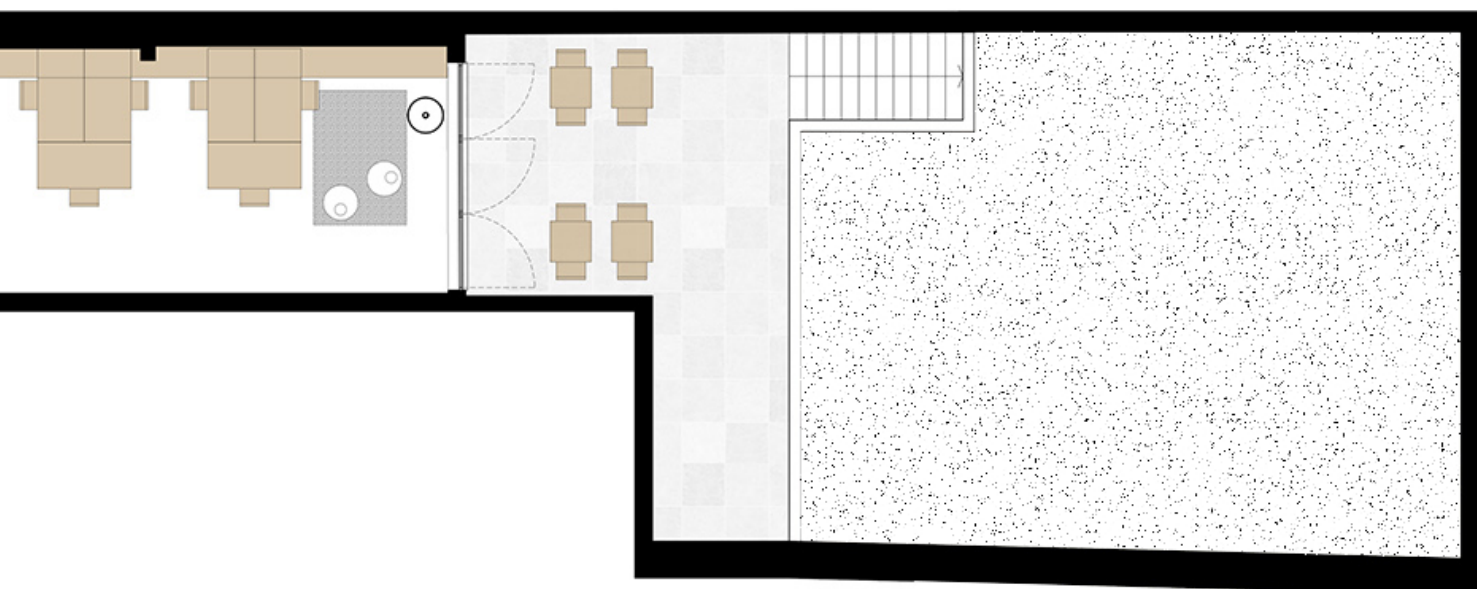


8. Produção das mesas altas.
9. Produção dos cacifos.
10. Produção dos painéis de correr da sala de reuniões.
11. Arquitecta Joana Carvalho, Projecto de Mobiliário,
autoria Joana Carvalho Arquitectura | Dinamo10 Services.





12. Planta da configuração inicial.
Joana Carvalho Arquitectura.



13. Planta da configuração actual.
Redesenho da autora.

¹² Costa, Luís Octávio – **Temporada, um café para trabalhar**. Público. 12/09/2018, Consultado a 06/08/20 em: <https://www.publico.pt/2018/09/12/fugas/noticia/temporada-no-porto-1843854> . ISSN 0872-1548.

O desenho do mobiliário permite, todos os elementos sejam movidos por uma só pessoa, e são extremamente flexíveis relativamente ao seu uso, situação já comprovada, uma vez que o Temporada alterou a configuração inicial, usando peças do mobiliário de outras formas.

É-se recebido no espaço pelo café vegan, onde se fala à vontade, onde se pode ver e adquirir peças de artistas locais numa montra – improvisada com a mobília disponível –, mas também onde se trabalha, e se “replica o modelo de cowork (...) com a porta aberta”¹². Nas cadeiras ou nos bancos de madeira corridos revestidos a tapeçarias de Cervães para melhorar a acústica do espaço, é-se convidado a consumir ao percorrer os olhos sobre o menu do dia, assente nos azulejos da cozinha. Segundo Vítor, são muitos os curiosos que passam, param e resolvem entrar com vontade de descobrir mais sobre o espaço.

À medida que se percorre o café em direcção ao pátio, o silêncio está mais presente. As mesas altas, desenhadas em conjunto com os bancos altos encostam-se à parede, delimitando o espaço de passagem para as instalações sanitárias e para o Skype e Nap Hub, mobiliário que valoriza os momentos mais barulhentos e sonolentos do dia. Assumindo o risco da procura pelo espaço cowork não ser rentável e originar uma mudança no projecto, os hubs foram um risco a nível de mobiliário, uma vez que são fixos e irreversíveis.

O facto de o Temporada ser comprido e linear, o que possibilita ver o pátio a partir da rua, fez com que o espaço precisasse de algum resguardo. Num momento pós-projecto foi elaborada uma divisória no espaço dos cacifos – onde se pode deixar pertences durante o dia enquanto se vai a uma reunião, almoçar, ou apenas guardar por não ser necessário –, que oferece alguma arrumação adicional entre o mesmo e o café, com os bancos que antes compunham espaços de trabalho ou um pequeno auditório direccionado para a sala de reuniões.





14. Montra elaborada com as mesas disponíveis no Temporada.

15 e 16. Auditório formado pelo conjunto de bancos e mesas altas, na configuração inicial.

17. Área dos cacifos delimitada pelo conjunto de bancos, na configuração actual.

18. SkypeHub e NapHub.

19. Actual visão linear do espaço. Coworkers no espaço subdividido com painéis.
 20. Sala de Reuniões, configuração inicial com a sobreposição da exposição Espaço de Tempo Nº1.
 21. Pátio. Vista para o interior do Temporada. Vista para a área de baldio na cota superior.

¹³ Ibidem.

¹⁴ “It presents a strategy for coping with the insecurities and precariousness of creative labour conditions by means of a collective, community-based approach to the organisation of cultural and creative work.” Merkel, Janet – **Coworking in the city**, ‘Saving’ the city: Collective lowbudget organizing and urban, practice. Ephemera: theory & politics in organization. Reino Unido. 1473-2866. Nº 15, Fevereiro 2015, pág. 135

¹⁵ “(...) situation in which people’s houses become the ‘shell’ of the new workplace means interrogating the forms of contemporary life – if it is true that production is now tied entirely to forms of life. This deep and intimate connection between forms of work and forms of life has enormous consequences, which affect especially the way people work (...).”, Negri, Antonio – The Habitat of General Intellect, A Dialogue between Antonio Negri and Federico Tomasello on Living in the Contemporary Metropolis, Part II – Inventing the Common, **From the factory to the metropolis**, Essays, Cambridge: Polity Press, 2018. ISBN 9781509503469. Pág. 143.

¹⁶ “(...) the metropolis is the place where intellectual capital and the common, both produced by labour, are set in tension with the multitude. The postmodern metropolis is therefore a place of exploitation, but at the same time it constructs a terrain of exodus.”, Metropolis and Multitude, Inquiry Notes on Precarity in Global Cities, Ibidem. Pág. 62

¹⁷ “Do we continue to nourish dreams of escaping, or do we start seeking a territory that we and our children can inhabit?”, Latour, Bruno – A hypothesis as political fiction: the explosion of inequalities and the denial of climate change are one and the same phenomenon, **Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime**, 2018, Cambridge. ISBN 978-1509530564. Pág. 5

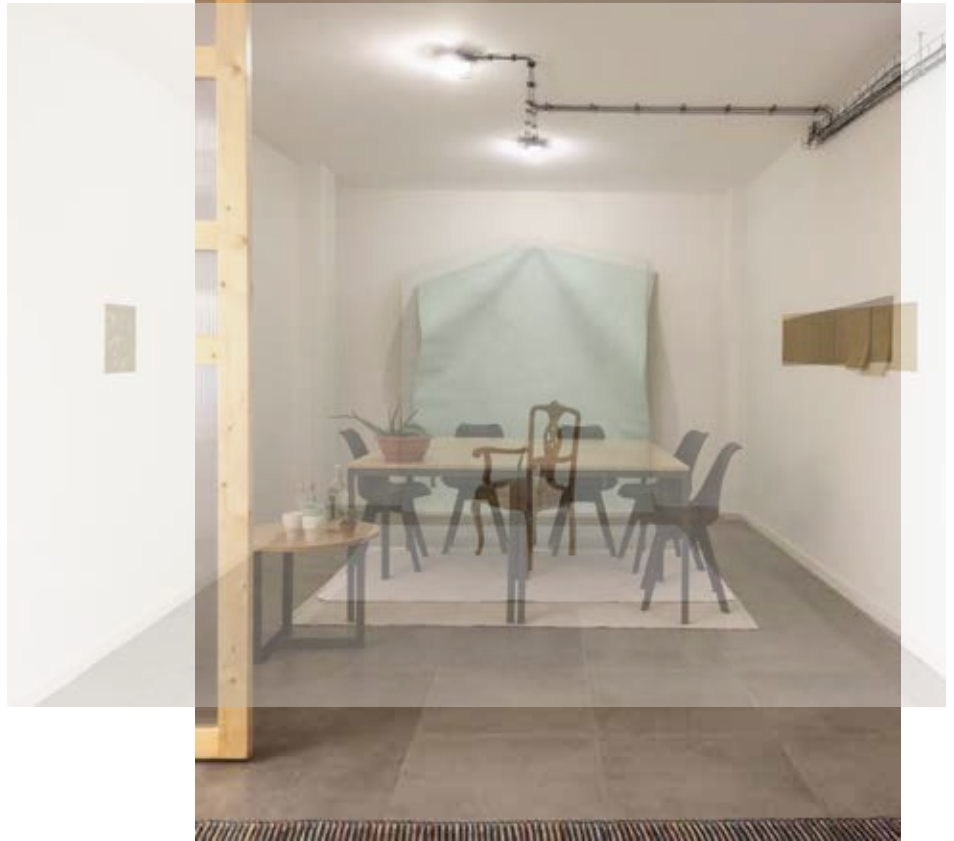


Apesar da sala de reuniões já ter funcionado para esse fim, o fundador não a considera como tal por não ter o conforto e equipamentos que se espera da mesma. É o único espaço que permite ser independente dos restantes, servindo actualmente de espaço de arrumos. Aguarda-se que se possa investir, tornando-a num espaço de retorno financeiro através do alugar à hora.

Com as mesas de 1,60 por 0,80m, que possuem rodas para uma só pessoa conseguir deslocá-la, foram elaboradas três ilhas de três mesas que mantêm desde o início do projecto uma estreita relação com o pátio. O mesmo está dividido em duas cotas, onde a que dá continuação ao espaço interior é também espaço de trabalho; na parte superior, onde já ocorreram eventos, permanece como baldio, uma vez que o projecto não está concretizado.

O Temporada, ainda em fase de conclusão (se alguma vez concluir, por estar a ser repensado de forma contínua), é movido por se acreditar “(...) que o trabalhador independente (e criativo) é o profissional do futuro, que contribuirá para o surgimento de uma economia pós-capitalista, mais justa e mais equilibrada.”¹³. Apesar das condições precárias que individualmente cada um pode enfrentar, os espaços coworking “apresenta[m] uma estratégia para lidar com as inseguranças e precariedade das condições de trabalho criativas através de uma abordagem colectiva, baseada na comunidade, na organização do trabalho cultural e criativo.”¹⁴.

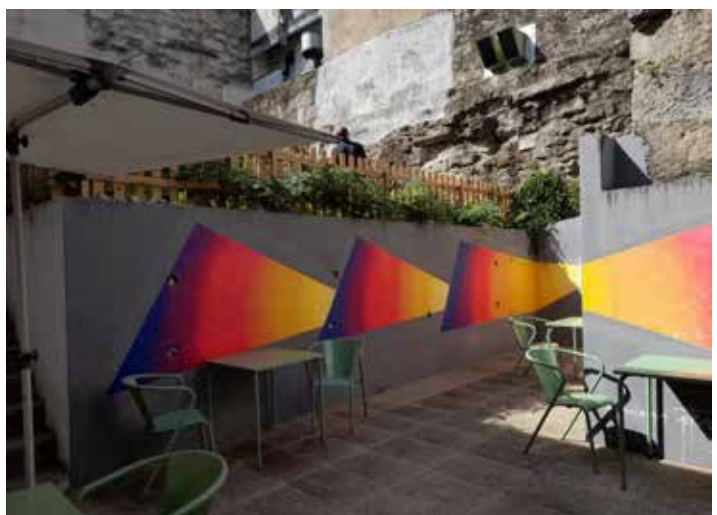
Em contexto de confinamento, “(...) situação em que as casas das pessoas se tornam a “concha” do novo local de trabalho[,] significa interrogar as formas de vida contemporânea – se é verdade que a produção está agora totalmente ligada às formas de vida. Esta ligação profunda e íntima entre formas de trabalho e formas de vida tem enormes consequências, que afectam especialmente a forma como as pessoas trabalham, (...)”¹⁵ e consequentemente, a forma como vivem. A procura pelo Temporada não aumentou no



primeiro pós-confinamento, mas mantêm-se os coworkers regulares, locais e nômadas digitais que procuram o espaço como forma de estruturar o dia, separando o espaço de trabalho da habitação.

Para a comunidade criativa, que prometem tratar-se do trabalho do futuro, “(...) a metrópole é o lugar onde o capital intelectual e o comum, ambos produzidos pelo trabalho, se encontram em tensão com a multidão. A metrópole pós-moderna é, portanto, um lugar de exploração, mas ao mesmo tempo constrói um terreno de êxodo.”¹⁶ que possibilita a construção de um lugar comum.

A produção, como parte fundamental na vida de cada indivíduo, desempenha um papel importante à escala global, não sendo possível eximir-nos da questão: “continuamos a alimentar sonhos de fuga, ou começamos a procurar um território que nós e os nossos filhos possamos habitar?”¹⁷.







PRODUZIR SUSTENTO

Prinzessinnengarten, Berlim

O jardim Prinzessinnengarten nasceu em Kreuzberg, Berlim, junto à estação de metro, num terreno que servia esporadicamente para venda de carros. Desenvolvido em terreno municipal vago há 60 anos, gerido por uma imobiliária municipal, o jardim germinou da vontade de criar um espaço onde a comunidade envolvente se pudesse reunir e consciencializar sobre a “(...) destruição ecológica, [sobre como] o solo a partir do qual a vida cresce é perpetuamente encerrado, explorado e destruído. (...) [Como] o solo sob os nossos pés está a ser continuamente privatizado e especulado para que grandes empresas imobiliárias possam extrair dinheiro daquilo que sustenta a vida, tanto ecológica como socialmente.”¹.

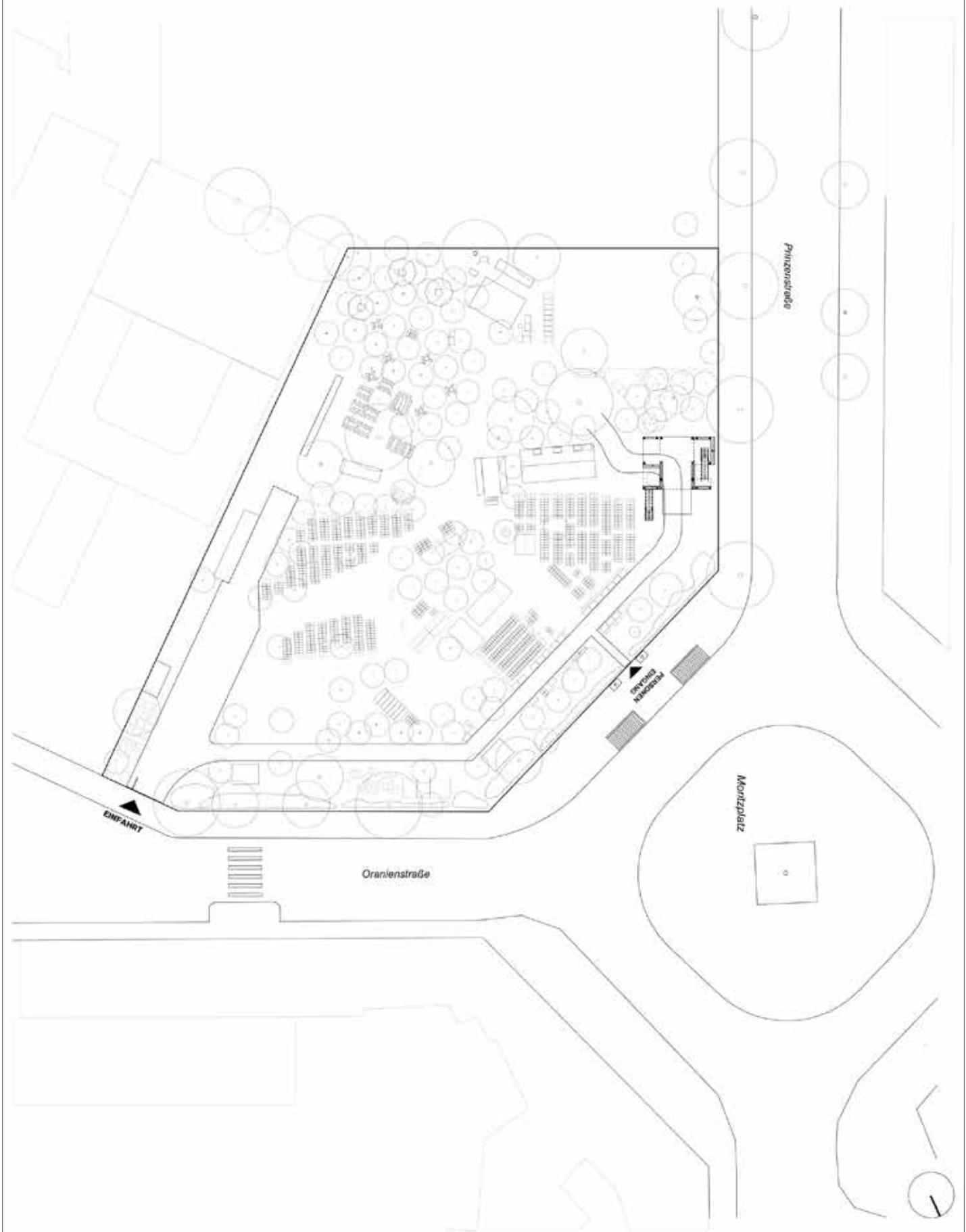
¹ “(...) ecological destruction, the soil from which life grows is perpetually enclosed, exploited, and destroyed. At the same time, the ground beneath our feet is being continually privatized and speculated upon so that large real estate companies can extract money from that which sustains life, both ecologically and socially. “. Harrison, Melissa – The Ground Beneath Our Feet: Commoning In, Against, and Beyond the Mechanisms of Urban Accumulation. Upping the Anti: A Journal of Theory and Action, Canada. Nº21, Dezembro 2019. ISSN 1718-0880. Pág. 84.

² “(...) for its diversity, alternative culture, history of political movements – but also for a steadily increasing processes of gentrification.”, Unteidig, Andreas; Dominguez-Cobrerros, Blanca; Calderon-Lünig, Elizabeth; Heilgemeir, Anna; Clausen, Marco and Davies, Gareth – **Design, progress and evaluation of the Prinzessinnengarten pilot** (version 1), Londres: The Open University, The MAZI Consortium, 2016. Pág. 8

Conhecida “(...) pela sua diversidade, cultura alternativa, história dos movimentos políticos, mas também por um processo de gentrificação em constante crescimento.”², Kreuzberg é ainda resultado das políticas de habitação do pós-guerra. Como resposta à renovação urbana levada a cabo nos anos 60 e 70, no início dos anos 80, os residentes de Kreuzberg começaram a renovar e a ocupar edifícios abandonados, iniciando um movimento de ocupação em toda Berlim Oeste. A situação motivou a que no fim dos anos 80 a cidade tivesse investido em habitação, pequenos negócios locais e espaços comunitários revelando o impacto dos movimentos cívicos na política da cidade.

Ainda que as habitações em Kreuzberg estivessem arrendadas a valores acessíveis, incentivando à migração de estudantes, artistas e imigrantes, as habitações eram de parca qualidade, facto que até ao crescimento do mercado imobiliário permitiu que houvesse lotes e edifícios vagos. Fundado por Robert Shaw e Marco Clausen, o Prinzessinnengarten, a 200 metros do muro de Berlim, foi o primeiro de muitos jardins comunitários da cidade de Berlim. A par com o jardim, foi fundada a Nomadisch Grün, uma organização sem fins lucrativos, com o objectivo de sensibilizar e promover actividades no âmbito da ecologia e sustentabilidade.





Die Laube Temporäre Holzstruktur in den Prinzessinnengärten Prinzessstraße 35 – 105 69 Berlin ARCHITEKTEN Ina Korte, Gerd Korte, Gerd Korte, Gerd Korte Tel.: 030 895 028 90, Fax: 030 895 028 91, www.inakorte.com BAUHER Naturschutz Grün gartenbegründer GmbH Geschäftsf.: Marco Cramer, Robert Bock, Frank Bock 8 10999 Berlin Tel.: 030 89 53 20 55	ST Lageplan 500 Plan Nr. index geändert: PRI_BA1_000 - 160419 M: 1:500 gezeichnet: gkl	erstellt aus: PRI_Muster.vwx	5 3 4 5 6 7 D C B A
--	---	--	--

2. Planta de Prinzessinnengarten em Moritzplatz.

³ “(...) times and spaces are ordered for production and consumption.”, Negri, Antonio – **From the factory to the metropolis**, Essays, Cambridge: Polity Press, 2018. ISBN 9781509503469. Pág. 57



⁴ “While this speculation- based seizure of land only compliments the range of instruments and practices that already restrict food production in favor of export crops, it has dramatically accelerated the capitalist transformation of agriculture and the destruction of peasant communities.”, Dardot, Pierre, Laval, Christian – **Common, On Revolution in the 21st Century**, Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2019. ISBN 978-1-4742-3861-8, Pág. 63

⁵ “(...) have specific gardening interests because of their studies or because they want to start their own; many others come to relax, to work outdoors or are simply looking for something different to do, and all of these feed into the diverse enactments of the garden’s openness and vernacular creativity.”, Wendler, Jana – **Grassroots experimentation: Alternative learning and innovation in the Prinzessinnengarten, Berlin**; Experimental Urbanism: grassroots alternatives as spaces of learning and innovation in the city, Manchester: The University of Manchester, 2014. ISBN: 978-1-315-71982-5. Pág. 178.

A cidade é o resultado “(...) [d]os tempos e espaços [que] são organizados para produção e consumo.”³. A revolução industrial, que trouxe a massificação da produção, exigiu das cidades algo que ainda não tinha sido exigido: a massificação de espaços que contrapuseram o local da produção industrial, a fábrica na cidade, ao local da produção de alimentos, o campo.

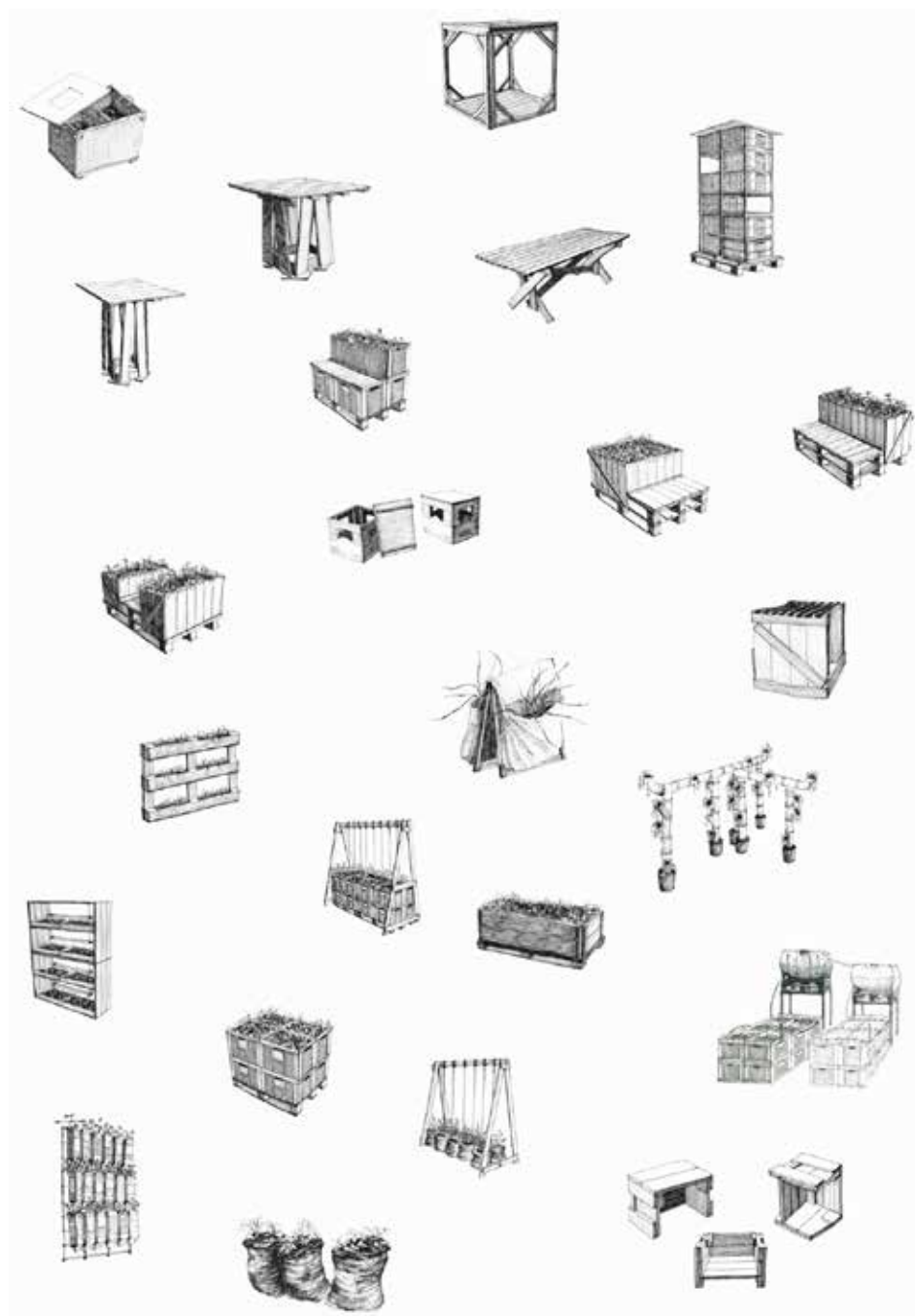
Após Robert Shaw ter vivido em Havana, Cuba, onde a agricultura urbana impacta desde 1989 – com a queda da URSS, a falta de alimentos frescos fez surgir um movimento de *grow-your-own* – até hoje na produção e na alimentação, Shaw quis trazer essa cultura para Berlim. No entanto, em Berlim fazia sentido abordar questões diferentes, uma vez que não há escassez de alimentos frescos, mas uma restrição à “(...) produção alimentar em favor de culturas de exportação, [que] aceler[aram] dramaticamente a transformação capitalista da agricultura e a destruição das comunidades camponesas.”⁴, resultando em falta de consciência sobre a biodiversidade e produção alimentar.

As actividades do jardim iniciaram em 2009, permitindo compreender de que forma as escolhas individuais impactam os diferentes *habitats*, incluindo as cidades. Contando desde o primeiro momento com voluntários – que escolhem o seu tipo de comprometimento, alguns “(...) têm interesses específicos de jardinagem derivado dos seus estudos ou porque querem começar os seus próprios; muitos outros vêm para relaxar, para trabalhar ao ar livre ou estão simplesmente à procura de algo diferente para fazer, e todos estes alimentam as diversas encenações da abertura e criatividade vernácula do jardim.”⁵ – iniciaram o projecto com a limpeza dos 6000m² do lote.

O contrato de arrendamento com o município que não viabilizou a instalação de estruturas permanentes, definiu o jardim. A solução encontrada foi germinar um jardim móvel, factor que no futuro perpetuaria o jardim noutros terrenos caso a renda do actual deixasse de ser comportável ou fosse vendido. Assimilando a condição, Marco Clausen defende que o jardim deixou de ser temporário e passou a ser pioneiro, na medida em que, para além de provar que é possível a construção de lugares como o Prinzessinnengarten, “mostra também que tipo de necessidades sociais existem, que podem não ter sido percebidas tão claramente antes. Um tal lugar pode abrir caminhos para uma certa forma de pensar sobre a cidade.”⁶.

Agora que “podemos mover informação e bens mais rapidamente em todo o mundo do que nunca; podemos produzir mais alimentos e mais bens com menos investimento de recursos; a nossa tecnologia e ciência dá-nos, pelo menos, o potencial para aprofundar e compreender melhor os sistemas naturais. (...) Temos o poder de reconciliar os assuntos humanos com as leis

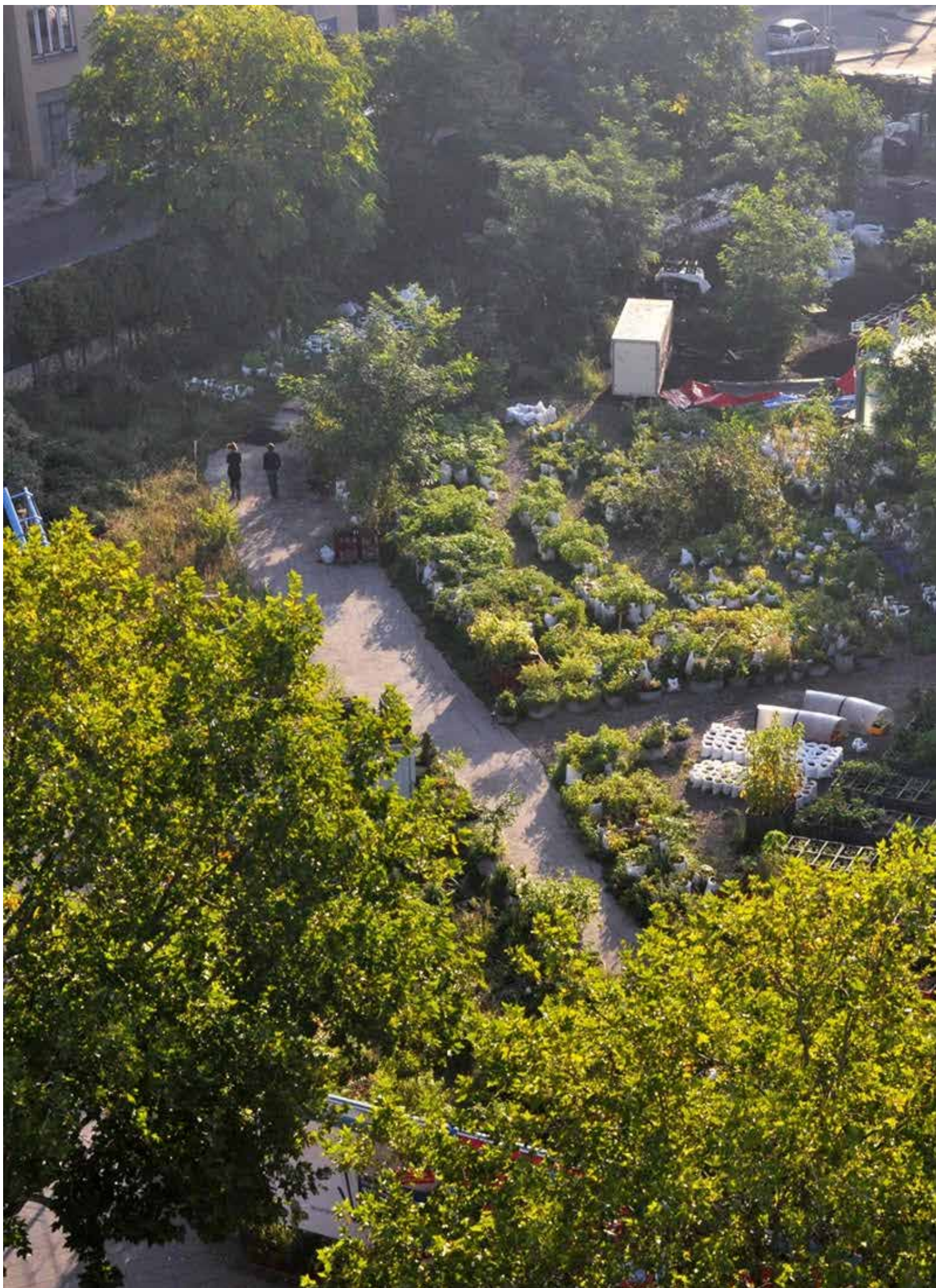
⁶ “It also shows what kind of social needs exist, which may not have been perceived so clearly before. Such a place can open paths for a certain way of thinking about the city”, Nedo, Kito – **Urban Gardens: Sowing the cities of tomorrow**, SLUM Lab – Sustainable Living Urban Model / Issue 8. The Social Design Public Action Reader, Outono 2013.



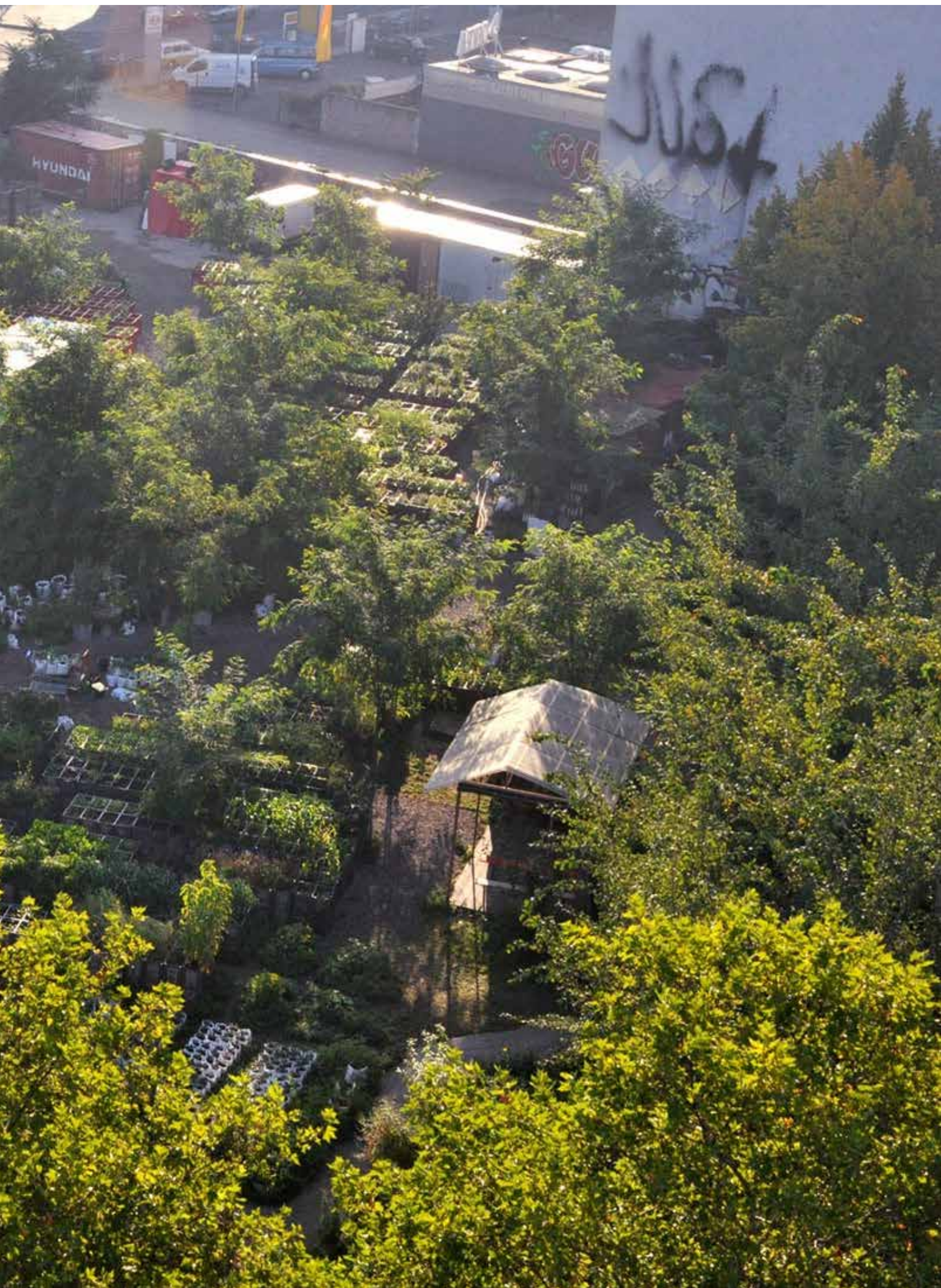
3. Victory garden no terraço, Long Island, anos 40.

4. Agricultura Urbana, Cuba, anos 90.

5. Catálogo de tecnologias no Prinzessinnengarten em 2013.



6. Fotografia aérea do Prinzessinnengarten.



7 “We can move information and goods faster around the globe than ever before; we can produce more food and more goods with less investment of resources; our technology and science gives us at least, the potential to look deeper into and better understand natural systems. (...) We have the power to reconcile human affairs with natural laws and to thrive in the process. In this our cultural and spiritual heritage can reinforce our economic interests and survival imperatives.”, World Commission on Environment and Development – **Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development**, Oxford: Oxford University Press, 1987, pág. 18

8 “The city is a place where food is consumed, the country commons is a place of its production.”, Linebaugh, Peter – **Stop, thief! The Commons, Enclosures and Resistance**, Oakland: PM Press, 2014. ISBN 978-1-60486-747-3. Pág. 25

9 Movimento que pretende apelar à opção por habitações de pequenas dimensões, pelo seu baixo consumo energético, por ser mais sustentável, poupança financeira e poupança em tempo, uma vez que pouco espaço não requer tanto investimento na limpeza.

10 “(...) commons historically were a kind of extensive and relatively public landscape of reproduction existing in a form of dialectical relationship with the relatively intensive and private landscape of agricultural production.



7. Espaço de permanência associado ao bar.

8. Espaços móveis de cultivo do Prinzessinnengarten que desenham o jardim.

naturais e de prosperar no processo.”⁷, abrindo o espectro para pensar para além da dicotomia entre cidade e campo, em que a cidade é retratada como “(...) lugar onde se consome comida, [e] os campos comuns [o] lugar da sua produção.”⁸.

Em 2010, abriu um pequeno bar, agora café e restaurante – cujo rendimento actual permite pagar a renda – que devido à condição inicial, foi instalado num contentor de transporte de carga adaptado, funcionando de Abril a Outubro. O espaço do café, o mais distinto a partir da entrada, está envolvido pelo arvoredado e pelas plantações que se encontram em dispositivos DIY (*do-it-yourself*) móveis. As paletes, sacos de arroz, embalagens tetrapak e caixas de transporte reutilizadas, organizadas e uniformizadas dentro dos limites pretendidos, demarcam os espaços de circulação e permanência.

Tendo a cidade como pano de fundo, todos os suportes, estruturas de apoio, de comércio e infraestruturas – o sistema de irrigação e o forno de barro – existentes no jardim contrastam por serem manufacturadas com materiais reutilizados, à excepção da Tiny House⁹, e da estrutura Die Laube do atelier Fatkoehl.

Os “(...) bens comuns eram historicamente uma espécie de paisagem de reprodução extensiva e relativamente pública existente numa forma de relação dialéctica com a paisagem relativamente intensiva e privada da produção agrícola. Os [mesmos] podiam assim ser considerados como o local de reprodução e valor de utilização, tanto físico como social, onde os campos e as pessoas ‘recuperam’, ou ‘renovam’ (...)”¹⁰, da mesma forma que jardim. Mais que o cultivo de alimentos, projecta e acolhe actividades socio-ecológicas possibilitando a interacção directa nas formas mais variadas nos seus diferentes



projectos. É possível cultivar e mexer na terra nos dois dias de voluntariado que se realiza de três em três semanas, quando no café se pede um chá e se colhe o que se pretende ou fazer parte do projecto de cultivo de plantas medicinais. Construir, produzir ou reparar, participando nas oficinas de construção e reaproveitamento de materiais, utilizando o forno de barro ou usar a cicloficina que fornece as ferramentas e conta com a associação 2wheels4change para apoiar as reparações. Intervir social e artisticamente nas conferências e debates, nas intervenções artísticas e no cinema ao ar livre. Comercialmente, ao adquirir produtos na loja de sementes e plantas ou no bar. E por último, o projecto de apicultura, em que apenas participam as abelhas através da polinização. Parte dos projectos surgiram por sugestão do público que procurava locais para os desenvolver, e encontraram-no no Prinzessinnengarten.

Jana Wendler define o Prinzessinnengarten como "(...) um espaço peculiar para se conhecer. Dependendo de quando e como a abordagem, torna-se coisas muito diferentes. (...) Produz fruta, legumes e ervas aromáticas no meio de Berlim. Mas à hora do almoço durante o Verão, o que é muito mais óbvio é o seu café, no meio da sombra de um arvoredo de acácias. Outras vezes, pode-se encontrar o espaço movimentado com uma feira."¹¹. Para a geógrafa urbana, o jardim é a âncora de todos os acontecimentos, o que permite que o restante aconteça, mas não o mais relevante.

As actividades proporcionadas são um convite para ser activo, propiciando interacção social e tátil com quem, e com o que nos rodeia. Sem qualquer tipo de financiamento estatal, as diversas fontes de rendimento, as parcerias com organizações associadas, os cerca de 60000 visitantes e 1000 voluntários durante o ano e um grupo fixo de 20 a 30 pessoas, permitem que o Prinzessinnengarten se mantenha fiel à sua visão da agricultura urbana, desempenhando um papel social e ecológico, mesmo noutros espaços, servindo de exemplo os jardins móveis em escolas.

The commons thus could be regarded as the place of reproduction and use value, both physical and social, where fields and people 'recover', or 'rise again,' (...).". Benesch, Henric, [et al.], Seminar II, **Heritage as Commons - Common(s) as Heritage**. Gotemburgo: Makadam Publishers, 2015. ISBN 978-91-7061-664-8. Pág. 67.

¹¹ "(...) an odd space to get to know. Depending on when and how you approach it, it becomes very different things. (...) producing fruit, vegetables and herbs in the middle of Berlin. But at lunch time during summer, what is far more obvious is its café, tucked into the shade of a group of black locust trees. At other times, one might find the space bustling with a flea market, Wendler, Jana – **Grassroots experimentation: Alternative learning and innovation in the Prinzessinnengarten, Berlin**; Experimental Urbanism: grassroots alternatives as spaces of learning and innovation in the city, Manchester: The University of Manchester, 2014. ISBN: 978-1-315-71982-5. Pág. 157

9 e 10. Actividades com a comunidade envolvente.



¹² “The structures are designed to create ‘free spaces’, pockets of surprise that allow people to realise projects and ideas, which become experimental openings and which together shape the garden”, Ibidem.



Apesar da cidade se promover utilizando o jardim como ponto de interesse, em 2012 a imobiliária municipal detentora do terreno colocou-o à venda. A resposta por parte dos civis foi o envio de uma petição sob a forma de carta ao presidente da Câmara de Berlim com 30147 assinaturas, que demonstrou o reconhecimento do bem comum que o jardim é na cidade, prorrogando o contrato até 2018. Em 2013, como “símbolo de permanência”, urgiu a vontade de construir uma estrutura que albergasse actividades de maiores dimensões. Marco Clausen em conjunto com o atelier Fatkoehl sob a forma de Quest (derivado do atelier direccionado à arquitectura que suporta ecossistemas urbanos), desenharam uma estrutura de 100m² de área de base por 10 metros de altura, cuja licença de construção lhes foi concedida por parte da Câmara Municipal em Agosto de 2015.

O Die Laube foi projectado “(...) para criar ‘espaços livres’, bolsos de surpresa que permitem às pessoas realizar projetos e ideias, que se tornam aberturas experimentais e que, juntos, moldam o jardim (...)”¹², e relações. A estrutura foi pensada na sua assemblagem *DIY*, assegurando o envolvimento da comunidade e a sustentabilidade do projecto. Foi construído em madeira regional por cerca de 100 pessoas, estagiários da Knobelsdorff School e estudantes da TU-Berlin, tornando dispensável o uso de maquinaria pesada.

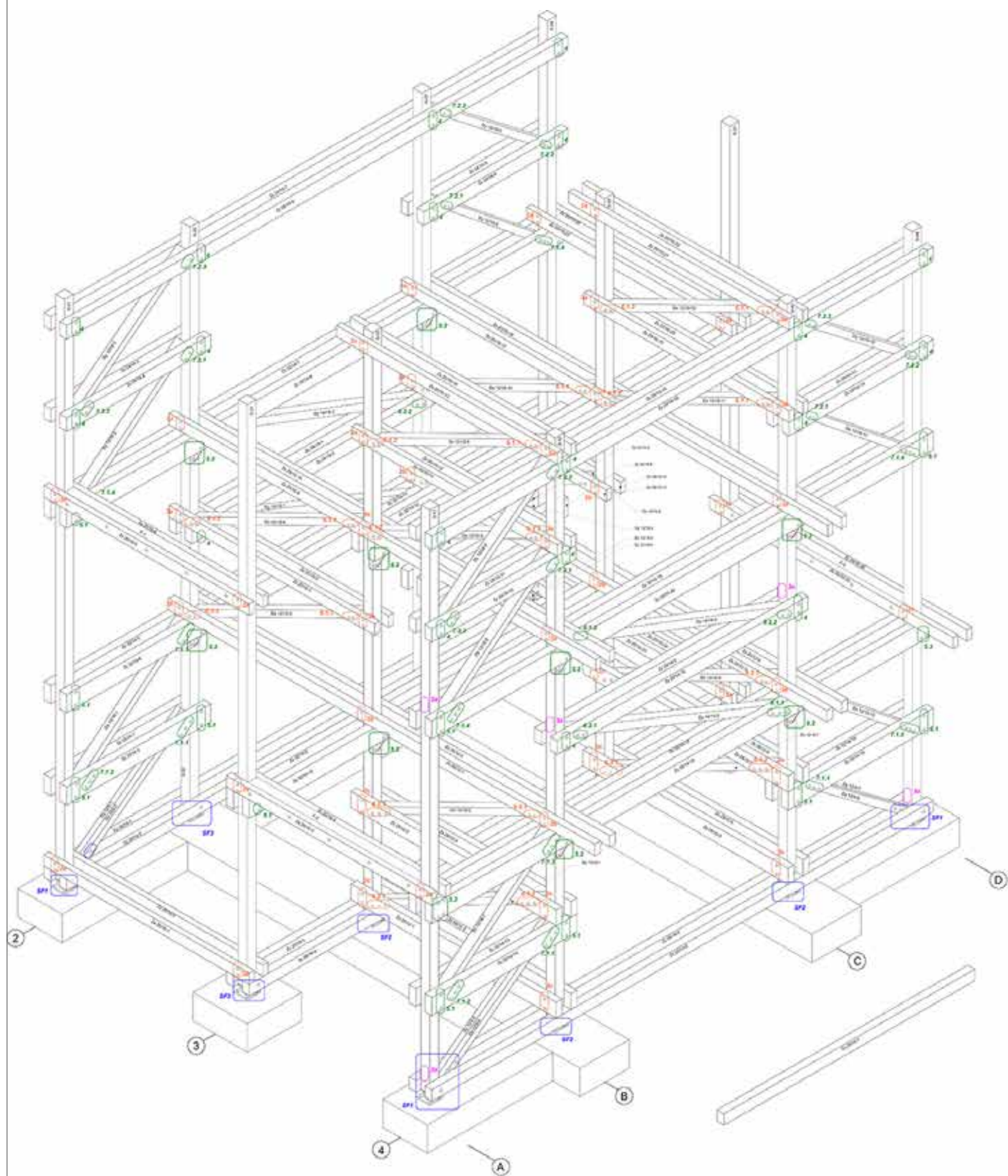
Segundo a Nachbarschaftsakademie (Academia de Bairro), o Die Laube, Arbour, ou Caramanchão, inaugurado a 24 de Junho de 2017 – ao qual foram adicionados posteriormente uma sala extensível e um terraço –, é um bem comum. Desempenha um papel importante “(...) oferece[ndo] uma oportunidade para uma introdução directa e baseada na experiência a uma prática social de



11. Espetáculo performativo na estrutura Die Laube.

12. Construção manual do Die Laube.

13. Estrutura do Die Laube concluída.



Pos. 4 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 5.1 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 5.3 4x M12 500mm, 8x Geka 50-C10
 Pos. 5.2 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10
 4x M16 240mm, 8x Geka 65-C11
 Knagge
 Pos. 7.1 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 7.2 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 8.1 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 8.2 2x M12 500mm, 4x Geka 50-C10

Pos. 3a 2x M12 420mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 6.1 2x M12 420mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 3d 5x M16 420mm, Futterholz
 Pos. 3b 2x M12 460mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 3c 2x M12 460mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 6.2 2x M12 460mm, 4x Geka 50-C10
 Pos. 6.3 3x M12 460mm, 6x Geka 50-C10

SF1 1x M12 500mm, 2x Geka 50-C10
 1x M12 220mm, 2x M16 220 mm,
 4x Geka 65-C11, 4x 4x Ankerstange M24 Rg320
 SF2 1x M12 220mm, 2x M12 460 mm,
 2x Geka 50-C10, 4x Ankerstange M24 Rg320
 SF3 1x M12 500mm, 2x Geka 50-C10
 4x Ankerstange M24 Rg320

Axo Verbindungen

PRI_BA1_502 - 160419

M. 1:25

grün gelb

erstellt mit: PPK_Macros

Die Laube: Temporäre Holzstruktur in den Pinkesteinanlagen

© 2019 PPK

Skizzen/3D

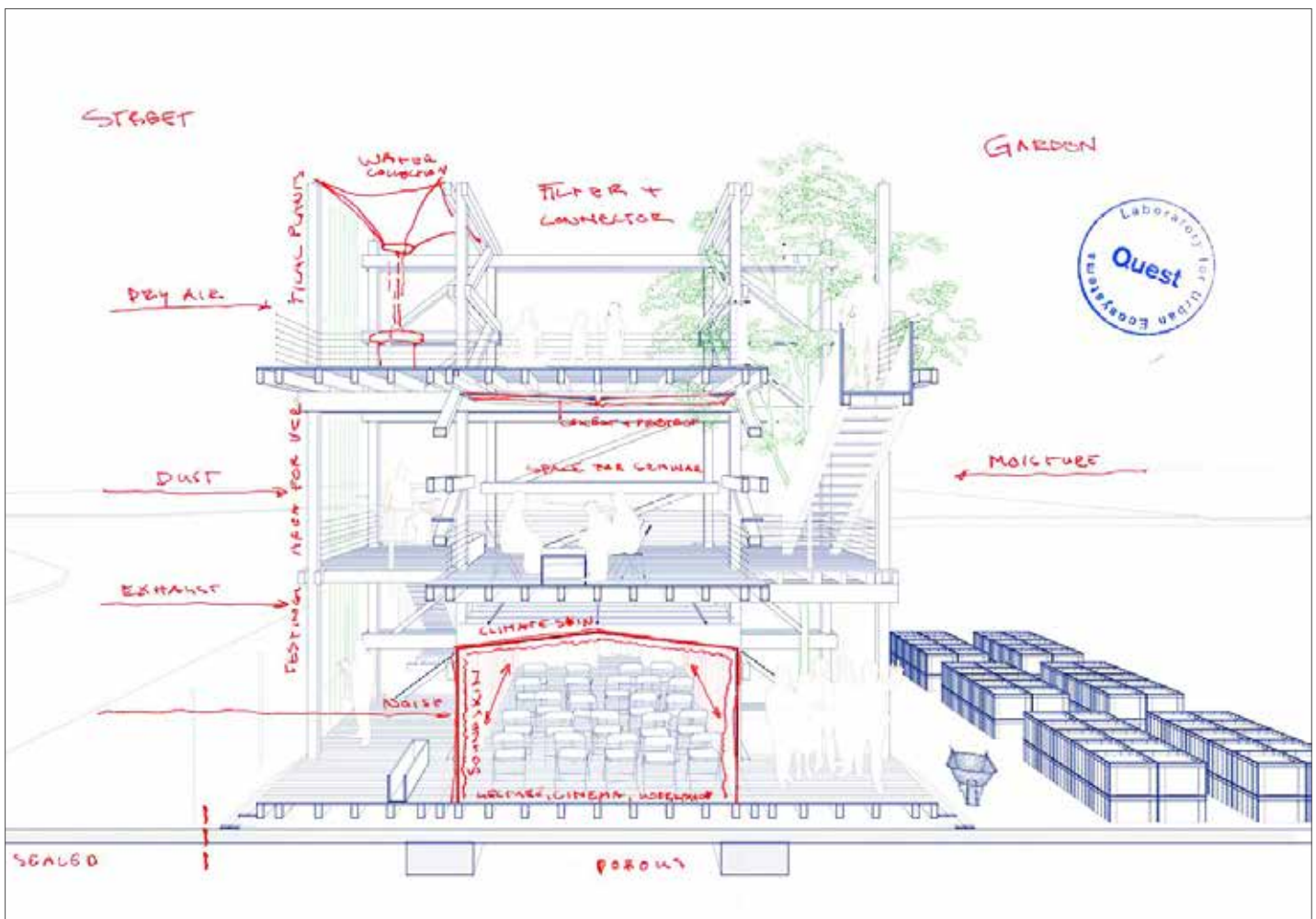
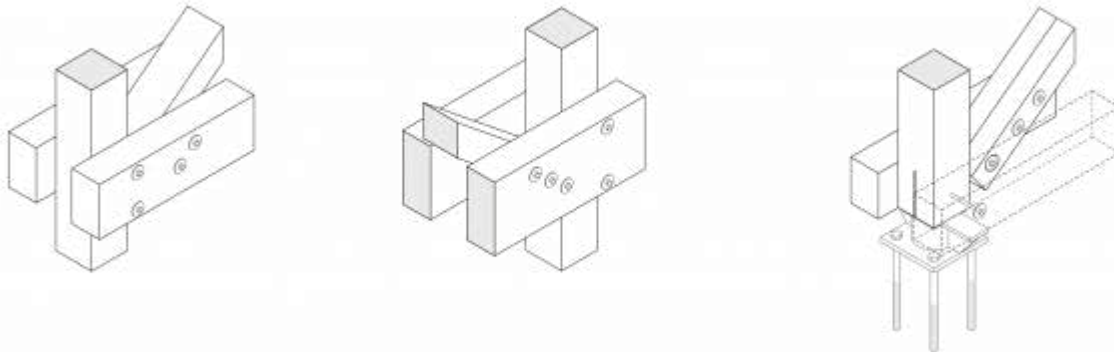
Skizzen/3D: 2019-09-10 10:00:00

Skizzen

Skizzen: 2019-09-10 10:00:00

Skizzen

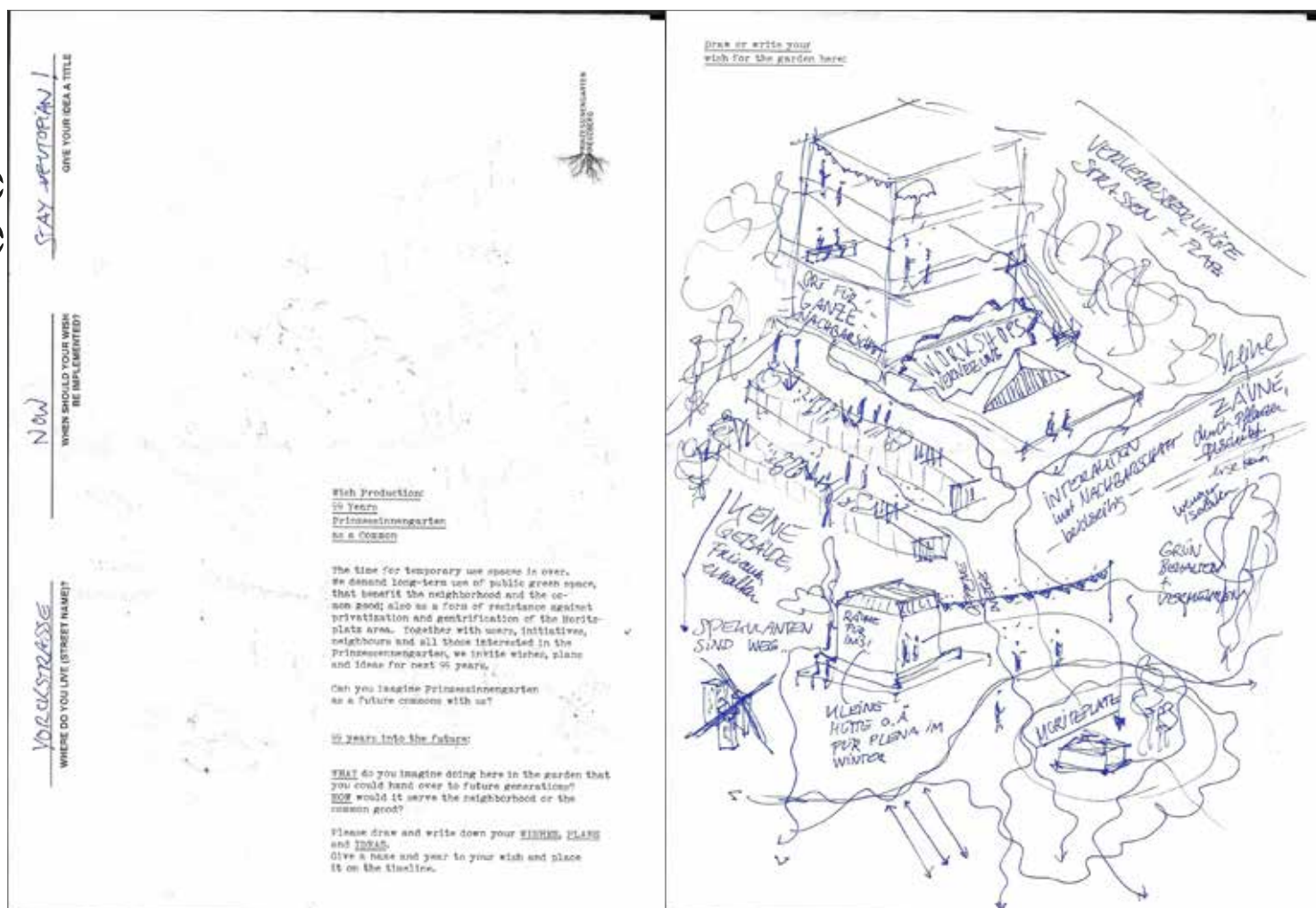
1



14. Modelo tridimensional do Die Laube com todas as medidas e secções das peças.

15. Modo de encaixe das diferentes junções do Die Laube.

16. Corte perspectivado com apontamentos do Die Laube.



13 "(...) provides an opportunity for a direct and experience-based introduction to a social practice of building that highlights connections between community, city, architecture and environment. With this architectural principle, the space of the garden will be expanded. (...) adds new rooms to the garden, opening up further possibilities for learning and community organizing.", Nachbarschaftsakademie – **Prinzessinnengarten Kreuzberg**. Consultado a 27/07/2020: <https://nachbarschaftsakademie.org/en/architecture-2/>

construção que destaca as ligações entre comunidade, cidade, arquitetura e ambiente. Com este princípio arquitectónico, o espaço do jardim será alargado. (...) acrescenta novas salas ao jardim, abrindo mais possibilidades de aprendizagem e de organização comunitária."¹³

Em 2018, devido ao aumento exponencial de privatizações e das rendas, a Nomadisch Grün decidiu que até ao fim de 2019 o jardim mudar-se-ia para o cemitério de St. Jacobi em Neukölln com o qual já tinham estabelecido parceria. Como tentativa de permanecer em Moritzplatz, a Nomadisch Grün criou com a Common Grounds Association, a Commons Evening School – uma comunidade de ensino auto-organizada, inspirada na "Libertação" de Paulo Freire –, e iniciou a campanha Wish Production para que o Prinzessinnengarten fosse propriedade comum durante 99 anos.

17. Um dos desejos da campanha

Wish Production: 99 Years.

18. Entrada do cemitério no qual se desenvolve o jardim e o café.

19. Cultivo no solo.

Sem sucesso, no fim de 2019, o jardim mudou-se para St. Jacobi com o auxílio de voluntários, permanecendo em Moritzplatz a vertente mais política da Nomadisch Grün¹⁴. A mudança garantiu que o jardim permanecesse um “(...) espaço desmercantilizado e emancipatório na cidade onde podemos juntar para explorar diferentes formas de pensar, sentir, fazer e estar em comum.”¹⁵. Segundo Mal, o novo espaço ampliou a liberdade e possibilidades de interacção que anteriormente não existiam, devido aos constrangimentos físicos do espaço. Por oposição ao terreno em Moritzplatz, de dimensão urbana, o novo espaço dispõe de 7 hectares, em que 4 são ainda cemitério.

A mudança para Neukölln deu continuidade aos projectos iniciados em Moritzplatz, incluindo o Die Laube e à excepção do café que por motivos económicos passou a ser independente, e propiciou a criação de novos. Até ao momento foram introduzidos: uma oficina de cantaria, a partir das lápides já em ruína; um projecto de carpintaria; e um projecto de reconhecimento micológico, de cogumelos, e a sua importância para a fauna e flora local. Foi também possível que as plantações passassem para o solo, ainda que parte continue a ser móvel.

O Prinzessinnengarten foi muito bem recebido por parte da instituição religiosa que o acolhe e por parte da vizinhança, uma vez que renova o cemitério em desuso, originado pelo aumento de possibilidades de rituais fúnebres, e também faz a sua manutenção. Visto que “(...) o desenvolvimento sustentável não é um estado fixo de harmonia, mas sim um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direcção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional são tornadas consistentes com as necessidades futuras e presentes. Não pretendemos que o processo seja fácil ou simples. Há que fazer escolhas dolorosas. Assim, em última análise, o desenvolvimento sustentável deve assentar na vontade política.”¹⁶, movida e influenciada pelos cidadãos que com a força conjunta de quem quer participar, reconhece, neste caso, o bem comum que é o jardim.

¹⁴ Conversa com Mal, voluntário do jardim desde 2017.

¹⁵ “(...) space and for de-commodified and emancipatory spaces in the city where we can come together across differences to explore different ways of thinking, feeling, doing, and being in common.”. Harrison, Melissa – *The Ground Beneath Our Feet: Commoning In, Against, and Beyond the Mechanisms of Urban Accumulation*. Upping the Anti: A Journal of Theory and Action, Canada, N°21, Dezembro 2019. ISSN 1718-0880. Pág. 85

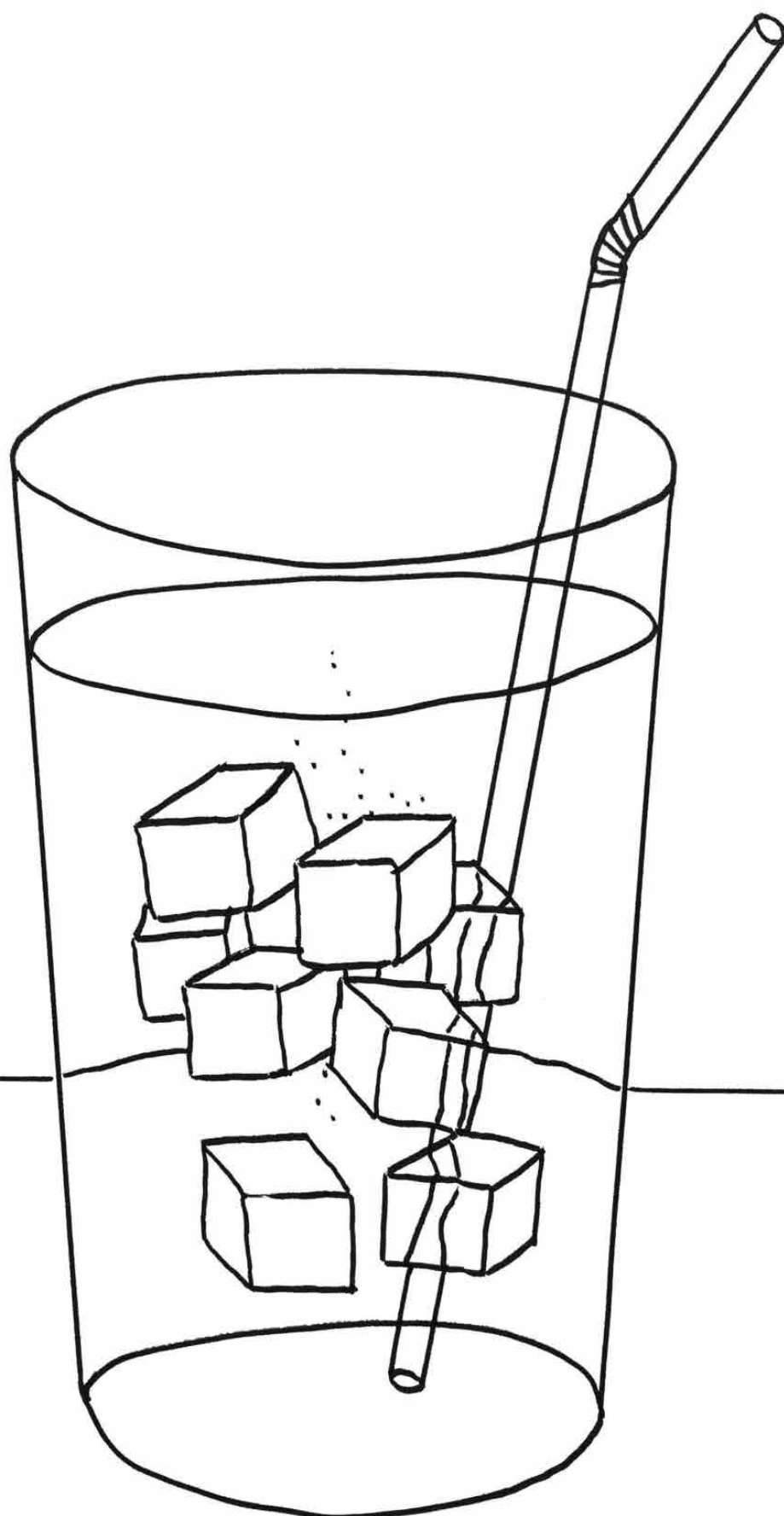
¹⁶ “Yet in the end, sustainable development is not a fixed state of harmony, but rather a process of change in which the exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development, and institutional change are made consistent with future as well as present needs. We do not pretend that the process is easy or straightforward. Painful choices have to be made. Thus, in the final analysis, sustainable development must rest on political will”, World Commission on Environment and Development – **Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development**, Oxford: Oxford University Press, 1987, pág. 18







THE ICE IS MELTING



YOU SHOULD BE CONCERNED

PERMANENCIA

A cidade de, e para todos

¹ “If globalization is the ultimate enclosure of the commons – our water, our biodiversity, our food, our culture, our health our education – then reclaiming the commons is the political, economic, and ecological agenda of our times.”. Dardot, Pierre; Laval, Christian – **Common, On Revolution in the 21st Century**, Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2019. ISBN 978-1-4742-3861-8

² “A virus that cannot be easily physically limited or politically ignored has exposed the necessary foundations of society: a care for others, a questioning of the mechanisms of privilege, and the acknowledgment that we all benefit from our contribution to the common good.”. Chipperfield, David – **Looking for Community**, Domus Junho 2020, Nº1047, ISSN: 0012-5377. Pág. 2

³ Dias, Manuel Graça – **Mobilidade, densificação e transformação**, 1999, Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX, Caleidoscópio, Lisboa, Outubro de 2010. ISBN 9789896580650. Pág. 990

⁴ Rossi, Aldo – A arquitectura da cidade, Capítulo quatro – Evolução dos Fatos Urbanos, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001. SBN 85-336-1401-2. Pág. 252

“Se a globalização é o último cerco do comum - a nossa água, a nossa biodiversidade, a nossa alimentação, a nossa cultura, a nossa saúde, a nossa educação - então recuperar o comum é a agenda política, económica e ecológica do nosso tempo.”¹. Deverá ser nas cidades, que albergarão 68% da população mundial, que a exigência deverá acontecer. No presente ano eclodiu uma pandemia global provocada pelo vírus Covid-19, tendo origem no outro lado do mundo, que parou e suspendeu a economia.

O número de infectados continua a aumentar, os níveis de poluição regressaram aos valores normalizados, os canais limpos de Veneza deixaram de ser notícia. Já não é possível banhar no Douro e não foram avistados mais golfinhos no Tejo. O valor do mercado mobiliário continua a crescer, ainda que de forma mais lenta, e os valores da bolsa cresceram em 20%. “Um vírus que não pode ser facilmente limitado fisicamente ou politicamente ignorado, expôs os fundamentos necessários da sociedade: um cuidado com os outros, um questionamento dos mecanismos de privilégio, e o reconhecimento de que todos nós beneficiamos da nossa contribuição para o bem comum.”².

Durante o período de confinamento, o sentimento do local, do vizinho e do próximo foi ampliado. Certamente muitos de nós adquiriu gostos e hábitos antes desconhecidos, reinventando também modos de estar com o outro e de estar connosco. Experimentámos a tele-escola e o tele-trabalho no espaço da casa – muitas vezes negligenciado –, havendo sempre quem não pudesse experimentá-lo. Nestes meses, a casa passou a ser o lugar comum, o lugar da democracia, da igualdade, da negociação, da cooperação com quem a mesma é partilhada, mas muitas vezes também, o lugar da solidão.

Os três casos de estudo, La Borda, Temporada Cowork Café e Prinzessinnengarten – eleitos com base nos quatro elementos que estruturam primordialmente a vida, a comuniação, a habitação, o trabalho e a alimentação –, propõem mecanismos de habitar e produzir, garantindo a sua sustentabilidade na cidade. Uma vez que o direito à mesma se encontra ameaçado pelas forças que a regulam, La Borda, o Temporada Cowork Café e o Prinzessinnengarten enquanto espaços emancipatórios, são lugares comuns em cidades cosmopolitas que “(...) dada a velocidade da informação, pode[m] adquirir uma escala quase global, mas que, no dia-a-dia, é o cenário físico, real, denso, construído, arquitectado, onde nos movemos, trabalhamos, amamos, choramos, descansamos, onde procuramos, às vezes desesperadamente e sempre insistentemente, ser felizes.”³.

Enquanto espaços de discussão, debate, confronto e harmonização, é importante que os mesmos prevaleçam, pretendendo-se que com a preeminência da dimensão política, se consiga construir uma estratégia para habitar um mundo comum – tendo este a escala que lhe corresponder: a casa, o edifício, o país, o mundo – tão polarizado. Tornando evidente que “(...) se a arquitectura dos factos urbanos é a construção da cidade, como pode estar ausente dessa construção aquilo que constitui seu momento decisivo, a política?”⁴.

A partir dos casos de estudo, constata-se que para “(...) permane[cerem] como comum é necessário um mecanismo que processe continuamente a contribuição daqueles que são convidados a utilizar [e a produzir] o espaço comum.”⁵. Mecanismo físico ou político, tendo a política um papel determinante nesta questão, “porque a [mesma] é sempre uma descoberta, e porque a primeira decisão política - em qualquer actividade de teoria, história e crítica da arte e da arquitectura - está no que se torna visível e no que é ignorado, no que é promovido e no que é escondido, no que é dito e silenciado e quem é silenciado.”⁶. A transformação contínua destes mecanismos perpetua a inscrição dos lugares comuns – servindo de exemplo, o Prinzessinnengarten – permitindo o repensar constante sobre o que é a cidade.

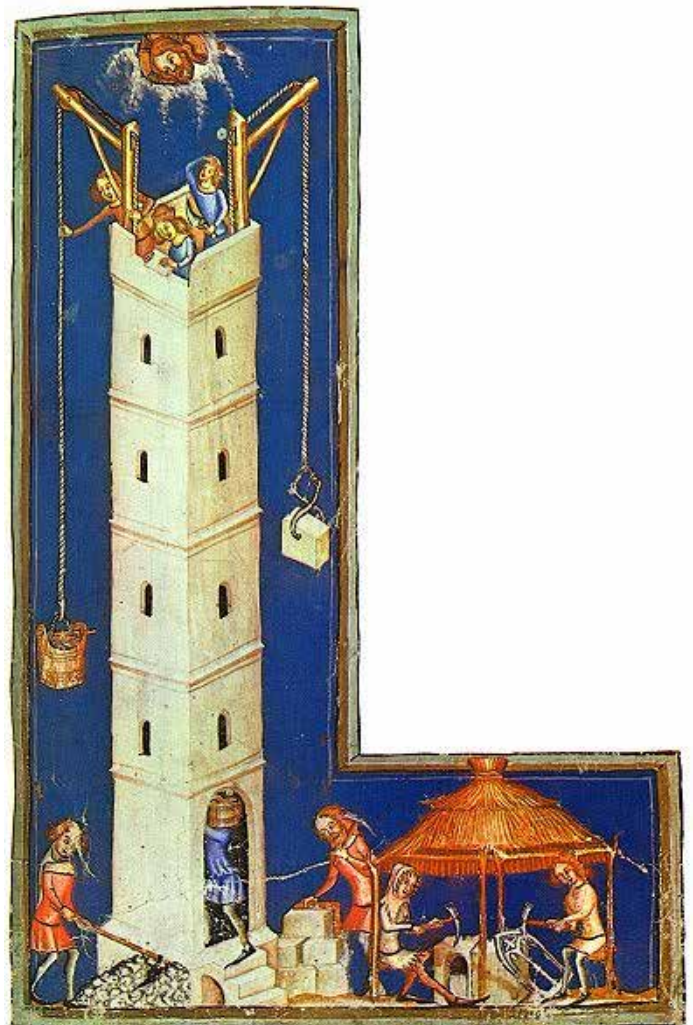
O cidadão “(...) é o homem de um lugar preciso e delimitado, não havendo transformação urbana que não signifique também transformação da vida de seus habitantes. Mas essas reacções não podem ser simplesmente previstas ou facilmente derivadas: acabaríamos atribuindo ao ambiente físico o mesmo determinismo que o funcionalismo ingénuo atribui à forma.”⁷, e analogamente, reduzindo do mesmo modo, a complexidade dos lugares comuns a agentes de mudança. Para que os mesmos permaneçam, distinguindo os materiais dos imateriais, é necessário que à luz do que são os elementos permanentes propulsores de Aldo Rossi, (se) reinventem e (se) transformem a nível social, económico e político, mas também tipologicamente, para que não caiam na obsolescência.

⁵ “(...) to remain as common there needs to be a mechanism that continuously processes the contribution of those who are invited to use common space.”. Stavrides, Stavros – Conclusion, **Commonspace: The city as commons**. Londres: Zed Books, 2016. ISBN 978-1-78360-329-9. Pág. 260

⁶ “Porque la política es siempre un descubrimiento, y porque la primera decisión política —en cualquier actividad de teoría, historia y crítica del arte y la arquitectura— radica en lo que se visibiliza y en lo que se ignora, en lo que se promueve y en lo que se oculta, en lo que se dice y en lo que se calla y a quién se silencia.”. Montaner, Josep Maria; Muxi, Zaida – **Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2011. ISBN 9788425224379.

⁷ Rossi, Aldo – Capítulo quatro – Evolução dos Fatos Urbanos, *A arquitectura da cidade*, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001. ISBN 85-336-1401-2. Pág. 253

1. Representação da construção da Torre de Babel no final da Idade Média.



8 "Without this transcendence into a potential earthly immortality, no politics, strictly speaking, no common world and no public realm, is possible." . Arendt, Hannah – The Public Realm: The common, The Human Condition. Chicago: The University Press of Chicago, 1998. ISBN 0-226-02598-5. Pág. 55

9 "(...) transcends our life span into past and future alike; it was there before we came and will outlast our brief sojourn in it. It is what we have in common not only with those who live with us, but also with those who were here before and with those who will come after us. But such a common world can survive the coming and going of the generations only to the extent that it appears in public." , Ibidem.

10 "(...) apparent in unreflexive habits: how we address one another and share common routines and points of intersection. The things we eat, drink, how we relax and dance, celebrate, discuss, romance, gossip, laugh and tell jokes, our linguistic inflexions and phrases (...)." . Benesch, Henric, [et al.] – Seminar II, Heritage as Commons - Common(s) as Heritage. Gotemburgo: Makadam Publishers, 2015. ISBN 978-91-7061-664-8. Pág. 67.

Se não se considerar a longevidade destes espaços na cidade, "sem esta transcendência para uma potencial imortalidade terrestre, nenhuma política, estritamente falando, nenhum mundo comum e nenhum domínio público, é possível."⁸.

O comum como acção é uma projecção para o futuro, sendo quem o pratica em si mesmo, o comum e a projecção. Fazendo, participando, produzindo, interagindo, comunicando, e estendendo-o pelo espaço temporal, o comum "(...) transcende o nosso tempo de vida, tanto no passado como no futuro; já lá estava antes de virmos e durará mais tempo do que a nossa breve estadia. É o que temos em comum não só com aqueles que vivem connosco, mas também com aqueles que estiveram aqui antes e com aqueles que virão depois de nós. Mas um mundo tão comum só pode sobreviver ao ir e vir das gerações, na medida em que aparece em público."⁹, diferenciando o valor intrínseco do reconhecimento.



O comum que transcende, é também herança imaterial, “(...) aparente em hábitos irreflexivos: como nos dirigimos uns aos outros e partilhamos rotinas e pontos de intersecção comuns. As coisas que comemos, bebemos, como relaxamos e dançamos, celebramos, discutimos, romancemos, mexemos, rimos e contamos anedotas, as nossas inflexões e frases linguísticas (...)”¹⁰; e material, fruto de negociações, como um livro, uma mesa, uma sala, uma casa, um edifício, um jardim, uma cidade, um país, um mundo.

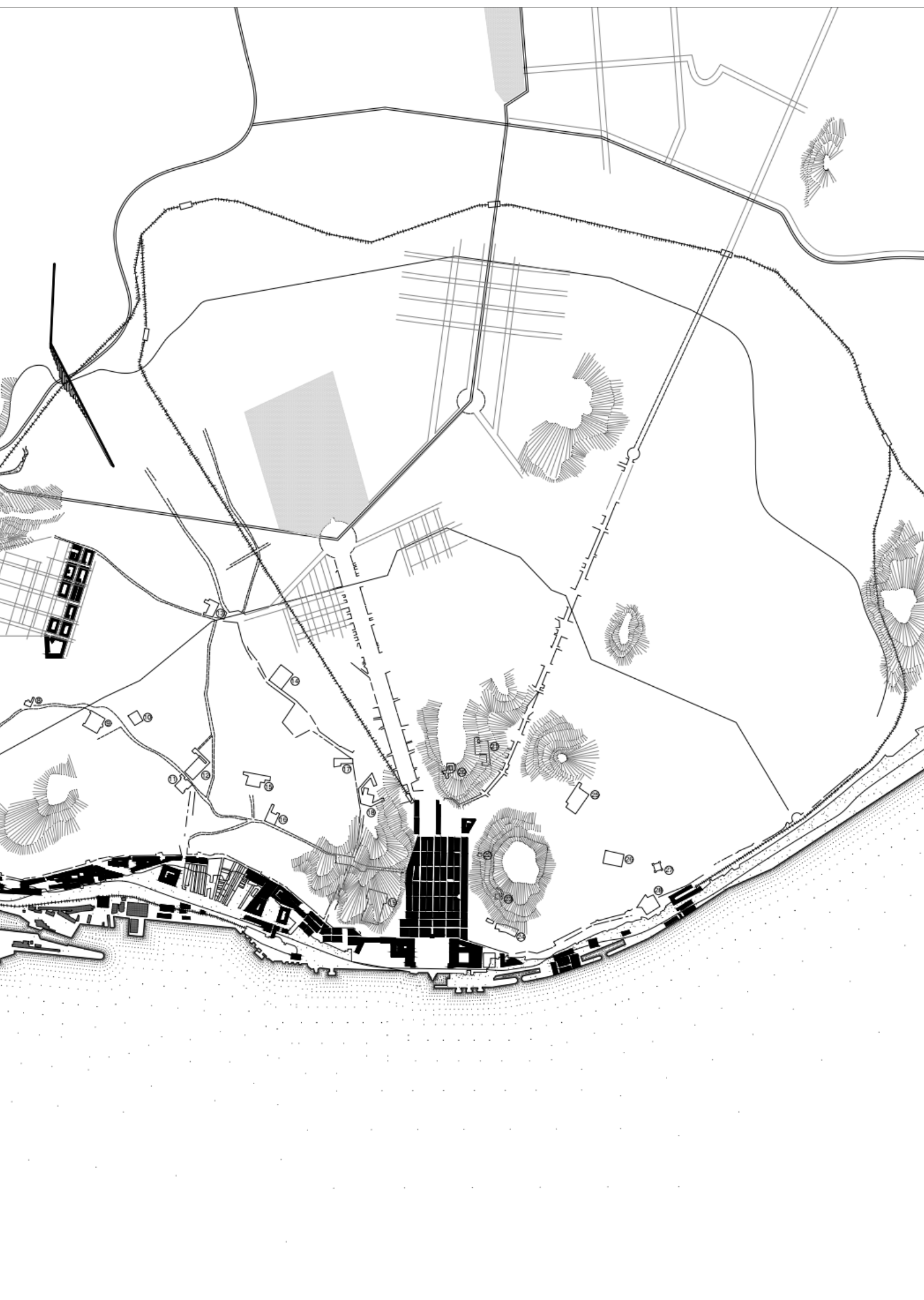
As nossas acções, individuais e colectivas, condicionarão o nosso futuro comum. A arquitectura desempenha um papel insubstituível enquanto disciplina determinante no desenho e na construção da cidade e do mundo, ainda que influenciada pelo contexto social, económico e político, projecta, sempre, a pensar e a reivindicar um futuro melhor.



2. Bruegel, Pieter, Torre de Babel, 1563, Óleo sobre painel, 114 x 155 cm

Mito que explica a origem das diferentes línguas faladas em toda a Terra. A Torre de Babel símbolo do esforço comum para ascender ao céu.





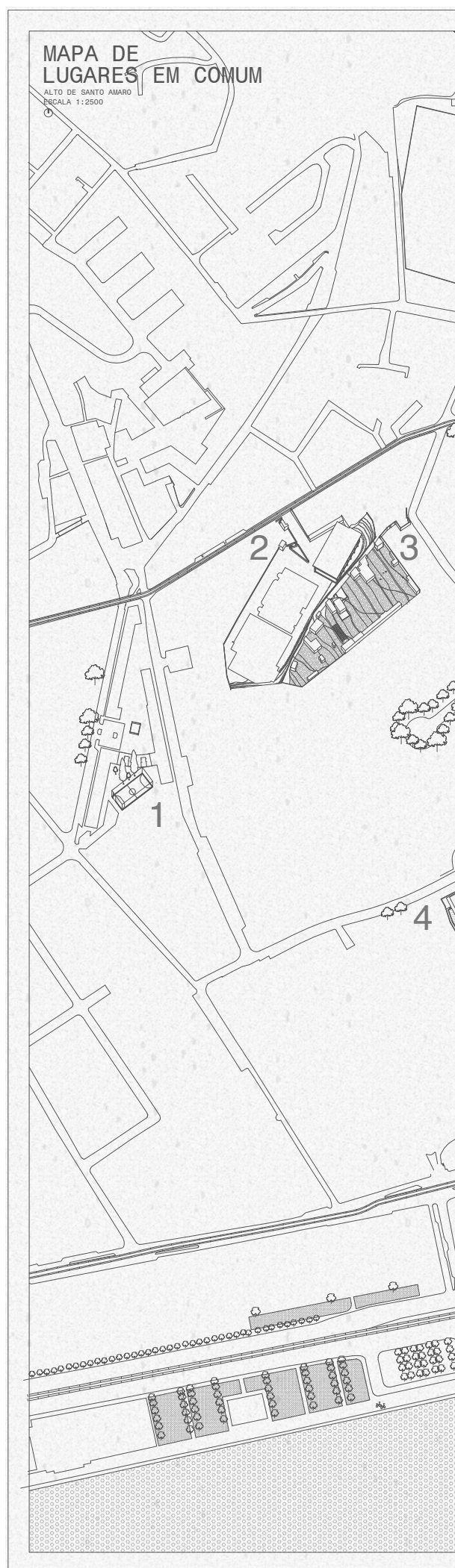


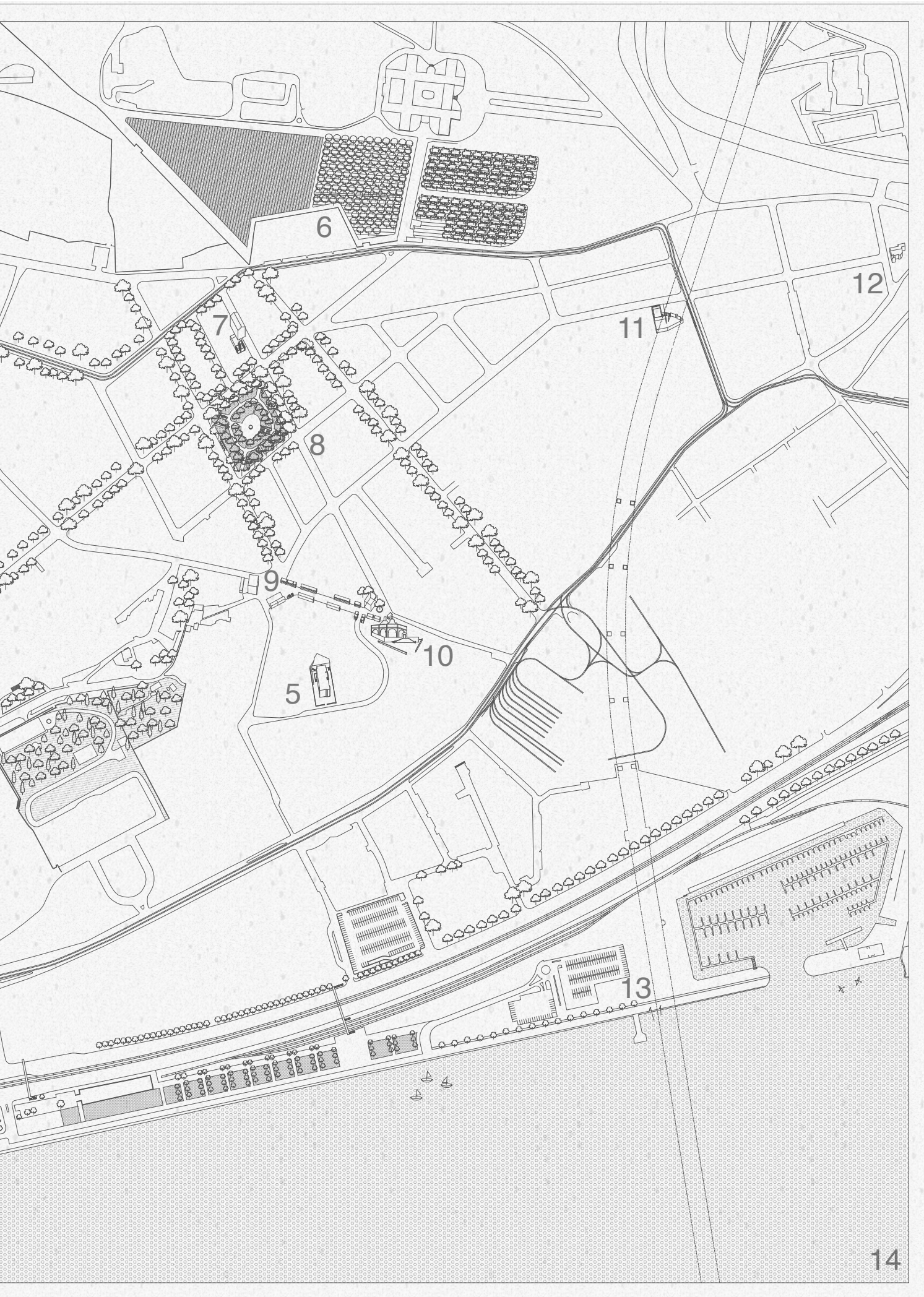


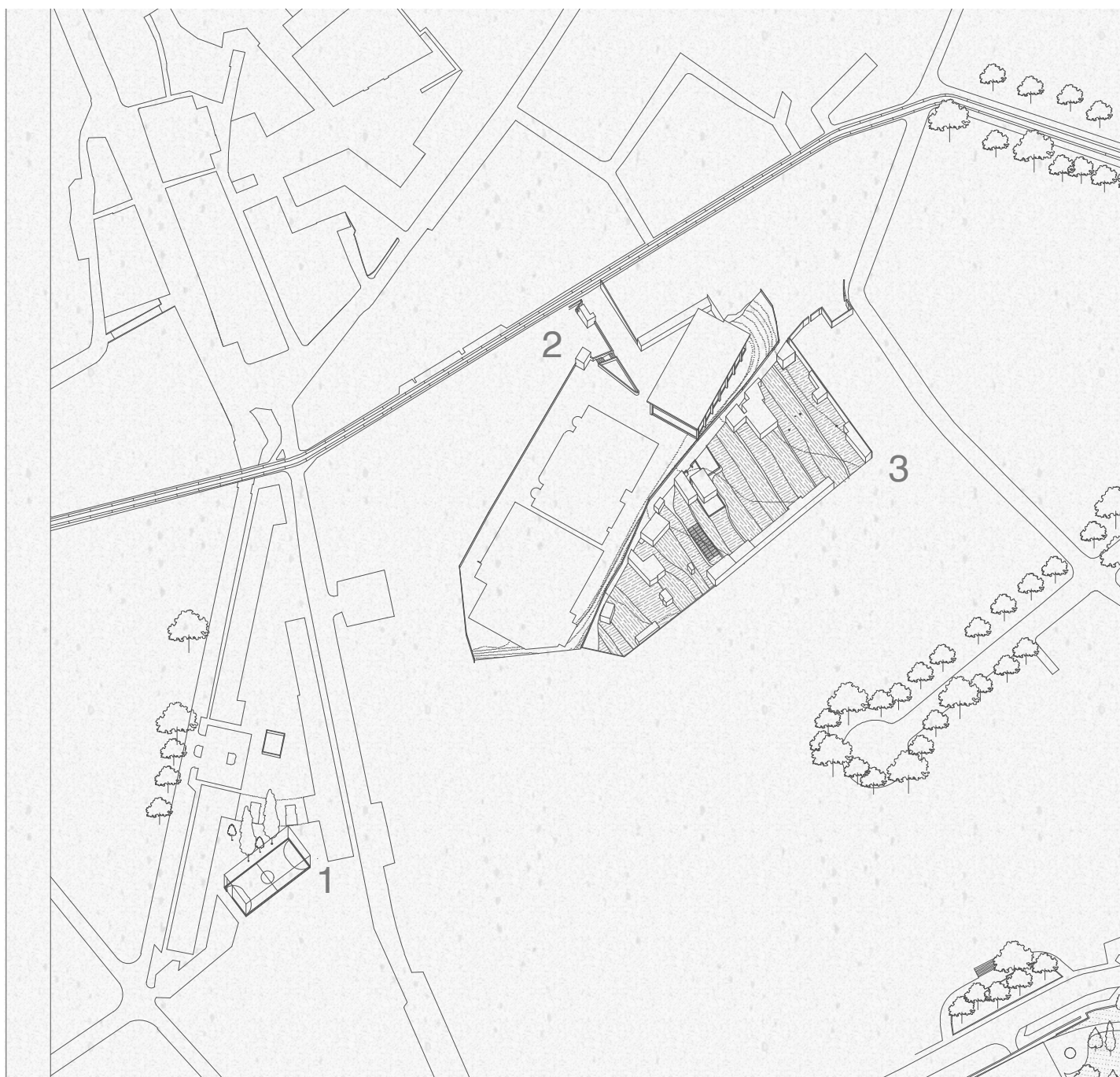
MAPA DE LUGARES COMUNS

ALTO STO. AMARO

25
80







1. Parque Infantil e Campo Desportivo

Construído nos anos 70, a par da consolidação dos edifícios envolventes, o campo desportivo é gerido pelo Chinquilha Junqueirense, grupo desportivo localizado na Praceta Chinquilha. É possível utilizá-lo pedindo ao grupo sem qualquer custo. O parque infantil foi adicionado posteriormente e serve toda a população em redor.

2. Pavilhão Desportivo da Boa-Hora

O Grupo da Boa-Hora existe desde 1918, à conta de um grupo de jovens entusiastas pelo futebol. O actual complexo desportivo localiza-se numa antiga pedreira de basalto, considerada Geomonumento. Actualmente serve pessoas que estão inscritas nos desportos existentes, no entanto, existe um campo que pode ser utilizado por quem faça a reserva, cujo custo por hora é 3€.

3. Hortas

As hortas cultivadas numa estreita rua privada que deriva da Calçada de Santo Amaro, pertencem a um grupo de pessoas que cultivam para consumo próprio.



4. Baldios

Nos antigos terrenos da Quinta do Pateo Saldanha, foram erguidos os dois hospitais, o Egas Moniz e o Instituto de Medicina Tropical. No tardoz do último, há um grande terreno subaproveitado que revela o desnível acentuado, e o carácter agrícola do Alto de Santo Amaro. No entanto, é um local que por se conservar bravo, contém flora e fauna característicos do local.

5.ASA

Em 1865 é criada a “Sociedade Filarmónica Esperança e Harmonia”, mais conhecida por “Sociedade da Travessa”, por se localizar na Travessa Conde da Ribeira. Com o passar dos anos, foram criadas outras duas colectividades: Sociedade do Largo e Grupo Dramático e Musical Apolo. Em 1943, o plano de embelezamento da cidade obrigou ao desmatelar duas sociedades, a da “Travessa” e do “Largo”. Por esse motivo as três unem-se e formam uma só, a Academia de Santo Amaro inaugurada a 9 de Fevereiro de 1956, projecto da autoria do arquitecto António José Pedroso. Actualmente, a Academia tem um papel importante a nível cultural e recreativo, promovendo peças de teatro, convívios e participando na Romaria de Santo Amaro.

6. Hortas do ISA

O Instituto Superior de Agronomia, em 2013 desenvolveu um projecto com o objectivo de proporcionar um espaço comunitário com 57 talhões, que são alugados anualmente. A área das hortas divide-se em 3 grupos, ainda que contíguos: alunos e antigos alunos, professores e investigadores e funcionários técnicos e administrativos. As hortas foram também criadas para promover a produtividade social.

7. Loja Solidária

Alcântara Stock é um local de partilha de diversos bens que são adquiridos por meio de doações. Parte destes são disponibilizados para que pessoas em situação de carência económica possam usufruir, os restantes são vendidos a valores simbólicos, que revertem para a Árvore da Montanha Associação.

8. Jardim Avelar Brotero

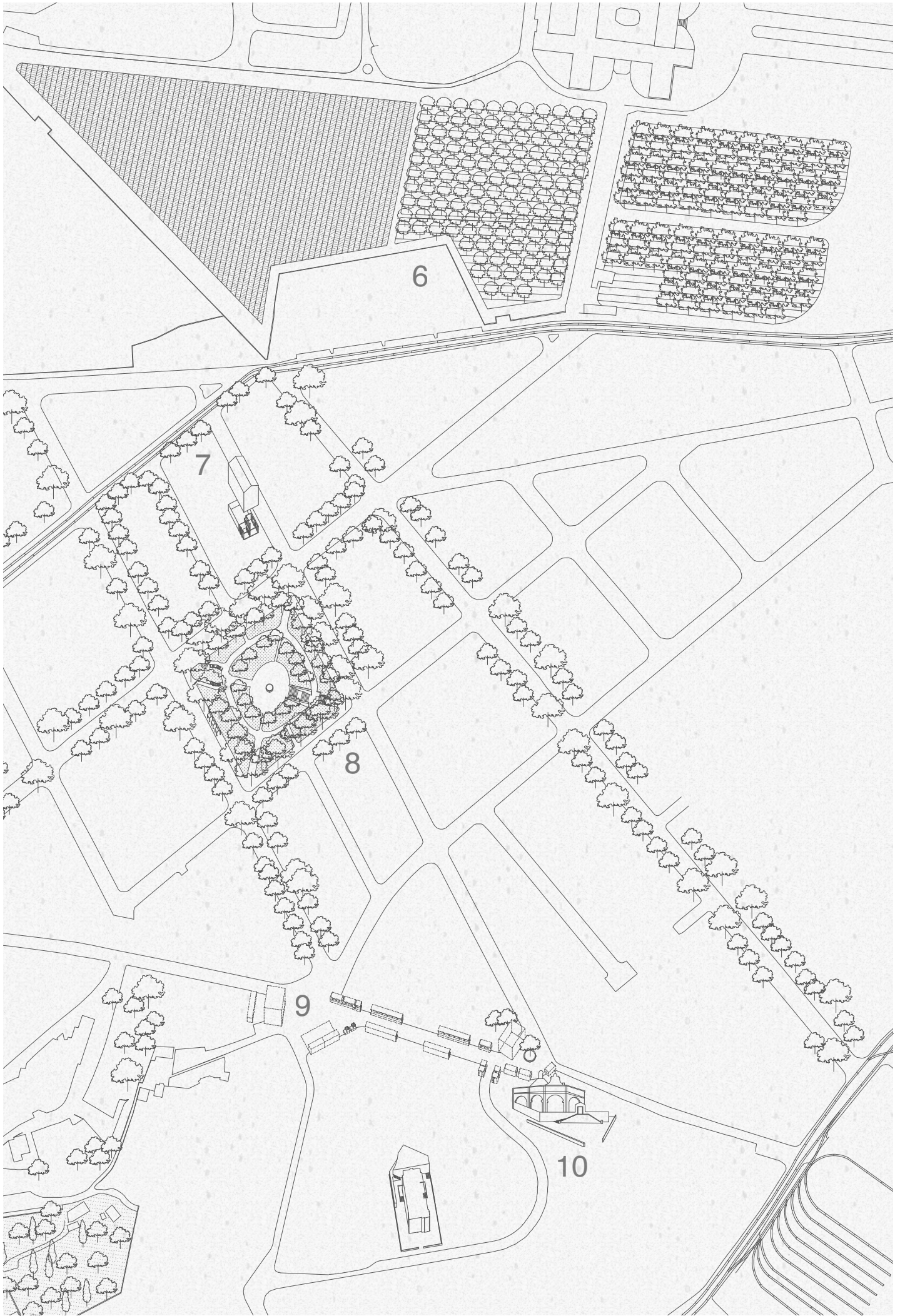
A partir da Quinta dos Sabugosa, que foi reparcelada toda a área que é agora o Bairro do Alto de Santo Amaro, foi desenhado um jardim que era requisito. O jardim sempre foi o espaço público de maior dimensão para reunião no bairro e continua a sê-lo. Actualmente tem um quiosque e um pequeno parque infantil.

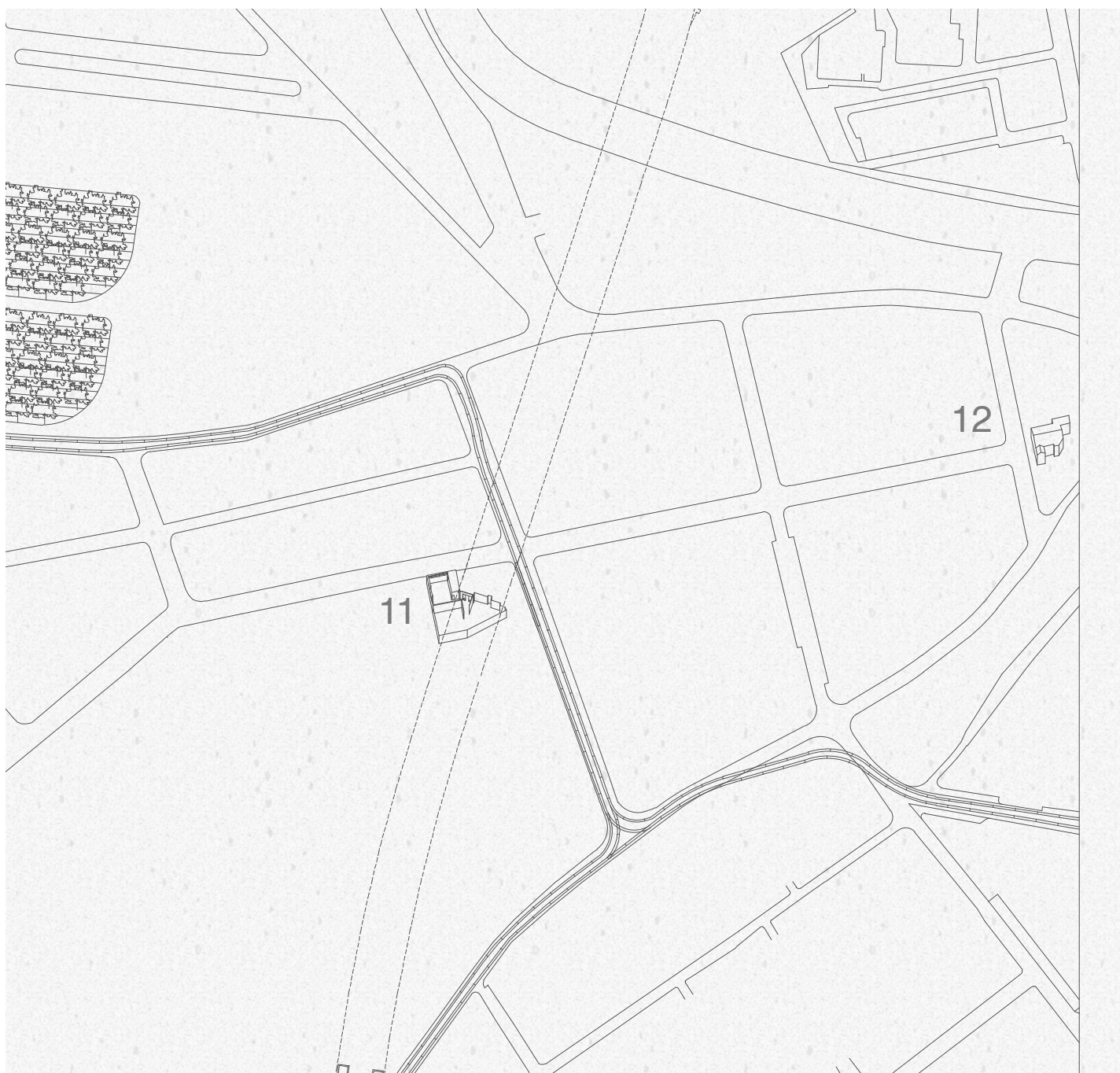
9. Romaria

Originalmente denominada Romaria dos Pinhões ou Festa dos Galegos, a romaria era celebrada entre 15 de Janeiro e 2 de Fevereiro, sendo organizada pela igreja e pela população. Actualmente a Romaria dura uma semana no mês de Junho, acabando no Domingo anterior ao Dia de São Pedro, sendo organizada pela junta de freguesia de Alcântara em conjunto com outras instituições que queiram participar. A entrada na Romaria não tem qualquer custo, iniciando sempre às quinze horas e terminando à meia-noite durante a semana, e no sábado às duas da manhã.

10. Ermida do Alto de Santo Amaro

Edificada em 1532, é resultado de uma promessa feita por 14 frades da Ordem de Cristo que conseguiram sair de uma tempestade em alto mar. Ao longo dos anos, pertenceu a diversas ordens religiosas e esteve ao abandono. Em 1960, durante o Estado Novo, é desenhado o jardim que a envolve. Actualmente a Capela abre de Segunda a Sexta, e é ainda palco de diversas celebrações, bem como no seu jardim.





11. BiblioCafé

A bibliocafé da Junta de Freguesia, é um espaço agregado à junta de freguesia que disponibiliza o acesso a livros e periódicos, a computadores, a espaços de trabalho e espaços de leitura. De Segunda à Sexta, das 9h às 18h, qualquer pessoa é bem-vinda.

12. Balneários Públicos

Construído nos anos 30, durante o Estado Novo, os balneários públicos de Alcântara são um serviço público gratuito sem pré-inscrição ou registo. Os banhos incluem cedência de toalhas, gel de banho, shampoo e peças de vestuário.

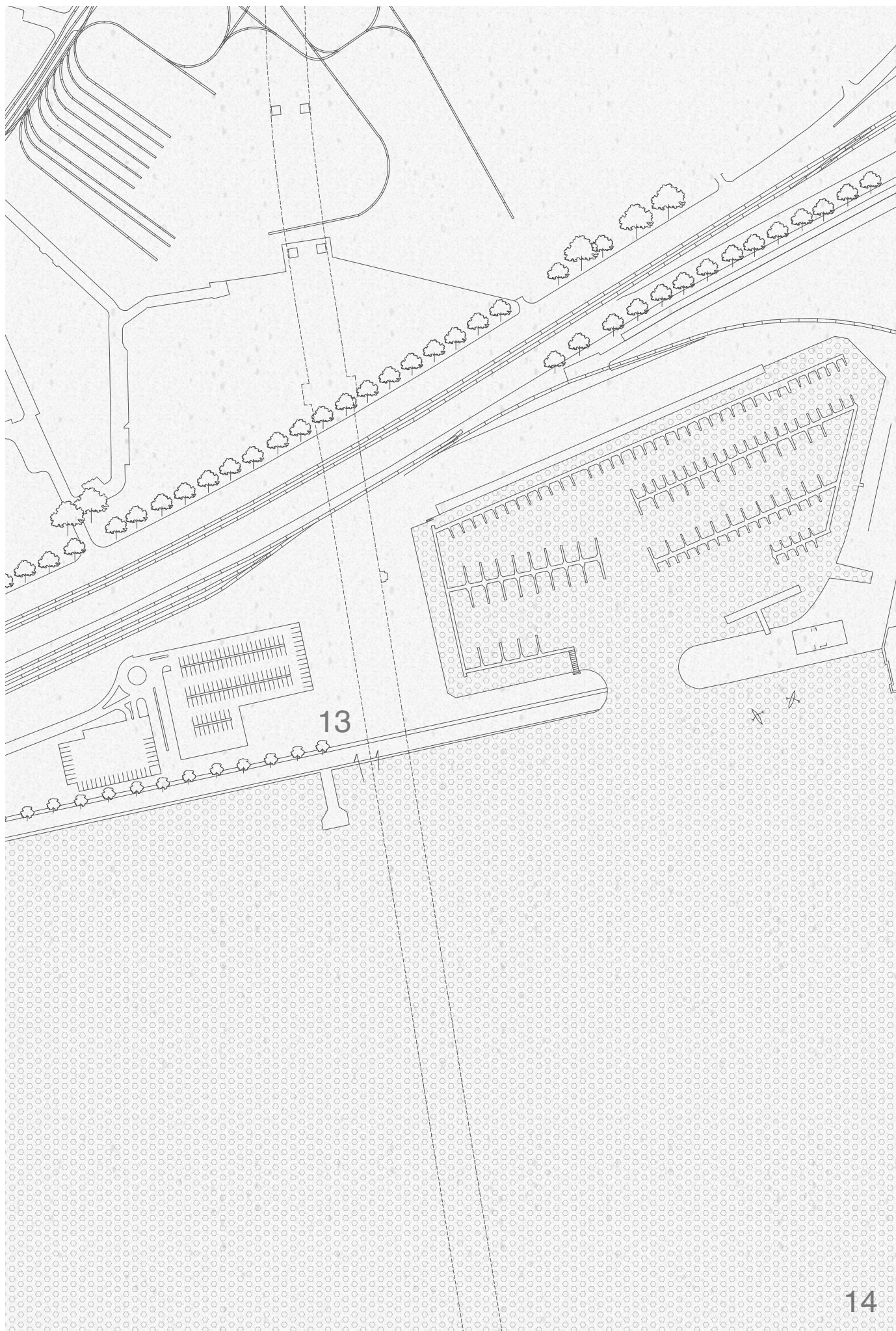
Serve sobretudo a população sem-abrigo, e famílias e idosos em situação de carência económica.

13. Frente de Recreio Ribeirinha

À semelhança do rio, após a construção do Grande Aterro, a frente ribeira modificou-se. O Tejo ganhou uma varanda sobre si, o que permite usufruir do espaço de forma lúdica.

14. Rio Tejo

O rio na cidade de Lisboa sempre foi utilizado como meio de transporte e para fins laborais. Após a construção do Grande Aterro, o rio passou a proporcionar valências lúdicas, tais como os desportos aquáticos e a pesca.





Jardim Docas da Ponte

Centro de Congressos de Lisboa

Palácio Burnay

Antigas Instalações Universitárias,
ISCSP, IICT

163M

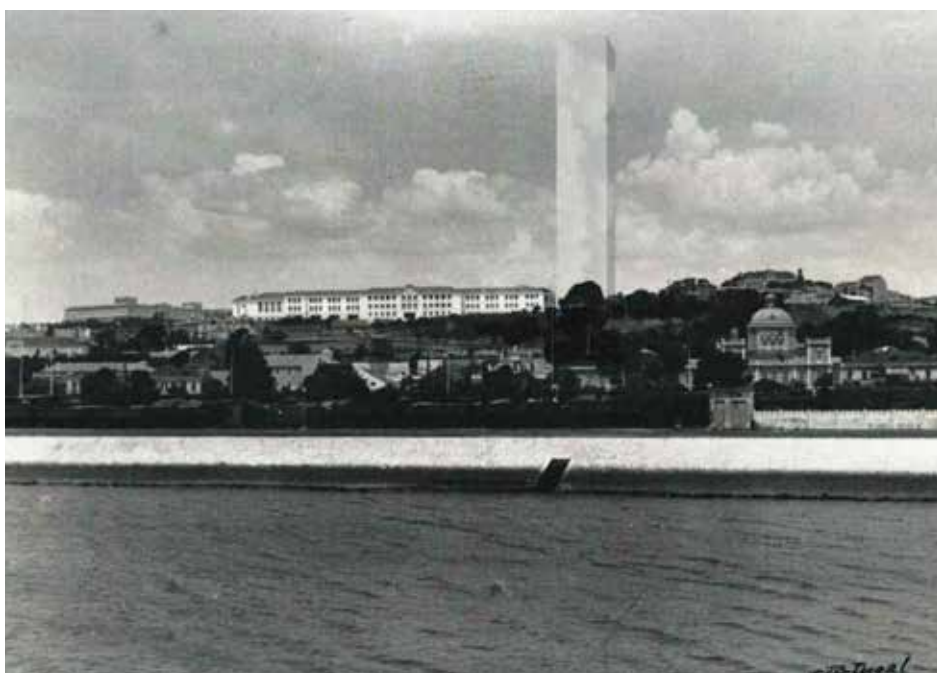
43M

Escola Secundária Dom João De Castro

Pestana Palace Lisboa

Antigos Sanatório e FCM

Escola Básica Francisco de Arruda



Portugal, Eduardo. Panorâmica: palácio Burnay ao fundo, da esquerda para a direita, o palácio da Ajuda, o liceu Dom João de Castro e o palácio Vale Flor, A12326, N10528-E, EDP001649, 1949. Arquivo AF, Arquivo Municipal de Lisboa. Editado pela autora.

O LUGAR COMUM TRANSFORMADOR E EM TRANSFORMAÇÃO Alto de Santo Amaro



Definindo-se com a expansão industrial de Lisboa para Oeste, o Alto de Santo Amaro delineou as suas características de apoio, suporte e entreaajuda de bairro que até hoje persistem. Servindo de exemplo o Parque Infantil e Campo Desportivo gerido pelo Chinquilha Junqueirense, o Pavilhão Desportivo da Boa-Hora, a Academia de Santo Amaro, a BiblioCafé da Junta de Freguesia e os Balneários Públicos de Alcântara, reveladores do espírito bairrista.

Povoado desde o século XVI, o seu ponto de referência mais relevante é um marco dessa época, a Capela de Santo Amaro que se lança sobre o rio. A capela situa-se no primeiro atravessamento transversal que surgiu na colina, na Calçada de Santo Amaro, onde também se encontra um baldio. No mesmo, que foi ocupado de forma temporária inicialmente, rege a clausula da doação por parte da família Valle-Flor à Câmara Municipal de Lisboa: o terreno terá de ser utilizado para fins de beneficência.

No baldio instalaram-se famílias vindas das ex-colónias em 1976, que "(...) à falta de habitação e de dinheiro para a compra de uma



habitação 'normal', para tentar reconstruir as suas vidas não tiveram outra alternativa económica senão a compra de uma pequena casa pré-fabricada, a uns construtores que as construíam no próprio local e as montavam no terreno camarário (...)"¹, concentrando-se na cota alta. Na parte mais baixa do terreno, há algumas construções informais de apoio às hortas.

Hoje totalizam 19 habitações – em que alguns casos, de duas casas fizeram uma, e tendo em consideração que em 2012 foram demolidas duas² – bastante distintas umas das outras, tendo em comum apenas a proporção da sua génese, nas quais vivem 15 famílias³. Uma vez que os materiais utilizados têm um tempo de vida bastante limitado, ao fim de 44 anos a maioria das habitações foram cimentadas ou substituídas por alvenaria.

Em 2000⁴ surgiu oportunidade de realojamento ao abrigo do programa PER (Programa Especial de Realojamento), no entanto, não foi possível que os moradores chegassem a um consenso devido à disparidade das suas opiniões, prevalecendo no local com diferentes condições de habitabilidade, sendo que para alguns está em causa a sua saúde.

A não integração deste terreno no tecido envolvente, deve-se sobretudo à clausula que rege sobre o mesmo. A topografia acidentada do terreno sobre o rio, a par da relação com a Escola Secundária de Fonseca Benevides, a Oeste, e com a Embaixada da Hungria, a Norte, conferem-lhe a sua singularidade, tornando-o numa área que se encontra sob pressão imobiliária.

A reinterpretação do limite intransponível que é a propriedade municipal face à malha reticulada do bairro, proporcionou o desenho de um jardim - a par do que propunha Cottinelli Telmo em 1943 -, no qual se ergue um edifício de 120 metros, que possibilita a transição entre a cota alta e a cota baixa do terreno através de um muro habitado. O jardim permite também que a Calçada de Santo Amaro seja porosa a nível de piso térreo, uma vez que é delimitada por moradias e prédios, havendo pontualmente um espaço comercial.

Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário, Plano para o Alto de Santo Amaro, 1932. Atlas of School Architecture in Portugal – Education, Heritage and Challenges. Editado pela autora. Disponível em: <http://asap-ehc.technico.ulisboa.pt/~asap-ehc.daemon/imagens/projetos/12-24/002-110613-00401-PD0014.jpg>

Cottinelli Telmo, José Ângelo, Projecto para o Liceu D. João de Castro, 1943. Atlas of School Architecture in Portugal – Education, Heritage and Challenges. Editado pela autora. Disponível em: <http://asap-ehc.technico.ulisboa.pt/~asap-ehc.daemon/imagens/projetos/12-25/002-110613-00201-PD0001.jpg>

¹ Anexo I - Testemunho de um morador

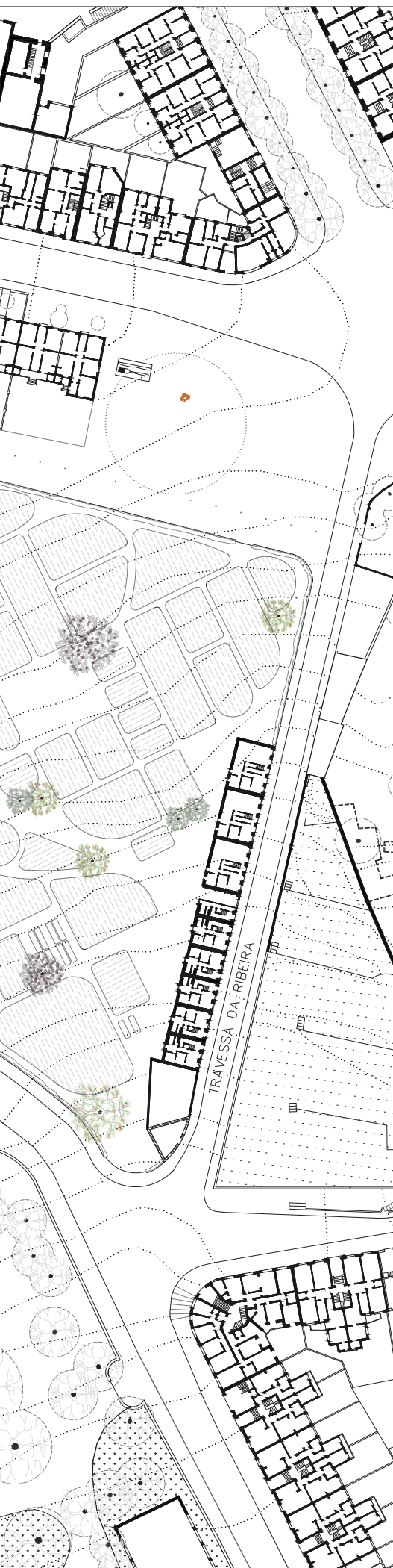
² Anexo II - Acórdão do Tribunal Centraç Administrativo Sul sobre Demolição de Habitação

³ Anexo III - Moção do Bloco de Esquerda sobre o bairro do número 73A da Calçada de Santo Amaro.

⁴ Anexo IV e Anexo V - Realojamento ao abrigo do programa PER



3. Campo como infraestrutura: o percurso e drenagem da água no desenho do espaço público



O jardim comestível (cota 43), a par da praça (cota 38) que torna permanente uma das bancas do projecto **1. A Arquitectura (Efémera) da Romaria**, possibilitam a conexão directa às hortas redesenhadas (cota 35,5), ao projecto **2. Tecido urbano colectivo: novas passagens** – que desenha a transição para a Rua Filinto Elísio (cota 43), permitindo que o jardim esteja conectado visual e directamente ao bairro –, e ao jardim do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, onde é projectada uma entrada (cota 32) que direcciona ao projecto **3. Campo como infraestrutura: o percurso e drenagem da água no desenho do espaço público**.

A torre permite obter a densidade ($15120\text{m}^2 - 8820\text{m}^2$ de habitação + 3780m^2 de trabalho + 2520m^2 de espaços comuns) que o terreno no seu todo à cota superior (12700m^2 de jardim) não permitiria, sem o densificar.

A materialidade que a cobre, a estrutura e subestrutura periférica, são revestidas a aço inox pretendendo que a torre, localizada entre o Rio Tejo e Monsanto, reflita a envolvente e ambiência que a envolve independentemente da distância e altitude do observador.

A torre parte de uma unidade – à excepção da unidade 1 que desenha as entradas da torre –, que funciona na lógica de prédio, repetindo-se quatro vezes e adapta-se às funções necessárias. A unidade contempla habitações, espaços de trabalho e espaços comuns.

15 tipologias, servirão para realojar os habitantes do bairro pré-existente, e as restantes prevê-se que faça parte do Plano de Renda Acessível de Lisboa. Pretende-se que os espaços de trabalho sejam arrendados e que cubram grande parte dos custos da torre. Os espaços comuns são de livre acesso e caracterizam o território comum que é o Alto de Santo Amaro.

Propõe-se que o repensar as condições do comum, se possa continuar a olhar para um horizonte comum, em todos os sentidos, no Alto de Santo Amaro, onde diferentes comunhões prevalecem e constituem a vida de bairro.

CUME MONSANTO . 230

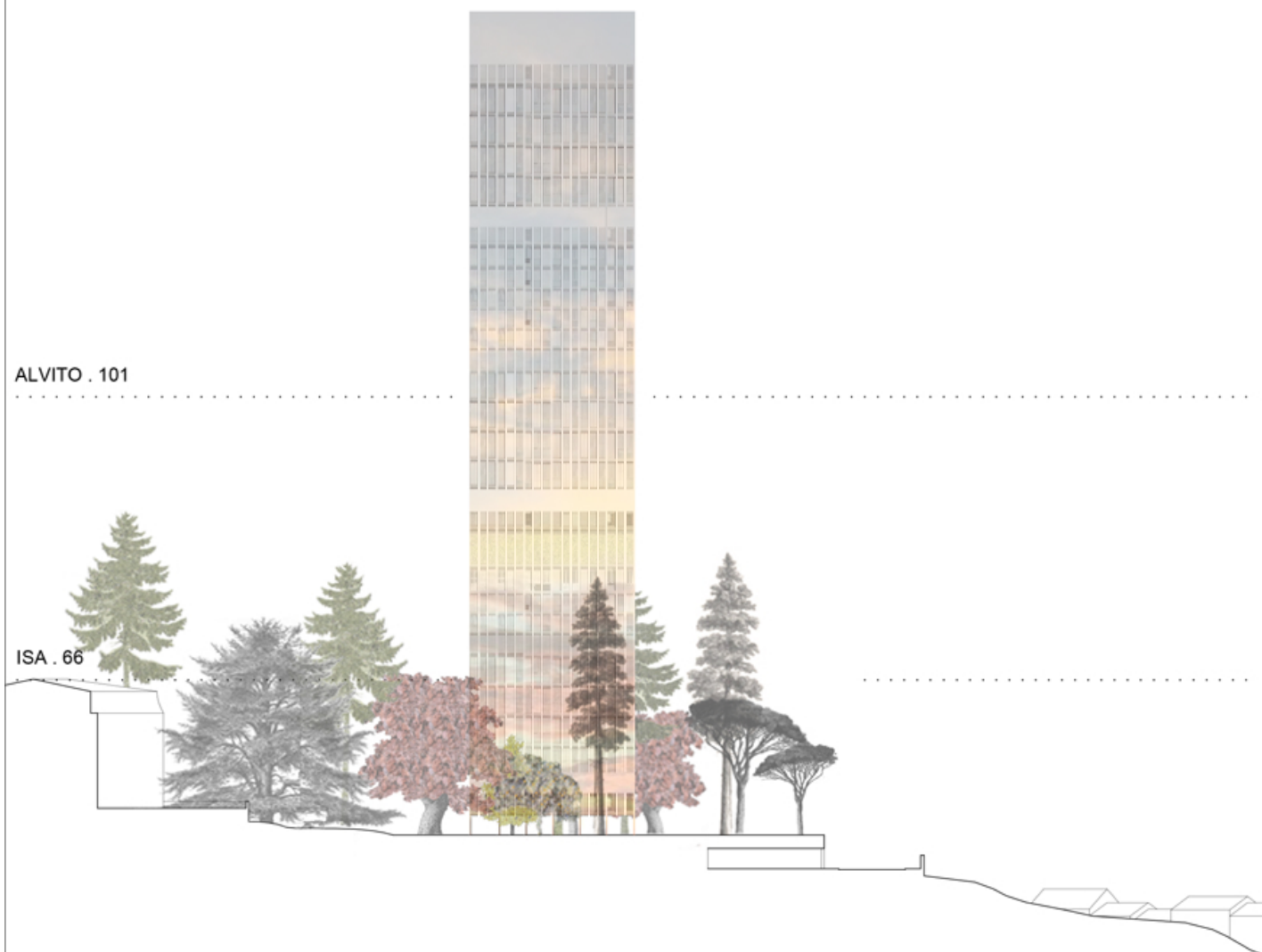
PANORÂMICO MONSANTO . 211

PONTE 25 ABRIL . 195

TORRES AMOREIRAS . 171

ALVITO . 101

ISA . 66



CUME MONSANTO . 230

PANORÂMICO MONSANTO . 211

PONTE 25 ABRIL . 195



PADRÃO DOS
DESCOBRIMENTOS . 50

CENTRAL TEJO . 40

TORRE DE BELÉM . 30

CUME MONSANTO . 230

PANORÂMICO MONSANTO . 211

FACULDADE E PALÁCIO DA AJUDA . 112

ALVITO . 101

PADRÃO DOS
DESCOBRIMENTOS . 50

CENTRAL TEJO . 40

TORRE DE BELÉM . 30

CUME MONSANTO . 230

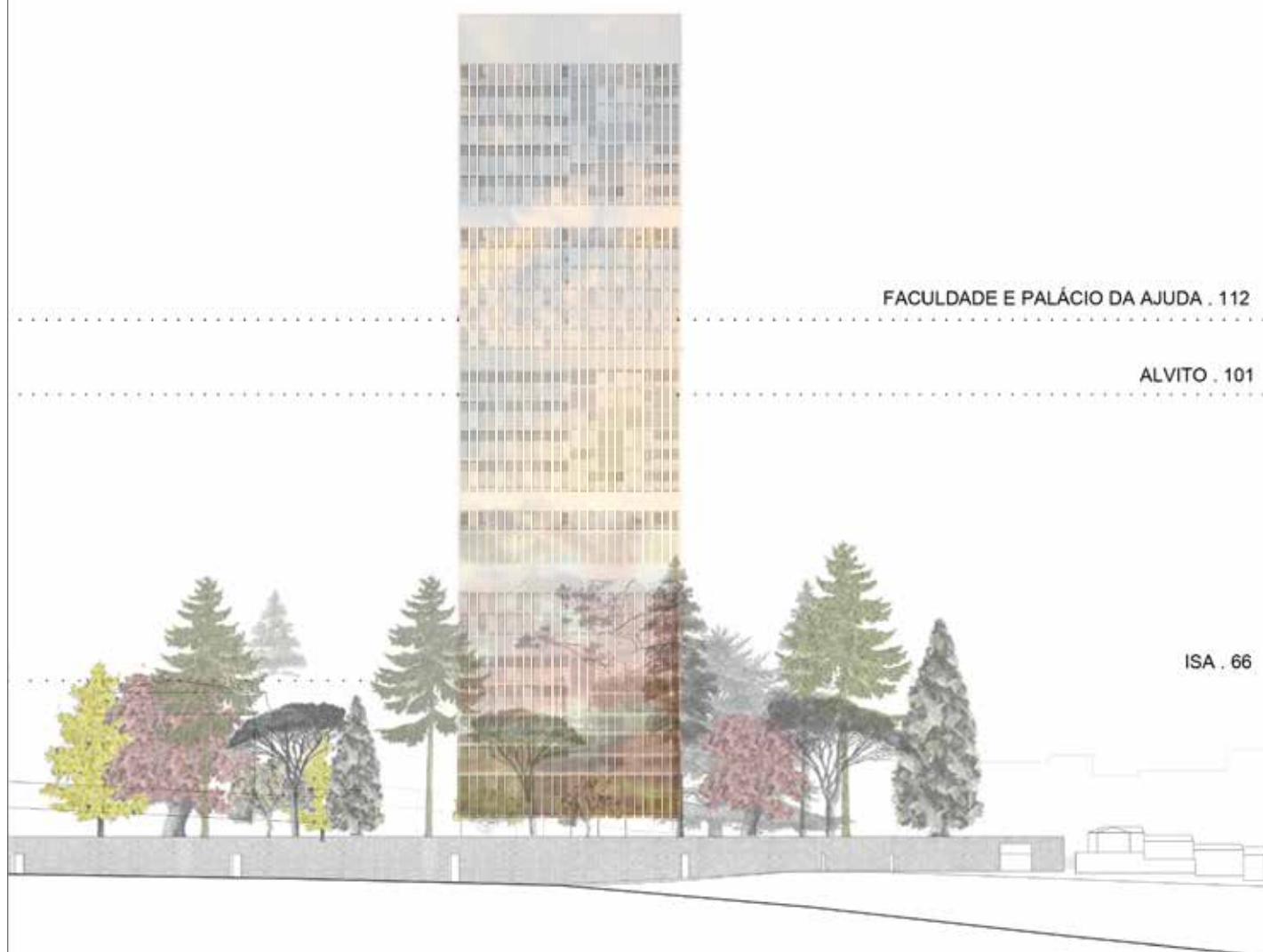
PANORÂMICO MONSANTO . 211

TORRES AMOREIRAS . 171

FACULDADE E PALÁCIO DA AJUDA . 112

ALVITO . 101

ISA . 66







Casas pré-fabricadas no pós 25 de Abril como habitação para as populações das ex-colónias no Alto de Santo Amaro, Lisboa, 2019, Autora.

Duas ovelhas a pastar no Alto de Santo Amaro, Lisboa, 2020, Autora.

Bananas no Alto de Santo Amaro, Lisboa, 2020, Autora.

Fernandes, Augusto de Jesus. Terreno junto do Alto de Santo Amaro, destaca-se em fundo o palácio Vale Flor, AJF000629, A38227, N35704. 1962. Arquivo AF, Arquivo Municipal de Lisboa.

Fernandes, Augusto de Jesus. Panorâmica tirada do Alto de Santo Amaro, AJF000631, A38229, N35706. 1962. Arquivo AF, Arquivo Municipal de Lisboa.

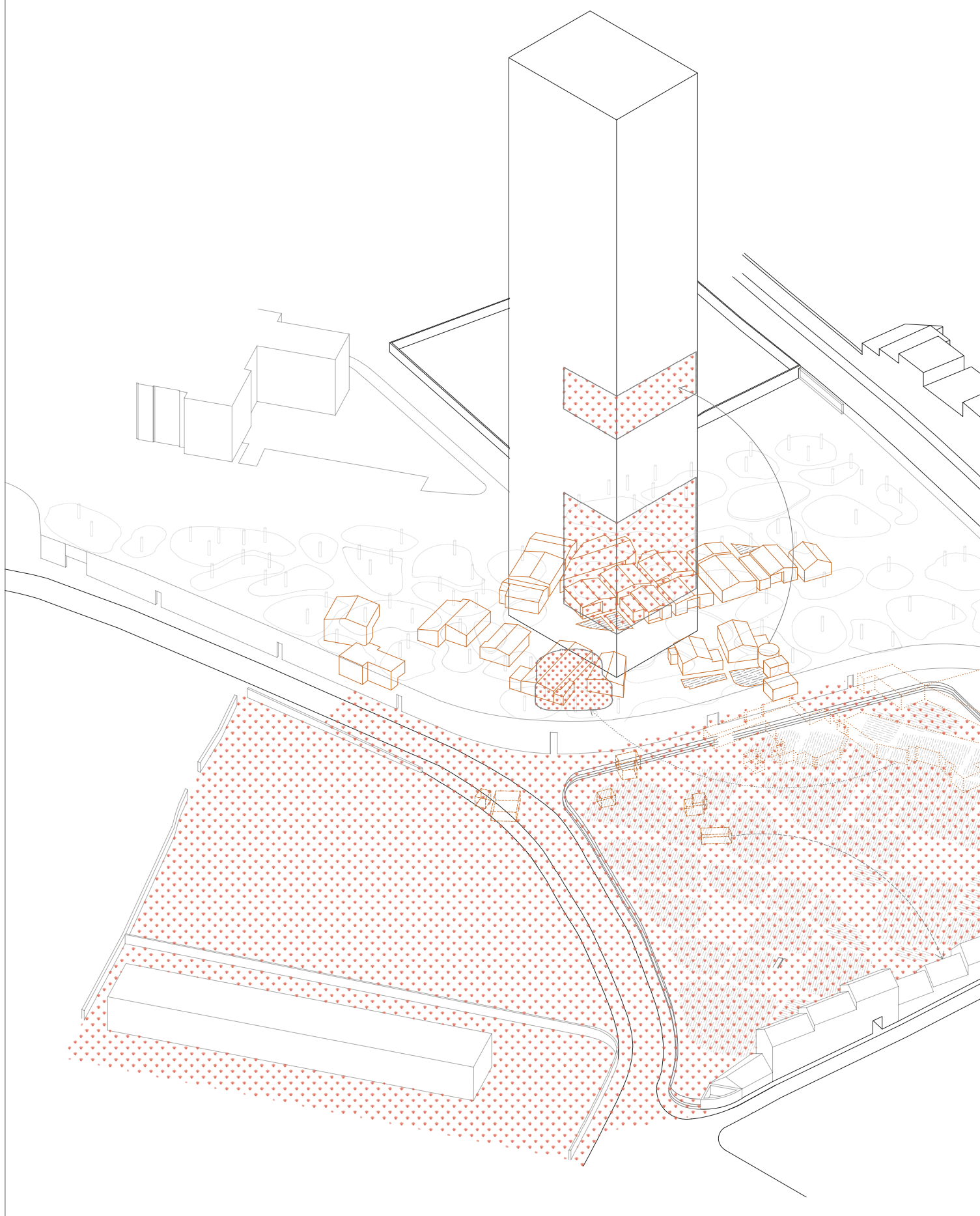
Fernandes, Augusto de Jesus. Panorâmica tirada do Alto de Santo Amaro, AJF000633, A38231, N35708. 1962. Arquivo AF, Arquivo Municipal de Lisboa.

Autor desconhecido. Vista para a Liceu D. João de Castro a partir do terreno baldio, anos 60.

Bastos, Artur Inácio. Ponte 25 de Abril em construção, foto tirada do Alto de Santo Amaro, AlB000639, A46157, N43638. Entre 1962 e 1966. Arquivo AF, Arquivo Municipal de Lisboa.

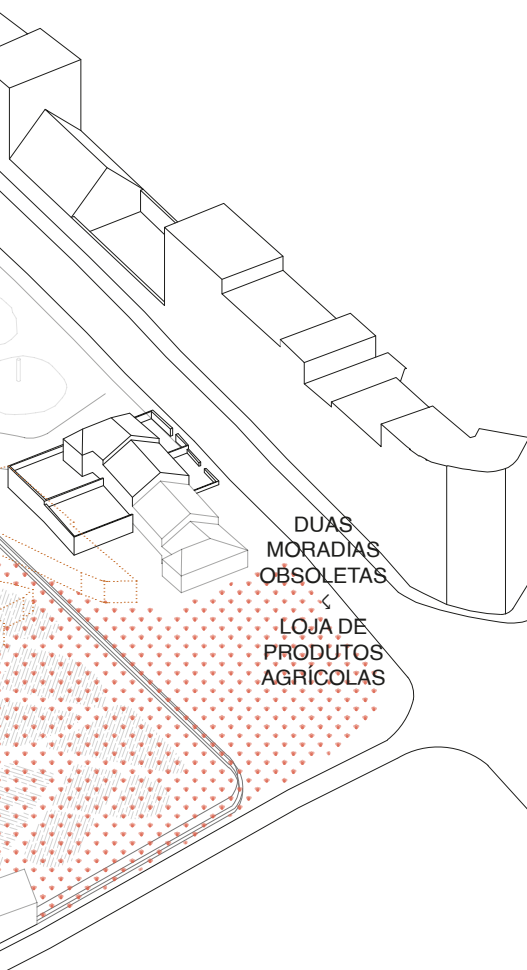
Autor desconhecido. Vista sobre o Rio Tejo a partir do terreno Baldio, Projecto de Hotel e Miradouro no Alto de Santo Amaro, Arquivo Histórico do Arco do Cego, Arquivo Municipal de Lisboa.

Fernandes, Augusto de Jesus. Panorâmica tirada do Alto de Santo Amaro, AJF000630, A38228, N35705. 1962. Arquivo AF, Arquivo Municipal de Lisboa.





Resistem 19 habitações nas quais residem 15 famílias, uma oficina, e pequenas construções informais que servem de apoio às hortas no local onde a torre se ergue. Por esse motivo, pretende-se realocar a oficina para o piso inferior da torre, uma vez que o acesso às viaturas é feito pelo mesmo; propõe-se que as 15 famílias habitem 15 tipologias da torre; redesenha-se o apoio às hortas, nos dois pequenos prédios devolutos que as envolve, na Travessa Conde da Ribeira; e as duas moradias, antiga propriedade do Conde Vale-Flor, que se encontram obsoletas, pretende-se converter num ponto de comércio dos alimentos cultivados.



Axonometria do pré-existente sobreposto à volumetria da torre.

LIGACÃO À RUA FILIPE VAZ
ELISIO E A RUA SOARES
DE PASSOS

Calçada de Santo Amaro Calçada de Santo Amaro

LOJA DE
PRODUTOS
AGRICOLAS
BANCA FIXA
RESTAURAÇÃO DA ROMARIA

HORTAS



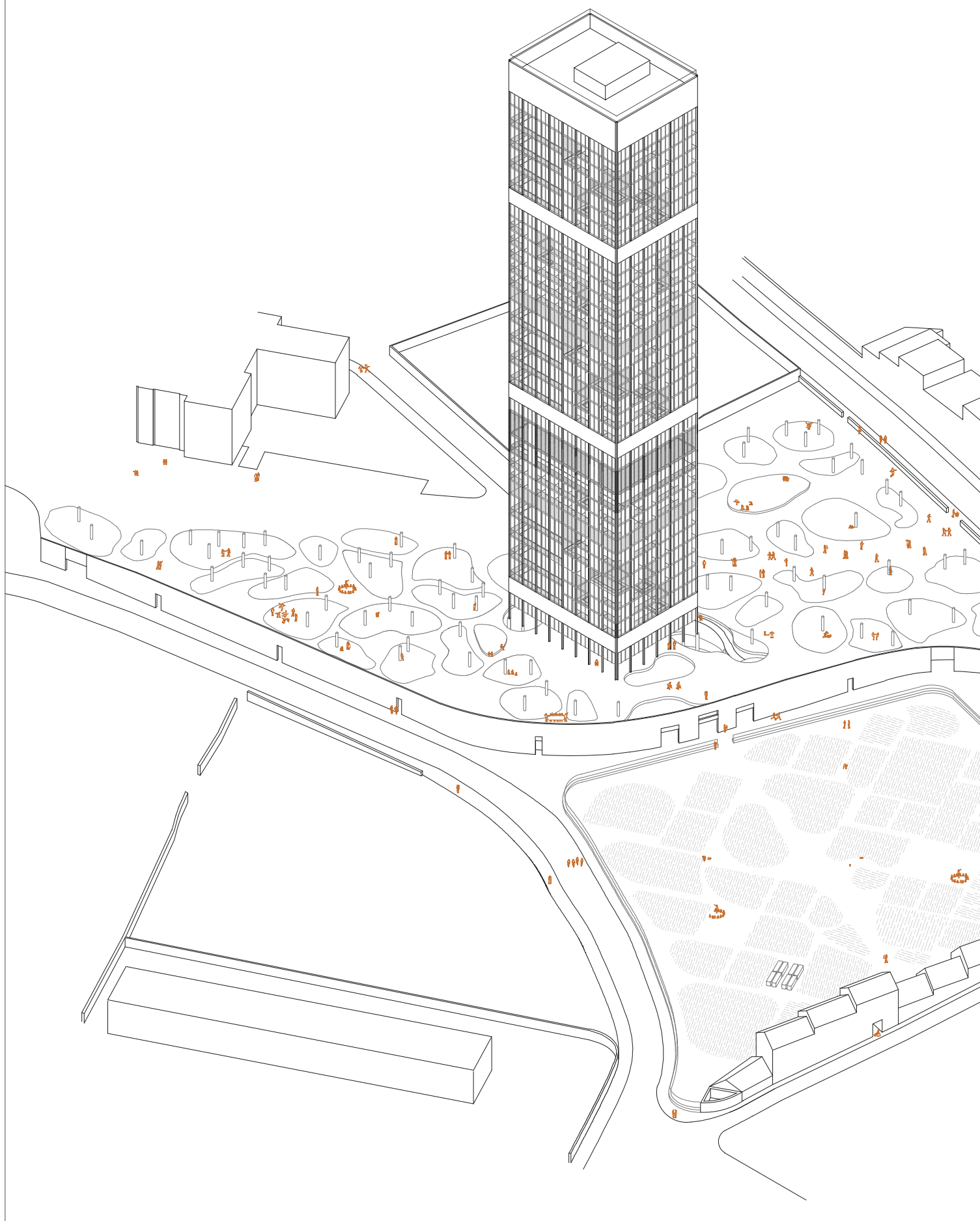
O lugar de comunhão de eleição do Alto de Santo Amaro, tem a particularidade de o ser o Jardim Avelar Brotero, a par com o Jardim do Miradouro da Ermida. São os únicos espaços desenhados para esse fim, não existindo qualquer largo, praça ou praceta.

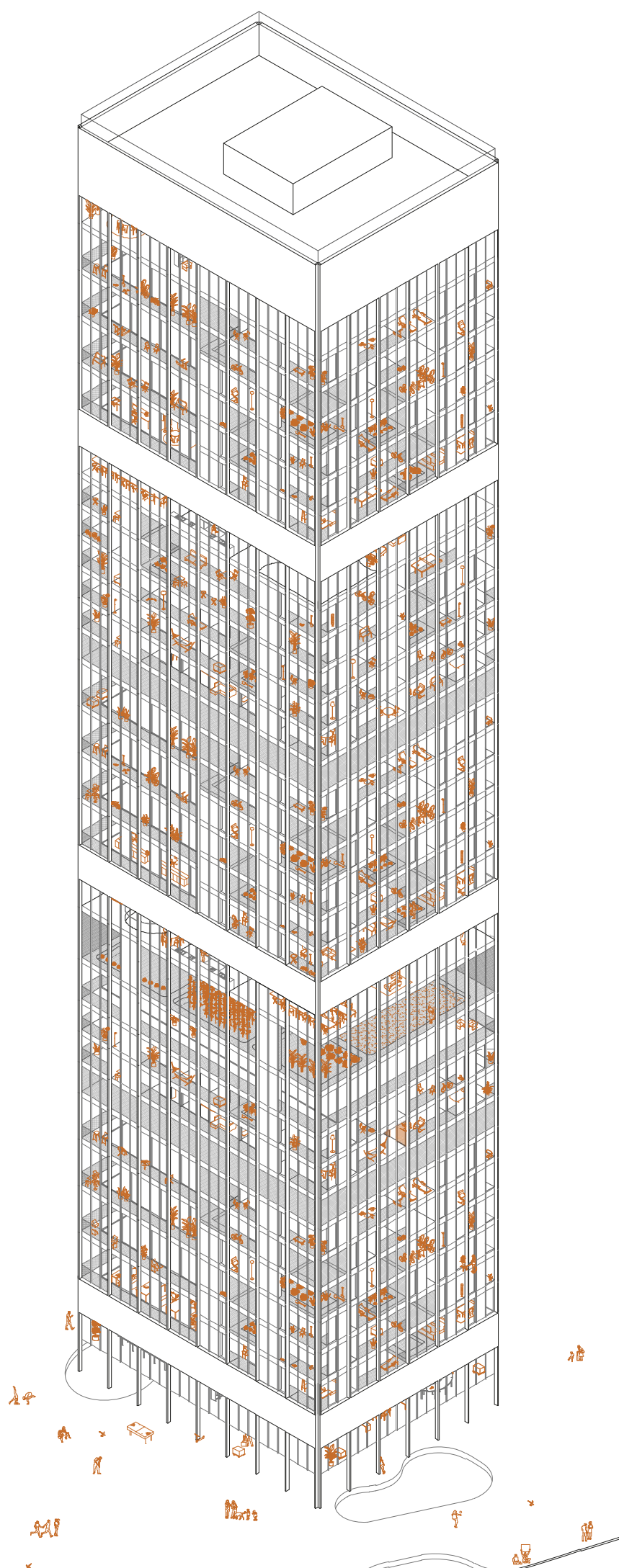
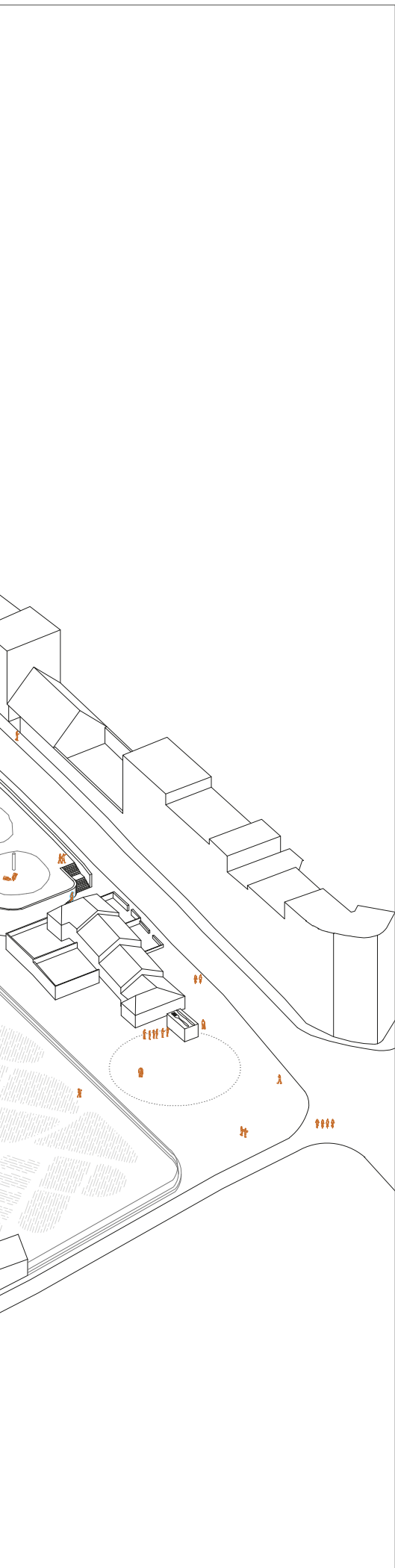
Por se considerar o território de intervenção, um lugar de excepção por todas as condições que lhe são inerentes, relevando a cláusula que rege sobre o mesmo, pretende-se desenhar os diferentes pisos térreos, à cota da Calçada de Santo Amaro e à cota da Rua Filipe Vaz, tendo em vista o lugar comum na cidade.

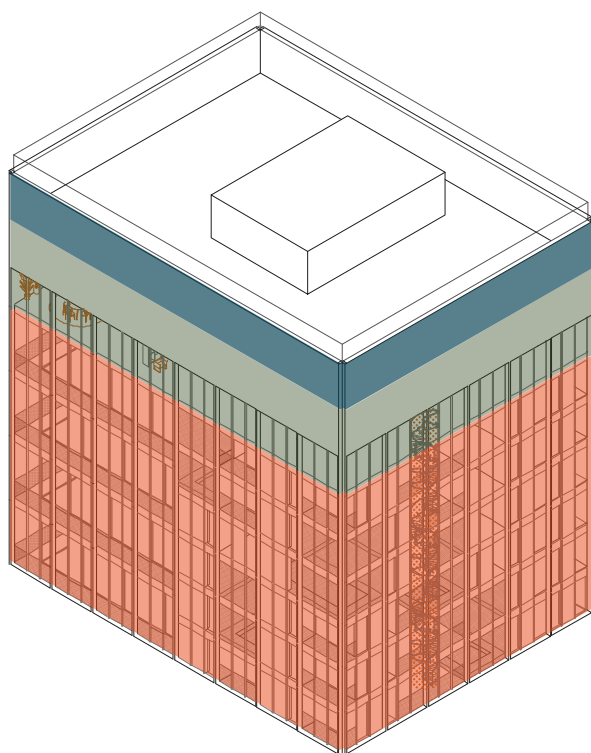
No primeiro, à cota da calçada, é um jardim comestível que acolhe quem chega, sendo a extensão da torre até aos limites da propriedade. Na cota da Rua Filipe Vaz, é projectado um Muro habitado que recebe, a par das hortas redesenhadas, tão características do Alto de Santo Amaro.

Pretende-se que a torre seja um lugar comum, não apenas pelos espaços comuns de livre acesso, mas também pelos mecanismos desenvolvidos para que a habitação seja de renda acessível.

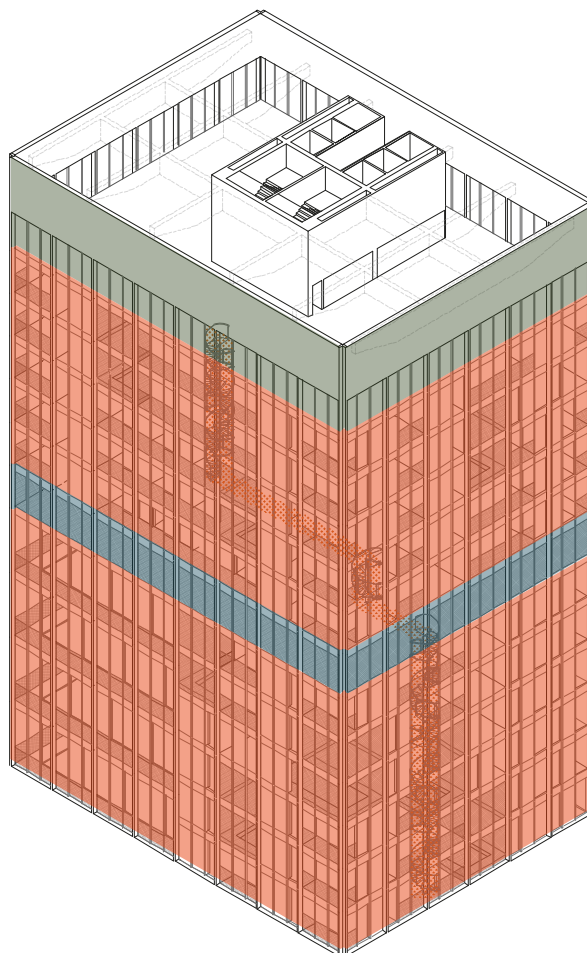
Axonometria programática da proposta.



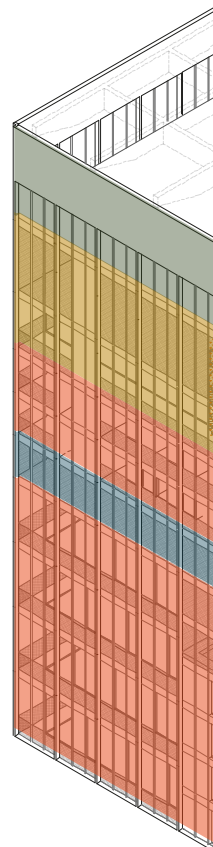




Unidade 4



Unidade 3



UNIDADES

A torre é composta por quatro unidades, funcionando as mesmas como sistemas fechados na lógica de prédio, que articulam entre si pelos espaços comuns, produtivos e domésticos. O acesso aos diferentes espaços das unidades é controlado pelos mecanismos de circulação vertical: o elevador e escadas de circulação interna.

- Acesso reservado aos espaços técnicos
- Acesso reservado a moradores e trabalhadores
- Acesso condicionado pelo horário
- Livre acesso

Unidade 1 (U1)

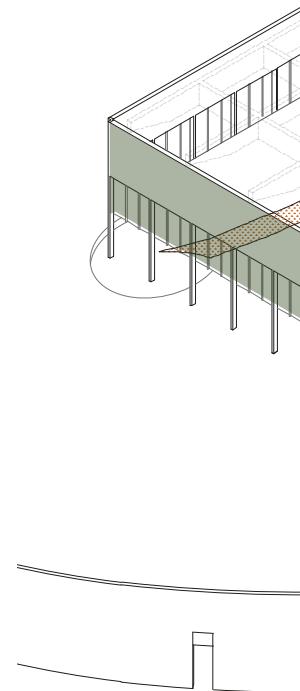
A U1 articula os dois pisos térreos da torre através das rampas que conformam os espaços comerciais, de restauração, de creche, de oficinas e estacionamento, chegando à cota das hortas. A U1 relaciona-se com a U2 através do Espaço Comum de Produção no primeiro piso.

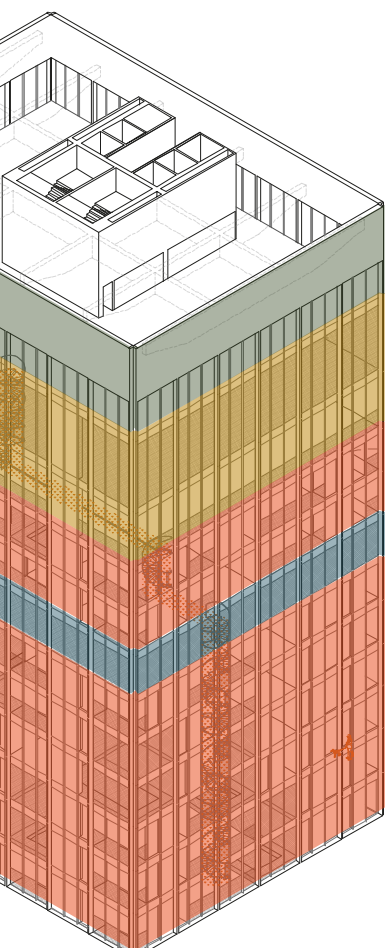
Unidade 2 (U2)

A U2 é caracterizada pelos primeiros pisos de espaços de trabalho que se relacionam com os seis pisos habitacionais em dois momentos. Através do piso técnico é feita a transição para os dois pisos completos de habitação, dividida entre tipologias completas e tipologias individuais. A U2 diferencia-se das restantes por conter o Espaço Jardim e o Espaço Pedagógico e não os cinco pisos de habitação completa. A charneira da U2 para a U3 é o primeiro Espaço Comum Doméstico.

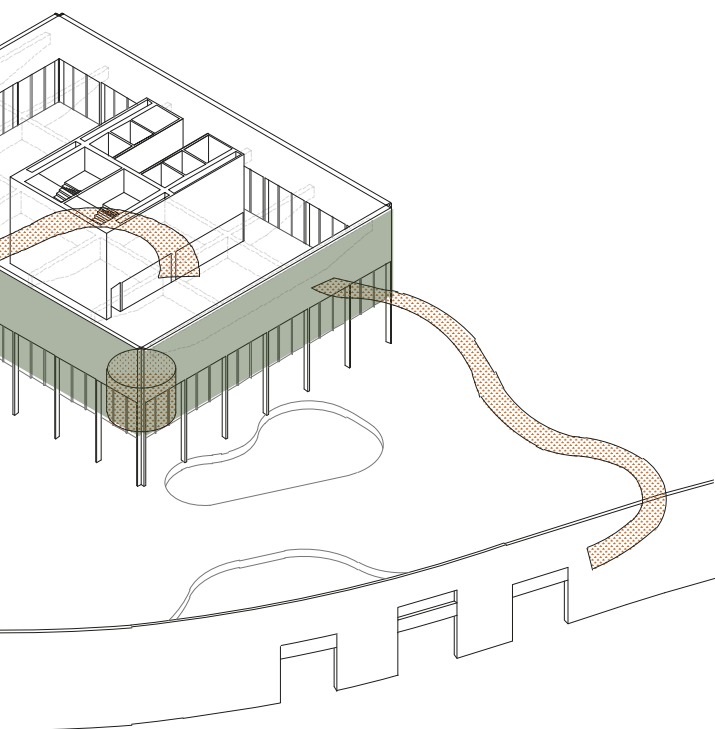
Unidade 3 (U3)

O piso técnico delimita os quatro pisos de trabalho que convivem com os seis pisos habitacionais em duas cotas, dos cinco pisos de habitação completos. Uma vez que os ciclos predominantes das duas funções são desencontrados, prevê-se que os encontros sejam reduzidos. A U3





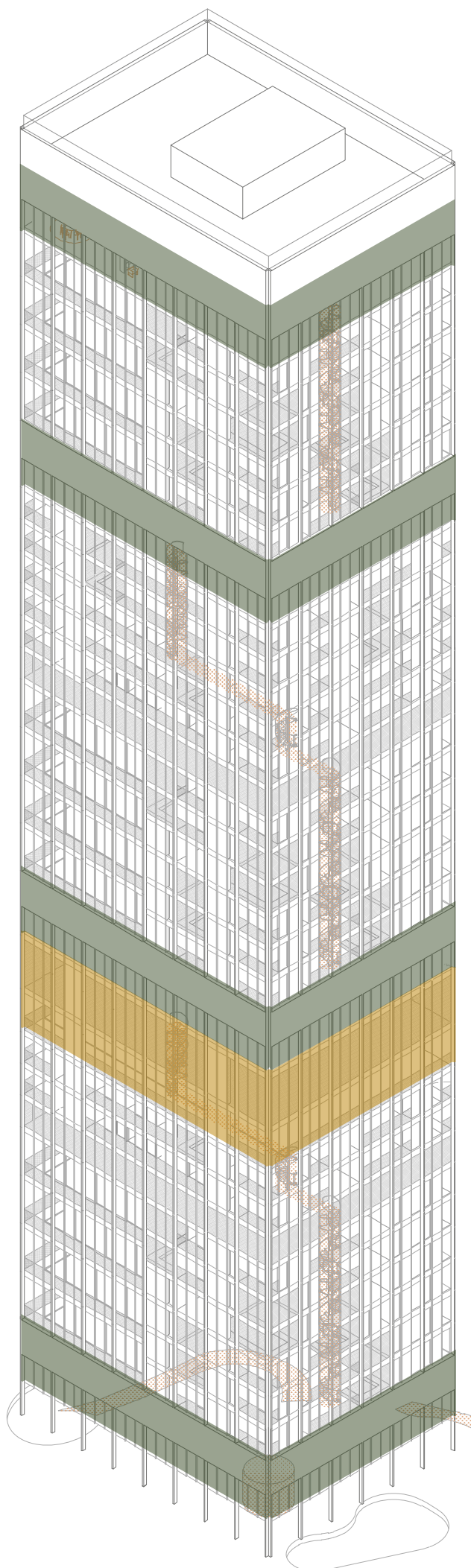
Unidade 2



relaciona-se com a U4 pelo segundo Espaço Comum Doméstico.

Unidade 4 (U4)

A U4 é composta por quatro espaços de trabalho e seis pisos de habitação que se relacionam em dois momentos, e pelo Espaço Comum de Produção no último piso.



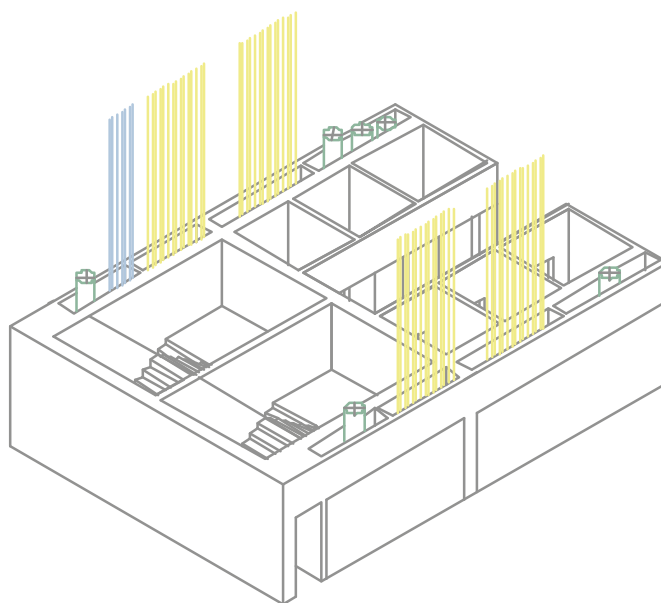
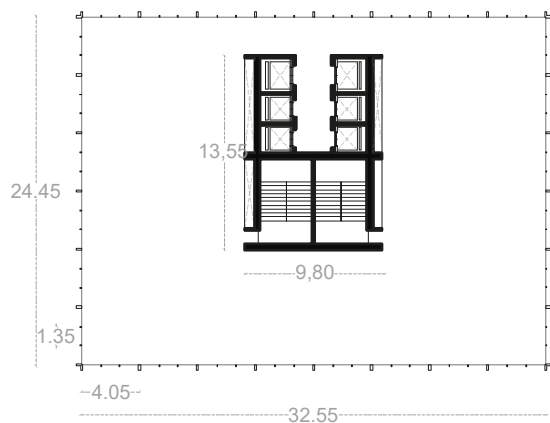
Unidade 4

Unidade 3

Unidade 2

Unidade 1

ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA



Estrutura Núcleo e Estrutura Periférica

A estrutura nuclear da torre é em betão com vigas portantes de 21 em 21 metros de altura.

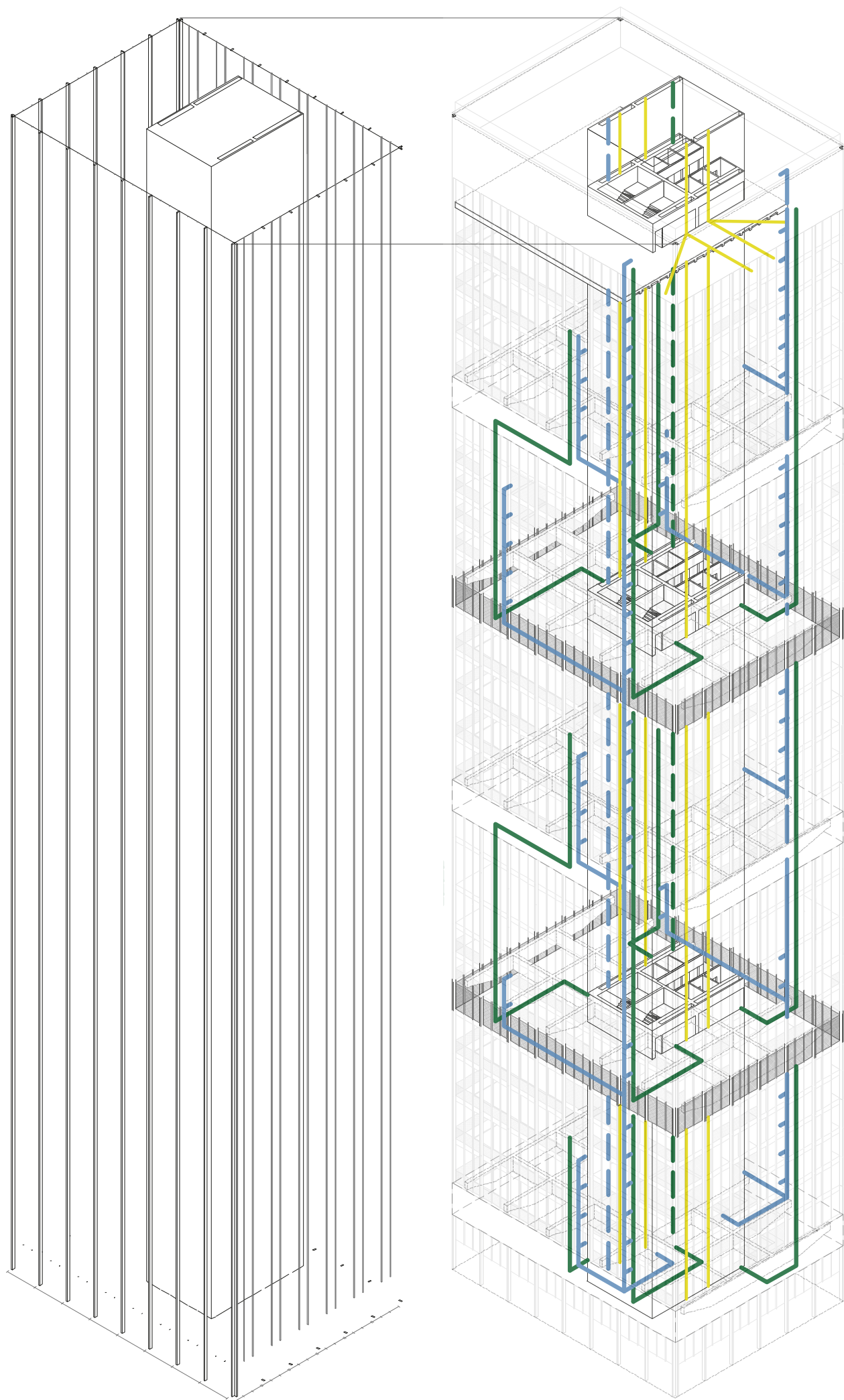
A estrutura periférica é composta pela estrutura metálica principal com perfis de 4,05 em 4,05 metros e uma subestrutura de 1,35 em 1,35 metros, ambas revestidas a aço inox.

Infraestrutura

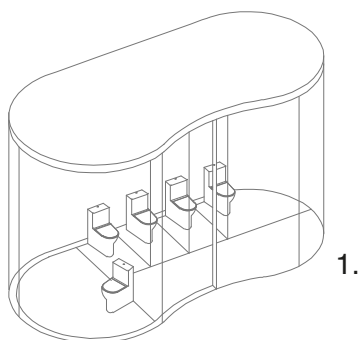
As infraestruturas estão distribuídas entre o núcleo e a periferia. No núcleo concentra-se a infraestructura húmida e ventilação dos espaços comuns - que não devem ser alterados - e dos espaços de trabalho, e também a electricidade do edifício.

Na periferia percorre a infraestructura húmida e ventilação dos espaços habitacionais, com o objectivo de não sobrecarregar o núcleo, situação que facilita a alteração de funções na torre.

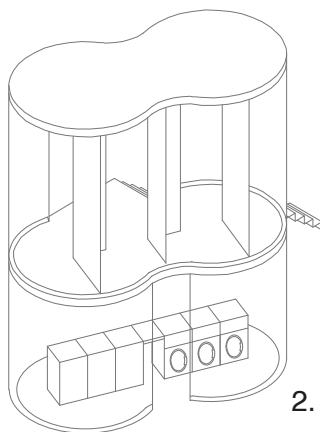
	ÁGUAS
	ESGOTO E VENTILAÇÃO
	ÁGUAS (espaços comuns e espaços de trabalho)
	ESGOTO E VENTILAÇÃO (espaços comuns e espaços de trabalho)
	ELECTRICIDADE



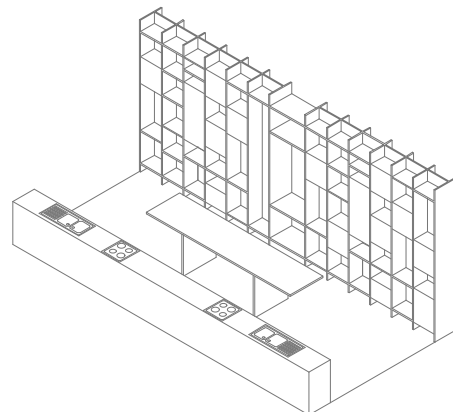
ESPAÇOS COMUNS DOMÉSTICOS



1.



2.



3.

1. Instalações Sanitárias Mistas

As instalações sanitárias mistas dos espaços comuns são de livre acesso, revestidas a cortiça para que possam ser afixados cartazes e diversos.

2. Lavandaria Comum e Banheiros

A lavandaria deverá servir toda a população que queira utilizá-la por um custo tabelado para a manutenção da mesma. Os banheiros são de uso exclusivo aos habitantes da torre, dando primazia aos habitantes das tipologias individuais, não acrescentando nada ao valor tabelado de renda.

3. Cozinha Comum

A cozinha comunitária serve toda a população que necessitar da mesma. Cada cozinha dispõe de uma bancada de 8,10m, composta por dois lava-loiça e duas placas vitrocerâmicas. É delimitada pela estante que permite armazenar alimentos e loiça, sendo apoiada por uma bancada ao centro onde são também guardados os caixotes de lixo.

4. Espaço de Arrumação

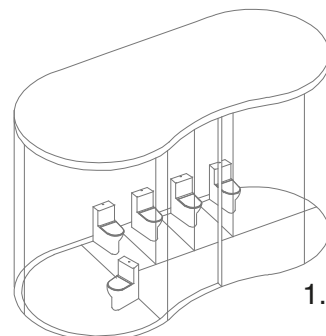
Móvel para guardar colchões infantis que serve também de mesa para a creche.

5. Espaço de Arrumação

Estante que permite a permanência de pertences e projectos desenvolvidos nos espaços.

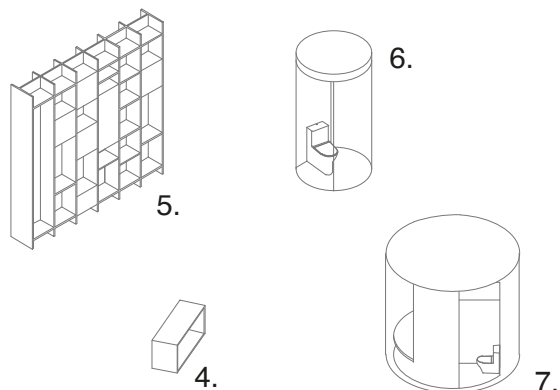
6. Pequena Instalação Sanitária

A pequena instalação sanitária serve os espaços pedagógicos, uma vez que a capacidade e função destes espaços é reduzida.



1.

ESPAÇOS PEDAGÓGICOS



7. Instalação Sanitária Infantil

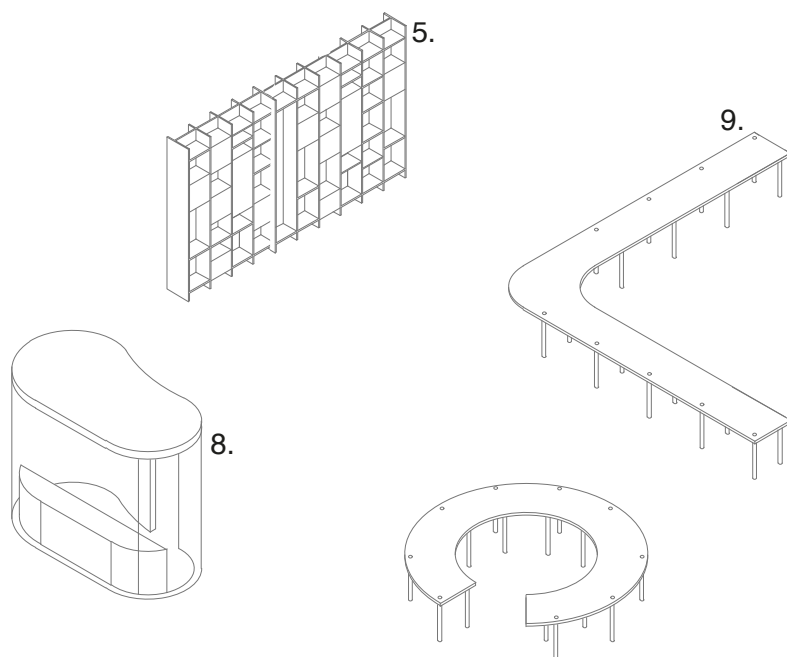
A instalação sanitária infantil serve o espaço pedagógico da creche.

8. Cozinha

A cozinha serve o armazenamento e aquecimento de pequenas refeições.

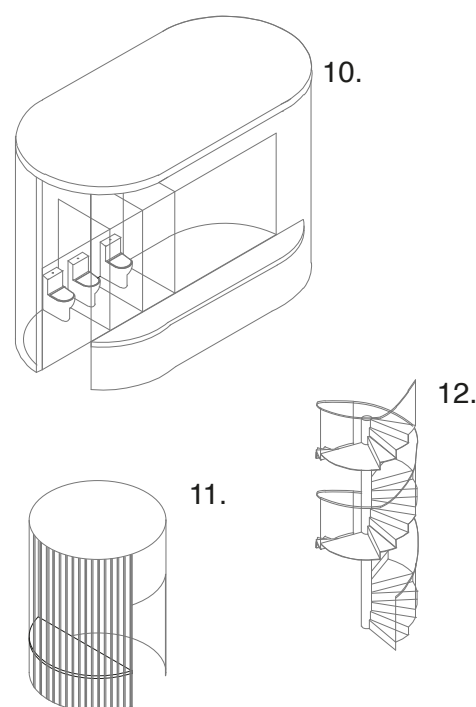
9. Bancadas

As bancadas dos espaços de produção servem a produção de projectos em simultâneo e/ou conjunto.



ESPAÇOS COMUNS DE PRODUÇÃO

ESPAÇOS DE TRABALHO



10. Instalações Sanitárias Mistas

As instalações Sanitárias Mistas dos espaços de trabalho são revestidas a plástico reciclado da Precious Plastic. Existem em todos os pisos e são reservadas aos seus trabalhadores.

11. CallHub

Os CallHub são montados em estrutura metálica, revestidos metade a policarbonato e metade a parede de pladur, garantindo uma boa acústica, uma vez que servem a realização de chamadas e videochamadas nos espaços de trabalho, de forma a não incomodarem os restantes membros do espaço.

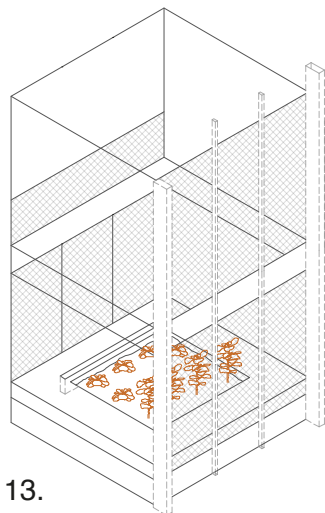
12. Escadas

O módulo de escadas permite conectar os diferentes pisos de espaço de trabalho.

MODULOS PRE-FABRICADOS

117

ESPAÇOS DOMÉSTICOS



13.

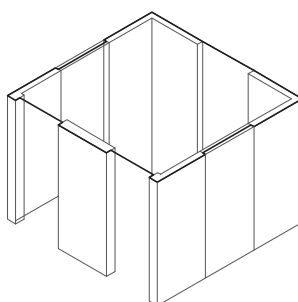
MÓDULO ESPAÇO 
PRODUÇÃO AGRÍCOLA
7m²

13. Espaço de produção agrícola
Os pequenos espaços de produção, cuja área varia entre 7 e 14m², com sistema de reaproveitamento das águas, existem em todos os pisos de habitação de todas as unidades, permitindo que os habitantes possam gerir entre si, o que cultivar à porta de casa. Estes espaços localizam-se estrategicamente para garantir a ventilação transversal das habitações e os espaços comuns entre as mesmas, auxiliado pelo duplo pé-direito. Por estar 40cm elevada do chão, permite que os espaços de produção sejam utilizados como espaços de permanência.

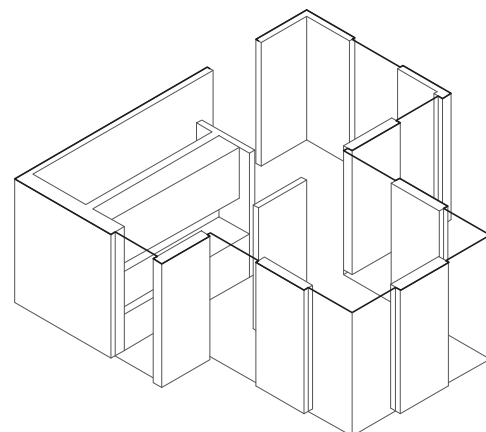
14. Tipologias Habitacionais

As tipologias habitacionais partem de um módulo de 4,05 por 4,05m, correspondendo o mesmo, à tipologia individual, a tipologia **MÍNIMA (MIN)**. As restantes tipologias, completas, são compostas por dois ou mais módulos, agregadas a um módulo húmido com as mesmas dimensões – dividindo-se em cozinha, com 8,6m², e casa-de-banho, com 5,60m² –, dando origem às tipologias:

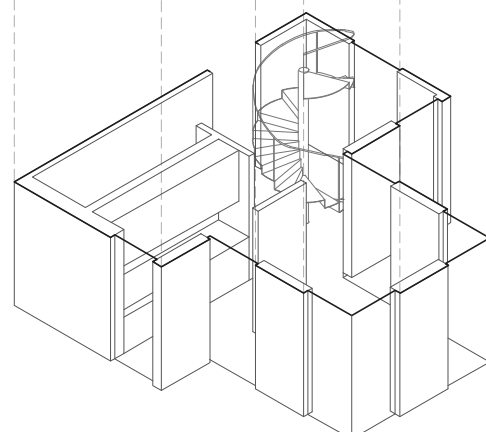
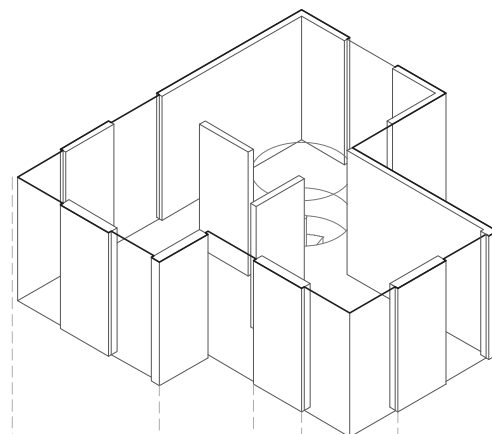
14.



 **MÍNIMA**
15,4m²



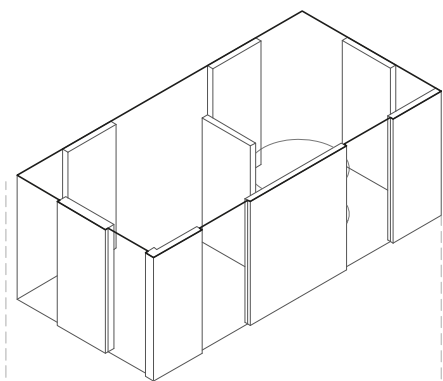
 **PEQUENA.1**
44,9m²



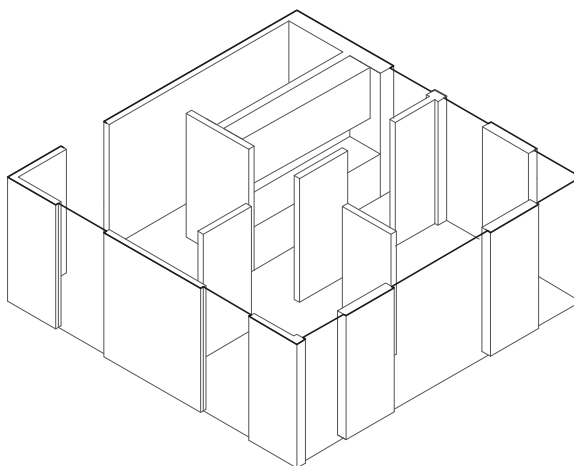
 **MÉDIA.2**
84,2m²

PEQUENA, tendo a mesma duas variantes (**PQ.1** ou **PQ.2**), a **MÉDIA**, com três variantes (**MD.1**, **MD.2** ou **MD.3**), e a **GRANDE (GD)**.

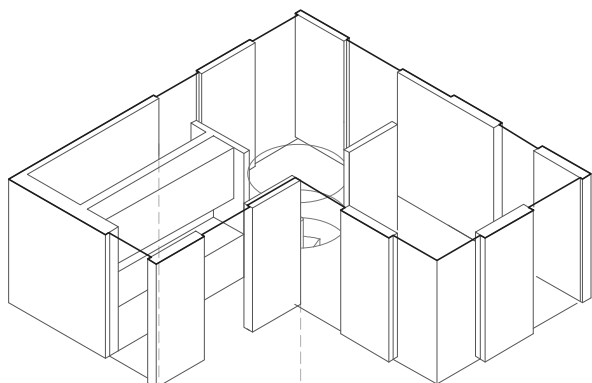
Uma vez que é possível reparcelar as tipologias através das tipologias individuais aumentando a área das completas, as mesmas acrescentam um **+**, à sua denominação por cada tipologia mínima reparcelada, como por exemplo: **PQ.1++**.



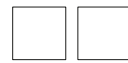
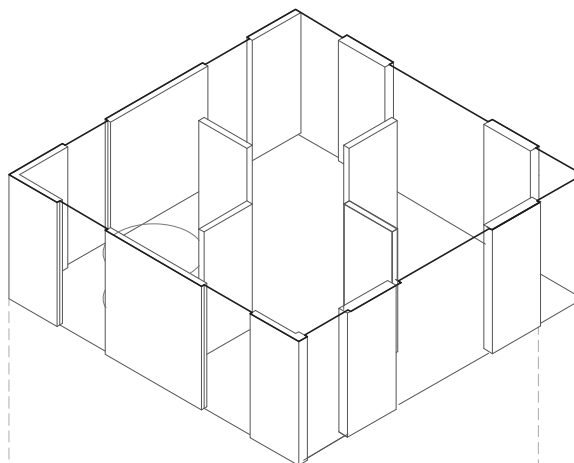
PEQUENA.2
68,7m²



MÉDIA.1
60,4m²

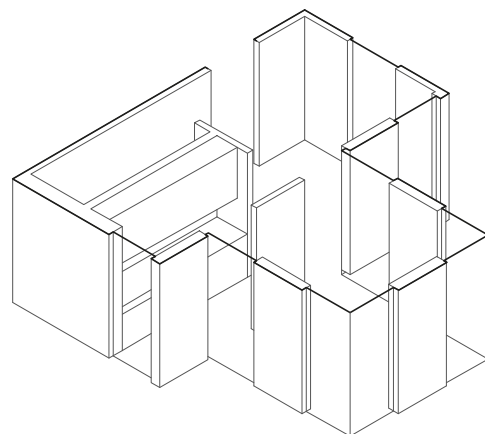


MÉDIA.3
84,2m²



GRANDE
115m²

ESPAÇOS DOMÉSTICOS

 PEQUENA.1
44,9M²

As tipologias são compostas por módulos, que por sua vez são constituídos por paredes pré-fabricadas. O módulo húmido que corresponde à cozinha e à casa-de-banho, é composto por **1. Paredes Exteriores com corete**, onde passa toda a infraestrutura húmida das habitações, água, esgoto e ventilação.

As **2. Paredes exteriores simples**, têm duas variantes, com ou sem estrutura de painel deslizante.

A estrutura das **3. Paredes interiores** são em CLT, na qual se agrega a estrutura do painel deslizante.

As **4. Paredes divisórias**, são compostas por uma estrutura metálica, preenchida por isolamento térmico e isolamento acústico, à qual acresce a estrutura do painel deslizante que permite alterar a entrada e reparcelar tipologias.

O pavimento elevado de 8cm, garante que toda a infraestrutura elétrica seja distribuída pelo pavimento, sem comprometer a estrutura das paredes pré-fabricadas.

-  ÁGUA
-  ESGOTO
-  ELECTRIDIDADE

3. Paredes interiores

Painel duplo de pladur	30
Estrutura metálica com painel deslizante	50
Painel CLT	80
Espessura total	160

4. Paredes divisórias

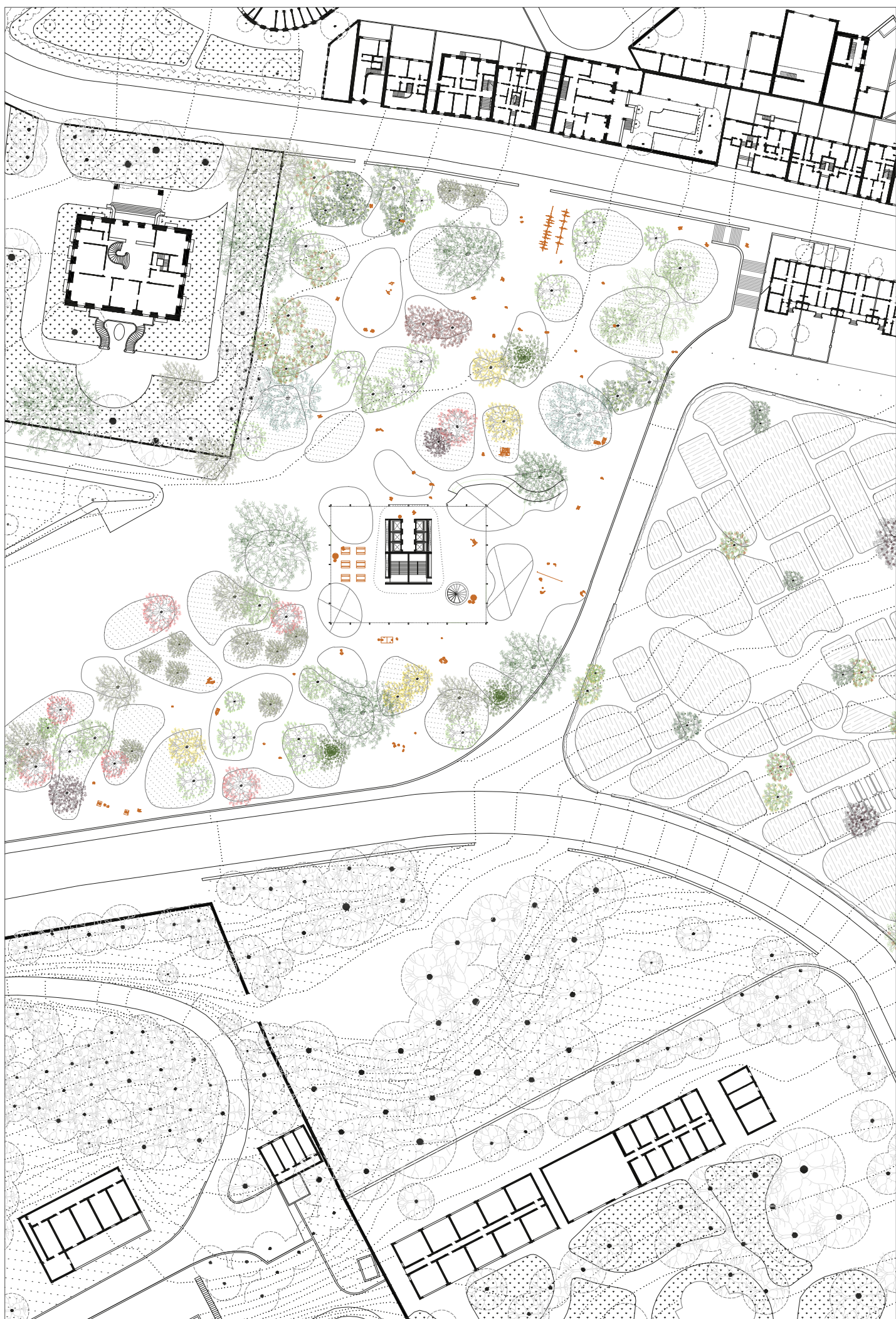
Painel duplo de pladur	30
Estrutura metálica preenchida com lã de rocha	60
Estrutura painel deslizante	30
Painel duplo de pladur	30
Espessura total	150

1. Paredes Exteriores com corete

Painel duplo de pladur	30
Estrutura metálica preenchida com lã de rocha	70
Estrutura metálica para as condutas de esgoto, ventilação, e canalização	130
Painel de OSB	10
isolamento térmico poliestireno extrudido	100
Painel de GRC e respectivo espaço para ventilação	30
Espessura total	370

2. Paredes exteriores simples

Painel duplo de pladur	30
Estrutura metálica preenchida com lã de rocha OU painel deslizante	70
Painel de OSB	10
Isolamento térmico poliestireno extrudido	100
Painel de GRC e respectivo espaço para ventilação	30
Espessura total	240



ESP. COMUM PRODUTIVO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. COMUM DOMÉSTICO

HABITAÇÕES

HABITAÇÕES

HABITAÇÕES

HABITAÇÕES

HABITAÇÕES

PISO TÉCNICO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. COMUM DOMÉSTICO

PISO JARDIM

ESP. PEDAGÓGICO

HABITAÇÕES

HABITAÇÕES

PISO TÉCNICO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. TRABALHO

ESP. COMUM PRODUTIVO

ESP. COMERCIAL + CRECHE

ESP. COMERCIAL + OFICINA

154M

149,5M

145M

140,5M

136M

130M

127M

124M

121M

118M

115M

112M

107,5M

103M

98,5M

94M

88M

93M

79M

76M

73M

70M

65,5M

61M

56,5M

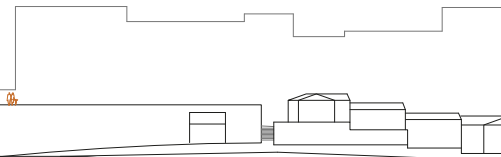
52M

46M

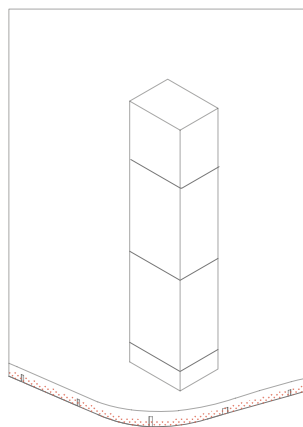
43M

39M

35,5M





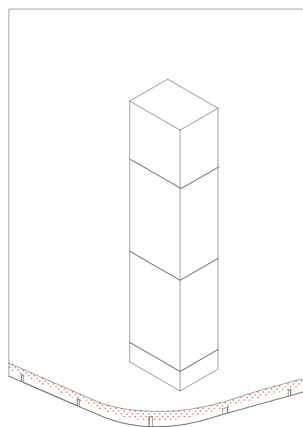


Piso -2 | 35,5M

Vista das hortas para o interior do muro habitado e para a torre.
O primeiro piso do muro habitado, de carácter comercial e serviços, delimita em conjunto com as hortas uma rua pedonal. O muro rugoso e irregular – construído em betão com a confragem em chapa quinada (que facilita a construção das curvas) na qual é aplicada um retardante –, contrapõe à linearidade da torre.

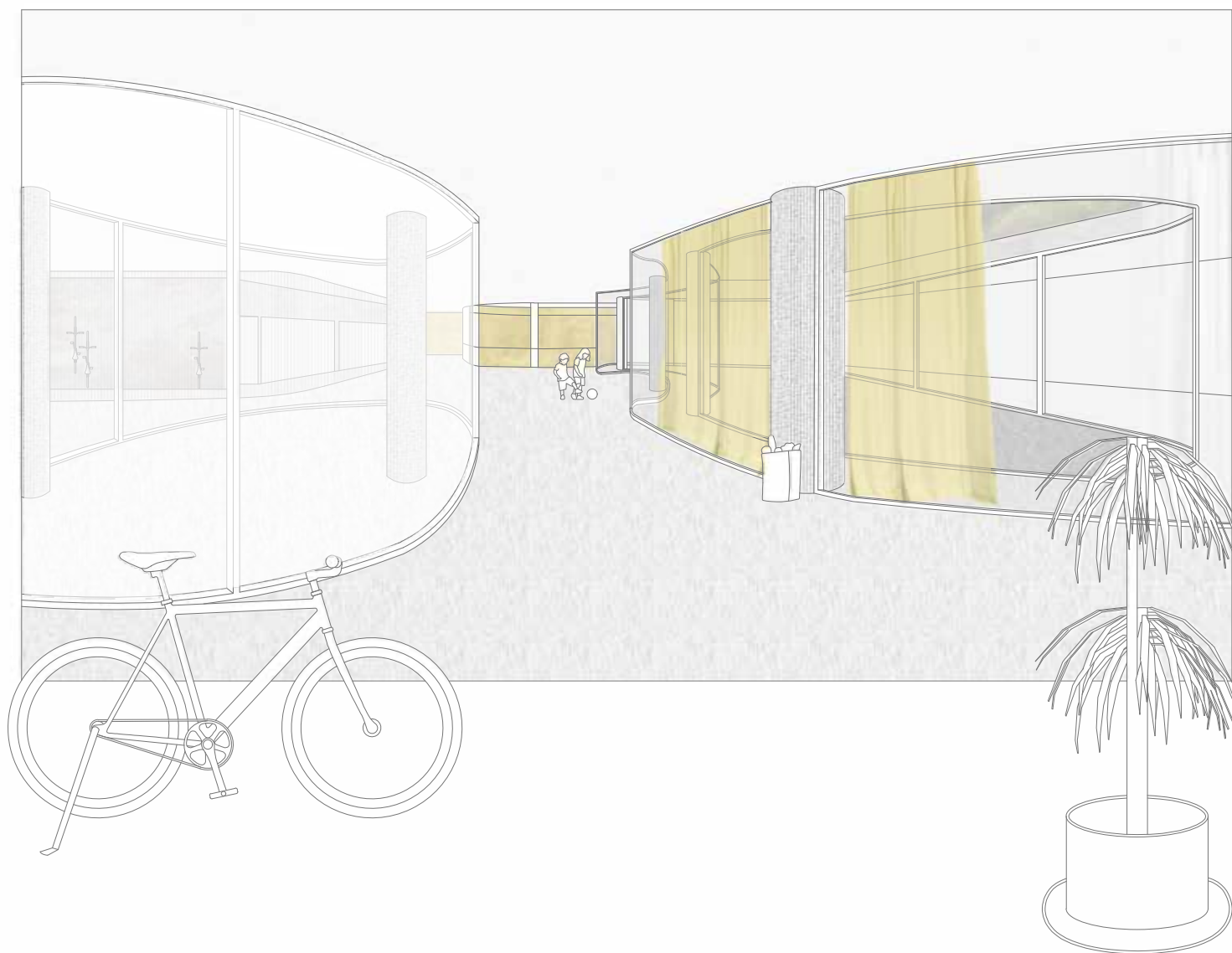




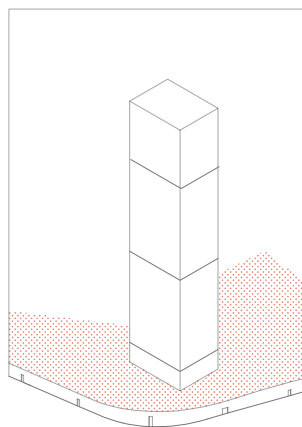


Piso -1 | 39M

Vista para a creche, espaço de restauração e praça interior. O espaço assume um carácter lúdico, proporcionado pelo tipo de comércio que proporciona. As paredes de betão com pigmento amarelo, reflectem a luminosidade trazida pelas entradas de luz zenitais num tom quente.







Jardim
Piso 0 | 43M

Vista do jardim sobre o rio. O jardim comestível delineia de forma orgânica os espaços de permanência e de passagem. É o chão público da torre, e também o espaço comum que faz a mediação entre os diferentes tempos da cidade.



UNIDADE 2

- P - Piso
- TR - Trabalho
- HAB - Habitação
- xM - Cota
- - Piso duplo

GD

13

MIN

14

PQ.1

15

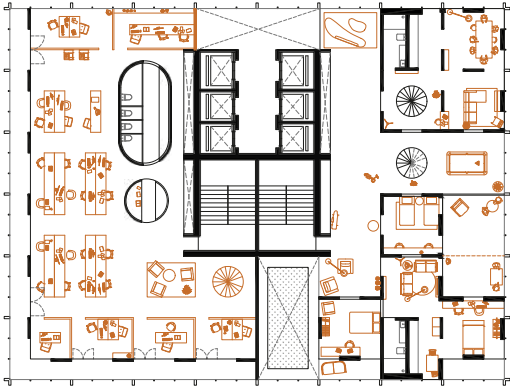
MIN

16

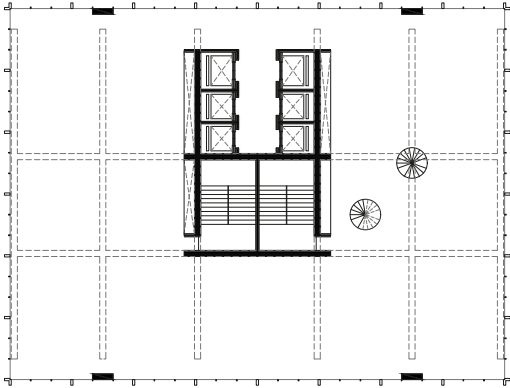
P5

TR4 + HAB6

65,5 | 67M



P6
PISO
TÉCNICO
70M



PQ.2

7

GD

9

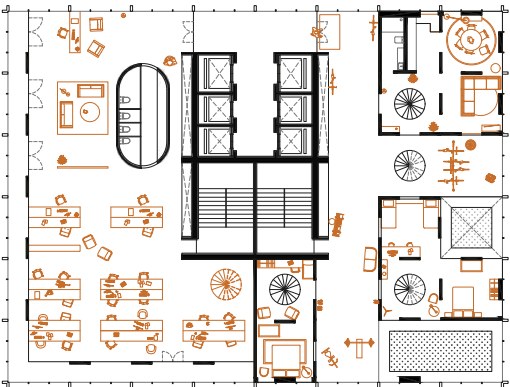
MD.3

10

P4

TR2 + HAB4

61M



MD.3

10

MIN

11

MIN

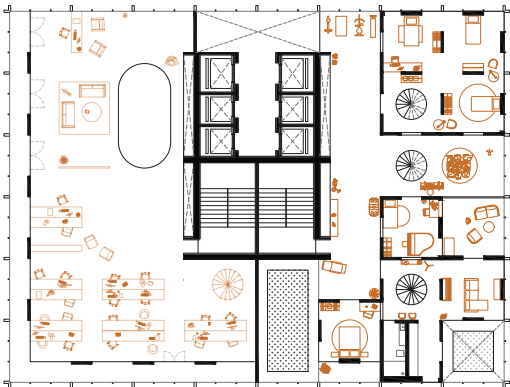
12

GD

13

TR3 + HAB5

64M



PQ.2

1

GD

4

MD.2

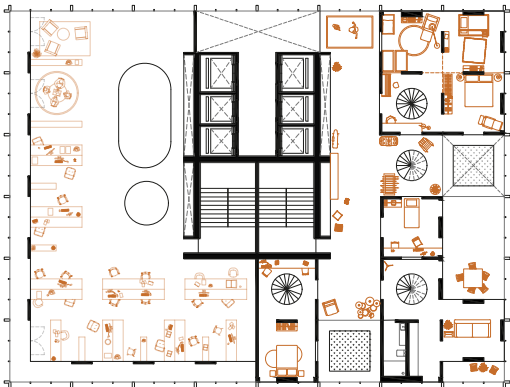
5

MIN

6

TR1 + HAB2

52 | 55M



MD.2

5

PQ.2

7

MIN

8

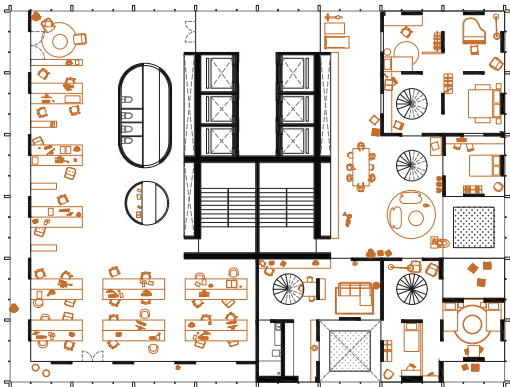
GD

9

P3

TR2 + HAB3

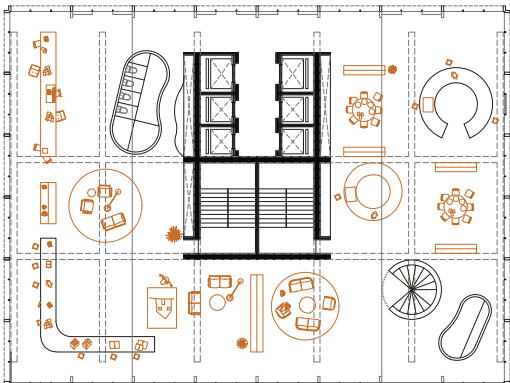
56,5 | 58M



P1

ESPAÇO
COMUM
OFICINAL

46M



PQ.2

1

PQ.1

2

MIN

3

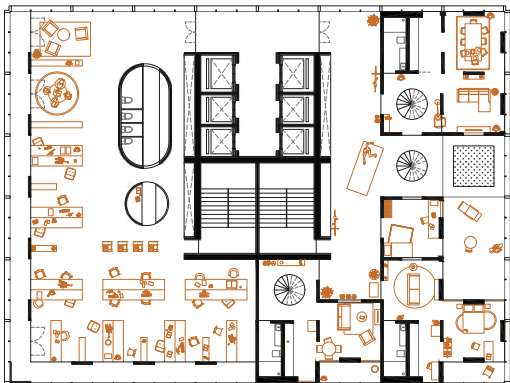
GD

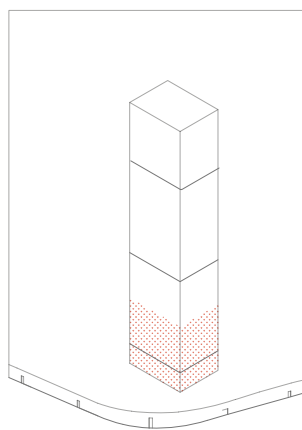
4

P2

TR1 + HAB1

52M





Espaço de Trabalho
Pisos 2, 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 23, 24,
25, 26, 27

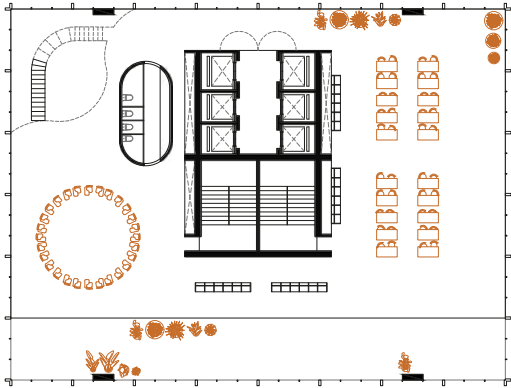
Vista do espaço de trabalho para a fachada Sul. Procurou-se desenhar os espaços de trabalho, orientados a Sul | Oeste, de forma neutra e em *openspace* para que os mesmos possam ser apropriados de diversas formas.



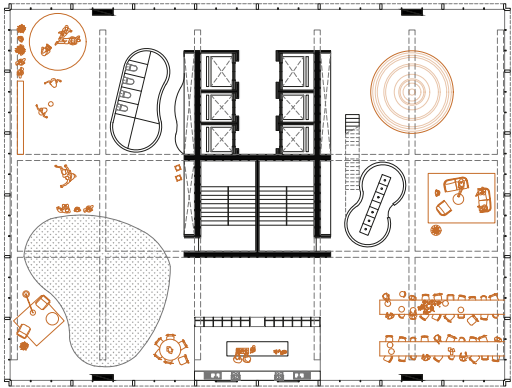
UNIDADE 2

P - Piso
TR - Trabalho
HAB - Habitação
xM - Cota
● - Piso duplo

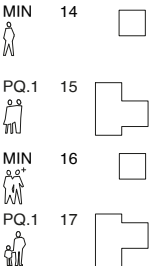
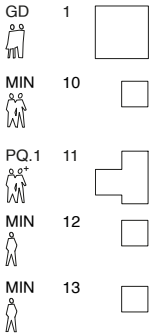
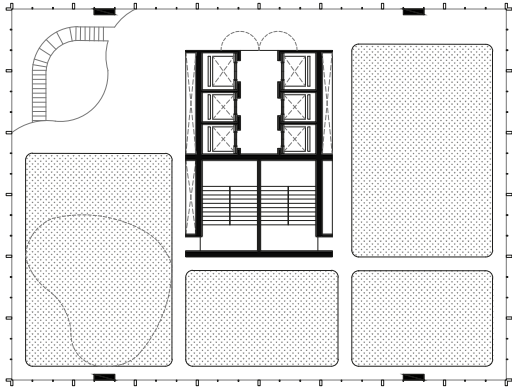
P9
PISO
PEDAGÓGICO
79M



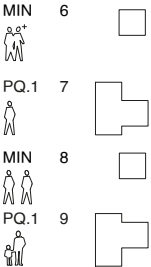
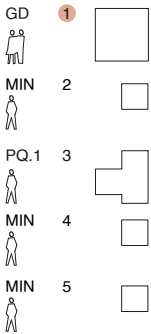
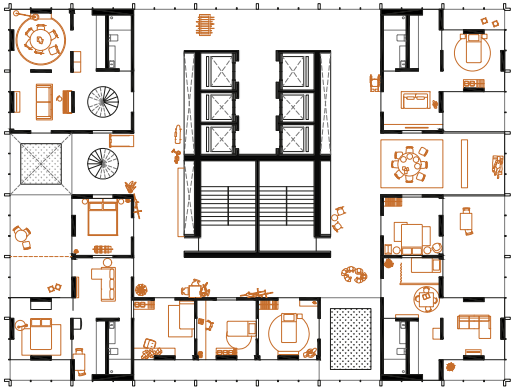
P11
PISO
COMUM
DOMÉSTICO
88M



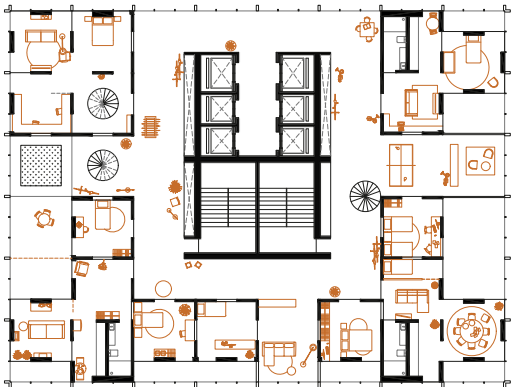
P10
PISO
JARDIM
83M



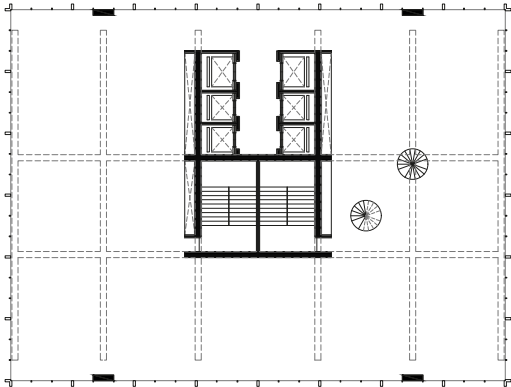
P8
HAB2
76M

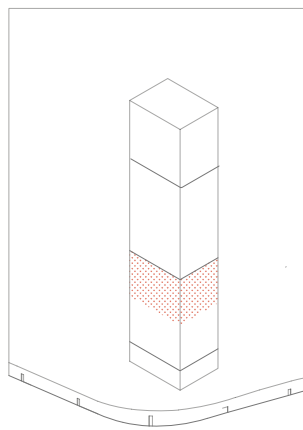


P7
HAB1
73M



P6
PISO
TÉCNICO
70M





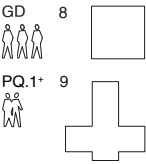
Espaço Comum Doméstico Piso 11 | 88M

Vista do espaço comum doméstico para a fachada Este | Sul. O carácter do espaço comum doméstico é definido pelo seu livre acesso. Deverá ser um espaço comum, de encontro, de discussão, de lazer. Um espaço estimulante para os que nele participam e o fazem participar.

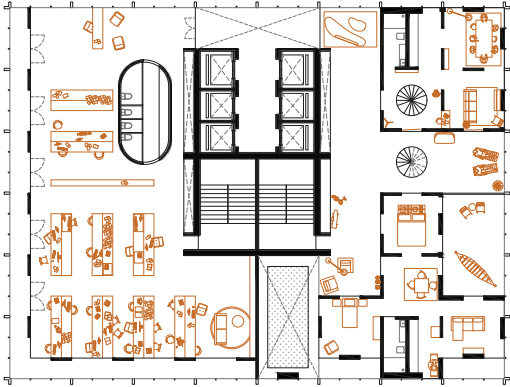


UNIDADE 3

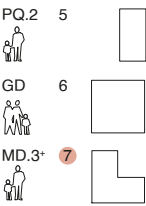
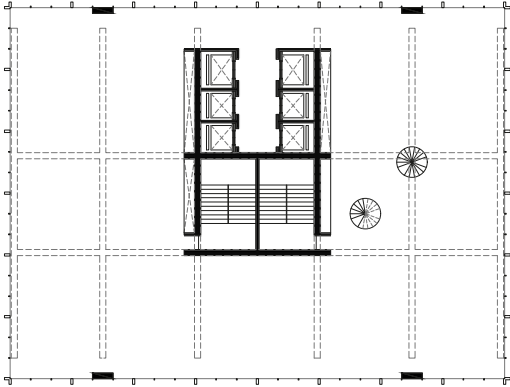
- P - Piso
- TR - Trabalho
- HAB - Habitação
- xM - Cota
- - Piso duplo



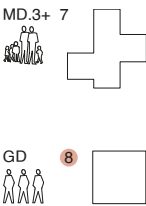
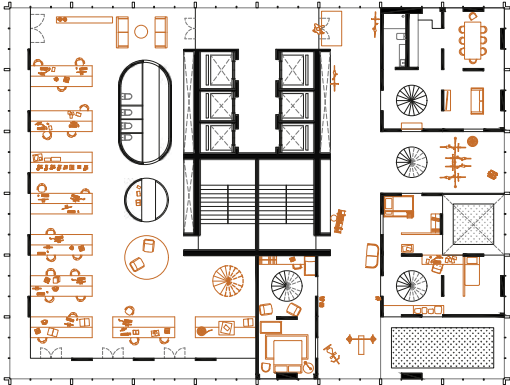
P15
TR4+HAB6
107,5 | 109M



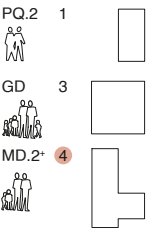
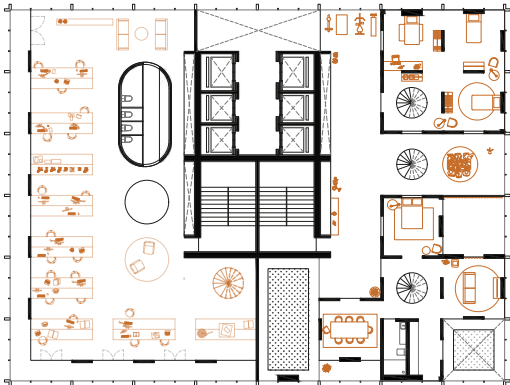
P16
PISO
TÉCNICO
112M



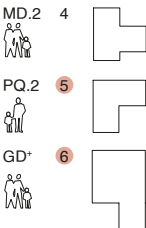
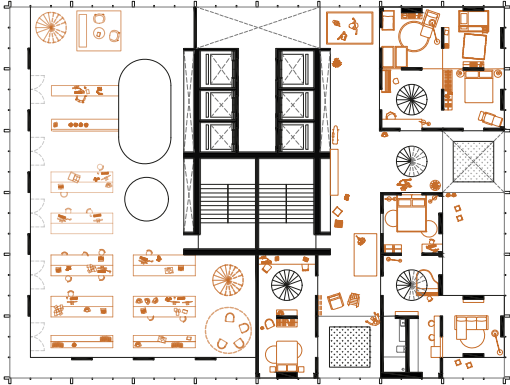
P14
TR3+HAB4
103M



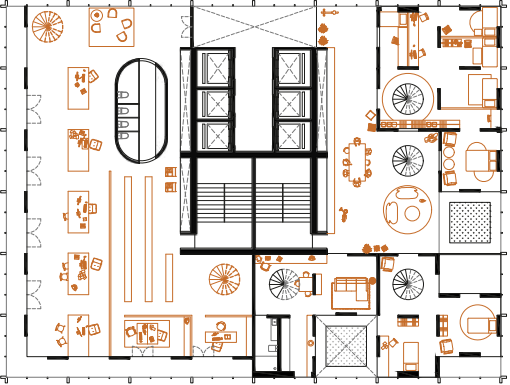
TR3+HAB5
103 | 106M



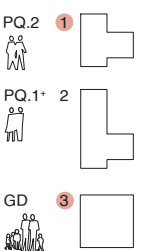
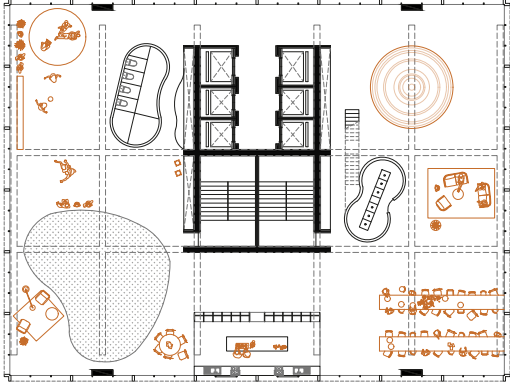
TR1+HAB2
94 | 97M



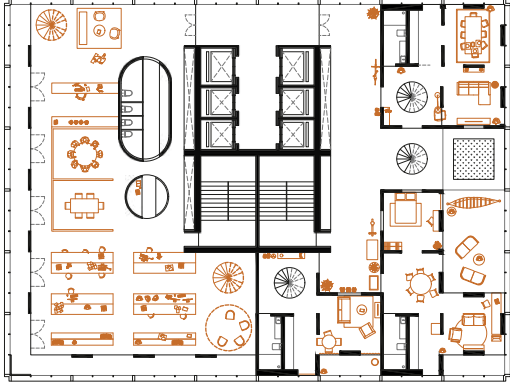
P13
TR2+HAB3
98,5 | 100M

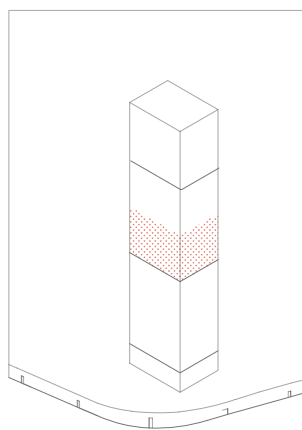


P11
PISO
COMUM
DOMÉSTICO
88M



P12
TR1+HAB1
94M

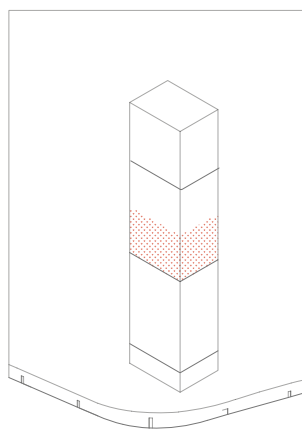




Habitação
Pisos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15,
17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27

Vista das habitações orientadas a Sul. As mesmas têm acesso a uma varanda contínua – para um melhor controlo climatérico – virada para o Tejo, que pode ser reparcelada da mesma forma que a habitação.





Habitação Reparcelada
Pisos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15,
17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27

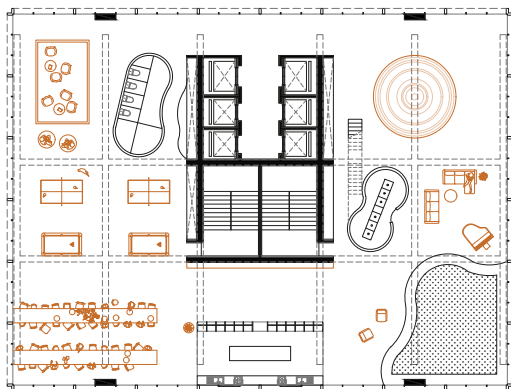
Vista de uma habitação reparcelada
orientada a Sul.



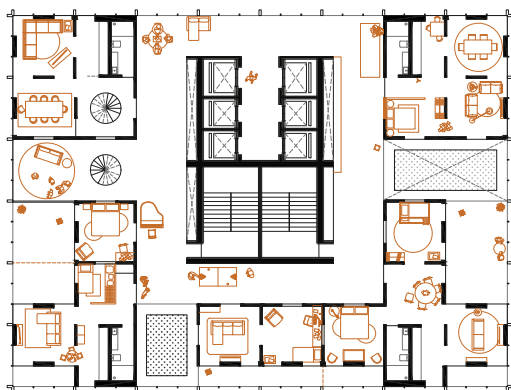
UNIDADE 3

P - Piso
TR - Trabalho
HAB - Habitação
xM - Cota
● - Piso duplo

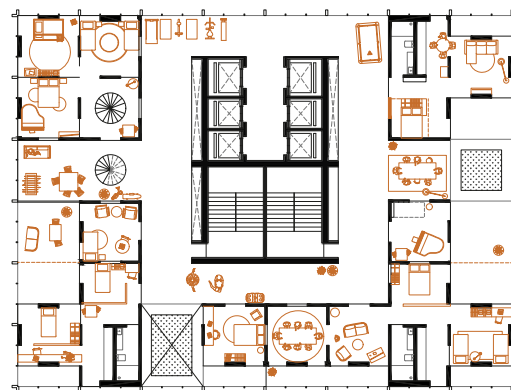
P22
PISO
COMUM
DOMÉSTICO
130M



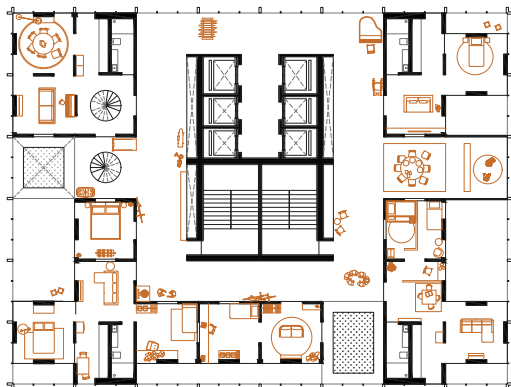
P20
HAB4
124M



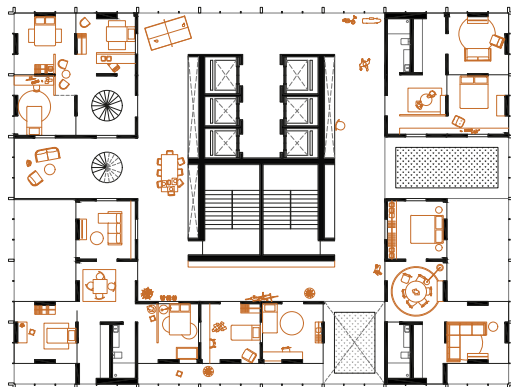
P21
HAB5
127M



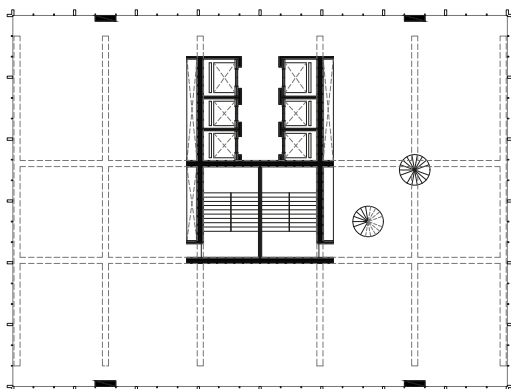
P18
HAB2
118M



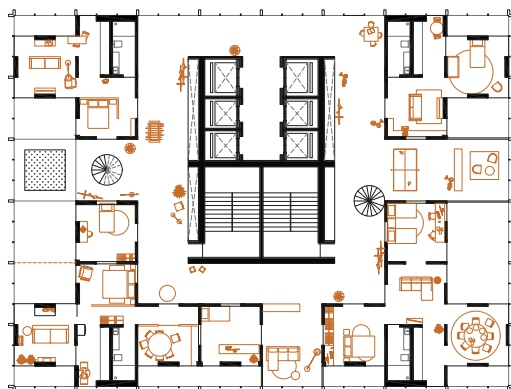
P19
HAB3
121M

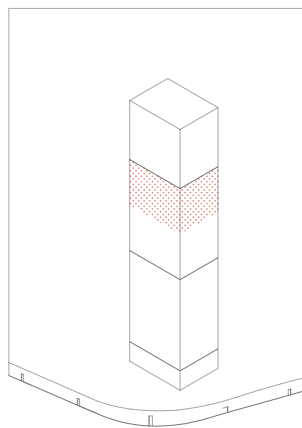


P16
PISO
TÉCNICO
112M



P17
HAB1
115M





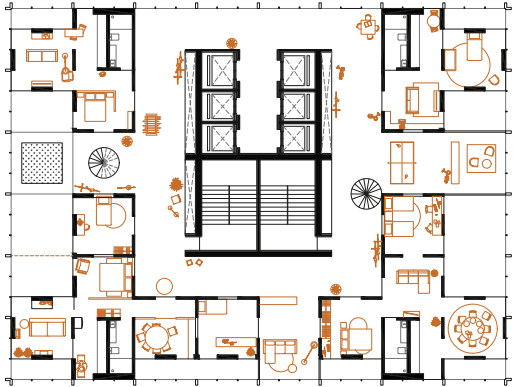
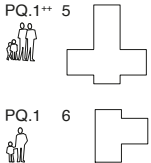
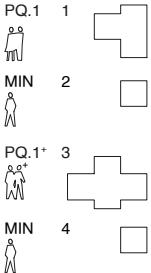
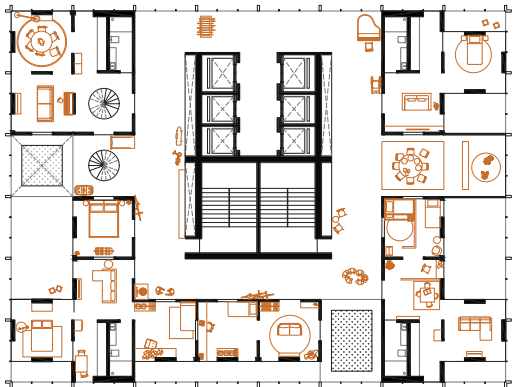
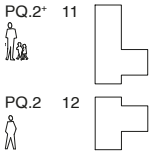
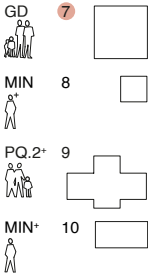
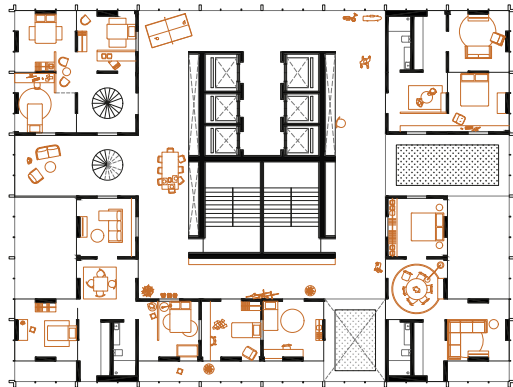
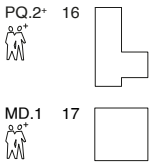
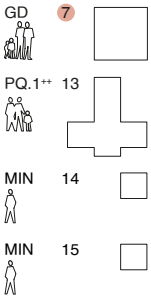
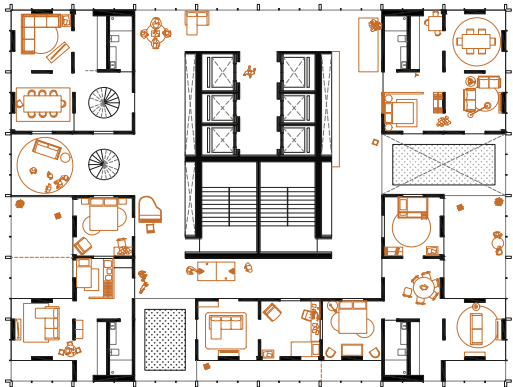
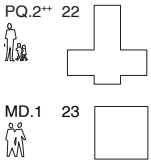
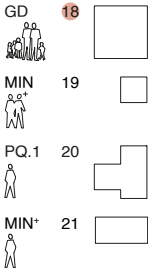
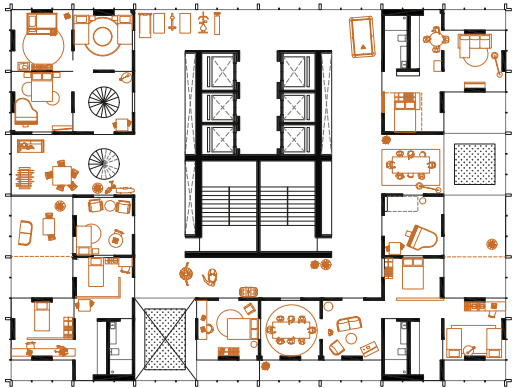
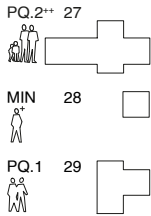
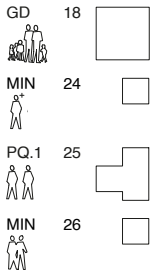
Espaço Comum - Corredor
 Pisos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15,
 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27

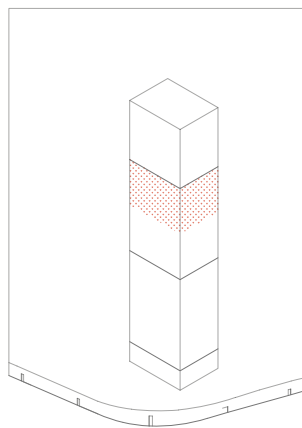
Vista do corredor para o módulo de
 produção agrícola, orientado para as
 fachadas Oeste | Sul, que possibilita o
 cultivo de aromas no interior da torre.



UNIDADE 3

P - Piso
TR - Trabalho
HAB - Habitação
xM - Cota
● - Piso duplo





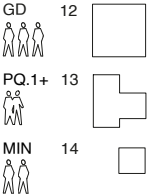
Espaço Comum - Corredor
 Pisos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15,
 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27

Vista do corredor do piso superior,
 para a fachada Oeste | Sul, sobre
 o módulo de produção agrícola à
 esquerda. O corredor foi apropriado
 de modo comum, servindo quem nele
 quiser participar.

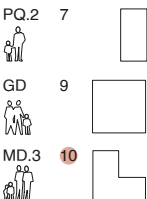
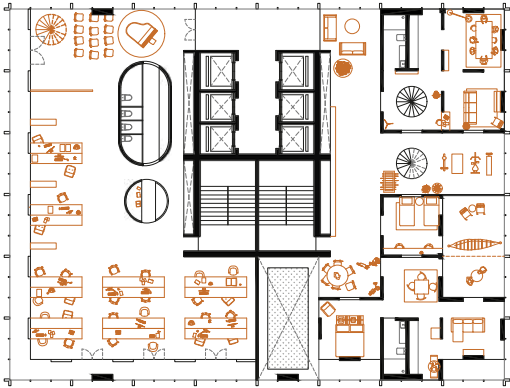


UNIDADE 4

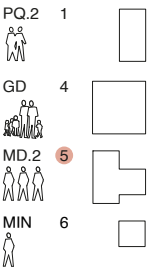
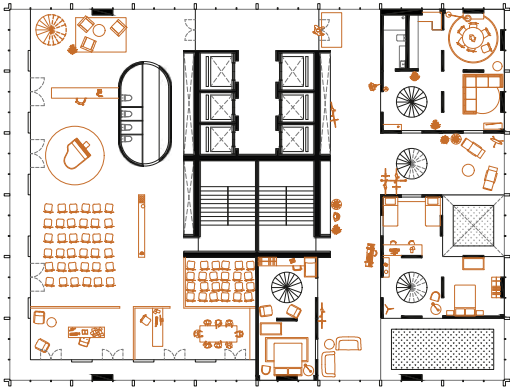
P - Piso
TR - Trabalho
HAB - Habitação
xM - Cota
● - Piso duplo



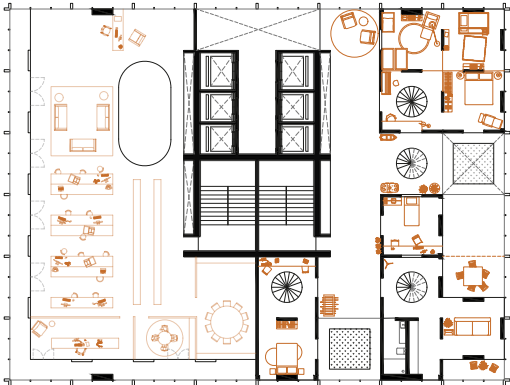
P26
TR4+HAB6
149,5 | 151M



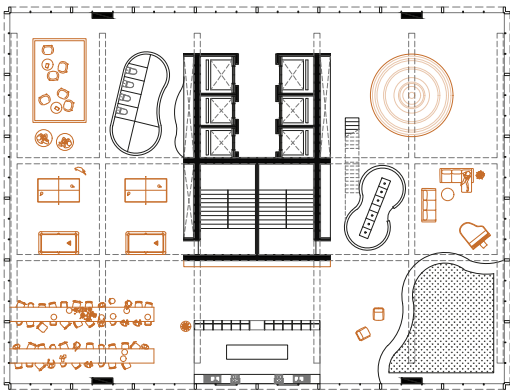
P25
TR3+HAB4
145M



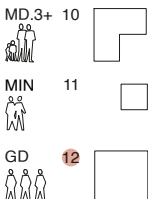
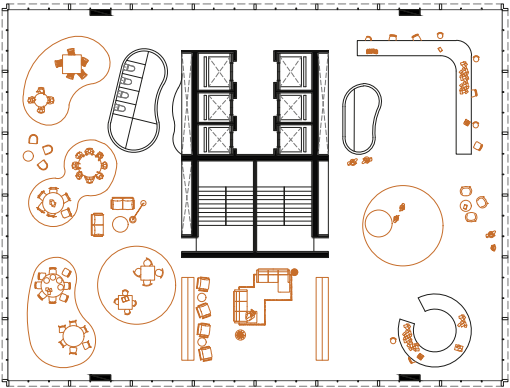
TR1+HAB2
136 | 139M



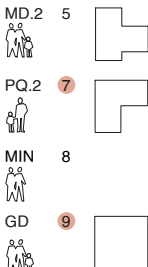
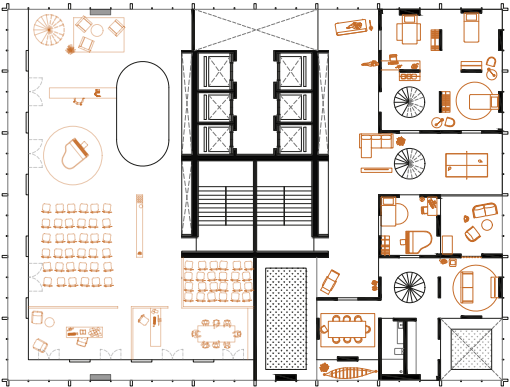
P22
PISO
COMUM
DOMÉSTICO
130M



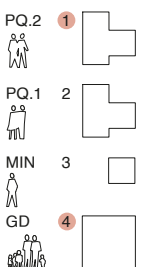
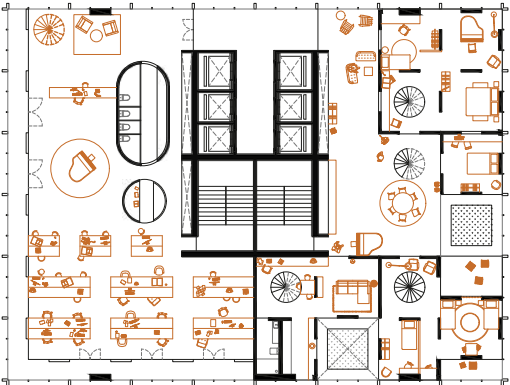
P27
PISO
COMUM
PRODUÇÃO
154M



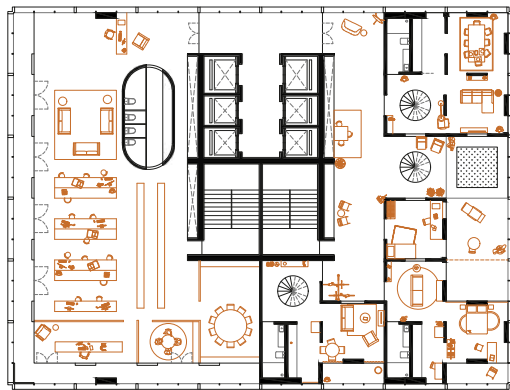
TR3+HAB5
145 | 148M

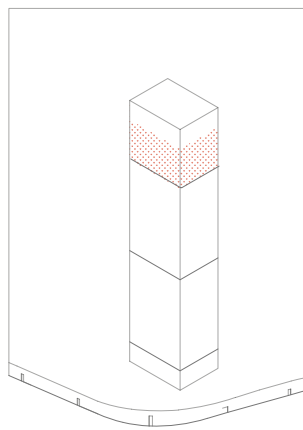


P24
TR2+HAB3
140,5 | 142M



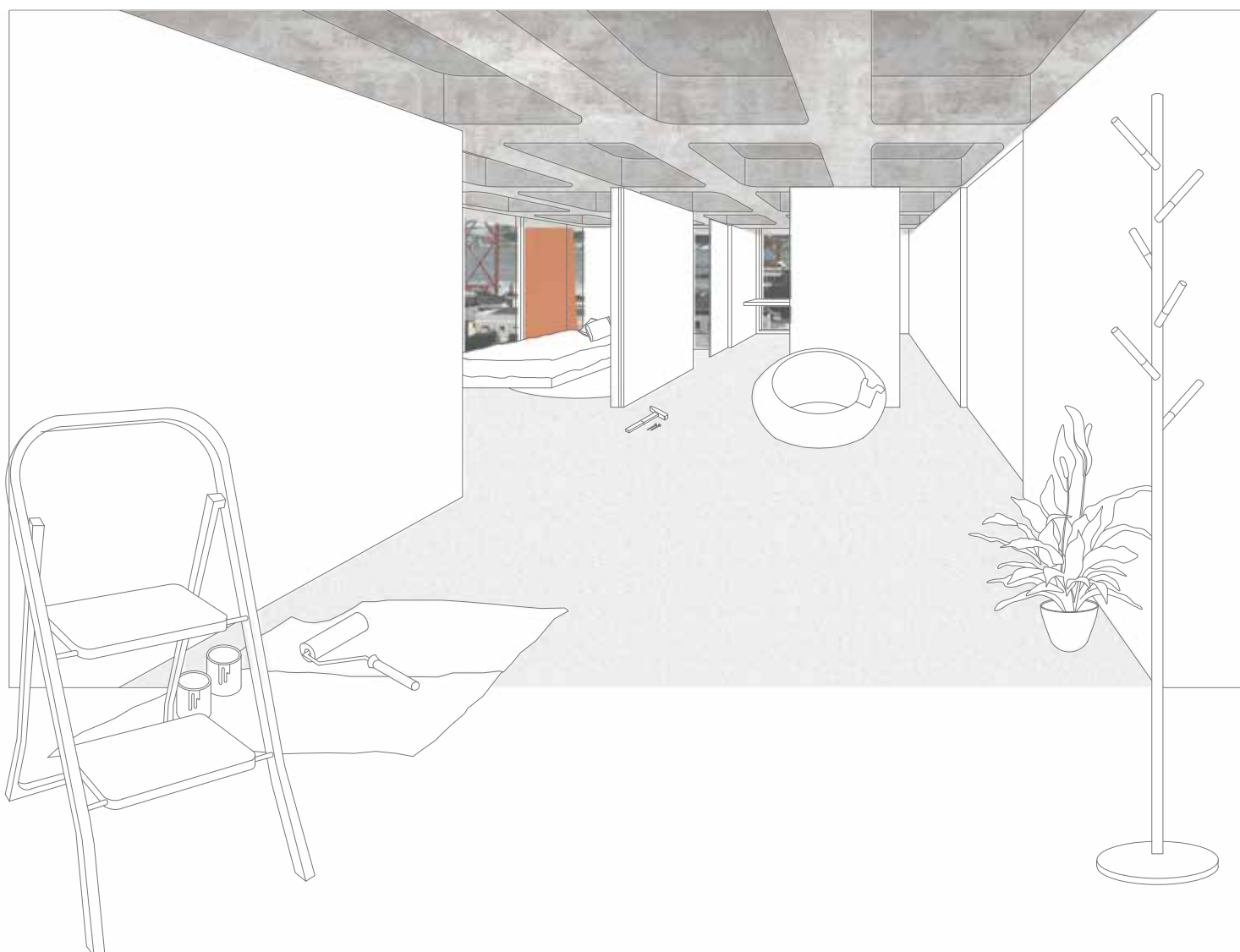
P23
TR1+HAB1
136M





Tipologia Pequena
Pisos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 14, 15,
17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27

Vista do interior da tipologia
Pequena.1 orientada a Este | Sul.

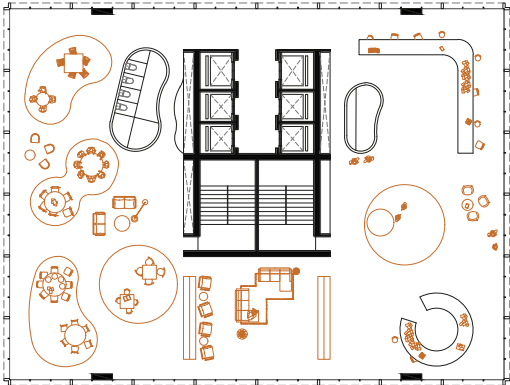


UNIDADE 4

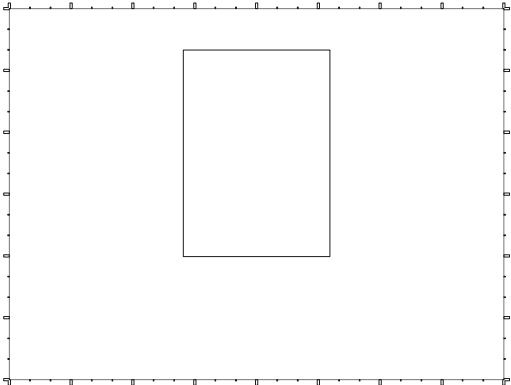
- P - Piso
- TR - Trabalho
- HAB - Habitação
- xM - Cota
- - Piso duplo

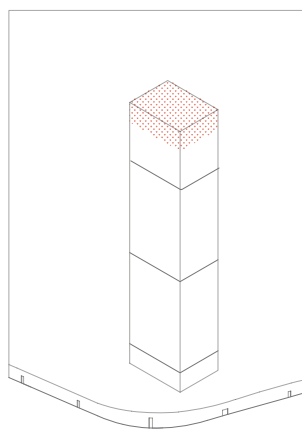
341

P27
PISO
COMUM
DOMÉSTICO
154M



P28
TR1+HAB1
160M





Espaço Comum Produtivo
Piso 27 | 154M

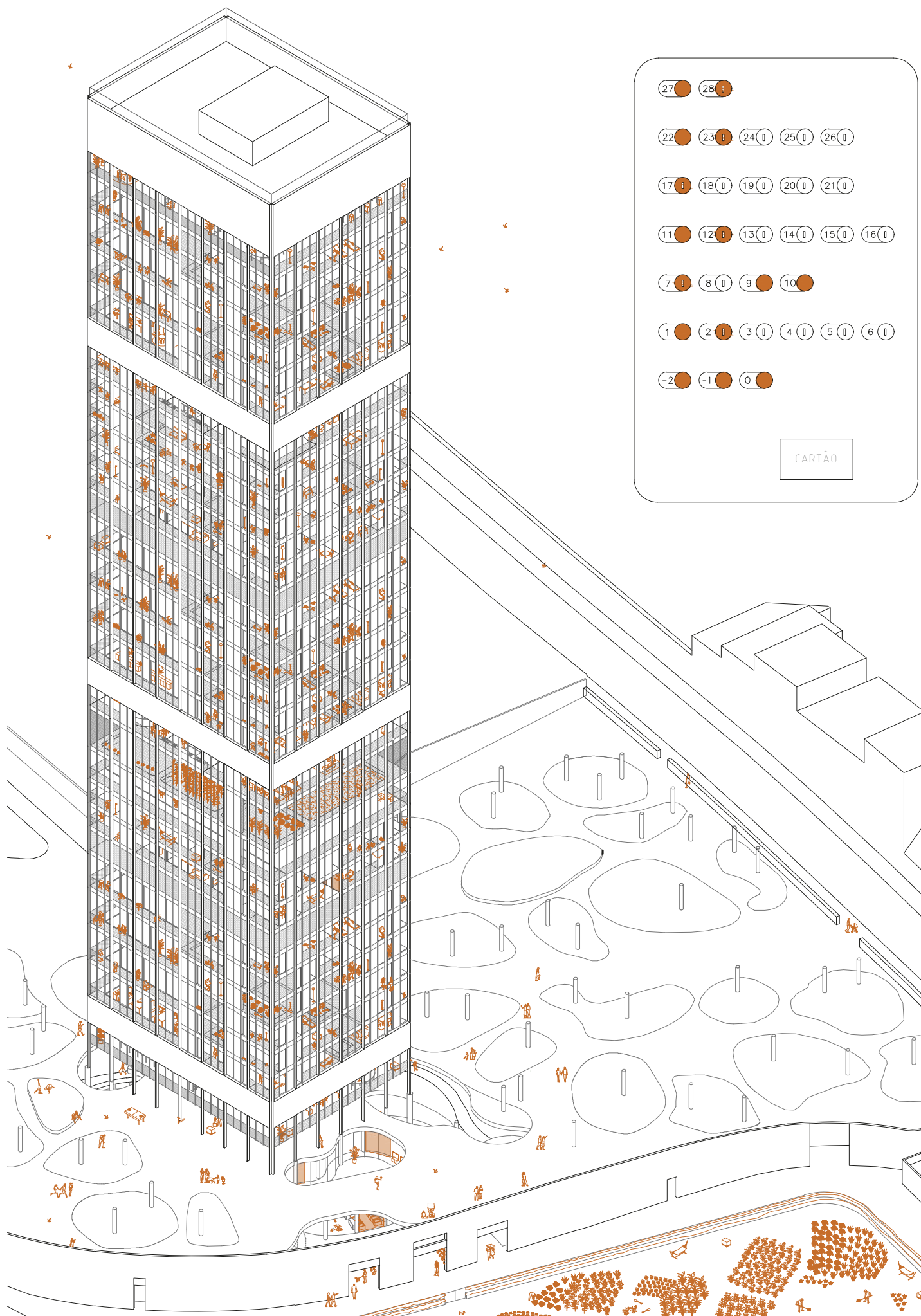
Vista de uma criança no espaço comum produtivo, a olhar para a fachada Norte, sobre o Parque Florestal de Monsanto. O espaço comum produtivo propõe a participação, a manufactura e a produção de conhecimento num espaço comum, partindo do indivíduo para o colectivo.



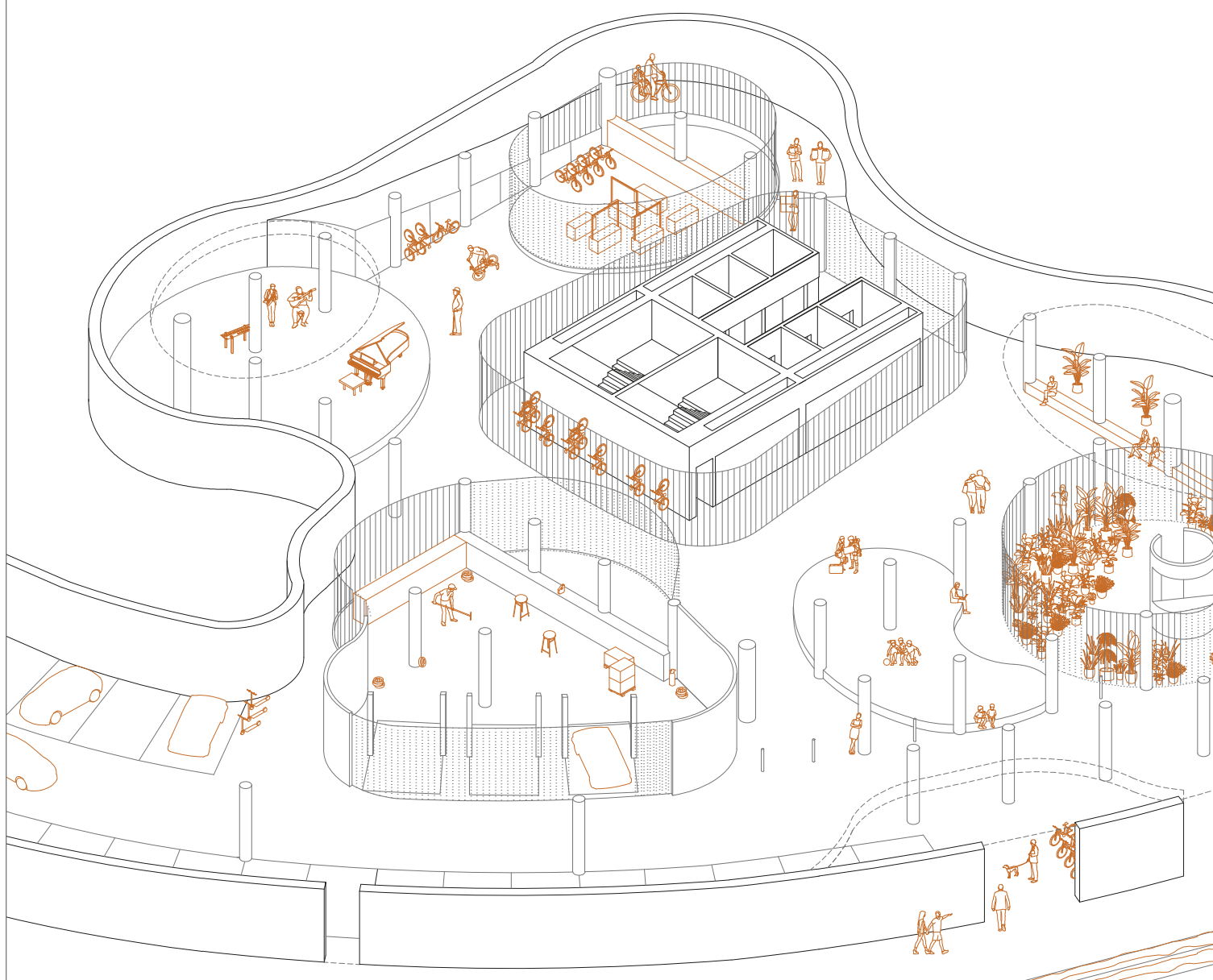


3. Wine, James. Highrise of Homes. 1981. Desenho.

James Wine, artista e arquitecto americano, projecta idilicamente no atelier SITE, em 1981, Highrise of Homes, uma grelha tridimensional destinada a habitação, que seria capaz de suportar qualquer modelo de casa em grandes cidades, desenvolvendo uma comunidade vertical personalizada.



Colagem da torre no local | Axonometria da torre



UNIDADE 1



27

28

22

23

24

25

26

17

18

19

20

21

11

12

13

14

15

16

7

8

9

10

1

2

3

4

5

6

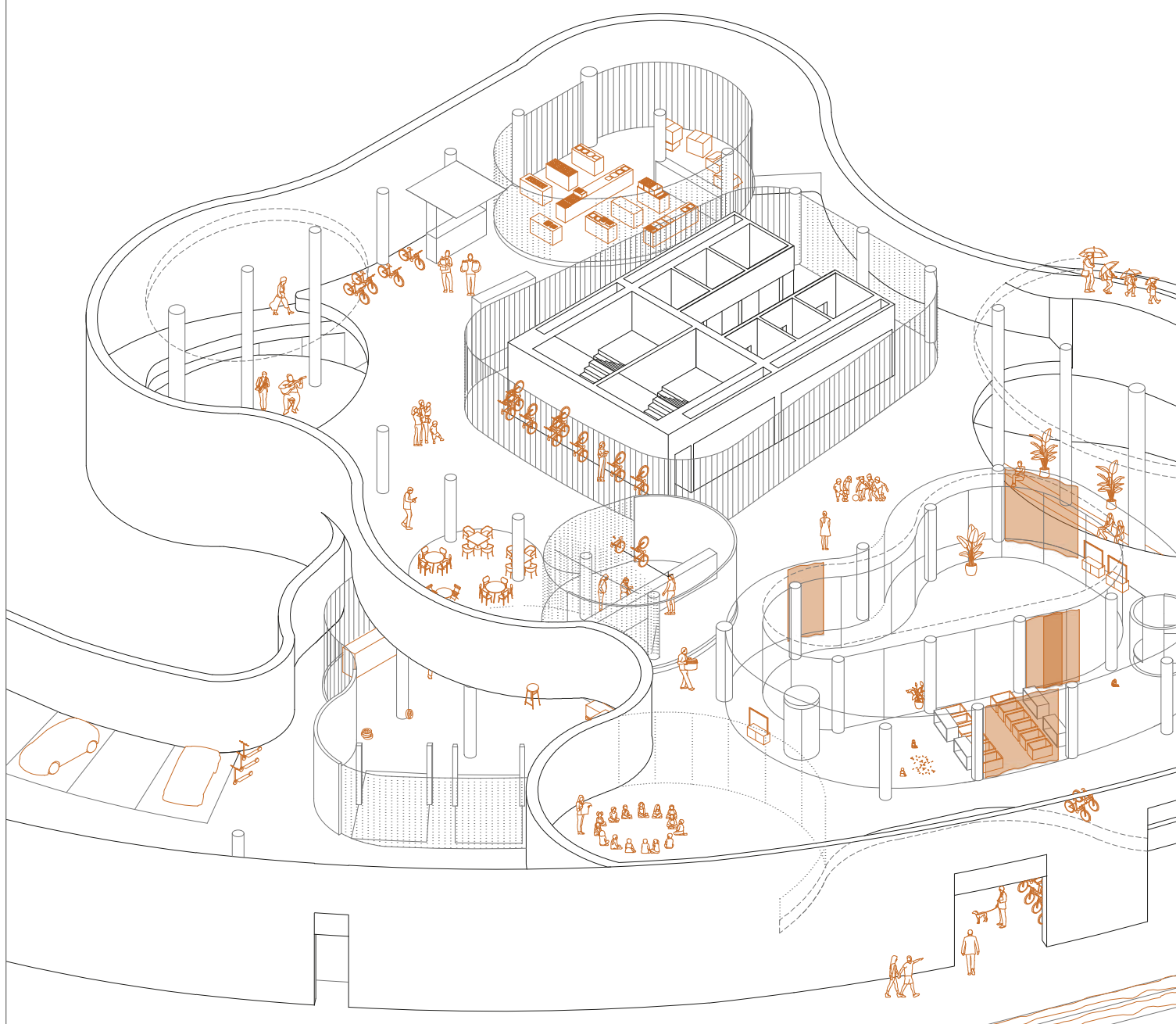
-2

-1

0

CARTÃO

O piso -2 é o que permite entrar na torre à cota inferior, 35,5. Tem uma estreita relação com as hortas, delimitando entre ambos uma pequena rua pedonal, que permite a circulação de pequenos veículos (bicicletas e trotinetes) e esporadicamente veículos de maior dimensão para as hortas. Neste espaço encontram-se o estacionamento de automóveis com 115 lugares, estacionamento para 100 bicicletas, dois espaços comerciais com 70m² e 100m², uma oficina pré-existente do bairro, um palco que permite a entrada de luz e ventilar, e uma pequena praça com vista para as hortas que serve diversas actividades.





UNIDADE 1

27

28

22

23

24

25

26

17

18

19

20

21

11

12

13

14

15

16

7

8

9

10

1

2

3

4

5

6

-2

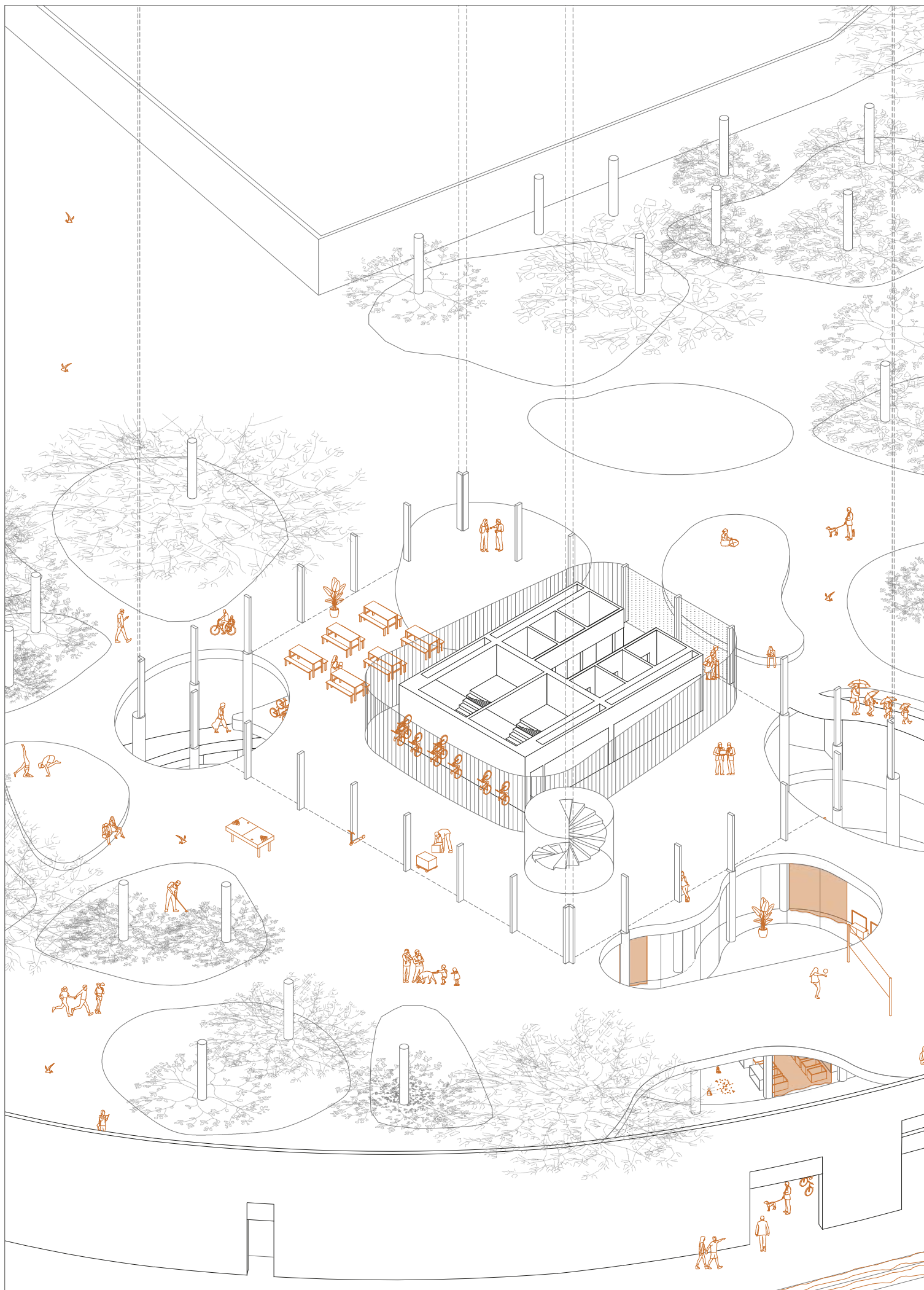
-1

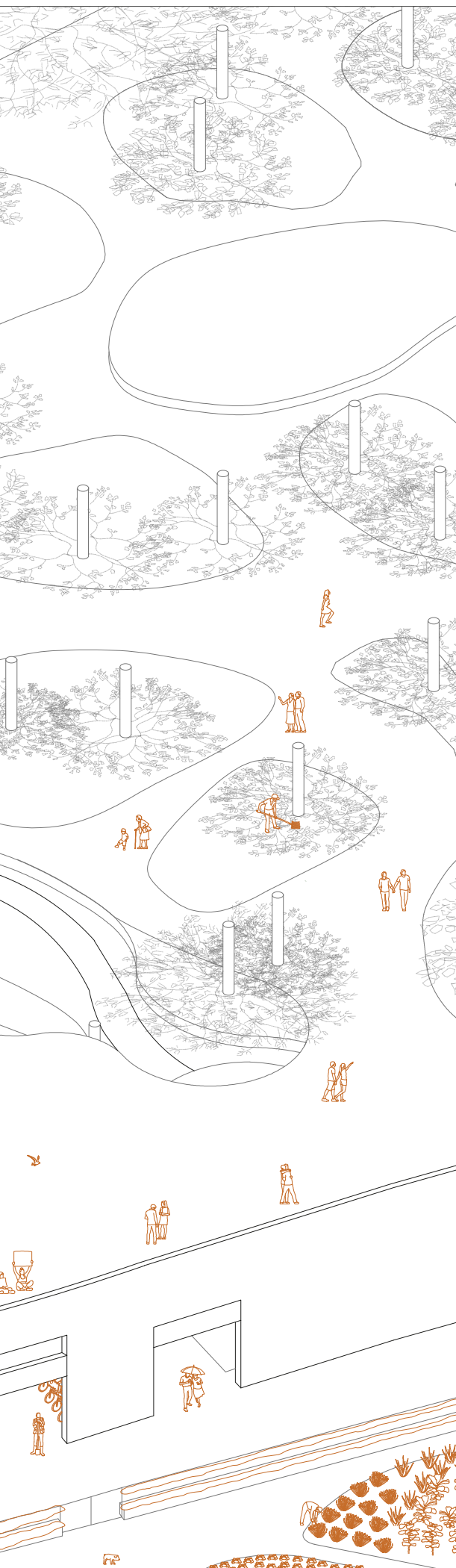
0

CARTÃO

Através de duas rampas, o piso -1 faz a articulação das duas entradas da torre, o piso de estacionamento e o piso térreo, permitindo que a qualquer altura do dia se possa transitar, mesmo quando os espaços de comércio e serviço estão encerrados.

Neste piso, à cota 39, encontra-se um pequeno auditório que pode ser ocupado de forma temporária, um espaço comercial com 70m², a creche com capacidade para acolher 42 crianças, e um espaço de restauração que serve também de cantina à creche.





UNIDADE 1

27 28

22 23 24 25 26

17 18 19 20 21

11 12 13 14 15 16

7 8 9 10

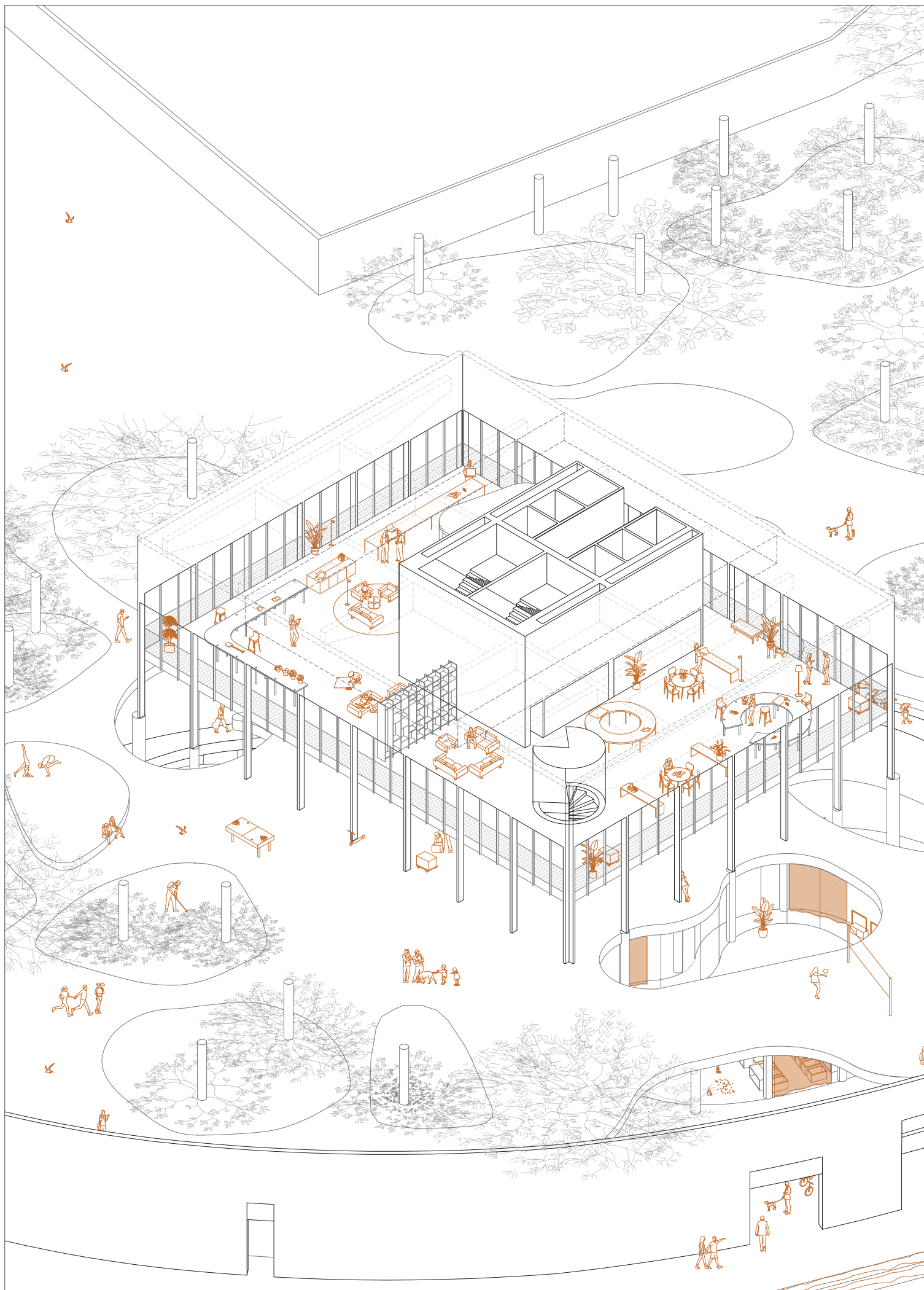
1 2 3 4 5 6

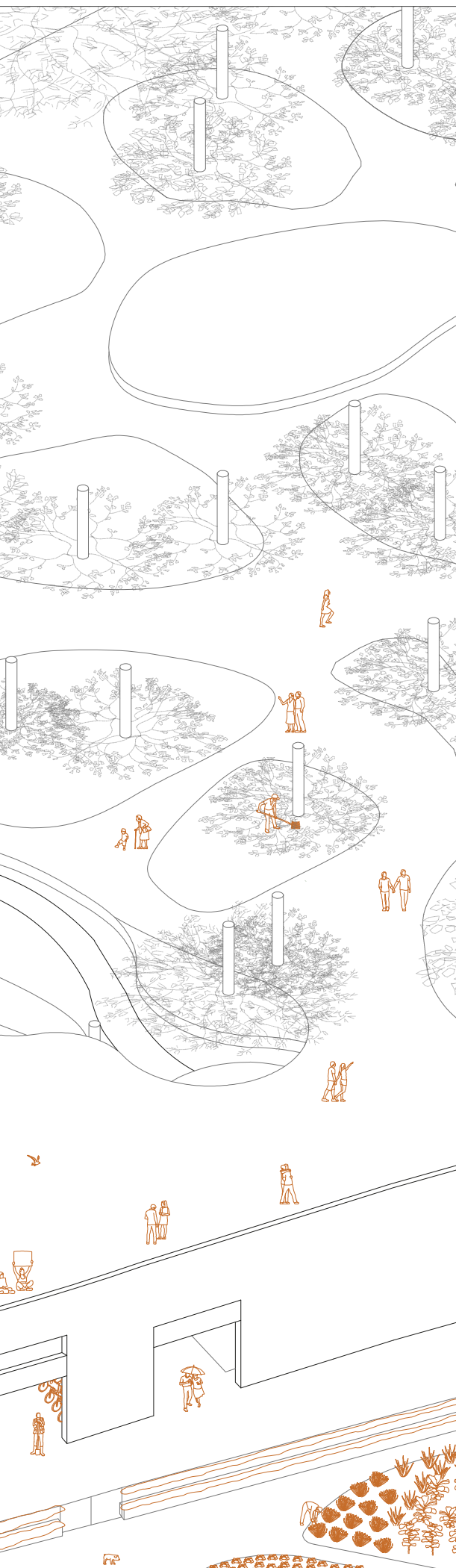
-2 -1 0

CARTÃO

152

No piso térreo que se encontra à cota 43, é cultivado um jardim do qual brotam espécies comestíveis, ajudando também ao controlo climatérico da torre. O jardim articula a torre proposta com os edifícios pré-existent, e com a passagem para a Rua Filinto Elísio desenhada no projecto Tecido Urbano Colectivo: Novas Passagens. A partir das escadas circulares que miram sobre o rio, é possível aceder à cota superior onde se encontra o primeiro piso comum.





UNIDADE 1

27

28

22

23

24

25

26

17

18

19

20

21

11

12

13

14

15

16

7

8

9

10

1

2

3

4

5

6

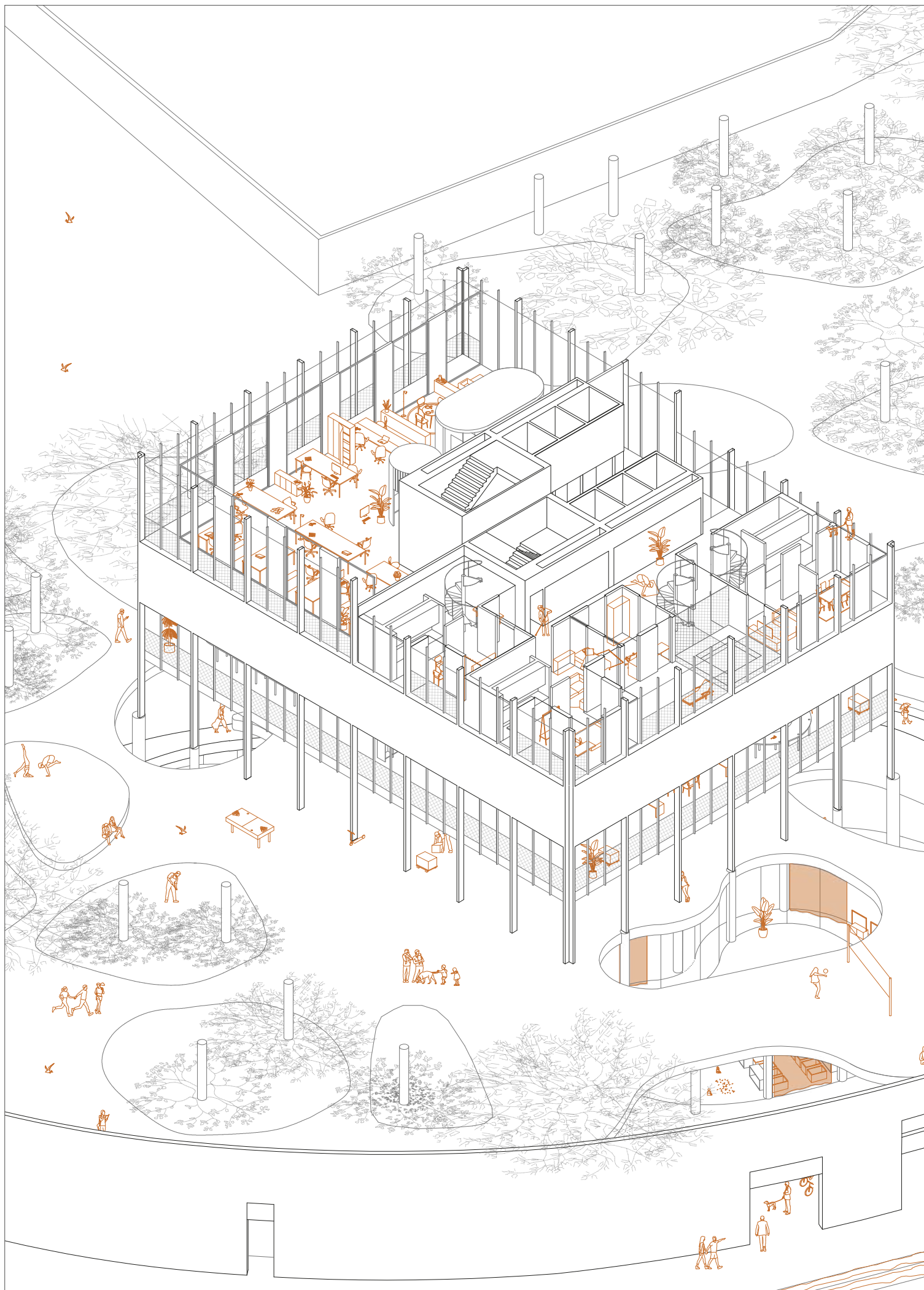
-2

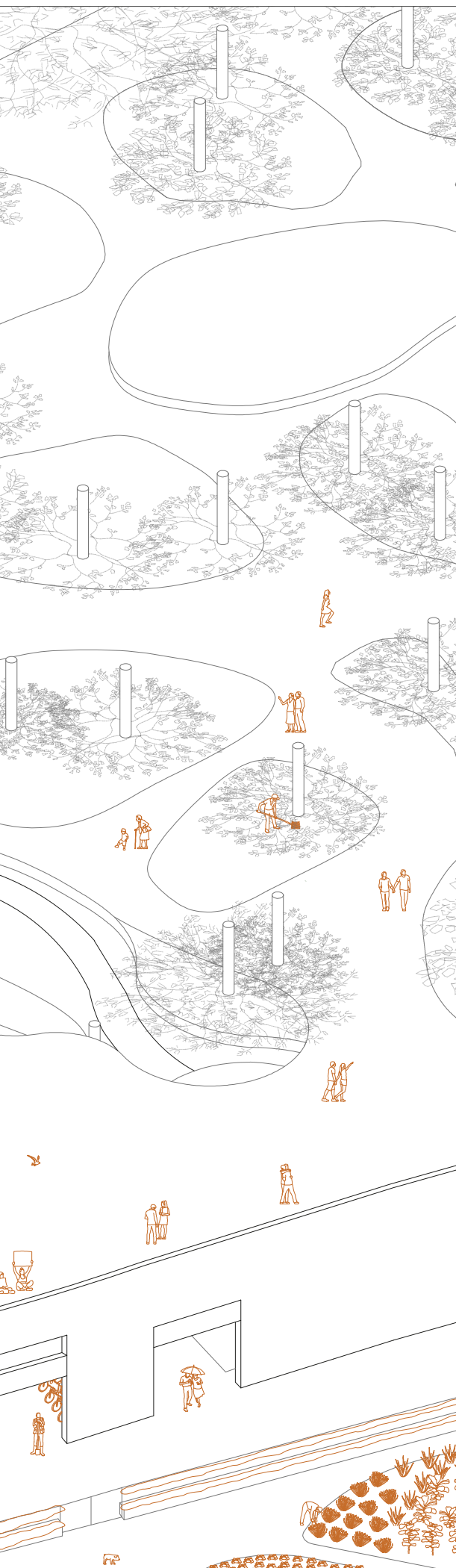
-1

0

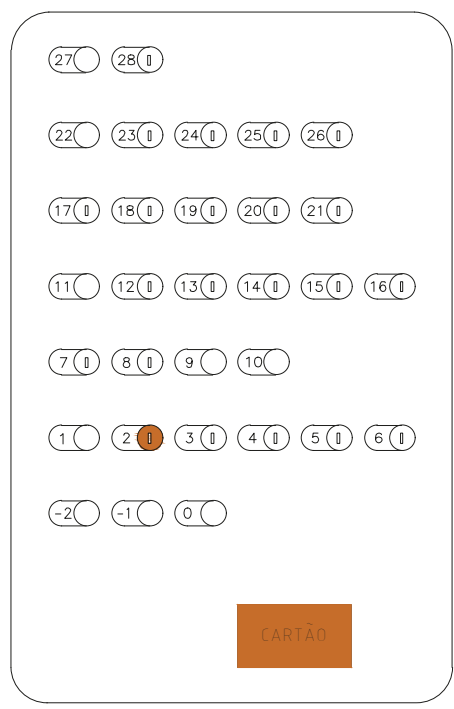
CARTÃO

O piso 1, que corresponde ao Espaço Comum de Produção, por se localizar à cota 46 tem uma forte ligação com o jardim. Por ser o primeiro espaço comum, é mais direccionado para o trabalho oficial. As bancadas foram distribuídos nos dois lados da torre, propondo e convidando para participar de actividades possivelmente mais barulhentas e menos individuais. Para além dos módulos de **9. Bancada**, este espaço contém o módulo de **1. Instalações Sanitária Mista**, e o módulo de **5. Espaço de Arrumação**. Este é o único espaço comum que parte do tecto é mais baixa, por ser necessário direccionar as condutas periféricas para o interior do núcleo.





UNIDADE 2



O segundo piso da torre, o primeiro da unidade 2, é dividido entre espaço de trabalho e espaço de habitação.

O espaço de trabalho 50m² de espaço exterior que ajuda no controlo térmico dos espaço interior de 265m². Neste espaço foi adicionado o módulo de **10. Instalação Sanitária Mista** e um **11. CallHub**. Neste espaço de trabalho optou-se por um manter todos os espaços abertos, e usar a mobília como divisória.

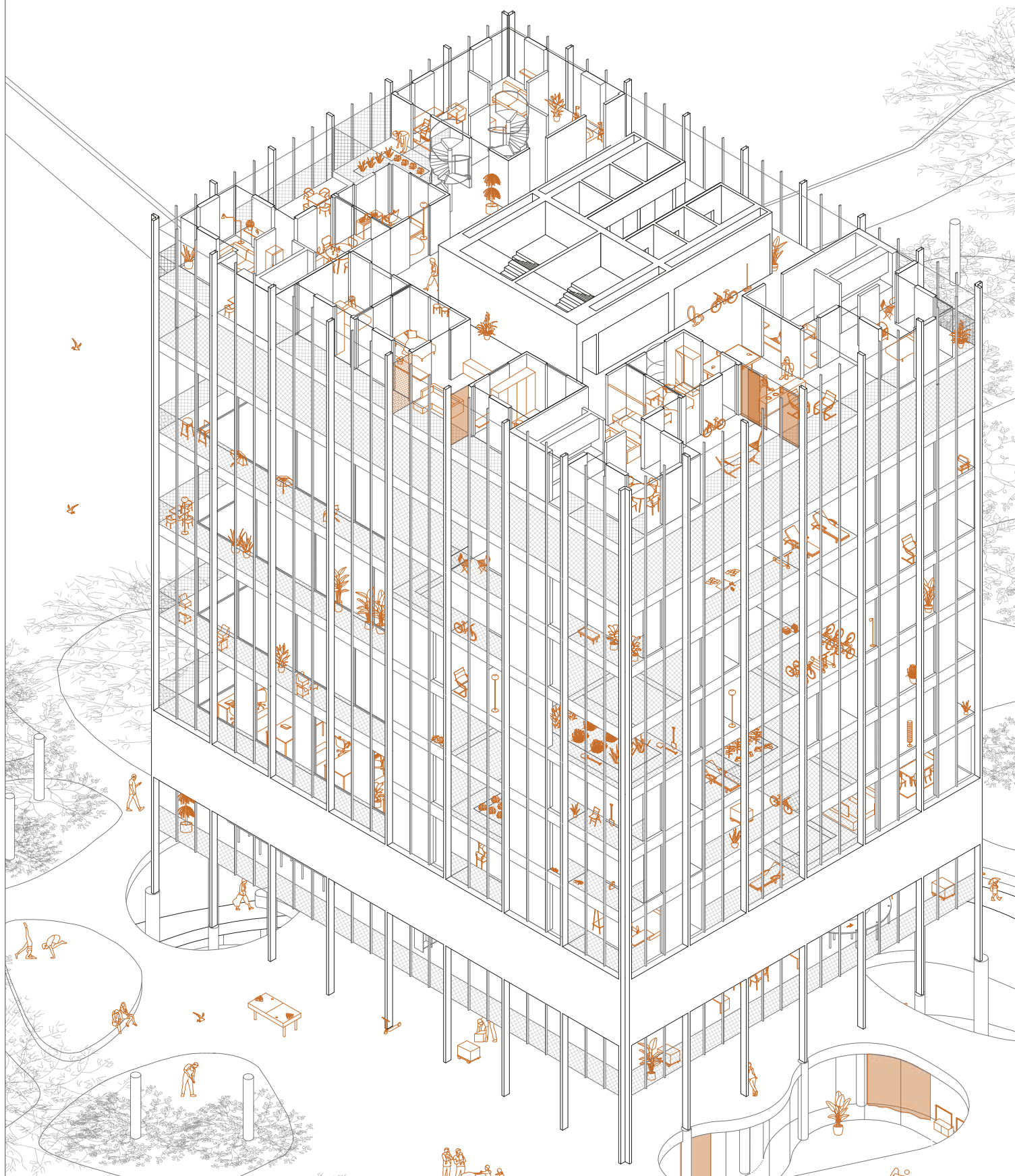
O espaço de habitação contém 4 tipologias, das quais 3 são completas e 1 mínima, delimitando um pequeno espaço comum que dá acesso ao **13. Módulo de produção agrícola**, e às escadas que permitem percorrer verticalmente toda a unidade.

(Da esquerda para a direita):

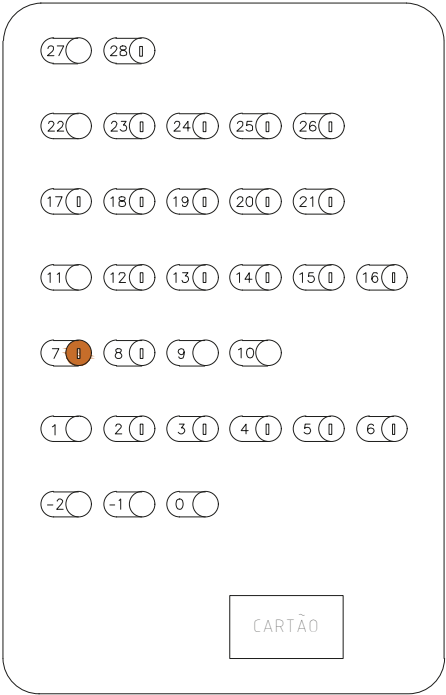
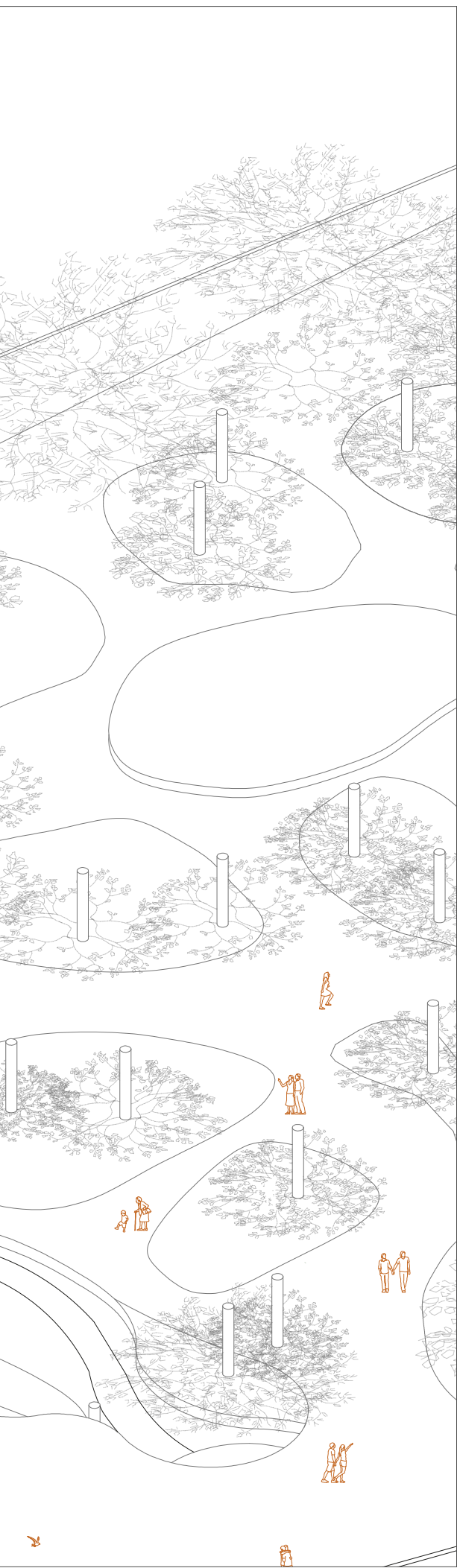
- 

Tipologia Pequena.2 (PQ.2)
- 
Tipologia Pequena.1 (PQ.1)
- 
Tipologia Mínima (MIN)
- 

Tipologia Grande (GD)



UNIDADE 2

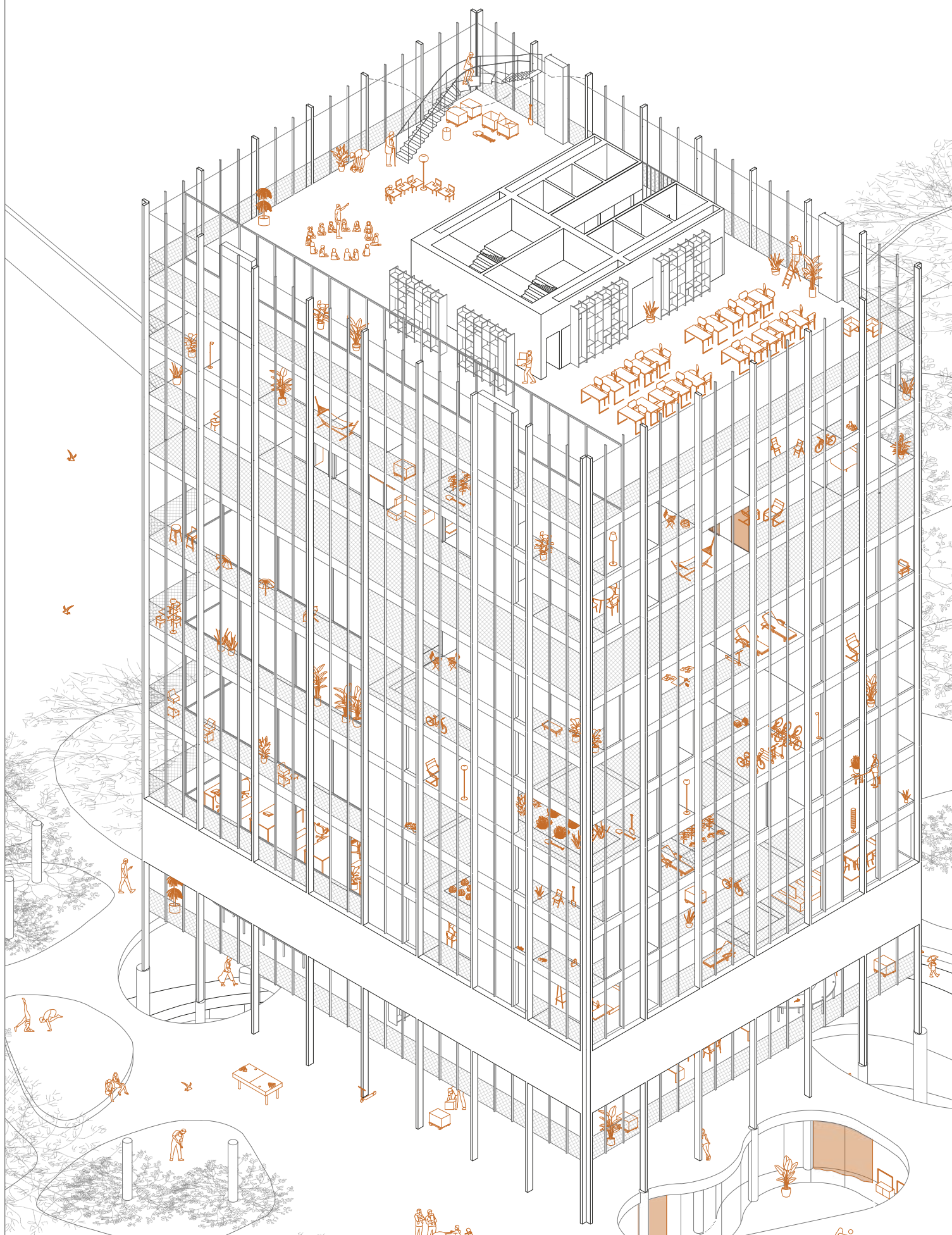


158

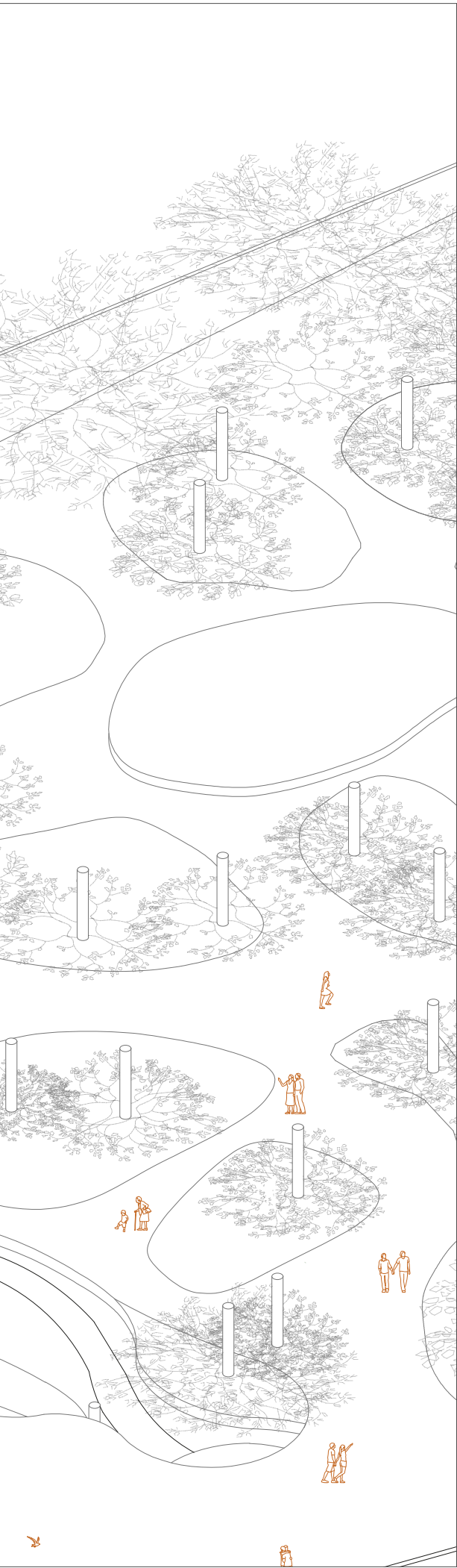
O primeiro piso completo de habitação na unidade 2, correspondente ao 7º piso, contém 9 habitações das quais 4 são completas e 5 são mínimas. As tipologias delimitam os espaços comuns de circulação e permanência e o **13. Módulo de produção agrícola**, que garantem a ventilação transversal de todo o piso, bem como a circulação vertical para na restante unidade.

(Da esquerda para a direita):

-   Tipologia Grande (GD)
-  Tipologia Mínima (MIN)
-  Tipologia Pequena.1 (PQ.1)
-  Tipologia Mínima (MIN)
-  Tipologia Mínima (MIN)
-  Tipologia Mínima (MIN)
-  Tipologia Pequena.1 (PQ.1)
-  Tipologia Mínima (MIN)
-  Tipologia Pequena.1 (PQ.1)



UNIDADE 2



27

28

22

23

24

25

26

17

18

19

20

21

11

12

13

14

15

16

7

8

9

10

1

2

3

4

5

6

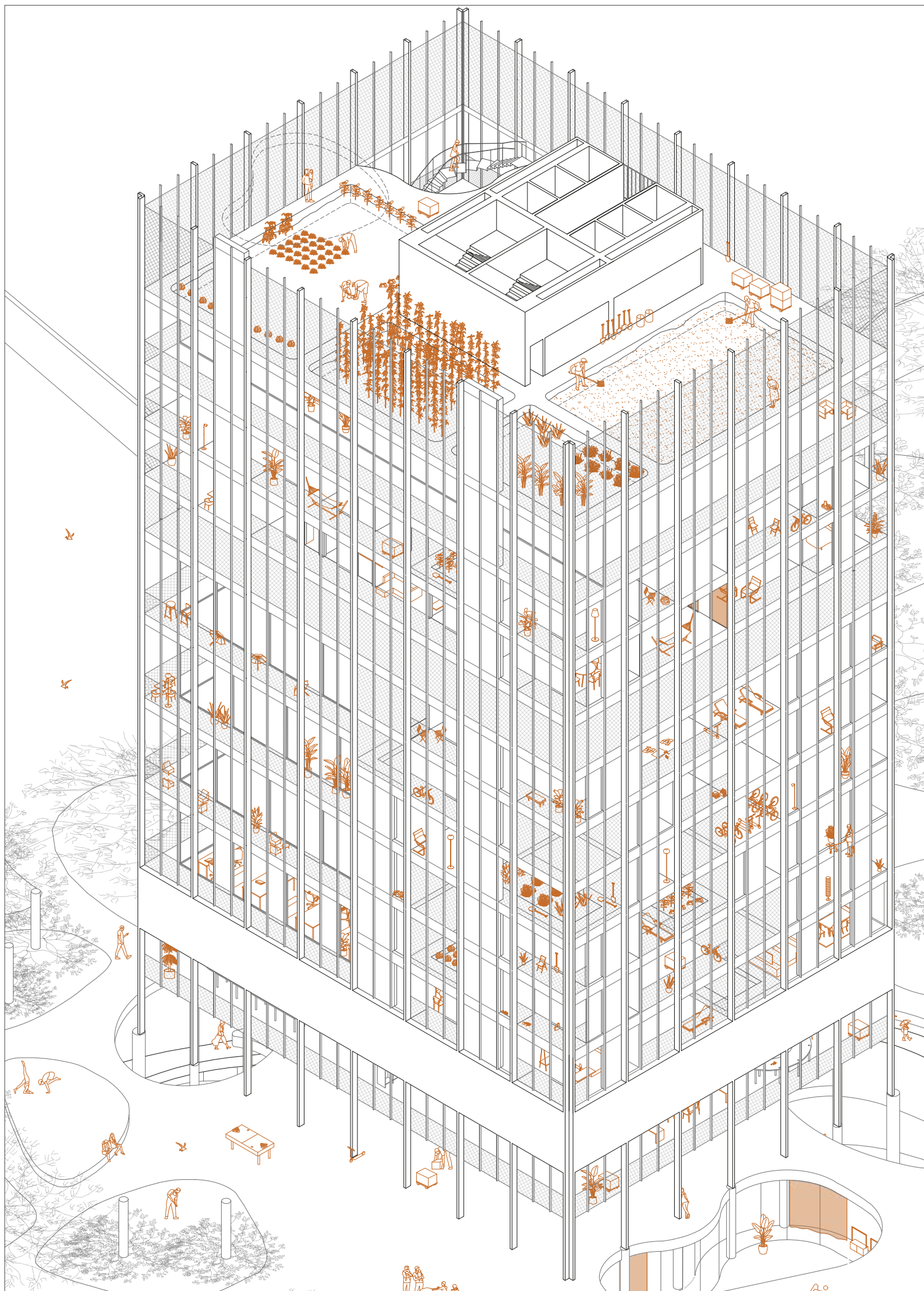
-2

-1

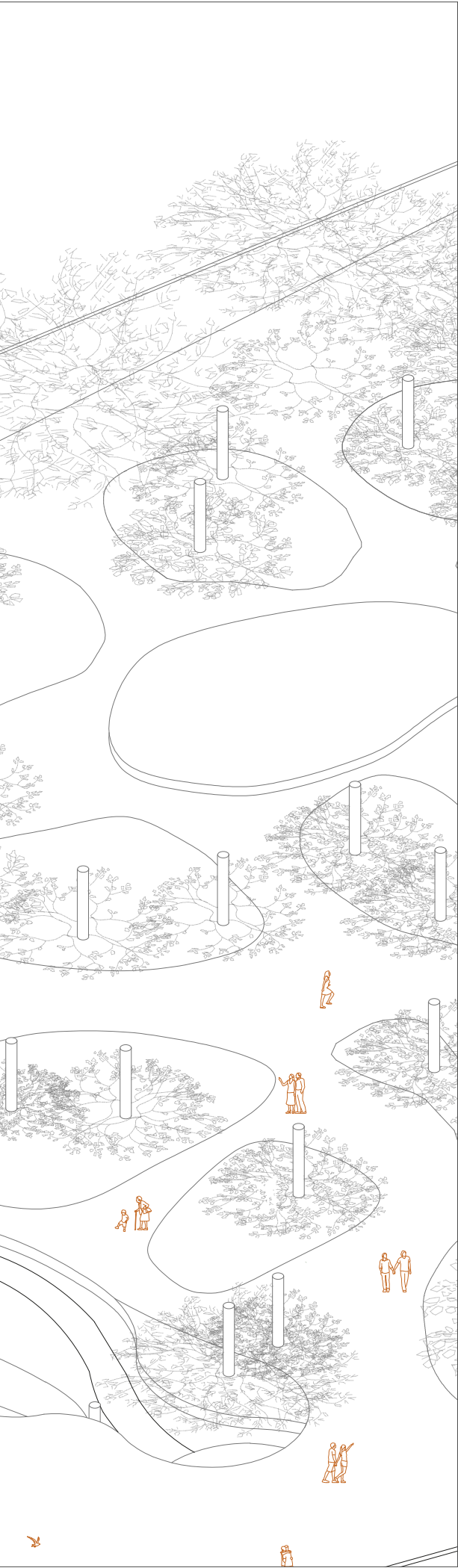
0

CARTÃO

O Espaço Pedagógico no 9º piso da torre é acedido a partir dos elevadores, mas também a partir do Espaço Jardim no 10º piso, uma vez que se propõe uma relação franca entre os dois. Promove-se a interação entre os dois espaços por se crer que deveriam coexistir.



UNIDADE 2



27

28

22

23

24

25

26

17

18

19

20

21

11

12

13

14

15

16

7

8

9

10

1

2

3

4

5

6

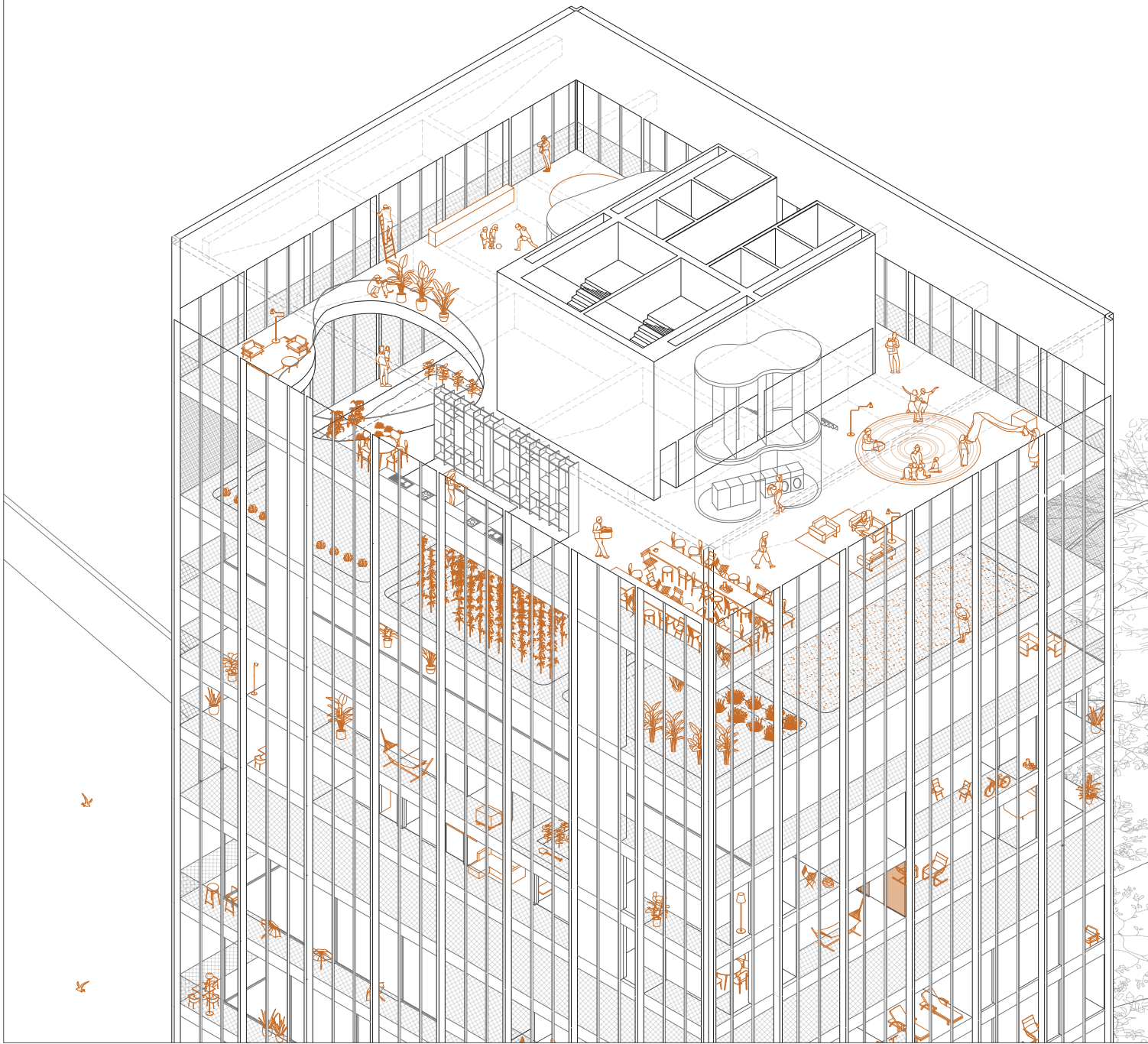
-2

-1

0

CARTÃO

O Espaço Jardim encontra-se no 10º piso é composto por quatro espaços de cultivo, totalizando 390m² de área cultivável. Pode ser considerado uma *common land*, um baldio, que se diferencia dos restantes espaços agrícolas por ter um metro de profundidade de terra. Através de um vão na laje sob um dos espaços de cultivo, permite que haja conexão visual directa com o primeiro Espaço Comum Doméstico, para além da relação directa com o piso inferior.



UNIDADE 3



27

28

22

23

24

25

26

17

18

19

20

21

11

12

13

14

15

16

7

8

9

10

1

2

3

4

5

6

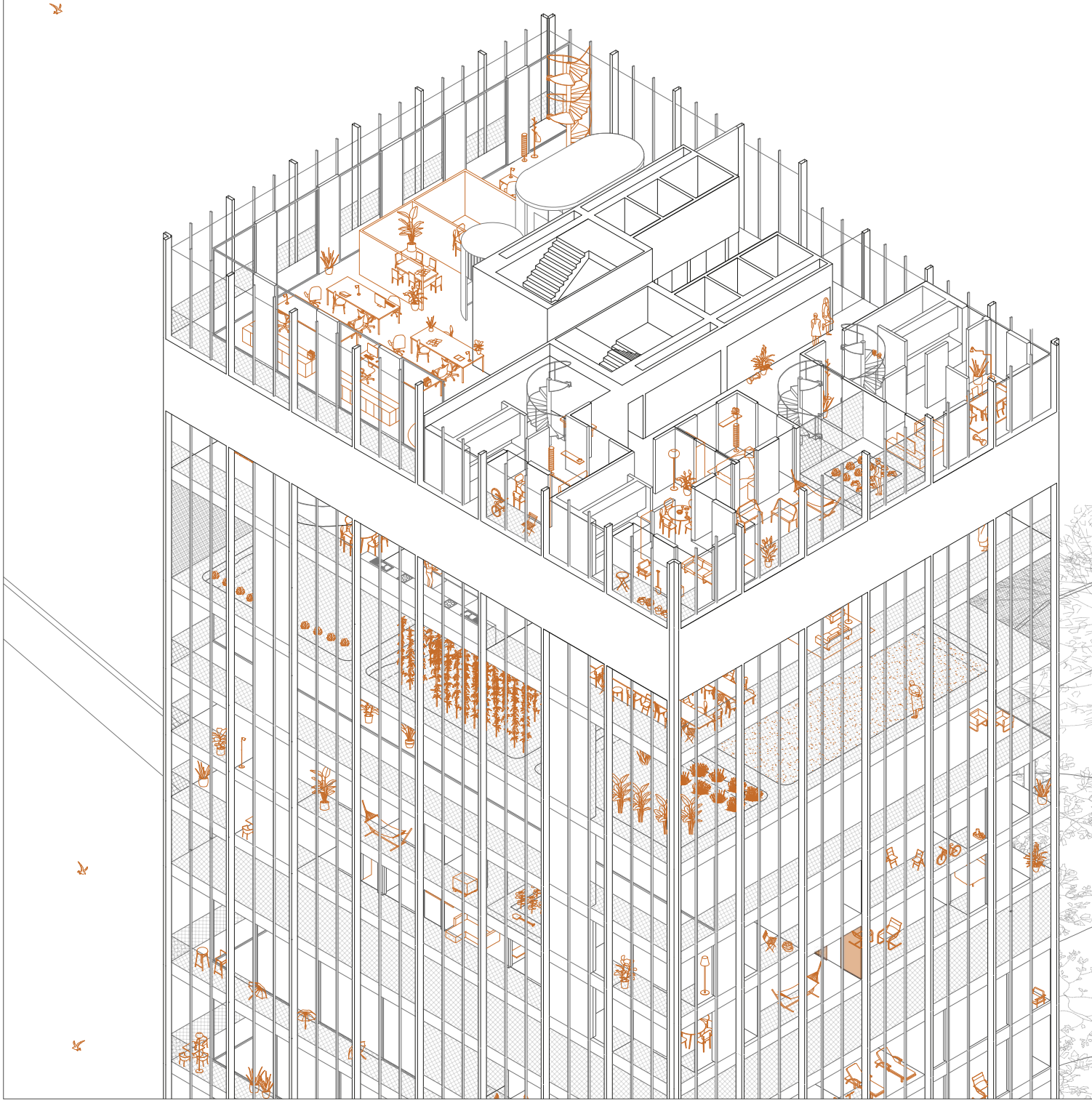
-2

-1

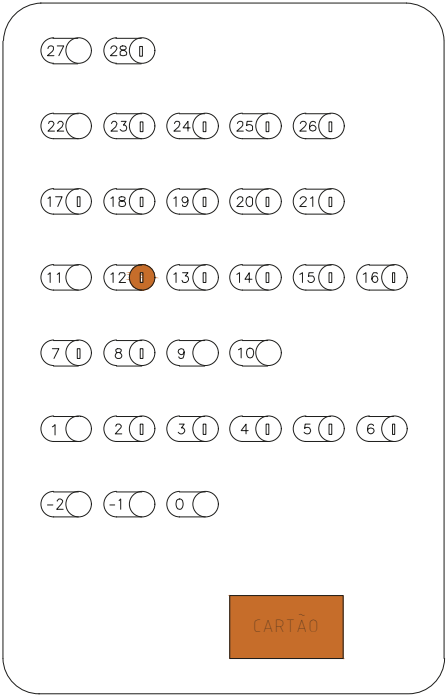
0

CARTÃO

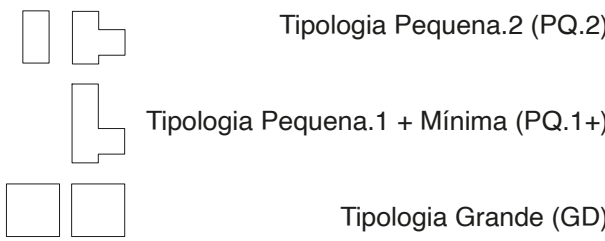
O primeiro Espaço Comum Doméstico que se encontra no 11º piso, onde há conexão visual directa com o Espaço Jardim, é também de livre acesso permitindo que a qualquer hora do dia seja possível usufruir do mesmo. O espaço comum para além de complementar as tipologias mínimas existentes de toda a torre – no máximo 56 –, propõe também que seja um espaço de encontro. O espaço é composto por 3 módulos – **1. Instalação Sanitária Mista, 2. Lavandaria Comum e Balneários e 3. Cozinha Comum** –, permitindo que o restante espaço seja ocupado pelos seus utilizadores.

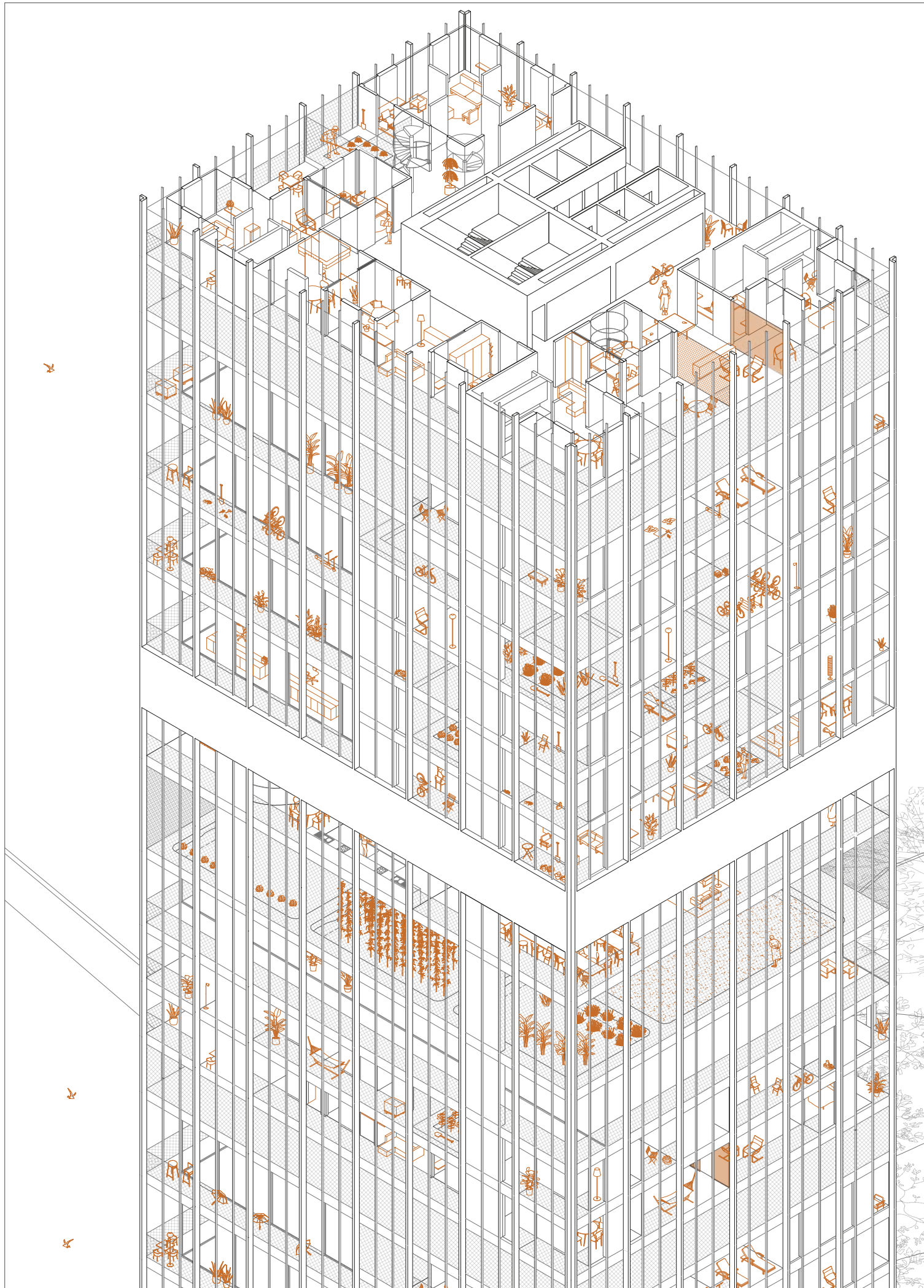


UNIDADE 3

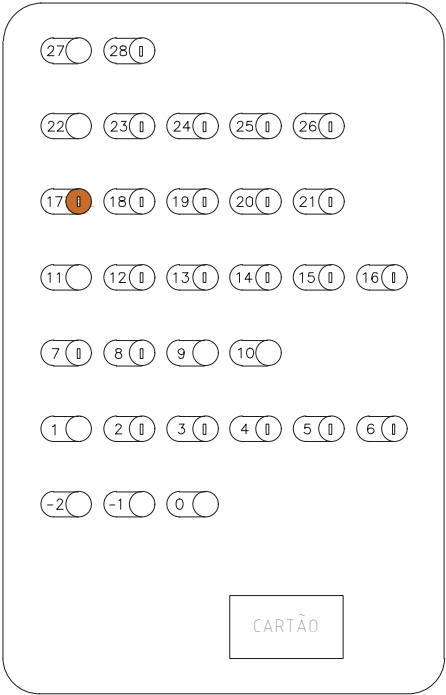


O 12º piso da torre, o primeiro da unidade 3, é também dividido entre espaço de trabalho e espaço de habitação. O espaço de trabalho exterior de 50m² permite um melhor controlo térmico dos espaços interiores de 265m². A composição do espaço foi condicionada pelo módulo de **10. Instalação Sanitária Mista**, **11. Cal-IHub** e dois módulos **12. Escada**, uma vez que a empresa instalada possui mais que um piso. Neste andar foram delimitados dois espaços ao centro, tornando a circulação periférica. O espaço de habitação contém 3 tipologias completas, das quais 1 foi reparcelada e agregou a tipologia Mínima existente. As mesmas definem um pequeno espaço comum, que dá acesso às habitações, ao **13. Módulo de produção agrícola**, e às escadas que permitem fazer o percorrer verticalmente a unidade. (Da esquerda para a direita):





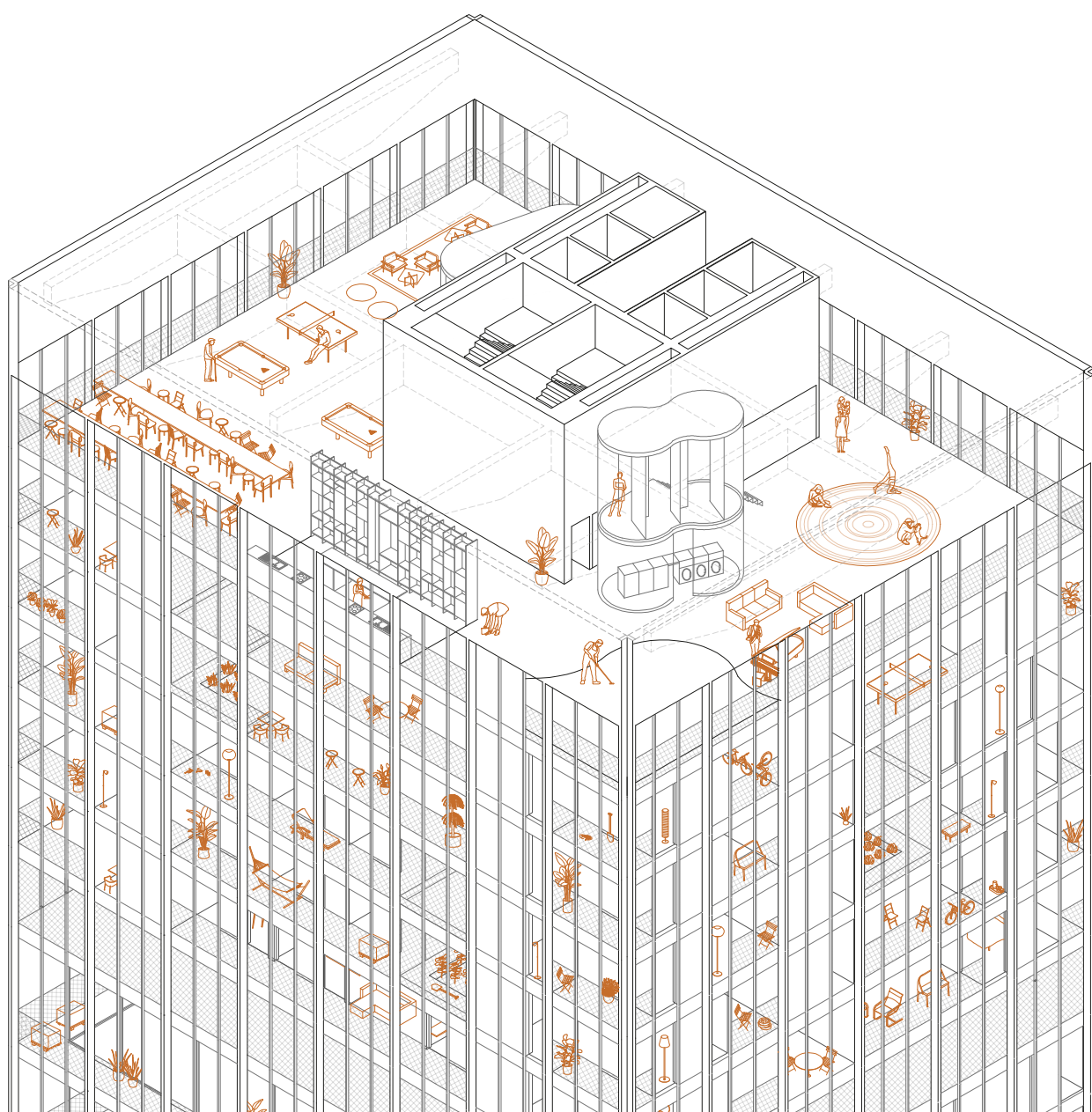
UNIDADE 3



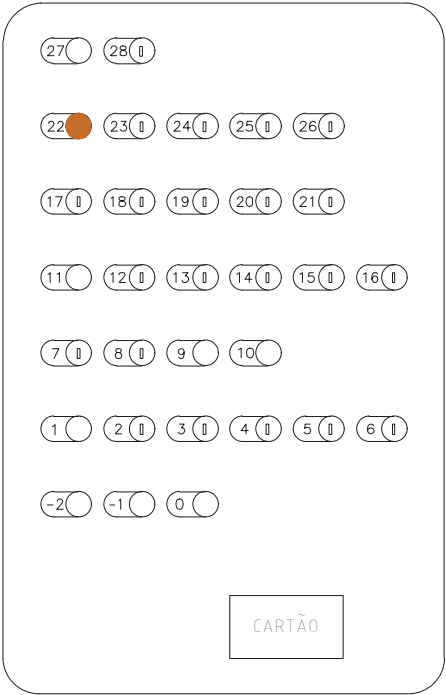
O primeiro piso completo em habitação na unidade 3, corresponde ao 17º piso. Contém 6 habitações, das quais 2 foram reparceladas e agregaram tipologias Mínimas existentes. As tipologias delimitam os espaços comuns de circulação e permanência, e o **13. Módulo de produção agrícola**, que garantem a ventilação transversal de todo o piso, bem como a circulação vertical da unidade.

(Da esquerda para a direita):

- Tipologia Pequena.1 (PQ.1)
- Tipologia Mínima (MIN)
- Tipologia Pequena.1 + Mínima (PQ.1+)
- Tipologia Mínima (MIN)
- Tipologia Pequena.1 + Mínima + Mínima (PQ.1++)
- Tipologia Pequena.1 (PQ.1)

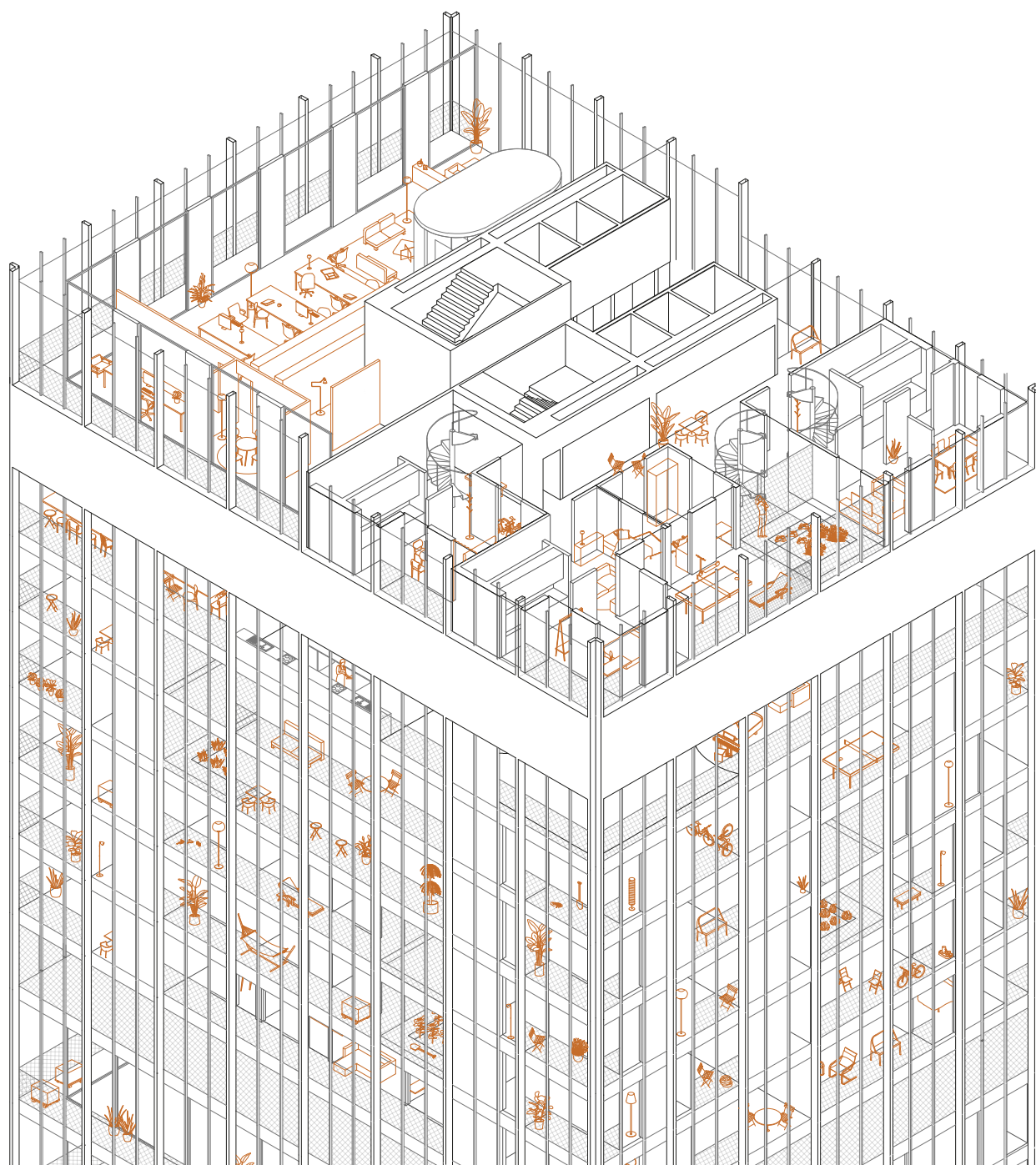


UNIDADE 4



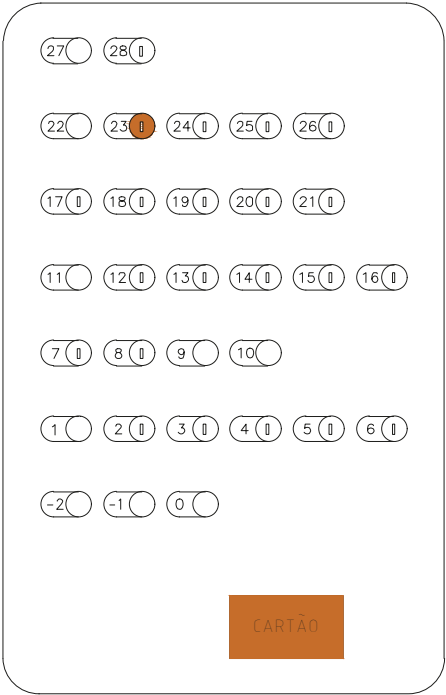
O segundo Espaço Comum Doméstico, localizado no 22º piso, é também de livre acesso, permitindo que a qualquer hora do dia seja possível usufruir do mesmo. O espaço comum complementa as tipologias mínimas existentes de toda a torre – no máximo, 56 –, e propõe ser um espaço comum, um espaço de encontro.

O espaço é composto por 3 módulos – **1. Instalação Sanitária Mista, 2. Lavandaria Comum e Balneários e 3. Cozinha Comum** –, permitindo que o restante espaço seja ocupado pelos seus utilizadores. Por não existir proximidade com nenhum espaço de cultivo, é desenhada uma pequena área de cultivo.



UNIDADE 4

172

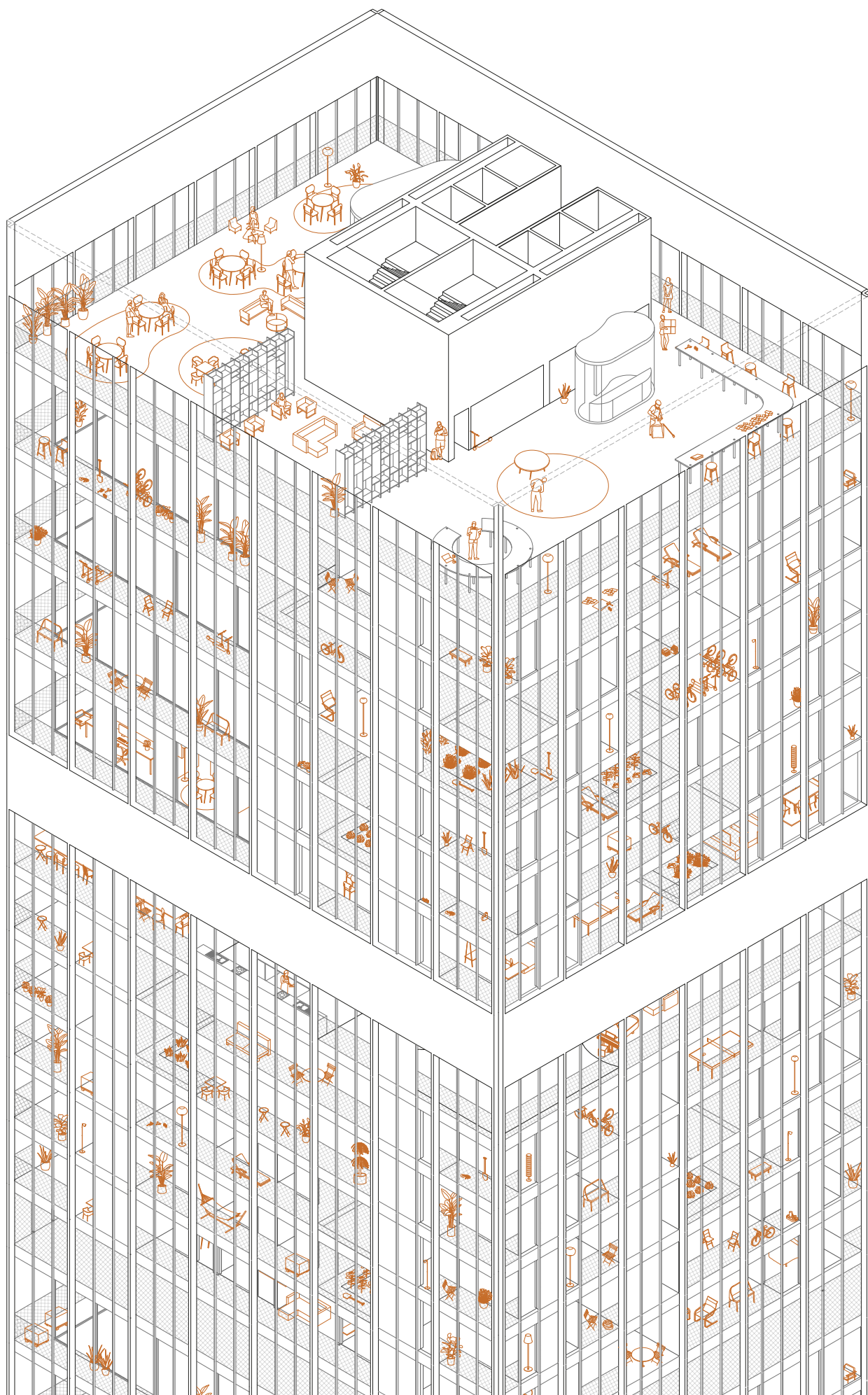


O 23º piso da torre, o primeiro da unidade 4, é dividido entre espaço de trabalho e espaço de habitação. O espaço de trabalho dispõe de 50m² de espaço exterior que permitem um melhor controlo térmico dos espaços interiores, 265m². A composição do espaço foi condicionada pelo módulo de **10. Instalação Sanitária Mista** e um **11. CallHub**. Optou-se por um manter o piso aberto, à excepção de três espaços orientados para a fachada Sul.

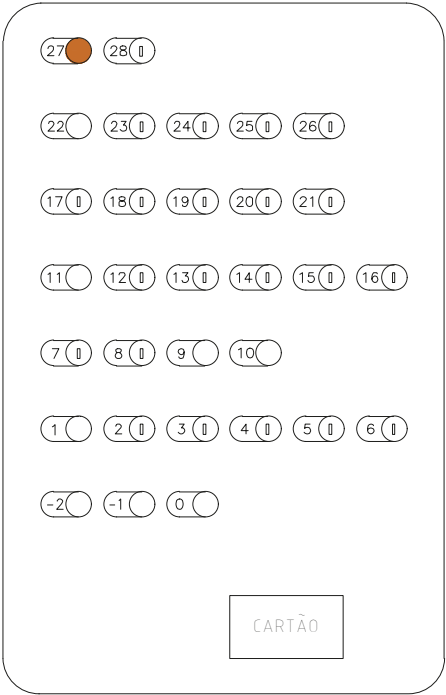
Idêntico ao 2º piso, espaço de habitação contém 4 tipologias das quais 3 são completas e 1 mínima, que delimitam um pequeno espaço comum que dá acesso às habitações, ao **13. Módulo de produção agrícola**, e às escadas que permitem fazer o percurso em toda a sua unidade.

(Da esquerda para a direita):

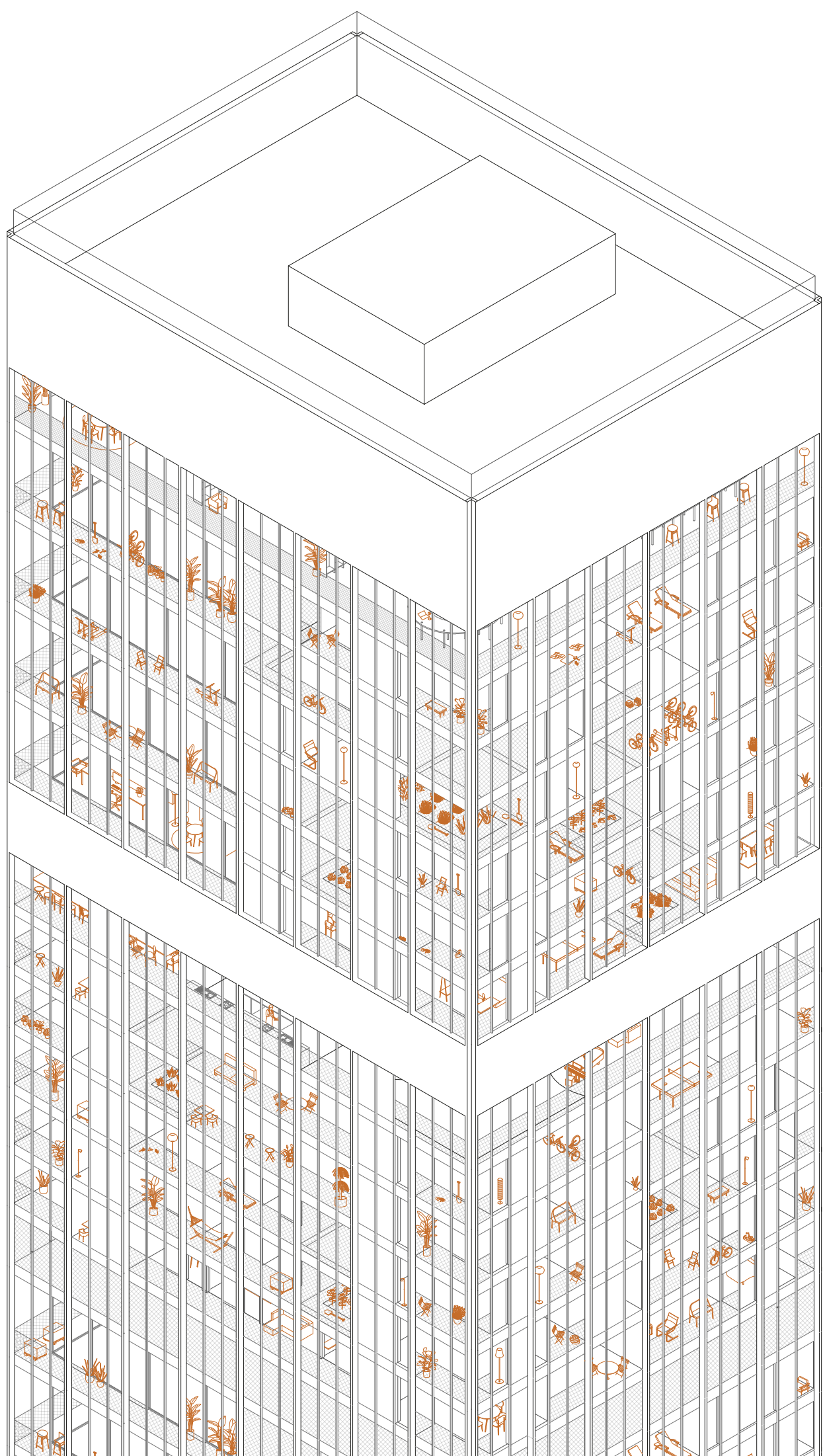
- Tipologia Pequena.2 (PQ.2)
- Tipologia Pequena.1 (PQ.1)
- Tipologia Mínima (MIN)
- Tipologia Grande (GD)

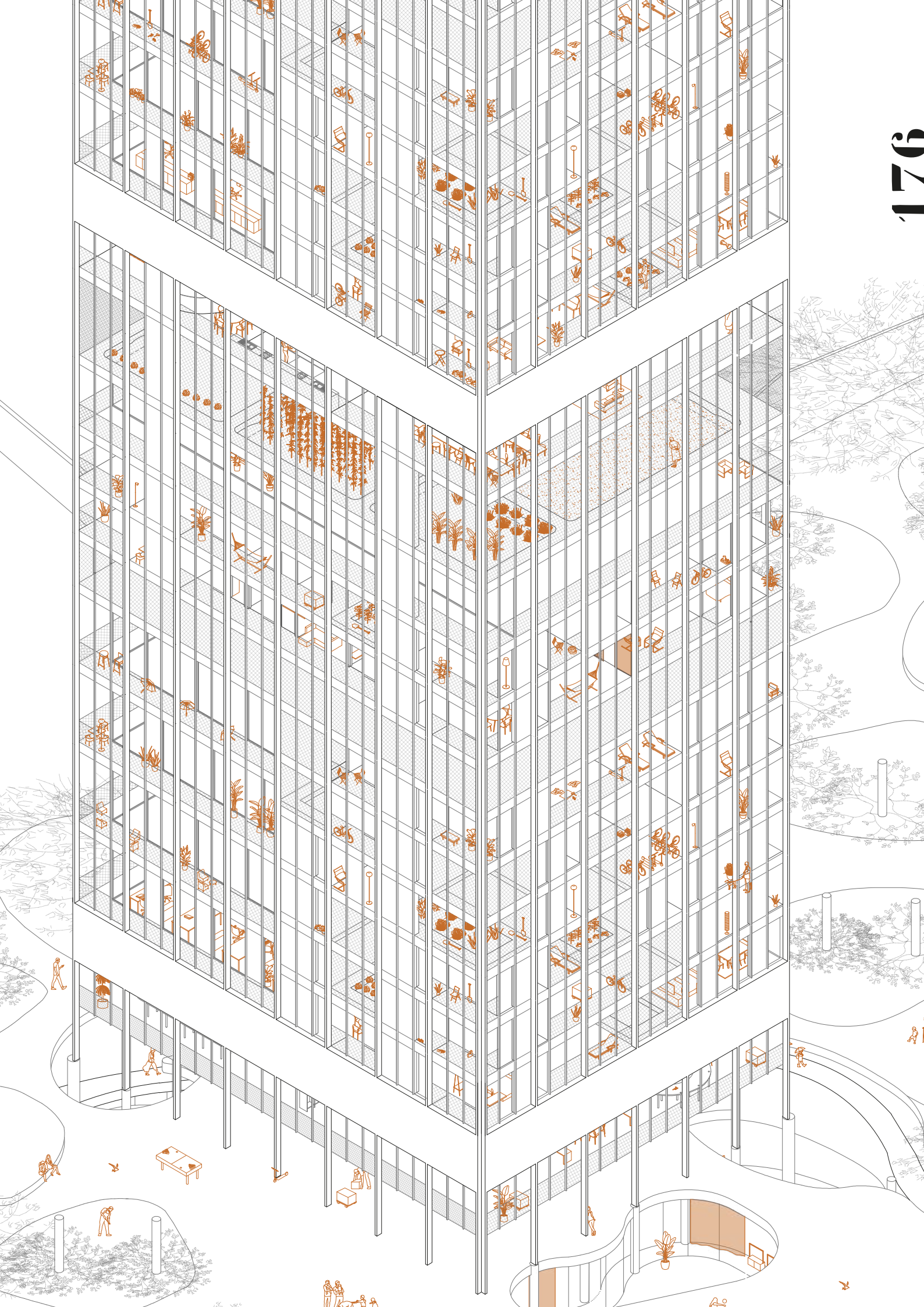


UNIDADE 4



O último piso correspondente ao 27º andar, o segundo Espaço Comum de Produção, por se localizar à cota 154 tem uma forte ligação com Parque Florestal de Monsanto a Norte, e com o Rio Tejo a Sul. Por ser o último espaço comum, é direccionado para o trabalho da “economia do conhecimento”. Os módulos das bancadas foram dispostos no mesmo lado da torre, propondo e convidando para participar de actividades possivelmente mais barulhentas e menos individuais num lado, e nas actividades mais individualizadas e menos manufacturadas, no outro. Para além dos módulos de **9. Bancada**, este espaço contém o módulo de **1. Instalações Sanitárias Mista**, o módulo de **5. Espaço de Arrumação**, e o módulo **8. Cozinha**.





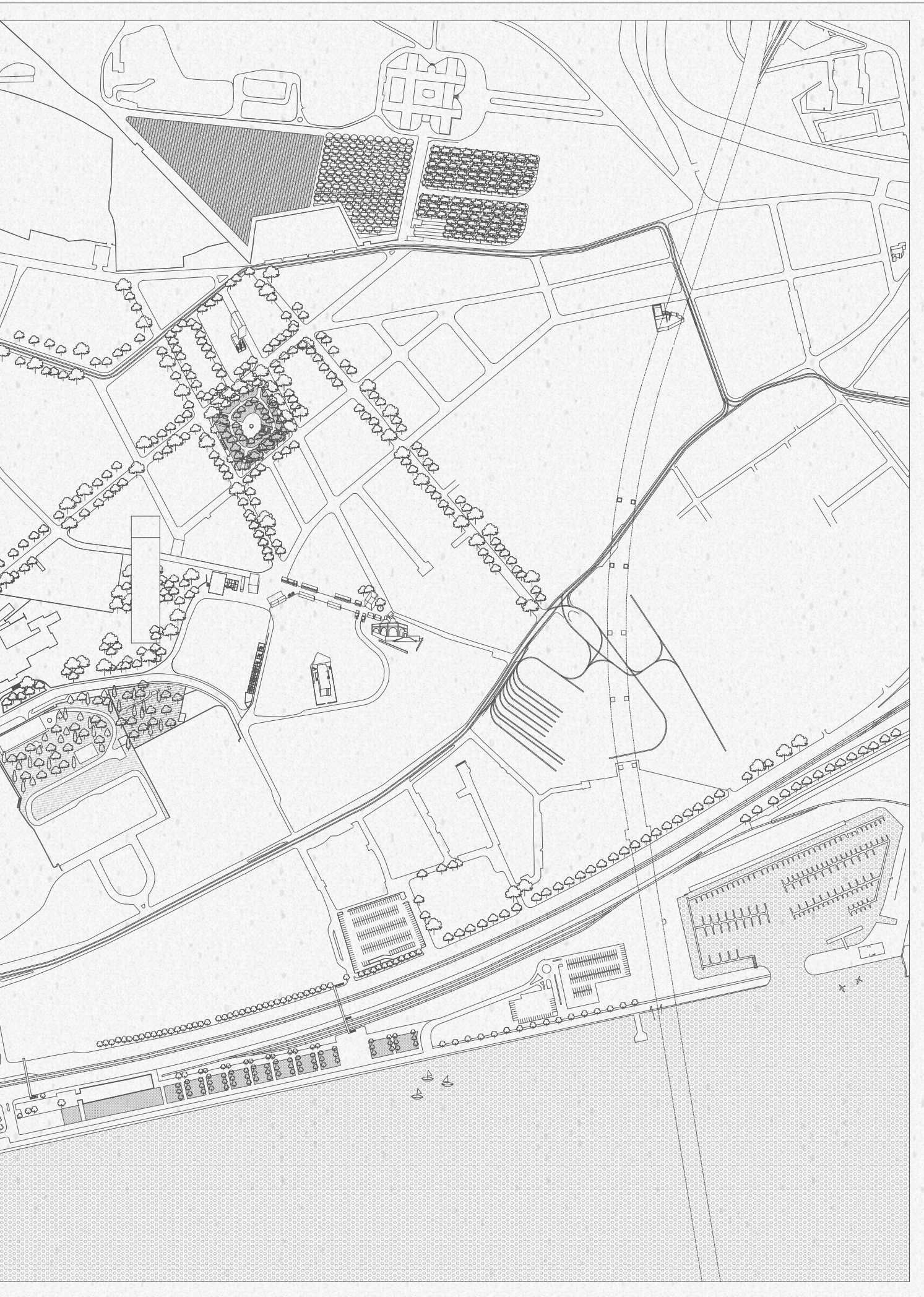
MAPA DE LUGARES COMUNS

ALTO STO. AMARO

177

É IMPORTANTE QUE NAS CIDADES PREVALEÇAM OS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO, DE DEBATE, DE CONFRONTO E DE HARMONIZAÇÃO, PRETENDENDO QUE COM A PREEMINÊNCIA DA DIMENSÃO POLÍTICA, SE CONSIGA CONSTRUIR UMA ESTRATÉGIA PARA HABITAR UM MUNDO COMUM -- TENDO ESTE, A ESCALA QUE LHE CORRESPONDER, DA CASA, DO EDIFÍCIO, DA CIDADE, DO PAÍS, OU DO MUNDO -- TÃO POLARIZADO.





O Nosso Futuro em Comum

1. Frank Sullivan: **Perito em Lugares-Comuns**, Almanaque, Fevereiro 1961, Pág. 14 e 15
2. World Commission on Environment and Development, **Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development**, Oxford: Oxford University Press, 1987, pág. 18
3. Sarkis, Hashim, **How will we live together?**, Declaração do curador da 17ª Bienal de Veneza, 2020.
4. Perry, Grayson, **Selfie with Political Causes**, 2018, Pintura, Folha de gravura a cores, 74,5 x 108 cm. Disponível em: <http://www.vbfineart.com/shop/selfiewithpoliticalcauses>

Premissa: O lugar-comum

1. Autor desconhecido. **Keith Haring a desenhar a giz na estação do metro**, anos 80. Keith Haring. Chalk in metro station. 80's. Disponível em: <https://www.pinterest.cl/pin/350577152239465814/>
2. Haring, Keith, **Retrospect**, 1989, Pintura, Serigrafia a cores, 116 x 208 cm. Disponível em: <https://www.christies.com/lotfinder/Lot/keith-haring-1958-1990-retrospect-6221918-details.aspx>
3. Millet, Jean-François, **As Respigadoras**, 1857, Pintura a óleo sobre tela, 83,8 x 111,8 cm. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/As_Respigadoras_\(Millet\)#/media/Ficheiro:Jean-Fran%C3%A7ois_Millet_-_Gleaners_-_Google_Art_Project_2.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/As_Respigadoras_(Millet)#/media/Ficheiro:Jean-Fran%C3%A7ois_Millet_-_Gleaners_-_Google_Art_Project_2.jpg)
4. Frame de **Les glaneurs et la glaneuse** [Registo vídeo], Direccionado e escrito por Agnès Varda, 2000, cor, 82 minutos.
5. **Organização e divisão do solo em Basiléia**, 1850, 1920, 1940. Fig. 138, Rossi, Aldo, Capítulo quatro – Evolução dos Fatos Urbanos, A arquitectura da cidade, São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001. ISBN 85-336-1401-2. Pág. 235
6. Avidor, Ken, **The Rusty Muffler Oracle**, Banda desenhada, 29/01/2003. Cartoon illustrating The Tragedy of the Commons. The Garret Hardin Society. 22/08/2003. Disponível em: https://www.garretthardinsociety.org/info/cartoon_commons1.html
7. Pry, Paul. Capa e Mapa do livro **For Your Convenience**, London: Routledge, 1937. Hester, Jessica Leigh. The Queer History of a 1937 Guide to London's Public Loos, The slim volume on city toilets directed in-the-know readers to discreet hookup spots. 04/01/2020. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/queer-history-london-public-loos>
8. Pry, Paul. Introdução do livro **For Your Convenience**, London: Routledge, 1937. Hester, Jessica Leigh. The Queer History of a 1937 Guide to London's Public Loos, The slim volume on city toilets directed in-the-know readers to discreet hookup spots. 04/01/2020. Disponível em: <https://www.atlasobscura.com/articles/queer-history-london-public-loos>

(Trans)Formação: O lugar comum transformador e em transformação

1. Haeg, Fritz. MoMa, Nova Iorque. **Domestic Integrities part A01:New York City**, 2012. Disponível em: <http://www.fritzhaeg.com/domestic-integrities/parts/a01-nyc-moma.html>
2. More, Thomas, Mapa da Primeira Edição de **Utopia**, Habsburg Netherlands: More, 1516. Disponível em: <http://www.scems.group.shef.ac.uk/utopia-2/>

Propriedade

1. Curtis, Layla, Aplicação **Trespass**, 2015. Disponível em: <http://www.laylacurtis.com/work/project/45>
2. Curtis, Layla, **Gravações para a aplicação Trespass**, 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/LaylaCurtisTrespass/photos/893370537394921>
3. Perry, Grayson, **Very Large Very Expensive Abstract Painting**, Tapeçaria, 292 x 688 cm. Disponível em: <https://online.victoria-miro.com/graysonperry-london2020/>

Habitar

1. Centre d'Estudis de l'Hospitalet. **Can Batlló, La Bordeta**. 1987. Disponível em: <https://www.nataliapiernas.com/patrimonio-industrial/espacios-urbanos-que-eran-fabricas/attachment/can-batllo-centre-destudis-de-lhospitalet/>
2. Lacol. **Planta geral de Can Batlló, com todos os espaços auto-geridos pela plataforma**. Edifício La Borda, Lacol. Plataforma Arquitectura. Disponível em: <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/922182/edificio-la-borda-Lacol/5d420f3a284dd1d5f5000666-edificio-la-borda-Lacol-planta-emplazamiento>
3. Ertas, Hulya. **Protestos Can Batlló, La Bordeta**, 2011. New Forms of Conviviality. XXI magazine. 19/09/2018. Disponível em: <https://xximagazine.com/c/new-forms-of-conviviality>

4. Lacol. **Axonometria do edifício La Borda relativamente ao seu entorno.** Edifício La Borda, Lacol. Plataforma Arquitectura. Disponível em: https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/922182/edificio-la-borda-Lacol/5d420f28284dd1d5f5000665-edificio-la-borda-Lacol-axo-emplazamiento?next_project=no
5. Lacol. **Processo participativo no projecto do edifício cooperativo.** Lacol: La Borda Cooperative Housing. 02/07/2020. Disponível em: <https://divisare.com/projects/427215-Lacol-lluc-miralles-la-borda-cooperative-housing>
6. Claveras, Oriol. **Construção de La Borda.** Cooperativas de vivienda: construir lo público en comunidad. De Catalunya al Mundo. Naiz. 31/12/2017. Disponível em: <http://www.laborda.coop/wp-content/uploads/2018/03/gara.pdf>
7. Lacol. **Construção de La Borda. Escadas modulares.** Plataforma urbanNext. La Borda Housing Cooperative: Self-management, Collective Property, Sustainability, and Affordability. 2017. Disponível em: <https://urbannext.net/la-borda-housing-cooperative/>
8. Marietta SI. **Fotografias do piso térreo. Passagem para o interior do recinto do Can Batlló, entrada para La Borda, e a loja L'Economat Social.** 2019. Fotografias Google. Disponível em: <https://goo.gl/maps/gcSbwaa6PonD5Ht3A> e <https://goo.gl/maps/UeqQVAPMfv5fwkWr5>
9. Molter, Philip. Shared Urban Futures. **Corte perspectivado de La Borda.** Disponível em: <https://www.philipmolter.com/filter/lifestyle/SHARED-URBAN-FUTURES>
10. Miralles, Lluc. **Terraço Comum no quinto piso.** Plataforma urbanNext. La Borda Housing Cooperative: Self-management, Collective Property, Sustainability, and Affordability. 2017. Disponível em: <https://urbannext.net/la-borda-housing-cooperative/>
11. Fotografias por: Lacol, Lluc Miralles, Anna Bosch Miralpeix, and Chopo. **Sala Multiusos e lavanderia no primeiro piso.** Sustainable building, sustainable living: La Borda, Barcelona by Lacol. 23/06/2020. Disponível em: <https://www.architectsjournal.co.uk/buildings/sustainable-building-sustainable-living-la-borda-barcelona-by-Lacol>
12. Keil do Amaral, Francisco, Lobo, José Hu, Malato, João José. **Forno do Povo em Castanheira de Chã. Forno Comum da Parada e Poço Público da Lardosa.** Arquitectura Popular em Portugal, Vol. 2, pág. 23.
13. Lacol. **Piso térreo actual.** Plataforma Divisare. Lacol: La Borda Cooperative Housing. 02/07/2020. Disponível em: <https://divisare.com/projects/427215-Lacol-lluc-miralles-la-borda-cooperative-housing>
14. Jones, Esther. **Construção do módulo húmido em La Borda.** Another way to live. 01/01/2018. Disponível em: <https://www.barcelona-metropolitan.com/features/report-cohousing/>
15. Lacol. **Estrutura fixa dos módulos e infraestrutura. Escolha do Módulo Húmido, foram desenvolvidos dois e a posição da cozinha é também variável. Apropriação pelo Usuário. Uso.** Atelier Lacol. Disponível em: <http://www.Lacol.coop/projectes/laborda/>
16. Lacol. **Composição dos diferentes tipos de módulos.** Os diferentes tipos de planta de pido de La Borda. Atelier Lacol. Disponível em: <http://www.Lacol.coop/projectes/laborda/>
17. Ertas, Hulya. **Esquema axonométrico funcional de La Borda. Piso térreo desatualizado na planta do espaço comercial.** New Forms of Conviviality. XXI magazine. 19/09/2018. Disponível em: <https://xximagazine.com/c/new-forms-of-conviviality>
18. Minocri, Massimiliano. **Construção do piso térreo de La Borda.** La contrucción de La Borda, en imágenes. 21/06/2017. Disponível em: https://elpais.com/elpais/2017/06/21/album/1498033138_106336.html#foto_gal_12
19. Ertas, Hulya. **Construção dos pisos superiores de La Borda.** New Forms of Conviviality. XXI magazine. 19/09/2018. Disponível em: <https://xximagazine.com/c/new-forms-of-conviviality>
20. Sancho, Jesús. **Estrutura dos módulos de habitação à vista de La Borda.** En las entrañas del edificio de madera más alto de España. 09/01/2018. Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20180109/434166870030/edificio-cooperativa-madera-mas-alto-barcelona-can-batllo.html#galeria-foto-5>
21. Lacol. **Módulos de La Borda prontos a serem apropriados.** Plataforma archello. La Borda Housing Cooperative. Disponível em: <https://archello.com/story/67486/attachments/photos-videos/32>
22. Fotografias por: Lacol, Lluc Miralles, Anna Bosch Miralpeix, and Chopo. **Uma das moradoras na sua habitação a cozinhar.** Sustainable building, sustainable living: La Borda, Barcelona by Lacol. 23/06/2020. Disponível em: <https://www.architectsjournal.co.uk/buildings/sustainable-building-sustainable-living-la-borda-barcelona-by-Lacol>
23. Chopo. **Habitação M, vista da sala.** Lacol: La Borda Cooperative Housing. 02/07/2020. Disponível em: <https://divisare.com/projects/427215-Lacol-lluc-miralles-la-borda-cooperative-housing>
24. Chopo. **Habitação M, vista do quarto e cozinha.** Lacol: La Borda Cooperative Housing. 02/07/2020. Disponível em: <https://divisare.com/projects/427215-Lacol-lluc-miralles-la-borda-cooperative-housing>
25. Lacol. Frames do vídeo **OnArchitecture, Lacol, La Borda Cooperative, Short version.** 2019. Disponível em: <https://vimeo.com/340260823>
36. La Borda e Lacol. Frames do vídeo **La Borda: visita arquitectónica**, a propósito do OpenHouse 2019. 25/05/2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YQYTrgeT7jY>
27. Macon, Valerie. **Forgive our rent.** Crise Pandémica, Fotografia. 1 de Maio de 2020, Los Angeles, California. 29/07/2020. Disponível em: <https://theconversation.com/landlord-leaning-eviction-courts-are-about-to-make-the-coronavirus-housing-crisis-a-lot-worse-142803>

Produzir Sociedade

1. Catarina Dantas, Logótipo do **Temporada Café Cowork.**
2. Temporada Cowork Café. **Cowork Café.** Publicação no Instagram, Temporada Cowork, 01/10/2020.
3. Temporada Cowork Café. **Mercado de Natal.** Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 20/12/2019.
4. Temporada Cowork Café. **Debate com Jovens Representantes dos Partidos Políticos.** Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 19/09/2019.
5. Hollein, Hans. **Escritório Móvel, Hans Hollein, 1969. Antes das telecomunicações permiti-**

- rem a mobilidade do trabalho, Hans Hollein, projecta um escritório insuflável. Viena. Disponível em: <http://www.hollein.com/eng/Architecture/Nations/Austria/Mobiles-Buero-Mobile-Office>
6. Temporada Cowork Café, **Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda com trabalho de dez ilustradores**, com a curadoria de Mariana PTKS. Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 01/07/2019.
7. Temporada Cowork Café, **Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda com trabalho de André Gonçalves (na fotografia) e Vítor Malva**. Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 18/01/2019.
8. Temporada Cowork Café, **Produção das mesas altas**. Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 13/03/2018.
9. Temporada Cowork Café, **Produção dos cacifos**. Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 13/03/2018.
10. Temporada Cowork Café, **Produção dos painéis de correr da sala de reuniões**. Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 13/03/2018.
11. Temporada Cowork Café, Arquitecta Joana Carvalho, **Projecto de Mobiliário, autoria Dinamo10 Services**. Publicação no Facebook, Temporada Cowork, dia 13/03/2018.
12. Joana Carvalho Arquitectura, **Planta da configuração inicial**.
13. Redesenho da autora, **Planta da configuração actual**.
14. Autoria própria, **Montra elaborada com as mesas disponíveis no Temporada**, Julho de 2020, Porto.
- 15 e 16. PIC - João Gigante, **Auditório formado pelo conjunto de bancos e mesas altas**, na configuração inicial, 2018, Porto.
17. Autoria própria, **Área dos cacifos delimitada pelo conjunto de bancos**, na configuração actual, 07/2020, Porto.
18. Autoria própria, **SkypeHub e NapHub**, 07/2020, Porto.
19. Autoria própria, **Actual visão linear do espaço. Coworkers no espaço subdividido com painéis**, 07/2020, Porto.
20. Temporada Cowork Café, **Sala de Reuniões, configuração inicial com a sobreposição da exposição Espaço de Tempo Nº1**, Publicação no Facebook, Temporada Cowork, 01/10/2018 e 22/09/2018, respectivamente.
21. Autoria própria, **Pátio. Vista para o interior do Temporada. Vista para a área de baldio na cota superior**, 07/2020, Porto.
22. BLU, **BERLIN**, Arte Urbana, 2008. Fotografia de Eike Logé, 12/12/2014. Disponível em: <https://www.thedecentexposure.com/Blog/2014/Blu-mural-Berlin-the-end#>

Produzir Sustento

1. Berlim, **Mapa de Berlim, 1961-1989**. Aproximação a Kreuzberg. Publicado em 1963, com a descrição: "Mapa municipal muito geral, tendo em particular consideração a situação política de Berlim". Disponível em: <https://www.revistaelestornudo.com/citas-berlin-cuidado-esa-gaveta-cuachachas/berlin-wall-map/>
2. Fatkoel, **Planta de Prinzessinnengarten em Moritzplatz**. Disponível em: <https://fatkoehl.com/quest/die-laube/>
3. Autor desconhecido, **Victory Garden no terraço, Long Island, anos 40**. 1943 Rooftop Victory Garden. Inside Urban Garden. 11/07/2008. Disponível em: <https://www.insideurbangreen.org/2008/07/1943-victory-rooftop-garden.html>
4. Bourque, Martin. Cañizares, Kristina, **Agricultura Urbana, Cuba, anos 90**. Agricultura Urbana em Havana. Produção de alimentos na comunidade, pela comunidade e para a comunidade. Disponível em:
5. HW, **Catálogo de tecnologias no Prinzessinnengarten**. Catalogue of technologies, Prinzessinnengarten. 07/11/2013. HW. hosiewulff. Disponível em: <https://hosiewulff.wordpress.com/2013/11/07/catalogue-of-technologies-prinzessinnengarten/>
6. Clausen, Marco, **Fotografia aérea do Prinzessinnengarten**. Can a city work as an ecosystem?. Curry Stone Foundation. 30/05/2018. Disponível em: <https://currystonefoundation.org/practice/prinzessinnengarten/>
6. Clausen, Marco, **Bar, espaço de restauração desenvolvido num contentor de cargas adaptado**. Can a city work as an ecosystem?. Curry Stone Foundation. 30/05/2018. Disponível em: <https://currystonefoundation.org/practice/prinzessinnengarten/>
7. Cederborg, Staffan. Prinzessinnengarten, Berlim, **Espaço de permanência associado ao bar**. Flickr. 01/01/2018. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/155059340@N04/39404809252/>
8. Clausen, Marco, **Espaços móveis de cultivo do Prinzessinnengarten que desenham o jardim**. Cargo Collective. Disponível em: <https://cargocollective.com/presentnature/Prinzessinnengarten>
- 9 e 10. Clausen, Marco, **Actividades com a comunidade envolvente**. Can a city work as an ecosystem?. Curry Stone Foundation. 30/05/2018. Disponível em: <https://currystonefoundation.org/practice/prinzessinnengarten/>
11. Clausen, Marco, **Espetáculo performativo na estrutura Die Laube**. 19. Die Laube im Prinzessinnengarten. 2017. Disponível em: <https://www.ak-berlin.de/baukultur/tag-der-architektur/archiv/tda/19-die-laube-im-prinzessinnengarten.html>
12. Fatkoel, **Construção manual do Die Laube**. Disponível em: <https://fatkoehl.com/en/quest/die-laube/>
13. Fatkoel, **Estrutura do Die Laube concluída**. Disponível em: <https://fatkoehl.com/en/quest/die-laube/>
14. Ertaş, Hulya, Fatkoel, **Modelo tridimensional do Die Laube com todas as medidas e secções das peças**. Reframing the Social. XXI magazine. 25/04/2017. Disponível em: <https://xximagazine.com/c/reframing-the-social>
15. Fatkoel, **Modo de encaixe das diferentes junções do Die Laube**. Disponível em: <https://fatkoehl.com/quest/die-laube/>
16. Fatkoel, **Corte perspectivado com apontamentos do Die Laube**. Disponível em: <https://fatkoehl.com/quest/die-laube/>

17. Commons Evening School. **Um dos desejos da campanha Wish Production: 99 Years.** in WUNSCHPRODUKTION: PRINZESSINNENGARTEN – 99 JAHRE ALS GEMEINGUT. Disponível em: http://www.99jahreprinzessinnengarten.net/wp-content/uploads/2019/04/Wunschproduktion_08.09.2018_32.pdf
18. Autor desconhecido. **Entrada do cemitério no qual se desenvolve o jardim e o café.** Plataforma Kreuzberg24. Disponível em: <https://kreuzberg24.net/place/berlin/cafe/prinzessinnengaerten/>
19. Hülsen, Jannis. **Cultivo no solo.** St. Jacobi Cemetery, Visit to the new location of the Princess Gardens. 7/10/2019. Disponível em: <https://www.farming-the-uncanny-valley.net/topics/soil/st-jacobi-friedhof>
20. Heep, Marcus. Video: rbb24. “Kollektive sind besser geeignet, solche Krisen durchzustehen” (“**Collectives are better placed to endure such crises**”), 26/04/2020. Disponível em: <https://www.rbb24.de/panorama/thema/2020/coronavirus/wie-geht-es-uns-/prinzessinnengaerten-berlin-neukoelln-systemrelevant-kollektiv.html>
21. Shrigley, David. **Untitled (The Ice is Melting)**, 2020. Tinta em papel, 42 x 29.7 cm. Disponível em: <https://artdealers.viewingrooms.com/privateviews/antonkern-c3132abd4318742ea6c77e/23519-david-shrigley-untitled-the-ice-is-melting-2020/>

Permanência: A cidade de, e para todos

1. Master of the World Chronicle, **Representação da construção da Torre de Babel no final da Idade Média**, c. 1370s. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Tower_of_Babel#/media/File:-Meister_der_Weltenchronik_001.jpg
2. Bruegel, Pieter, **Torre de Babel**, 1563, Óleo sobre painel, 114 x 155 cm. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_de_Babel#/media/Ficheiro:Pieter_Bruegel_the_Elder_-_The_Tower_of_Babel_\(Vienna\)_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_de_Babel#/media/Ficheiro:Pieter_Bruegel_the_Elder_-_The_Tower_of_Babel_(Vienna)_-_Google_Art_Project_-_edited.jpg)

O lugar comum transformador e em transformação: O Alto de Sto. Amaro

1. Ortofotomapa retirado do Google Earth, a 20/11/2020 da área de intervenção.
2. **Colagem do lugar-comum.** Colagem do edifício Seagram, do arquitecto Ludwig Mies van der Rohe, disponível em: <https://divisare.com/projects/382675-ludwig-mies-van-der-rohe-inaki-bergera-seagram-building#lg=1&slide=1> , com o quadro de El bosque italiano 1, do pintor Jose Manuel Ballester, disponível em: <https://www.josemanuelballester.com/english/expoBosquesDeLuz1/elBosqueItaliano1.htm> .
3. **Colagem do jardim.** Colagem da fotografia Encosta de Santo Amaro para o Rio Tejo, Atelier o que te faz feliz, 2019 com El bosque italiano 3, do pintor Jose Manuel Ballester, disponível em: <https://www.josemanuelballester.com/english/expoBosquesDeLuz1/elBosqueItaliano3.htm> .

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

183

Monografias

Ábalos, Iñaki; Herreros, Juan – **Tower and Office. From Modernist Theory to Contemporary Practice**. Massachusetts: MIT Press, 2003. 400 p. ISBN 9780262011914.

Arendt, Hannah – **The Human Condition**. Chicago: The University Press of Chicago, 1998 (2ª ed.). 349 p. ISBN 0-226-02598-5.

Ballard, J. G. – **High-Rise**. London: Jonathan Cape, 1975. 204 p. ISBN 0224011685

Banham, Reyner – **The architecture of the well-tempered environment**. Chicago: Kingsport Press, 1969. 295 p. ISBN 0-226-03696-0 (University of Chicago Press)

Benesch, Henric, [et al.] – **Heritage as Commons - Common(s) as Heritage**. Gotemburgo: Makadam Publishers, 2015. 344 p. ISBN 978-91-7061-664-8.

Borch, Christian, Kornberger, Martin – **Urban Commons, Rethinking the City**. Oxford: GlassHouse, 2015. 186 p. ISBN 978-1-315-78059-7.

Costa Agarez, Ricardo – **A habitação apoiada em Portugal**. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020. 128 p. ISBN 9789898943934.

Dardot, Pierre, Laval, Christian – **Common. On Revolution in the 21st Century**. Londres: Bloomsbury Publishing Plc, 2019. 496 p. ISBN 978-1-4742-3861-8.

Dias, Manuel Graça – **Mobilidade, densificação e transformação**, 1999, Teoria e Crítica de Arquitectura - Século XX, Caleidoscópio, Lisboa, Outubro de 2010. 1024 p. ISBN 9789896580650.

Evans, James; Karvonen, Andrew; Raven, Rob – **Experimental Urbanism: grassroots alternatives as spaces of learning and innovation in the city**. Manchester: The University of Manchester, 2014. 260 p. ISBN 978-1-315-71982-5.

François, Ascher – **Novos Princípios do Urbanismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 2010. 176 p. ISBN 978-972-24-1670-2.

Freire, Paulo – **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. Ecumenismo e Humanismo. ISBN 978-85-7753-164-6.

Hardt, Michael; Negri, Antonio – **Commonwealth**. Cambridge: Harvard University Press, 2009. 434 p. ISBN 978-0-674-03511-9.

Hardt, Michael; Negri, Antonio – **Multitude, War and Democracy in the age of Empire**. New York: The Penguin Press, 2004. 448 p. ISBN 1-59420-024-6.

Hertzberger, Herman – **Lessons for students in architecture**. Roterdão: Naio010, 2016 (7ª ed.). 272 p. ISBN 9789462083196.

Hine, Dougald – **Commonsense**. Sheffield: Access Space, 2008. 59 p. ISBN 978-0-95500-914-3.

Koolhaas, Rem – **Delirious New York: A Retroactive Manifesto**. New York: The Monacelli Press, 1994. 320 p. ISBN 1-885254-00-8.

Latour, Bruno – **Down to Earth: Politics in the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity Press, 2018. 140 p. ISBN 978-1509530564.

Latour, Bruno – **The Berlin key or how to do words with things**. Graves-Brown, Paul – Matter, materiality and modern culture. London: Routledge, 2000. ISBN 0-415-16705-1.

Lefebvre, Henri – **Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editoras, 2001 (1ª ed: 1968). 146 p. ISBN 978-85-88208-97-1.

Linebaugh, Peter – **Stop, thief! The Commons, Enclosures and Resistance**. Oakland: PM Press, 2014. 336 p. ISBN 978-1-60486-747-3.

Montaner, Josep Maria; Muxí, Zaida – **Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2011. 253p. ISBN 9788425224379.

Negri, Antonio – **Assembly**. Oxford: Oxford University Press, 2017. 368 p. ISBN 9780190677985.

Negri, Antonio – **From the factory to the metropolis, Essays**. Cambridge: Polity Press, 2018. 220 p. ISBN 9781509503469.

Perec, Georg – **Species of Spaces and other Pieces**. London: Penguin Books, 1999 (1ª ed: 1974). 288 p. ISBN 0-14-018986-6.

Reed, Francis – **On Common Ground**. Londres: Word Press London, 1991. 89 p. ISBN

1870736273.

Rossi, Aldo – **A arquitetura da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2001 (1ª ed. 1966). 309 p. ISBN 85-336-1401-2.

Simmel, Georg – **Sociology of the Meal. Simmel on Culture: Selected Writings**. Califórnia: Sage Publications, 1997. 302 p. ISBN 9780585338514.

Stavrides, Stavros – **Commonspace: The city as commons**. Londres: Zed Books, 2016. 218 p. ISBN 978-1-78360-329-9.

Teige, Karel – **The Minimum Dwelling**. Massachussets: MIT, 2002 (1ª ed: 1932) . 432 p. ISBN 9780262201360.

Virno, Paolo – **Gramática de la multitud, Para un análisis de las formas de vida contemporáneas**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2003. 141 p. ISBN 84-932982-6.

Artigos

Almeida, Pedro Vieira de – **Da utilidade social da Arquitetura**. *Análise Social*, nº6, Abril 1964, pp. 237-248. ISSN 2182-2999.

Brandlhuber, Arno, Schumacher, Patrick – **The Property Issue – Ground Control and the commons**. Arch+. Berlin, 2018. ISSN 0587-3452.

Chipperfield, David – **Looking for Community**. *Dornus Junho* 2020, Nº1047, ISSN 0012-5377.

Cox, Susan J. Buck – **No Tragedy on the Commons**. *Environmental Ethics*, Volume 7, Issue 1, Spring 1985. ISSN 2153-7895.

Costa, Luís Octávio – **Temporada, um café para trabalhar**. Público. 12/09/2018. Consultado a 06/08/20 em: <https://www.publico.pt/2018/09/12/fugas/noticia/temporada-no-porto-1843854> . ISSN 0872-1548.

Cucarella, Montse L. – **Vivir en La Borda**. *Vida Ciudadana*, El Quinze, Público, 07/03/2019, P.12-13. ISSN 2605-1168.

Gandini, Alessandro – **The rise of coworking spaces: A literature review, ‘Saving’ the city: Collective lowbudget organizing and urban, practice**. *Ephemera: theory & politics in organization*. Reino Unido. Nº 15, Fevereiro, 2015. P. 193-205. ISSN 1473-2866.

Guerra, Paula; Matos, Fátima; Marques, Teresa Sá; Santos, Mónica – **As cooperativas e as modalidades contemporâneas de direito à cidade**. *Revista Cooperativismo e Economia Social*, N.º 35, Universidade de Vigo, Andavira Editora. P. 67-90. ISSN 1130-2682

Grenzner, Joana G – **Confinamiento en comunidad: navegar la incertidumbre desde la casa común**, *Pikara Magazine*, 20/05/2020. ISSN 2340-3667.

Harrison, Melissa – **The Ground Beneath Our Feet: Commoning In, Against, and Beyond the Mechanisms of Urban Accumulation**. *Upping the Anti: A Journal of Theory and Action*, Canada. Nº21, Dezembro 2019. P. 82-99. ISSN 1718-0880.

Harvey, David – **The Future of the Commons**. *Radical History Review*, Duke University Press. Issue 109. Inverno 2011. P. 101-107. ISSN 1534-1453.

Jolonch, Cristina – **Patio de vecinos sin secretos**. *El Vanguardia*, 27/10/2019. Consultado a 20/07/2020: <https://www.lavanguardia.com/local/barcelona/20191027/471211592057/patio-de-vecinos-sin-secretos.html> . ISSN 2462-3415.

Kafka, George – **Sustainable building, sustainable living: La Borda, Barcelona by Lacol**, *Architects' Journal*, 23/06/2020. Consultado a 03/08/2020: <https://www.architectsjournal.co.uk/buildings/sustainable-building-sustainable-living-la-borda-barcelona-by-lacol/10047380.article> . ISSN 0003-8466.

Lugares selectos do lugar-comum, Fevereiro de 1961, *Almanaque*, Hemeroteca Digital, Lisboa, pág. 50. ISSN 0871-4797.

Massimo de Angelis. On the Commons: A Public Interview with Massimo De Angelis and Stavros Stavrides. *An Architektur*. E-flux journal 17: june-august 2010. ISSN 2164-1625.

Merkel, Janet – **Coworking in the city, ‘Saving’ the city: Collective lowbudget organizing and urban, practice**. *Ephemera: theory & politics in organization*. Reino Unido. Nº 15, Fevereiro, 2015. P. 121-139. ISSN 1473-2866.

Nedo, Kito – **Urban Gardens: Sowing the cities of tomorrow**. *SLUM Lab – Sustainable Living Urban Model / Issue 8*. The Social Design Public Action Reader, Outono 2013

Rodríguez Bosch, Marta – **“Cohousing”, Construir Comunidade**, *La Vanguardia*, 01/03/2020. Consultado a 28/07/2020: <https://www.lavanguardia.com/magazine/estilo/cohousing-construir-comunidad.html> . ISSN 2462-3415.

Sapiña, Edgar – **La Borda, un bloque de convivencia en suelo público que desafía a la especulación inmobiliaria en Barcelona**, El Diario, 2/03/2019. Consultado a 28/07/2020: https://www.eldiario.es/catalunya/borda-covivienda-especulacion-inmobiliaria-barcelona_1_1683728.html . ISSN 2530-0199.

Scholz, Trebor – **Platform Cooperativism, Challenging the Corporate Sharing Economy**. Rosa Luxemburg Stiftung, New York Office, Janeiro 2016.

Stavrides, Stavros – **Toward an Architecture of Commoning**, ASAP/Journal, Volume 1, Nº 1, Janeiro 2016, pág. 77-94. ISSN 2381-4721.

Vittorio Aureli, Pier; Ma, Leonard; Michelotto, Mariapaola; Tattara, Martino; Toivonen, Tuomas – **Promised Land: Housing from Commodification to Cooperation**, 12/12/2019. Consultado a 06/04/2020 em: <https://www.e-flux.com/architecture/collectivity/304772/promised-land-housing-from-commodification-to-cooperation/> . ISSN 2164-1625.

Relatórios

Unteidig, Andreas; Dominguez-Cobrerros, Blanca; Calderon-Lünig, Elizabeth; Heilgemeir, Anna; Clausen, Marco and Davies, Gareth – **Design, progress and evaluation of the Prinzessinnengarten pilot (version 1)**. Londres: The Open University, The MAZI Consortium, 2016.

World Commission on Environment and Development – **Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

Teses e dissertações

Puigjaner, Anna – **Kitchenless City**. Catalunha: Universitat Politècnica de Catalunya. Departament de Projectes Arquitectònics, 2014.

Rocher, Mathilde – **La cuisine domestique aujourd'hui en France**. Marnes-la-Vallée: Ecole Nationale Supérieure d'architecture de la Ville et des Territoires, 2014.

Zorlutuna, Onur Can – **Housing as commons. Commoning interventions in a residual area in Brussels Noordrand**. Leuven: KU Leuven Faculty of Architecture, 2016.

Audiovisuais

The Poetics of Cliché: Topos; Place and Commonplace - Part 2 [registo vídeo]. Mark Cousins, History and Theory, AA, Lecture date: 2011-11-18, (58 min).

Les glaneurs et la glaneuse [Registo vídeo], Direccionado e escrito por Agnès Varda, 2000, cor, 82 minutos.

OnArchitecture, Lacol, La Borda Cooperative, Short version [Registo vídeo]. 2019, cor, 3 minutos. Disponível em: <https://vimeo.com/340260823>

Keith Haring I Jean Michel-Basquiat: Crossing Lines. [Exposição] National Gallery of Victoria, Melbourne. 01/12/2019 - 13/04/2020. Visita online disponível em: <https://www.ngv.vic.gov.au/virtual-tours/haring-basquiat/>

“Kollektive sind besser geeignet, solche Krisen durchzustehen” (“Collectives are better placed to endure such crises”), rbb24. 26/04/2020. Disponível em: <https://www.rbb24.de/panorama/thema/2020/coronavirus/wie-geht-es-uns-prinzessinnengarten-berlin-neukoelln-systemrelevant-kollektiv.html>

La Borda: visita arquitectónica, a propósito do OpenHouse 2019 [Registo vídeo]. 2020, cor, 12 minutos e 22 segundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YQYTrgeT7jY>

Internet

Aristotle – **Rhetoric**, 350 a.C.. The Internet Classics Archive. Traduzido por W. Rhys Roberts. Consultado a 30/04/2020: <http://classics.mit.edu/Aristotle/rhetoric.mb.txt>

Aristotle – **Topics**, 350 a.C.. The Internet Classics Archive. Traduzido por W. Rhys Roberts. Consultado a 30/04/2020: <http://classics.mit.edu/Aristotle/topics.mb.txt>

Can Batlló – **La Plataforma**, Barcelona. Consultado a 28/07/2020: <https://www.canbatllo.org/historia/plataforma/>

Can Batlló – **Espais**, Barcelona. Consultado a 28/07/2020: <https://www.canbatllo.org/mapa/>

ARQA – **Cooperativa de vivienda La Borda**. Consultado a 04/09/2020: <https://arqa.com/arquitectura/cooperativa-de-vivienda-la-borda.html>

Congresso

Brysh, Sara – **Paper for the International Conference European Network for Housing Research (ENHR): 'More together, more apart: Migration, densification, segregation': Designing And Building Housing Together: The Spanish Case Of La Borda.** 06/2020.

100

Todos os elementos em anexo foram consultados digitalmente, à excepção do Anexo I e III, que foi obtido por contacto directo com um morador.

Anexo I - Testemunho de um morador

Anexo II - Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul sobre Demolição de Habitação

Anexo III - Moção do Bloco de Esquerda sobre o bairro do número 73A da Calçada de Santo Amaro.

Anexo IV - 2000_Petição para o não realojamento ao abrigo do programa PER

Anexo V - 2013_Levantamento das necessidades de realojamento habitacional

ANEXO I - TESTEMUNHO DE UM MORADOR

Telhados de telhas de Lusalite com amianto cobrem todas as barracas de um bairro na Calçada de Santo Amaro em Alcântara são um problema de saúde pública não só para os moradores do referido bairro já com inúmeros casos de cancro, como para todos os habitantes da freguesia. Junta de Freguesia de Alcântara sempre teve conhecimento desta situação e sempre preferiu ignorar. Nos terrenos anexos ao antigo Liceu D. João de Castro, existe um bairro de barracas de madeira, em que os moradores, antigos cidadãos que viviam nas ex-colónias esperamos à cerca de 41 anos pela tão prometida e desejada habitação.

Já houve vários recenseamentos, para saber o numero de habitações que seriam necessárias para o realojamento das famílias que neste momento são cerca de 15. As primeiras famílias do bairro, ademais como todas as outras que vieram a seguir, eram retornados das ex-colónias que depois do 25 de Abril e com o regresso à Pátria, e à falta de habitação e de dinheiro para a compra de uma habitação “normal”, para tentar reconstruir as suas vidas não tiveram outra alternativa económica senão a compra de uma pequena casa pré fabricada a uns construtores que as construíam no próprio local e as montavam no terreno camarário antes pertencente ao Conde Val Flor, que foi doado pelo próprio com o único propósito de ser usado em projectos de beneficência dos mais desfavorecidos, sendo na altura terrenos baldios repletos de lixo, ervas daninhas e ratos.

Convém frisar que não eram pré-fabricadas de fábrica. Eram construídas com alguns conhecimentos rudimentares das verdadeiras casas pré-fabricadas, por uns sujeitos que perceberam que podiam realizar algum lucro montando casas para os retornados, mas que estavam muito longe das verdadeiras casas usadas em muitos países nórdicos e nos Estados Unidos. Casas essas, algumas delas já com poucas condições de habitabilidade devido a serem de madeira e aos 41 anos de idade terem ultrapassado já largamente o tempo de vida útil que esse tipo de habitação pode oferecer.

São basicamente feitas com uma estrutura de barrotes, com um revestimento de tábuas do lado de fora, uma placa fina de esferovite na caixa de ar e por dentro têm um revestimento de tabopam, que é um aglomerado de madeira que era usado antes da invenção do pladur. Como deve calcular, devido ao fraco isolamento térmico, são casas extremamente quentes no verão e geladas no inverno, o que a nível de saúde dos seus ocupantes não será das mais saudáveis.

Quero frisar, que na altura era usado para o telhado, telhas de Lusalite, que na altura eram feitas com amianto, que como todos nós sabemos foi proibido por lei devido a pesquisas científicas que relacionavam o seu uso com certos tipos de doenças cancerígenas. Mas na altura da sua construção desconhecia-se por completo a relação do amianto e do cancro quando em contacto por largos períodos de tempo. Não admira os vários casos de cancro que têm ocorrido em vários moradores do bairro já falecidos. Nos primeiros dois anos que viveram nesse bairro, não tinham luz eléctrica nem água embora as casas embora fossem construídas com instalação eléctrica, e de água, assim como sistema de esgotos e uma fossa séptica. No centro da cidade de Lisboa, cerca de vinte famílias viveram sem frigorífico ou qualquer aparelho eléctrico de cozinha, sem televisão, e as noites eram passadas à luz de candeeiros a gás ou a petróleo.

A água era cedida por especial favor por um senhor que vivia perto, o qual pagavam a respectiva factura, e guardada em bidões de plástico de 50 litros. Durante o dia uma mangueira enorme era estendida desde o quintal do referido sujeito e circulava por todas as famílias do bairro. A rua que era de terra batida com as chuvas de inverno tornava-se num autentico lamaçal. Com o tempo, e devido aos pedidos insistentes dos moradores, a Junta de Freguesia de Alcântara conseguiu a instalação de electricidade nas casas e a colocação de dois chafarizes espalhados pelo bairro. O primeiro de muitos recenseamentos foi feito em Novembro de 1981 e o alcatroamento e a colocação de postes de iluminação foi feito por volta de 1986.

Com o passar dos anos e devido ao facto de não serem casas pré-fabricadas de origem e a madeira usada ser de qualidade duvidosa, algumas paredes do lado de fora começaram a apodrecer, o que fez com que muitos moradores tivessem de as forrar de rede de capoeira para depois as cimentar. A rede de capoeira servia apenas de suporte para segurar o cimento. Em muitas das assoalhadas durante os Invernos mais chuvosos, o chão aparece húmido, assim como nas paredes aparece uma espécie de bolor originada pela humidade.

Agradeço toda a atenção que a situação possa despertar.
Morador do referido bairro desde o início.

Acórdãos TCAS

Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul

Processo: 05261/09
Secção: CA- 2º JUÍZO
Data do Acórdão: 19-01-2012
Relator: CRISTINA DOS SANTOS
Descritores: DEMOLIÇÃO DE CASA DE HABITAÇÃO
JUÍZO DE INVIABILIDADE DA LEGALIZAÇÃO DA OBRA – ARTº 106º Nº 2 RJUE
CONTEÚDO ESSENCIAL DO DIREITO FUNDAMENTAL - NULIDADE – ARTº 133º Nº 2 D) CPA

Sumário: 1. A acção administrativa especial de impugnação da ordem de demolição segue o regime especial do artº 115º RJUE, abrangido na remissão do artº 50º nº 2 CPTA, o que significa que, por determinação legal expressa goza de efeito suspensivo automático da eficácia do acto impugnado.

2. Só depois de concluída a apreciação sobre a viabilidade ou inviabilidade da pretensão de legalização é que poderá lançar-se mão do procedimento de demolição – cfr. artº 106º nº 2 RJUE.

3. A decisão de demolição de prédio que constitui casa de habitação, não fundamentada na emissão prévia de um juízo de inviabilidade da legalização da obra, mostra-se inquinada do vício de falta de fundamentação geradora de nulidade ao abrigo do artº 133º nº 2 d) CPA, por afectar o conteúdo essencial do direito fundamental à habitação, por “(..)preterição do dever de fundamentação (..) do acto administrativo quando, em casos extremos, a própria lei prescreva um dever reforçado de fundamentação que a transforme numa “garantia” única e essencial de determinado bem jurídico ou do próprio interesse público. (...)”.

4. A ponderação sobre uma possível legalização deve ter lugar não apenas antes da execução do acto de demolição, como previamente à sua adopção, pelo que a decisão de demolição decorre, em regra, de forma vinculada do desfecho do procedimento de legalização cabível na situação concreta.

5. Os solos integrados na RAN são obrigatoriamente identificados em todos os instrumentos de ordenamento do território que definam a ocupação física do território, nomeadamente, v.g. no PDM, conforme disposto no artºs 72º nº 2 a), 73º nº 2 a) e 85º nº 1 c) RJIGT, bem como assinalados na planta de condicionantes dos PDM, PU e PP tal como previsto nos artºs. 86º nº 1 c), 89º nº 1 c) e 92º nº 1 c) RJIGT.

Aditamento:

I

Decisão Texto Integral:

Annikki, Timo e Gina, todos com os sinais nos autos, inconformados com o acórdão proferido no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra dele vêm recorrer, concluindo como segue:

1. Os ora Recorrentes, para prova de que o princípio da igualdade foi amplamente violado pela Câmara Municipal de, aqui Recorrida, juntou com as alegações finais, 4 (quatro) documentos que narravam que, como disseram os ora Recorrentes na Petição Inicial, 4 (Quatro) **situações idênticas e semelhantes à casa de madeira dos Recorrentes**.
2. Ou seja, lograram os Recorrentes demonstrar, claramente, com recurso a certidões emitidas pela Câmara Municipal de, que, pelo menos 4 (Quatro) casas, que distam entre os 50,00m e os 300,00m, da casa de madeira dos Recorrentes, existem não existindo telas finais, nem licença de utilização assim como não existem elementos que permitam confirmar o ano de construção.
3. A própria Câmara Municipal de, por certidões emitidas em 30 de Maio de 2008 documentos nº 2, nº 3, nº 4 e nº 5 juntos com as alegações finais dos Recorrentes), confirma que existem, perto da casa de madeira dos Recorrentes, pelo menos, 4 (Quatro) casas, nas exactas circunstâncias da casa de madeira dos Recorrentes: sem apresentar telas finais, sem apresentar licença de utilização, sem apresentar processo de construção ou sequer projectos aprovados.
4. No entanto, o Tribunal a quo não admitiu a junção de tais documentos, juntos com as alegações finais dos Recorrentes, dizendo:
5. Todos os aludidos documentos embora apresentem data posterior ao da entrada da acção em juízo poderiam ter sido anteriormente apresentados, isto é, poderiam e deveriam ter sido carreados para os autos antes da prolação do Despacho-Saneador,

ANEXO III - MOÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA SOBRE O BAIRRO DO NÚMERO 73A DA CALÇADA DE SANTO AMARO



MOÇÃO SOBRE O BAIRRO DO NUMERO 73A DA CALÇADA DE SANTO AMARO

Em 1976, num terreno contíguo à entrada de viaturas do então Liceu Nacional de D. João de Castro, nasceu um bairro. Algumas dezenas de famílias, então regressadas das ex colónias, edificaram as suas habitações prefabricadas em madeira nesse terreno, visivelmente abandonado. Esse terreno com o número 73A da Calçada de Santo Amaro, passou a ser conhecido como o bairro dos retornados.

Com o passar dos anos, lá foram conseguindo com muita luta a instalação de uma rede de abastecimento de água e electricidade, bem como a construção da rede de esgotos e dos arruamentos. Os moradores recordam as dificuldades passadas, mas também recordam que tiveram na sua Junta de Freguesia um firme apoio.

Quanto ao terreno em questão, sabe-se que uma boa parte é municipal e uma outra mais pequena, é privado. Também se comenta que o terreno fez parte da parcela oferecido pelo Conde Vale Flor para a construção do Liceu, com a condição de apenas poder ser usado para fins públicos

Há vários anos que se “ouve falar” da existência de um projecto de construção para esse terreno. Já em meados da década de noventa do século passado, a CML terá procurado desocupar o terreno, que por sinal tem uma excelente localização, com vista privilegiada para o rio Tejo e está na sequência de outros terrenos que têm vindo a ficar desocupados

Passados 37 anos, várias foram as pessoas que por diferentes motivos foram abandonando o bairro. Apesar disso, ainda lá moram mais de 15 famílias, envolvendo algumas dezenas de pessoas.

Processos ganhos recentemente em tribunal pelo proprietário da parcela de terreno privado, têm obrigado coercivamente, alguns moradores a abandonarem as casas por si construídas nessa parcela, apesar do pagamento de aluguer do terreno que sempre fizeram à CML, num processo de contornos nem sempre claros. Apesar de alguns terem obtido da CML o compromisso de realojamento, o que se verificou é que foram empurrados para fora de Alcântara e não nas melhores condições.

Os moradores estão preocupados, pois em rigor desconhecem o que se prepara para o bairro e temem que um qualquer processo os retire das suas casas e desta freguesia, onde construíram as suas vidas e em muitos casos, onde nasceram..

Neste sentido, a Assembleia de Freguesia de Alcântara, reunida no dia 12 de Setembro de 2013, aprova a seguinte moção:

1. Que a CML possa confirmar a esta Assembleia se existe algum documento que determine o uso deste terreno para fins exclusivamente públicos;
2. Que a CML nos possa informar qual o plano que tem para os terrenos públicos e se nas parcelas dos terrenos privados, contíguos a este, existe algum projecto ou se foi feita alguma apresentação de intenção por algum promotor;
3. Solicitar ainda que todos os realojamentos em curso e a eventualmente a fazer no futuro, se façam na área geográfica da freguesia, procurando encontrar com os moradores e para os moradores, as habitações municipais existentes na freguesia que possa ser cedidas em moldes a definir com os próprios;
4. Reafirmar a premência da CML elaborar um Plano de Pormenor para o Alto de Santo Amaro, dando também resposta à recomendação aprovada na Assembleia Municipal de Lisboa.

ANEXO IV - 2000_PETIÇÃO PARA O NÃO REALOJAMENTO AO ABRIGO DO PROGRAMA PER

Consultado em: <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a-67774c336470626e426c64476c6a6232567a4c334a6c6247463062334a-706231396d615735686243395753556c4a4c3142465644517a4c565a-4a53556b744e69315753556c4a4c6e426b5a673d3d&fich=PET43-VIII-6-VIII.pdf&Inline=true>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão do Equipamento Social

Petição n.º 43/VIII/2ª

DEPUTADA RELATORA – Zelinda Marouço Semedo

Iniciativa: Comissão de Moradores da Calçada de Santo Amaro

Assunto: Aplicação do Programa de Realojamento do Município de Lisboa.

RELATÓRIO

I – Tramitação

1 – A presente petição deu entrada na Assembleia da República em 28 de Novembro de 2000, subscrita por 74 assinaturas de cidadãos integrantes da Comissão de Moradores acima identificada.

2 – Assim se exercendo o direito de petição tal como está regulado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março.

II – Descrição factual

1º - Foi doado pela duquesa de Valle Flor um terreno dito baldio, situado no Alto de Santo Amaro, daquela freguesia, onde se radicaram cerca de 30 famílias, que na sua maioria tinham regressado da antiga província de Angola, em 1976, tendo ali construído as suas casas

Em 1993, a Junta de Freguesia de Alcântara executou obras de realização de infra-estruturas, saneamento básico, asfaltamento das ruas e passeios.

2º- Em Agosto de 2000 os moradores foram notificados pelo Departamento de Gestão Social do Parque Habitacional da Câmara Municipal de

ANEXO V - 2013_LEVANTAMENTO DAS NECESSIDADES DE REALOJAMENTO HABITACIONAL

Departamento de Políticas e Gestão de Habitação

Consultado em: https://www.lisboa.pt/fileadmin/cidade_temas/habitacao/documentos/48_Anexo_XXXIII.pdf

alojamentos localizados na sua propriedade. No entanto houve famílias que não aceitaram ser realojadas.

Em síntese neste Núcleo estão registados cerca de 150 alojamentos sendo que desses 130 estarão em processo de legalização. Desconhecemos o que em termos Urbanísticos está previsto para os alojamentos localizados no terreno propriedade privada.

b. Calçada de Santo Amaro localizado na Freguesia da Ajuda ()

Neste núcleo delimitado a norte pela Calçada de Santo Amaro (localizando-se aqui a sua entrada principal), a nascente pela Travessa Conde da Ribeira e a sul/poente pela Rua do Giestal, existem **cerca de 30 alojamentos, localizados em terreno municipal**, sendo constituídos por construções térreas, tipo “moradia” de construção precária. (ANEXO IV - Fotografia das habitações).

São habitadas por famílias oriundas das ex - colónias, que não aceitaram ser realojadas, no final dos anos 90 início de 2000 tendo recusado 5 bairros de realojamento e decidiram manter-se no local. O projecto de realojamento que aceitariam passaria pela construção de moradias.

Acresce ainda que existe nas proximidades outro pequeno núcleo habitacional, designado Quinta da Bruxa, localizado na Calçada de Santo Amaro nº 99, onde se encontram localizados em terreno municipal 7 casas com características idênticas às referidas no outro núcleo, em que os moradores também recusaram ser realojados.

Em síntese nesta zona localizam-se 2 núcleos habitacionais com cerca de 40 alojamentos, de génese ilegal, construídos em terrenos municipais.

PONTO 2. IDENTIFICAÇÃO DOS NÚCLEOS RECENSEADOS ATÉ 2001 SPR - SEM PROJECTO DE REALOJAMENTO - ANEXO V

Para além dos Núcleos identificados no ponto anterior, o então Vereador do Pelouro da Habitação decidiu que se promovesse o recenseamento de outros alojamentos que não foram incluídos nos 2 Programas de Realojamento já identificados, por motivos vários, mas essencialmente, por haver um limite do número de alojamentos que constava do Acordo ou Protocolo inicial celebrado entre a CML e a Administração Central.

No entanto porque era necessário fazer uma gestão cuidada da execução dos Programas, compatibilizando a equação *agregados a realojar versus núcleos a demolir versus habitações a construir* houve alguma flexibilização e chegou a promover-se o realojamento de algumas núcleos recenseados em SPR, sempre que havia um imperativo urbanístico ou social em relação ao núcleo a desalojar e demolir.

Em síntese o número de alojamentos não realojados recenseados em SPR era diminuto em 2013, aquando do Relatório de Finalização do PIMP e PER, totalizando 113. Englobava essencialmente alojamentos localizados em terreno propriedade privada, destacando-se o